

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2021 a 31/07/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:00
Publ.: DCD - 02/07/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sucesso do programa brasileiro de imunização contra a Covid-19. Êxito da política econômica em curso no País. Excelência da gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Prática de corrupção pelos governos petistas. Defesa de punição do responsável pela compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19. Confiança na reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos. Bom dia, Sra. Presidente. É uma satisfação vê-la novamente presidindo os trabalhos. Peço inicialmente que o meu pronunciamento seja veiculado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Sra. Presidente, muitas pessoas, muitos Parlamentares, muitos políticos têm problemas sérios em ouvir verdades, têm problemas sérios em admitir o sucesso de outras pessoas, em admitir o êxito de determinados políticos. Falo especificamente do Presidente Jair Bolsonaro.

Hoje, para que todos saibam, mais de 101 milhões de pessoas já foram vacinadas, 135 milhões de vacinas foram distribuídas, quase 17 milhões de pessoas estão recuperadas. São números verdadeiros. Essas são verdades que incomodam os adversários do Presidente Jair Bolsonaro, que querem desgastar a imagem dele.

O Ministro Tarcísio Freitas anunciou que, só em 2021, já foram arrecadados mais de 30 bilhões de reais em concessões e outorgas. O PIB do nosso primeiro trimestre é o maior do mundo. E nós já temos três vacinas compradas para cada brasileiro. Isso não é pouco, Sra. Presidente. É muito o que este Governo vem fazendo. E essas são verdades que muitos relutam em admitir, porque este Governo vem fazendo um excelente trabalho.

Mas vamos falar de outras verdades, vamos falar de verdades sobre o Governo do PT. Foram cerca de 4.900 dias, mais de 600 semanas em que ficou mergulhado em plena corrupção, em escândalos e mais escândalos, como, por exemplo, o escândalo do mensalão, como, por exemplo, o escândalo do petrolão. Não há nenhuma estatal que não tenha sido assaltada pelo Governo do PT em todo o tempo que governou o País.

As verdades incomodam, e o Presidente Jair Bolsonaro, pela sua postura, pela sua correção, não vai se curvar a um vagabundo, sem-vergonha, que quis cobrar 1 dólar de propina por vacina. Se Deus quiser, esse sujeito será preso, se Deus quiser, esse sujeito será condenado, pois neste Governo não se admite, não se tolera esquemas de corrupção em nenhuma área.

Tenho certeza absoluta de que Bolsonaro ficará até dezembro de 2026, fazendo o melhor para o País e para todos os brasileiros.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 2/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:04
Publ.: DCD - 02/07/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência de denúncias contra os governos petistas. Informação ao Presidente Jair Bolsonaro, pelo Deputado Luis Miranda, da existência de esquema de corrupção na compra de imunizantes contra a Covid-19. Atribuição à falta de vacinas como a principal causa da morte de milhares brasileiros pelo coronavírus. Vinculação entre a venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e o reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Responsabilidade do Presidente da República pelos elevados índices de desemprego reinantes no Brasil. Ataques do Presidente Jair Bolsonaro às mulheres. Apelo ao Presidente Arthur Lira por votação de pedido de impeachment do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, prezada Presidenta dos trabalhos, Deputada Rosangela Gomes, a quem cumprimento.

Quero dizer que a verdade incomoda àqueles que talvez queiram impedir que ela venha a público. Peço aos senhores e às senhoras que

não requeitem notícias antigas, as quais, inclusive, são injuriosas, dado que as denúncias contra os Governos do PT, como disse o Parlamentar que me antecedeu, acabaram por ser consideradas falsas, inclusive com suspeição de um juiz que tudo fez para eleger o projeto neoliberal, o projeto de morte de Jair Bolsonaro.

Tenho certeza de que esta Câmara dos Deputados não se alia a um projeto de morte. Tenho certeza de que esta Câmara dos Deputados está atenta ao que ocorre e não fará a injustiça de manter o povo brasileiro sob a amarra de um Presidente que prometeu ser honesto e que não o foi.

O Deputado Luis Miranda, da base bolsonarista, denunciou o que chegou ao Presidente da República e apontou a responsabilidade de corrupção. Pois bem, agora, nós sabemos que a vida de cada brasileiro e brasileira estava sendo trocada por 1 dólar. É tão capacho que é 1 dólar! É em dólar essa propina! Mas essa propina já custou 516 mil vidas.

De acordo com o infectologista Pedro Hallal - ele também, agora se sabe muito bem por quê, perseguido como Reitor da Universidade Federal de Pelotas -, quatro em cada cinco mortes poderiam ter sido evitadas, quatro vidas estariam conosco aqui, no território do Brasil, com suas famílias. Porém, o mais grave é a deterioração da vida, é a necropolítica. E, além da necropolítica, nós vemos a destruição econômica. A privatização da ELETROBRAS já resulta em aumento na tarifa de energia elétrica de mais de 52%.

Esta semana, mais uma vez, deparamo-nos com índices de desemprego que chegam a quase 15 milhões de brasileiros e brasileiras. E mais 40 milhões desistem inclusive de procurar uma ocupação, porque o Governo não converteu a economia para o período da pandemia. O Governo fez de conta que não viu a pandemia. É um Governo irresponsável. E irresponsabilidade na função pública é igual a crime de responsabilidade, muitas vezes. Mas há crimes comuns também.

É interessante como não se pode confiar naqueles que atacam as mulheres, que atacam as pessoas negras, que promovem o ódio. O ódio nunca foi a boa política. E por isso as mulheres brasileiras sempre disseram "*Olha, ele não!*" Ele não por quê? Por tudo o que ele significa! Mas o pior, meus caros, caríssimos, é quando chega a tropa de choque. E nós podemos ver o seguinte: na CPI, tenta-se dizer que não está acontecendo o que nós estamos vendo. Porque as mortes nós vemos nas famílias, as perdas nós vemos nas famílias.

Por isso, Deputada Rosângela Gomes, eu agradeço imensamente a oportunidade de me dirigir a esta Câmara dos Deputados e propor ao

Presidente Arthur Lira que leia e coloque a matéria do *impeachment* em discussão. Está nas mãos da Câmara dos Deputados. Mas é o povo brasileiro que está em nossas mãos.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade, inclusive a possibilidade de me estender um pouco, dado que nós temos tantas dificuldades com a sessão remota. De toda forma, a sensibilidade de V.Exa. permitiu-me dizer da minha vontade e ouvir o contraditório em seguida, porque isso é a Câmara, isso é a democracia.

Muito obrigada.

Documento 3/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de esclarecimento, pelo Deputado Ricardo Barros, de denúncias sobre o seu envolvimento na compra superfaturada de imunizantes. Falta de condições do Presidente Jair Bolsonaro para continuidade no comando do País.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha manifestação de hoje vai tratar do calvário que é o tratamento da COVID entre nós. É a razão principal da necropolítica.

O Presidente negou desde o início o "toma lá, dá cá". Foi isso o que aconteceu. Hoje, ele está entregue. A Câmara, através do Centrão, gosta de um Presidente fragilizado. O Presidente está nas mãos da Câmara, que, por sua vez, pilota um orçamento secreto. Mas esse não é verdadeiramente o preço das vidas em nosso País.

Veja você que me ouve neste momento, nessa tragédia humana, o preço de cada vida que se foi, cerca de meio milhão e mais 2 dezenas de milhares de brasileiros e brasileiras que vieram para o mundo para produzir felicidade, são 2 dólares, duas doses de vacina. É isso o que vale a vida.

Do mesmo jeito que queríamos saber "*cadê o Queiroz*", hoje nós queremos saber e clamamos: "*Cadê o Ricardo Barros?*" O povo

brasileiro quer saber do Líder do Governo, que se diz anticorrupção, esse que pilota o Ministério da Saúde, que quer utilizar a necessidade da vacina para cada um dos brasileiros e brasileiras.

O desvio da verba pública, o pixuleco, é uma vergonha, e, o que é pior, está no colo do Presidente da Casa. Mas ele deixa no colo essa possibilidade e faz, de maneira aberta, a blindagem de um Presidente que não tem mais a mínima possibilidade de governar, mesmo porque já não tinha lá atrás a capacidade de se estabelecer como o líder maior de uma Nação tão importante em todo o mundo.

É a necropolítica! É o preço de cada voto que se deu. Por isso, você que me ouve precisa olhar com mais tranquilidade para o voto de cada Deputado, dos 513 Deputados.

Fora, Bolsonaro!

Documento 4/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:12
Publ.: DCD - 02/07/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com os atos de violência praticados pela tropa de choque contra o acampamento de refugiados no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, no cumprimento de ação de reintegração de posse de ajuizada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Falecimento do fotógrafo e publicitário Januário Garcia, em decorrência da Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, eu quero fazer um grande registro. Não seria este o meu pronunciamento no dia de hoje, porque eu gostaria de falar sobre a diligência que a Comissão de Cultura fez à Fundação Cultural Palmares. Mas eu não posso deixar de tratar, neste momento, com muito pesar, do que está acontecendo em Itaguaí, no campo de refugiados.

Nós sabemos que há muitos refugiados vindo para o Brasil de outros países. No entanto, em Itaguaí, criou-se, desde o 1º de maio, o que nós chamamos de "campo de refugiados". Há 4 mil famílias ali instaladas. Pois bem, foi dada a reintegração do terreno, que é da PETROBRAS. A área não vai fazer absolutamente falta nenhuma para a empresa, até que o Governo resolva a situação de habitação para

essas pessoas.

Neste momento, estão sendo usadas bombas, e aquelas pessoas estão desesperadas, querendo que o Governo solucione essa situação. Não basta falar com o Prefeito de Itaguaí, porque ele não conseguirá resolver. Nós precisamos falar com o Governo Federal para que não retire aquelas famílias dali, principalmente por meio da tropa de choque que lá chegou neste exato momento. Está havendo um conflito, porque as pessoas estão resistindo com o próprio corpo para impedir essa reintegração. Não é que elas estejam fazendo o que querem fazer, é porque elas não têm onde morar.

O outro registro que faço, Sra. Presidente, é a passagem de Januário Garcia, mais uma vítima da COVID, mais um que está fazendo parte das 516 mil pessoas que já morreram neste País em decorrência dessa doença. Não me venham dizer que está dando tudo certo, que estão com inveja do Governo. Deus me livre invejar 516 mil mortes neste País!

Januário Garcia, fotógrafo, publicitário, fotografou os grandes momentos da história do Brasil e do movimento negro em âmbito nacional. O nosso quilombo está se esvaziando, Sra. Presidenta. Ele participou de vários eventos, da primeira marcha de negros e negras, da Marcha Zumbi dos Palmares, fez registro fotográfico de situações terríveis, de negros amarrados sendo presos, de negros que foram mortos dentro da própria casa, que foram...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputada Benedita, eu lhe dei mais 30 segundos, mas V.Exa. precisa liberar o microfone.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Sra. Presidenta, eu quero só pedir que seja registrado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento, com a homenagem que faço a Januário Garcia.

Muito obrigada por sua condescendência.

Sumário

Transcurso do Dia da Independência da Bahia - 2 de julho. Impossibilidade de comemoração da efeméride, em face da epidemia de coronavírus. Pedido ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, de denominação da futura ponte entre o Município de Salvador e a Ilha de Itaparica de Ponte Dois de Julho.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, no dia 2 de julho, a última batalha da independência do Brasil aconteceu na Bahia. O dia 2 de julho é marcado por um desfile cívico, com a participação da população baiana pelas ruas de Salvador.

O então Governador Jaques Wagner, para homenagear os heróis e as heroínas dessa luta pela independência do Brasil que aconteceu na Bahia, estabeleceu que a sede do Governo da Bahia, no dia 25 de junho, passaria a ser a cidade de Cachoeira. Essa foi uma forma de homenagear e reconhecer a luta daquelas pessoas pela batalha travada. Nós baianos nos orgulhamos das lutas e do triunfo que nós tivemos pela independência do nosso Estado, que o Governo brasileiro reconheceria como a última luta pela Independência do Brasil.

Sra. Presidenta, neste dia 2 de julho, infelizmente, por causa da pandemia, não vai acontecer o desfile, não vai ter a participação da população nessa luta, nessa batalha e nessa festa tão bonita.

Mas eu quero pedir ao Governador da Bahia, Rui Costa, que vai construir uma ponte de Salvador a Itaparica, com investimento de mais de 6 bilhões de reais, obra importante para o povo baiano, que possa homenagear os heróis e as heroínas dessa batalha colocando o nome de Ponte Dois de Julho. Essa é uma forma de reconhecimento a esses lutadores e lutadoras e, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação da história do nosso povo, da história da nossa gente.

Por isso, eu acredito que será uma decisão tão importante quanto foi a do ex-Governador Jaques Wagner de transferir a sede do Governo para Cachoeira dar o nome Dois de Julho à ponte. É uma forma de reconhecimento para, ao mesmo tempo, gravar na história baiana e brasileira o nome daqueles e daquelas que deram a vida para que a Bahia e o Brasil se tornassem independentes.

Muito obrigado. Um abraço, Presidenta.

54.2021.B Sessão Outro Evento 01/07/2021-09:24

Publ.: DCD - 02/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra tempestiva de vacinas e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, bem como o agravamento da crise socioeconômica. Atraso na imunização do povo brasileiro contra o coronavírus. Gravidade da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Governo Jair Bolsonaro. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente da República, diante da omissão sobre a denúncia de corrupção na compra de imunizantes, apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de nova manifestação no País contra o Governo Federal. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rosângela Gomes, Deputados que acompanham esta sessão, povo brasileiro, nesta quinta-feira quero me dirigir a todo o nosso povo para fazer algumas perguntas e algumas afirmações.

Já é sabido por todos que o Presidente, que o Governo brasileiro recusou mais de cem propostas de compra de vacinas da Pfizer, de doses da Coronavac. Com o atraso na compra das vacinas, empresas ficaram fechadas, o desemprego aumentou, a fome aumentou, e morreram de COVID 516 mil brasileiros. Segundo os especialistas, 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. Diferentemente do que diz o Governo, o Brasil é o 71º país do mundo em vacinação da população. Setenta países vacinaram mais do que o Brasil. E não podemos esquecer que o Brasil tem *expertise* na área de vacinação. O Governo brasileiro, de forma estranha, decidiu comprar a vacina indiana Covaxin, que ainda não havia sido autorizada pela ANVISA, por um preço 1.000% acima do das outras vacinas. E agora há denúncia, do representante da empresa, de que se pediu propina de 1 dólar por dose.

A denúncia é muito grave. Por que uma empresa foi usada como intermediária para compra da vacina, queria ser utilizada para compra da vacina, se todas as outras vacinas foram compradas diretamente do laboratório? E essa empresa cresceu 6.000% durante o Governo Bolsonaro!

O Deputado Luis Miranda afirmou que avisou o Presidente em março, e

o Presidente não fez nada. Afirmou que o Líder do Governo estava envolvido, e o Presidente não fez nada. O Presidente prevaricou! O Presidente sabia de tudo, e não fez nada! Nós precisamos saber o que aconteceu efetivamente.

Eu pergunto: por que o Governo manda investigar quem denuncia e não manda investigar a denúncia feita por um Deputado desta Casa, por um Deputado da base aliada?

Antes, a denúncia internacional era de genocídio, em decorrência de o Presidente não respeitar as normas sanitárias, não respeitar as recomendações, andar sem máscara, estimular o uso de medicamentos sem eficácia e se recusar a comprar vacinas. Agora, além de genocídio, a denúncia é de corrupção.

No próximo sábado, nós iremos para as ruas, com todo o cuidado, com máscara, álcool em gel, iremos para as praças, com todo o cuidado, para manifestar a nossa indignação.

Ontem, um grande grupo de partidos, de lideranças desta Casa e do Senado, apresentaram um superpedido de *impeachment*. São 124 pedidos, Srs. Deputados. Faço esta solicitação ao Presidente Arthur Lira: vamos abrir o processo de *impeachment*! Quem não deve não teme! E o Governo está escondendo o jogo. É hora de "Fora, Bolsonaro!" *Impeachment* já!

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 7/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:36
Publ.: DCD - 02/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de ampla investigação de denúncias de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Necessidade de esclarecimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, das razões da preferência à aquisição da vacina Covaxin, em relação às vacinas Pfizer e Coronavac. Conivência do Presidente Jair Bolsonaro com o esquema de corrupção na compra de imunizantes no âmbito do Ministério da Saúde, demonstrada em sua omissão diante da informação pessoal do Deputado Luis Miranda sobre o caso. Manutenção do Deputado Ricardo Barros no cargo de Líder do Governo na Casa, não obstante o seu envolvimento em denúncias de superfaturamento na

aquisição de vacinas. Intimidação dos denunciantes do esquema de corrupção, pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta Rosangela Gomes e colegas Parlamentares. Bom dia, povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

Presidenta, a minha avaliação, como a de milhões de brasileiros, é a de que o caso de corrupção a respeito de compra de vacinas precisa ser logo investigado, com profundidade, porque efetivamente ultrapassa todos os limites não só da ilegalidade - não é só um ato absolutamente reprovável de corrupção -, mas também da desumanidade. Quando imaginávamos, Deputado Frei Anastacio Ribeiro, Deputado José Ricardo, que, em fevereiro, enquanto milhares de brasileiros morriam todos os dias, ainda num momento intenso da pandemia, o Governo Bolsonaro, ao que tudo indica, deixaria de comprar vacinas e exigiria propina de 1 dólar por dose para fazer essa compra.

As evidências são enormes. A Covaxin, por exemplo, que é uma das vacinas envolvidas nessa trama de corrupção do Governo Bolsonaro, é a mais cara, Deputado José Ricardo, das vacinas que o Brasil comprou. Como se explica que o Governo tenha deixado de comprar doses disponíveis da vacina da Pfizer, da Coronovac, para comprar 20 milhões de doses de uma vacina muito mais cara e que ainda nem tinha sido aprovada pela ANVISA?

Além disso, há uma questão central. O Deputado Federal Luis Miranda e o seu irmão, que é um servidor de carreira, procuraram o Presidente Jair Bolsonaro em março deste ano e avisaram que havia um esquema de corrupção referente à compra de vacinas no Ministério da Saúde. Diante dessa acusação, só restariam ao Presidente da República duas respostas. Ele não deu nem uma nem outra. Resposta um: dizer que o Deputado Luis Miranda estava mentindo e que não o procurou. Resposta dois: solicitar imediatamente, à época, a abertura de investigação pela Polícia Federal para detectar se havia ou não corrupção no Ministério da Saúde. O Presidente foi conivente, não abriu investigação e não desmentiu o Deputado Luis Miranda.

O silêncio do Presidente da República é ensurdecador. O Líder do Governo, dizem as denúncias, estaria envolvido nesse esquema. Ele continua Líder do Governo. O Presidente escalou o seu Ministro Onyx Lorenzoni para tentar intimidar o Deputado Luis Miranda e o seu irmão, o denunciante. Por fim, um aliado do Presidente entra com representação no Conselho de Ética contra o Deputado que fez a

denúncia. Está tudo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 8/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:40
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Estruturação da impunidade no Brasil, demonstrada na condenação de Desembargadora do Estado do Amazonas à pena de aposentadoria compulsória com vencimentos integrais, acusada de venda de sentenças a traficantes; no favorecimento ao Governador do Amazonas por Deputado Estadual, membro da CPI da Saúde, e por sua genitora, Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e na manutenção de privilégios pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção do Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra a doença viral. Pedido de impeachment do Presidente da República. Realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, muito bom dia. Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Ontem, aqui no Amazonas, uma desembargadora foi condenada pelo CNJ. Foi acusada de vender sentenças e favorecer traficantes. A pena foi a aposentadoria compulsória. A desembargadora vai continuar recebendo o seu salário por toda a vida.

Também ontem a CPI da COVID no Senado solicitou a quebra do sigilo bancário e de vários outros sigilos de um Deputado Estadual que estava na Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde aqui no Amazonas e também da sua mãe, que é conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

Há indícios de que eles favoreceram o Governador do Estado, e ele não foi indiciado nas investigações referentes à pandemia do coronavírus, a esquemas que envolvem interesses de empresas. E há um estranho crescimento de patrimônio tanto do Deputado quanto da

mãe, conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas.

Eu trago essas duas informações porque elas têm a ver com a estrutura de impunidade que existe no Brasil. Nesta Casa, está em tramitação a PEC da Reforma Administrativa, que não atinge os privilégios, essas vantagens e essas formas de impunidade que envolvem membros do Judiciário, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e de outros órgãos públicos. A intenção é fazer uma reforma para prejudicar os trabalhadores, os professores, os policiais, os funcionários administrativos de modo geral. Não é justo isso. Ou se faz uma reforma administrativa de verdade, que mexa com todos os Poderes, ou se entende que o Governo, de novo, está querendo tirar direitos dos trabalhadores, enfraquecendo o serviço público e, com isso, prejudicando a população.

Sra. Presidente, quero falar agora sobre a entrega do superpedido de afastamento do Presidente da República.

Estamos vendo agora não só as mortes causadas por este Governo incompetente, omissivo, as ações deliberadas do Presidente, mas também atos de corrupção, favorecimento de empresa, propina em compra de vacinas, uma coisa desumana. Desumana! Não é só corrupção, é desumanidade! Mais de meio milhão de pessoas perderam a vida. Agora estamos vendo que houve superfaturamento de 1.000%, propinas.

Se 450 milhões de doses tivessem sido compradas, a propina seria de 450 milhões de dólares, o equivalente a 2 bilhões e 200 milhões de reais. Essa é a proposta deles. Este é o Governo da morte. Aqui no Amazonas, mais de 13 mil pessoas morreram de COVID.

Temos realmente que pedir o afastamento. No sábado, o povo irá para as ruas, mais uma vez, contra este Governo genocida.

Sra. Presidenta, peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 9/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:44
Publ.: DCD - 02/07/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter político do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, apresentado por sindicatos e partidos esquerdistas. Determinação, pelo Presidente da República, de investigação de denúncias de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sra. Presidente Rosangela Gomes. Obrigada por me conceder a palavra. Bom dia a todos.

Nesta semana me chamou a atenção o termo "superpedido" de *impeachment*. Na realidade, houve um ato político, uma tentativa de atrapalhar o Governo Bolsonaro. Fui avaliar os componentes e vi que são os mesmos da Esquerda, alguns sindicatos. Disseram também que havia Deputados da Direita, três especificamente, que dispensam comentários.

Ontem ouvi um Deputado da Esquerda dizer, no período de Breves Comunicados, que vários bolsonaristas já se arrependeram de defender o Presidente Bolsonaro. Ledo engano, caro colega! Quem é bolsonarista não se arrepende e não se arrependerá. Esses que o senhor elencou, três especificamente, só usaram o nome de Bolsonaro para se eleger. Por isso, jogaram a toalha. Ninguém consegue fingir ser quem não é por muito tempo.

Sabemos, sim, que o Presidente mandou investigar as denúncias através do segundo homem do Ministério da Saúde, o Sr. Elcio Franco. *(Falha na transmissão.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputada Dra. Soraya Manato...

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Oi, pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Desculpe-me interromper a fala de V.Exa., que é sempre tão presente, tão determinada. Contudo, V.Exa. está com a Internet muito ruim. Está cortando demais o som. Não está saindo de forma positiva a fala de V.Exa. Não sei se é a Internet ou o local em que V.Exa. está. Se V.Exa. quiser, pode refazer a fala.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Provavelmente, vou querer, sim. Está bem.

V.Exa. poderia passar a palavra para outra pessoa e depois voltar para mim?

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) -
Volto, sim, sem problema nenhum.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Obrigada.

Documento 10/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:48
Publ.: DCD - 02/07/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perplexidade e indignação do povo brasileiro diante das graves denúncias de corrupção no processo de compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a recusa do Presidente da República à aquisição tempestiva de imunizantes contra a doença viral.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Bom dia, Presidente Rosangela Gomes. Cumprimento V.Exa.

Quero dizer que o Brasil, Presidente, assiste indignado e estarecido às graves denúncias de corrupção, de propina, na compra de vacinas. São 520 mil pessoas, vidas, almas, que sucumbiram. Agora há a descoberta da corrupção. Deixaram de comprar a vacina da Pfizer em tempo, por valores razoáveis - vacina afirmativa e positiva -, para agora comprar uma vacina atrasada e ainda com propina.

Compraram a Covaxin da empresa Madison Biotech, lá de Singapura, que é um paraíso fiscal, com propina de 1.000%. Então, uma dose, que custava 1,34 dólar, foi comprada por 15 dólares, ou seja, foi 1,6 bilhão de propina. É inaceitável isso! Foram 20 milhões de doses. É um prejuízo enorme para a população, para o Brasil. É inaceitável!

"Ah, mas não se consumou". Não se consumou porque o TCU descobriu, porque nós denunciemos aqui. A vacina da Pfizer levou 330 dias para ser comprada, e a COVAXIN, em 99 dias, já estava pronta. Então, foi um prejuízo enorme para o País, com 1.000% de propina. Desdenharam da vacina e agora compraram a vacina com propina.

Se não bastasse isso, agora há a AstraZeneca também com propina. Falo da compra de 400 milhões de doses, com propina de 1 dólar por dose, ou seja, seriam 5 reais, em média, vezes 400 milhões, o que dá 2 bilhões de reais de propina, contratados, empenhados. Isso só não foi

pago porque foi denunciado.

O Brasil tem 2,7% da população mundial, mas, das mortes que ocorrem no mundo, 14% ou 13% ocorreram no Brasil. Olhem a disparidade. Morreram 5 vezes mais pessoas no Brasil do que na média do mundo. Ora, porque trataram mal. Não compraram vacina. "Ah, se tomar a vacina, vira jacaré", "A vacina é comunista". Na verdade, a vacina vira propina, vira esquema. Isso é desumano, é inaceitável e tem que ser denunciado!

A população clama por vacina, pede por vacina, precisa de vacina, e eles fazem jogatina com a vacina, para ganhar dinheiro em cima das mortes, em cima do drama de cada família.

Ora, quem perdeu um familiar, às vezes o provedor da casa, o pai, a mãe, aquele que botava o pão na mesa e a boia no prato, perdeu seu ente querido porque não havia vacina, e não havia vacina porque estavam montando negócio para comprar vacina com propina e ganhar vantagem em cima da morte, vantagem em cima da dor, do sofrimento e da angústia das pessoas. Como aceitar isso? Como concordar com isso? Ora, pelo amor de Deus!

O seu Governo, Presidente Bolsonaro, começa a ruir e do pior jeito: pela propina e pela corrupção. Era imaginável, mas é inaceitável e tem que ser denunciado.

Documento 11/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:52
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de ato ecumênico em homenagem póstuma aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência do coronavírus, em Aracaju, Estado do Sergipe. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de novas manifestações populares contra o Presidente da República. Urgente necessidade de investigação das graves denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Saúdo a Presidenta Rosangela Gomes e todos os demais

colegas da sessão neste momento.

Eu queria registrar, Sra. Presidenta, que ontem, no final da tarde, na Praça Fausto Cardoso, em Aracaju, realizou-se um ato inter-religioso com religiões de matrizes africanas, católicos e evangélicos, além de movimentos sindicais populares e do nosso partido, que também lá estava presente, para homenagear e prestar solidariedade às mais de 500 mil vítimas da COVID-19 e protestar contra a falta de um governo sério e comprometido com este País.

Nós nos solidarizamos com todos os que perderam seus queridos parentes e amigos e continuam perdendo. Foi um ato muito forte e importante, para mostrar ao povo sergipano e ao povo brasileiro que aqueles que acreditam na vida não abandonarão a luta, em defesa de uma nação livre, justa e soberana, pela saúde pública e por cuidados com o povo brasileiro.

Eu também queria registrar, Sra. Presidenta, que nós não estávamos presentes, mas acompanhamos e damos nosso total apoio ao grande pedido, superpedido de *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Como já falaram outros Parlamentares que me antecederam, é um Governo envolvido com a morte. É um Governo genocida e é um Governo que negociou e negocia propina através de uma das coisas mais sagradas que a ciência descobriu. Nós poderíamos ter hoje a maioria da nossa população vacinada - se não toda a população -, se tivéssemos um Ministério da Saúde e um Governo que cuidassem do povo brasileiro.

Por isso, mais uma vez, no próximo sábado, dia 3, vamos às ruas no Brasil inteiro em defesa da vida, em defesa da vacina, pelo *impeachment* e pelo fora, Bolsonaro.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa, Sra. Presidenta Rosângela Gomes, o nosso pronunciamento em defesa do povo brasileiro e pelo *impeachment*, por um processo urgente para investigação das graves denúncias feitas inclusive por Parlamentares desta Casa sobre o Governo Bolsonaro.

Muito obrigado.

Documento 12/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:00
Publ.: DCD - 02/07/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Protesto contra a cobrança de Imposto de Renda dos contribuintes com renda mensal de até três salários mínimos, preconizada na proposta governamental de reforma tributária. Continuidade da prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro, no tocante às medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Realização, no Estado da Paraíba, de manifestação contra o Governo Federal.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, é triste constatar que o Governo Bolsonaro faz de tudo para penalizar o povo. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que a reforma tributária de Paulo Guedes vai penalizar quase 7 milhões de brasileiros. O estudo mostra que o Governo vai proibir quem recebe até três salários por mês de fazer a declaração de Imposto de Renda em formulário simplificado. Hoje, esse tipo de declaração é livre para qualquer faixa de renda, mas, com essa medida do Governo, essas 7 milhões de pessoas vão pagar mais impostos. Neste Governo é assim: para eles, farra do dinheiro público; para o povo, só aperto.

Sra. Presidenta, enquanto a CPI da COVID avança, o Bolsonaro continua praticando crimes de responsabilidade. *A Folha de S.Paulo* levantou pelo menos 10 crimes cometidos por ele em 3 semanas. Ele diz que quem teve COVID ou foi vacinado não precisa usar máscara. Além de ter retirado a máscara de uma criança que pegou no colo no Rio Grande do Norte, o Bolsonaro anda dizendo que máscara faz mal às crianças. É a CPI apertando o cerco, e o Bolsonaro empurrando o povo para a morte e cometendo crimes.

Também registro que, aqui na Paraíba, estaremos nas ruas no dia 3 protestando: "*Fora, Bolsonaro!*". Pediremos a queda deste Governo corrupto e genocida, que destruiu o Brasil e manda o povo para a morte. Portanto, fora, Bolsonaro!

Sra. Presidenta, peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e pelas redes de comunicação da Câmara dessas duas falas que aqui fiz.

Muito obrigado.

Documento 13/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:00
Publ.: DCD - 02/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES

Sumário

Defesa de aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Defesa da realização de manifestações presenciais e virtuais contra o Governo Federal. Quadro de desemprego, fome e extrema pobreza reinante no Brasil. Fracasso da gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Razões do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Aumento dos preços de alimentos e da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta, minha amiga Rosângela, Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Eu quero o *impeachment* deste Governo, porque ninguém aguenta mais esse debate do mundo imaginário. O mundo é objetivo, concreto. E, dentro do campo concreto, das coisas objetivas, este Governo é genocida.

Este Governo é corrupto. Ele é corrupto e genocida pela omissão. Este Governo teve várias oportunidades de salvar vidas e de ter empatia pelo nosso povo, e não o fez.

Depois do negacionismo, surge a verdade, porque de fato a verdade nos libertará. E a verdade é que o Governo esperava propina para comprar vacinas.

Portanto, chegou a hora de ocupar as ruas e as redes, fazer um movimento de pressão de fora para dentro do Parlamento e colocar um ponto-final neste Governo, um Governo que não deixou o palanque, um Governo que continua produzindo inimigos imaginários, um Governo que usa *fake news* e meias verdades para tentar enganar o povo brasileiro. Mas o inimigo concreto do País são os quase 15 milhões de desempregados, o inimigo concreto deste País são os 100 milhões de brasileiros e brasileiras com dificuldade de alimentação. Há quase 30 milhões de brasileiros voltando para a extrema pobreza, e o que o Governo faz? O Governo tem um Ministro da Economia terraplanista, um Ministro negacionista, um Ministro que está destruindo o que sobrou da indústria brasileira, um Ministro que não tem um projeto de retomada do crescimento econômico.

Esse crescimento do PIB é um crescimento criativo. Ele se deu pelo aumento dos preços no setor primário exportador brasileiro, que sequer é pagador de impostos, porque tem isenção na exportação da proteína animal, da proteína vegetal e do minério. O povo brasileiro, como diz muito bem Maria da Conceição Tavares, não come PIB, mas esse PIB,

que não significa aumento do consumo das famílias, que são responsáveis por 80% da nossa economia, não vai produzir desenvolvimento, sociodesenvolvimento, desenvolvimento que possa atender ao povo brasileiro.

O povo está vivendo uma carestia e agora com a falta de investimentos, depois do golpe na Presidenta Dilma, nesses últimos 6 anos, nós assistimos à agência de regulação do setor energético brasileiro aumentar 52% a tarifa da energia para os mais pobres, para o setor produtivo.

Então, é lamentável! Não resta outro caminho para salvar vidas, salvar o que sobrou da economia e salvar este País do que o "fora, Bolsonaro" e a ocupação das ruas no sábado, dia 3.

Quero aqui, Presidenta, pedir que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Obrigado.

Documento 14/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:04
Publ.: DCD - 02/07/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter político do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, apresentado por sindicatos e partidos esquerdistas. Determinação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da investigação de contratos de compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Proibidade do Presidente da República. Desestruturação da saúde pública pelos governos petistas.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, por me conceder mais uma vez a palavra. Parabéns pela condução do trabalho! Bom dia a todos que estão participando desta reunião.

Esta semana me chamou a atenção o termo superpedido de *impeachment*, que na realidade foi um ato político, uma tentativa de atrapalhar o Governo Bolsonaro. Fui avaliar os componentes desse superpedido e vi que são os mesmos da Esquerda, de alguns sindicatos, alguns baderneiros. Disseram eles também que havia Deputados da Direita no pedido, três especificamente, cujos nomes

dispensam comentários.

Ontem vi um Deputado da Esquerda falar, nos Breves Comunicados, que vários bolsonaristas já se arrependeram de defender o Presidente Bolsonaro. Ledo engano, caro colega. Quem é bolsonarista não se arrependeu e não se arrependerá. Esses que V.Exa. elencou, três especificamente, só se beneficiaram do nome Bolsonaro para se elegerem. Por isso, já jogaram a toalha. Como diz o ditado, não se consegue fingir por muito tempo.

Sabemos que o Presidente mandou, sim, investigar, determinou que o segundo homem do Ministério avaliasse esses contratos da compra de vacinas, e a Polícia Federal também já está em ação. Nós, bolsonaristas convictos, estamos firmes e fortes com o nosso Presidente, pois sabemos da sua honestidade, sabemos da sua lisura e do comprometimento com o povo brasileiro.

Somos o terceiro País que mais vacina. Genocidas e desumanos, como o colega anterior falou, são Lula e Dilma, que, de 2008 a 2018, fecharam 40 mil leitos do SUS, meus amigos, desestruturaram também as UTIs, desestruturaram os hospitais, a saúde. Sabem por quê? Porque esse dinheiro foi desviado para abastecer os bolsos dos apadrinhados, dos incompetentes que ocupavam altos cargos do Governo. Como diz um amigo produtor rural: "*Os bezerros berram quando a teta seca*".

Fora, Lula ladrão!

Documento 15/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Superação da marca de meio milhão de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Recorde no desemprego no Brasil. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 42%. Retomada dos índices inflacionários. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização de nova manifestação no País pelo impeachment do Presidente da República. Retomada dos direitos políticos do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Bolsonaro dolarizou a propina. É isso que está na boca do povo. Estão aqui o Bolsonaro, o sangue, o dólar e a propina.

Quem diria, hein? Dolarizou a gasolina, fala em dolarizar a economia, mas o que Bolsonaro dolarizou mesmo foi a propina, com um dólar para a "família", para cada dose de vacina. Corrupto, o mito acabou. E não adianta os bolsonaristas ficarem tão nervosos.

Além de corrupto, é bom lembrar que ele é genocida. Passamos de meio milhão de mortes no Brasil. E, agora, Deputado Célio Moura - vejo que V.Exa. está com muita saúde, um grande abraço -, há também 15 milhões de desempregados, mais um recorde do Governo Bolsonaro; houve 42% de aumento na conta de luz, a bandeira vermelha vai ficar até novembro, e eles querem entregar a ELETROBRAS;

há retomada inflacionária no Brasil; e há a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, para colocar os recursos públicos nas mãos de empresas privadas e acabar com a prestação de serviços de saúde e educação.

Por isso, no dia 3 de julho, vamos ter muita gente nas ruas pedindo *impeachment*, pedindo para que se investigue a dolarização da propina no Brasil, que é o que Bolsonaro conseguiu.

Eu, às vezes, fico com dó de quem votou em Bolsonaro e se iludiu, mas não tenho dó daqueles que continuam falando inverdades ao povo brasileiro.

Agora, julgado pelo Supremo, o que nós temos de Lula? Lula foi perseguido. Lula é inocente. Moro foi considerado oficialmente um juiz ladrão. E o Presidente Lula, injustiçado, agora retoma os seus direitos políticos. Isso tem deixado, sim, os bolsonaristas com os nervos à flor da pele. Estão nervosos. E hoje na CPI haverá mais: vai lá a pessoa que está denunciando a dolarização da propina feita pelo Governo Bolsonaro.

Temos que conclamar o nosso povo a não permitir que continue essa destruição no Brasil. Nós não podemos ter genocídio rimando com propina e falta de vacina. Um Governo que dizia que era "vachina" agora se lambuzava com a propina da vacina. O Governo Bolsonaro é uma farsa completa.

Deixo isso registrado, mais uma vez, para o povo brasileiro saber de fato quem é Bolsonaro e a "família" dele. Aliás, é bom lembrar que o filho caixa da sua família, o Flávio Bolsonaro, foi ao BNDES arrumar

dinheiro para a empresa que está sendo denunciada por essa farsa e essa dolarização da propina.

Fora, Bolsonaro! Em 3 de julho, pessoal, todos às ruas! Nós precisamos acabar logo com essa sangria que está acontecendo no Brasil.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 16/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:12
Publ.: DCD - 02/07/2021 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Unificação de pedidos de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Relação entre a recusa do Presidente da República à compra tempestiva de vacinas, e a morte de 400 mil brasileiros pela Covid-19. Colapso do sistema de saúde no Estado de Tocantins provocado pela epidemia de coronavírus. Prática de corrupção pelo Governador tocantinense. Defesa da alocação de recursos para as universidades federais, para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e para a saúde pública. Defesa de fortalecimento do Programa Luz para Todos. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras - S/A - ELETROBRAS. Protesto contra o reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Convocação do povo brasileiro para a manifestação nacional a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, foi um superdia, uma super quarta-feira, o grande pedido de *impeachment*, juntando todos os 122 processos num só. Vários Deputados, vários partidos, vários movimentos sociais, vários movimentos populares estiveram presentes numa grande festa no Salão Negro, do Congresso Nacional.

Mais de 400 mil brasileiros não teriam morrido se este Governo genocida tivesse vacinado o povo, em vez de fazer maracutaia na compra da vacina para ganhar dólar. Ele preferiu não comprar as vacinas e deixar a população morrer.

É lamentável, Sra. Presidente, o que está acontecendo. Tocantins é o Estado que tem menos vacina. Todos os hospitais estão lotados, sem leitos de UTI.

O Governador daquele Estado é o maior bolsonarista dos

Governadores do Brasil! É um Governador desrespeitado. Ninguém confia nele. Corrupto! Todo o mundo sabe disso.

Nós precisamos ter mais filhos de pobres na universidade. Nós queremos mais dinheiro para os institutos federais e para as universidades. Nós queremos dinheiro para a saúde, que eles retiraram. Queremos dinheiro para os hospitais, que estão sem condições de funcionar. Nós queremos mais Luz para Todos e não a privatização da ELETROBRAS. Não queremos mais 52% de aumento na energia elétrica, como está dito aí.

Nós queremos o povo nas ruas no dia 3 de julho, sábado. Todos os brasileiros e todas as brasileiras, estudantes, evangélicos, trabalhadores rurais, todos os que foram demitidos, vamos para a rua pedir o *impeachment* desse Presidente, que só gosta de dólar, que mente para o povo brasileiro, que quer fechar as universidades, que acabou com o Programa Luz pra Todos, que está acabando com o Bolsa Família, que está deixando a fome voltar para os lares brasileiros.

São 15 milhões de brasileiros desempregados! E esse Bolsonaro mentindo para o povo brasileiro.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Célio Moura, eu já lhe 30 segundos e irei lhe dar mais 30 segundos para que termine. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Paulo Guedes. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Tabata Amaral. *(Pausa.)*

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Sra. Presidente, não tinha terminado o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Célio, V.Exa. falou por 3 minutos e eu acrescentei mais 30 segundos. O microfone fechou e eu lhe dei mais 30 segundos, mas V.Exa. virou as costas e estava saindo.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. colocasse a minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:24
Publ.: DCD - 02/07/2021 - TABATA AMARAL-PDT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com a denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Relação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Falta de condições do Presidente Jair Bolsonaro para continuidade na governança do País. Prática histórica de corrupção pelo Presidente da República. Adesão da oradora ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente.

No lugar de onde eu venho, a corrupção sempre matou. A corrupção na segurança, na saúde, na educação desviou e desvia recursos importantes daqueles que mais precisam. No entanto, esta é a primeira vez em que eu vejo a corrupção ultrapassar todas as barreiras com os seus impactos: barreiras de cor, de renda, de CEP. Eu estou falando do coronavírus, do escândalo com a Covaxin.

A esta altura, todos nós já perdemos alguém que amávamos. Dói demais! Dói demais saber que pelo menos 300 mil vidas poderiam ter sido salvas, não fosse a omissão, o negacionismo, mas principalmente a corrupção do Governo Bolsonaro.

Dói demais saber que, enquanto a Coronavac e a Pfizer tinham os seus pedidos ignorados, o Governo tramitava, de forma acelerada, a negociação com a Covaxin, apesar de ser mais cara, apesar de não ter sido aprovada pela ANVISA.

Aqui, eu sou muito direta ao dizer que um Governo que tentou lucrar enquanto mais de meio milhão de brasileiros morria, um Governo que roubou neste momento tão duro perdeu o seu direito de governar.

Sempre ouvi de pessoas próximas e de colegas Parlamentares que continuavam apoiando o Governo Bolsonaro porque ele havia tirado a corrupção do poder. Eu nunca acreditei nessa história. Bolsonaro é aquele que superfaturou o combustível, Bolsonaro é aquele da Wal do Açaí, de funcionários fantasmas e rachadinhas. Mas, ainda assim, aqueles que conseguiram fechar os olhos para esse histórico não têm

mais como argumentar, não têm mais como ignorar que Bolsonaro é corrupto - e da pior espécie.

Foi por isso que, ontem, eu me uni ao movimento, que foi da Esquerda à Direita, para protocolar um superpedido de *impeachment*. No entanto, poucos Parlamentares aderiram a esta causa, poucos Parlamentares se posicionaram. E esta não é uma escolha difícil.

A história não perdoa quem é conivente com a morte, quem não tem coragem de se posicionar diante das maiores atrocidades. Ainda é tempo de pular desse barco. O *impeachment* é urgente, é necessário, é a única coisa certa a se fazer.

Impeachment já!

Documento 18/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:28
Publ.: DCD - 02/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apuração de denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Não adoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de providências a respeito do caso. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Natureza vexaminosa da entrevista do Presidente Arthur Lira sobre o pedido de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.

Eu queria dizer que, neste momento, todas as manchetes dos jornais dizem: "*Ministério Público e Polícia Federal agora vão apurar a compra da Covaxin*". E outra manchete é: "*Barros se mantém Líder do Governo*" - Ricardo Barros.

No dia 20 de março, o Deputado Luis Miranda comunicou ao Presidente: "*Tem corrupção no Ministério da Saúde*". E o que o Presidente fez? Nada! Nada! Agora a Polícia Federal vai abrir um inquérito? Agora, que existem mais duas denúncias de corrupção, não só com a Covaxin, mas com a AstraZeneca e com a vacina chinesa da CanSino?

Então, é óbvio que, além de ser o responsável por 518 mil mortes, o Governo genocida é corrupto e não tem como responder, senão o Bolsonaro iria lá na porta do Palácio dar uma entrevista agora, neste momento, e o Líder Ricardo Barros iria subir à tribuna para se explicar, e não ficar no Twitter, duas ou três vezes, dizendo que não é ele. É claro que é ele.

Vai depor no Senado, neste momento, Luiz Paulo Domingueti, aquele que queria vender a vacina, de quem foi cobrada a propina de 1 dólar por vacina. Estamos falando de bilhões de dólares em corrupção neste momento. E o engraçado é que existem Parlamentares que ainda dão sustentação a Bolsonaro.

Eu quero lembrar aqui a cantoria do General Heleno numa convenção do PSL: "*Se gritar pega Centrão, não sobra um, meu irmão*". Agora ele está falando que o Centrão faz parte da paisagem, porque o Centrão fica sentado em cima do pedido de *impeachment*. É uma vergonha a entrevista de ontem do Deputado Lira. Ele nem leu o pedido com 23 crimes de responsabilidade.

Por isso, Presidente, nesse momento em que a inflação, o desemprego, as mortes por COVID e a corrupção assolam o País e o genocídio está posto, só há uma coisa a fazer: puxar o pedido de *impeachment* imediatamente! A pressão das ruas vai fazer o resto no dia 3 de julho. Até bolsonaristas estão abandonando o barco, sim. Basta ver o vídeo de uma Deputada bolsonarista desanimada pedindo orações para salvar o Governo Bolsonaro.

Genocídio e corrupção não têm salvação. *Impeachment* já, com o povo na rua imediatamente!

Obrigado, Presidente.

Documento 19/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:40
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Casa de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, fundamentado em 23 crimes de responsabilidade. Apelo à Presidência e aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei nº 4.710, de 2020, sobre a importação pelo Brasil de medicamentos, insumos e equipamentos relacionados à área da saúde, por meio da Organização Pan-



Americana da Saúde - OPAS. Apresentação da Emenda nº 1 à proposição para prorrogação, por um ano, de contratos de médicos intercambistas junto ao Programa Mais Médicos. Defesa do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Realização de novas manifestações populares contra o Governo Federal.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - É preciso aguardar que abram o áudio para eu poder falar através do microfone. Obrigado.

A insanidade do Governo Bolsonaro já é conhecida, e ontem o processo com 23 crimes de responsabilidade foi entregue. O que não falta é crime nesse Governo - corrupção, ladroeira, genocídio, destruição das políticas públicas. E essa insanidade continua.

Parece incrível, mas, em plena pandemia, com mais de 520 mil mortes, o Governo Bolsonaro não quer prorrogar os contratos dos profissionais que atuam no Programa Mais Médicos, Presidenta. São centenas de médicos que estão atuando em diversos Municípios no Brasil que terão seus contratos encerrados ainda neste mês de julho, e outros em agosto.

Nós já cobramos do Ministério da Saúde, e informaram que não iriam fazer a renovação. A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o requerimento recomendando ao Ministério da Saúde a prorrogação por pelo menos mais 1 ano, para a atuação durante o enfrentamento da pandemia. A Frente Nacional de Prefeitos também está cobrando, assim como os Conselhos Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

Nós apresentamos uma emenda, a Emenda nº 1, ao Projeto de Lei nº 4.710, de 2020, que está na pauta desta Casa para hoje, Presidenta. Essa emenda aprova, em decorrência da pandemia, a prorrogação por 1 ano dos contratos dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos que irão vencer durante o ano de 2021, independentemente do tempo que eles já atuaram anteriormente no programa. Esse PL 4.710 é aquele que autoriza o Brasil a importar medicamentos, insumos e demais itens correlatos de saúde, por meio da Organização Pan-Americana da Saúde, e esses contratos dos profissionais intercambistas do Mais Médicos são feitos também pela Organização Pan-Americana da Saúde.

Presidenta, colegas Parlamentares, povo brasileiro que nos acompanha, são centenas de médicos que estão hoje atendendo e se despedindo dos seus pacientes pela insanidade desse Governo.

Peço a V.Exa., Presidenta, que está agora na condução dessa sessão,

e a todos os colegas, Líderes e demais Deputados que possamos, efetivamente, colocar em apreciação hoje o PL 4.710, muito importante para o enfrentamento da pandemia, com a compra de insumos, e medicamentos, e acrescentarmos, através da Emenda nº 1, a prorrogação do contrato de centenas de médicos que deixarão pacientes, famílias sem a cobertura, sem o acompanhamento na maior crise sanitária que o Brasil e o mundo já atravessaram. Essa é uma medida que não pode ser postergada. Precisamos atuar aqui.

Claro que a medida mais importante em termos de saúde pública é o *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Para isso, dia 3, estaremos nas ruas, novamente, clamando pela solução da situação de crise que nós estamos vivendo. Mas, enquanto o *impeachment* não sai, precisamos diminuir o estrago que esse Governo vem fazendo, e esse estrago de demitir centenas de médicos não pode prosperar.

Obrigado, Presidenta.

Documento 20/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:48
Publ.: DCD - 02/07/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à campanha de orientação sexual de crianças, promovida pela rede de fast-food Burger King. Incoerência do posicionamento da Esquerda a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da apuração de denúncia de compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Deputada Rosângela Gomes, parabéns pela condução dos trabalhos!

Registro, dentro do mundo da psicologia, um detalhe importante: a criança não sabe discernir entre mandamento, orientação e sugestão. Em outro ângulo, Sra. Presidente, 70% daquilo que carrego para o resto da vida eu aprendo até os 7 anos, 8 anos de idade. Por esta razão, os ideólogos de gênero tentam encucar na cabeça das crianças suas doutrinações. O mais recente e infeliz fato é da empresa Burger King, ao não respeitar a família brasileira, a criança brasileira, que é cliente dessa empresa, até porque, quando um adulto lhe fala uma coisa, *a priori* ela acredita, sobretudo quando são os pais.

Quero, portanto, aqui registrar, com indignação, a visão da empresa,

no sentido de trazer orientação moral e sexual para as crianças do Brasil. Que esse empresário entenda que está situado no Brasil para buscar seus dividendos, seus lucros econômicos, mas ele não tem moral para ditar para minha família, nem para a família da maioria dos brasileiros, como devo orientar meus filhos. Ele tem que respeitar as faixas etárias das nossas crianças brasileiras. Fica este registro de indignação, e peço que ele seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Outro ponto importante, Sra. Presidente, diz respeito a essa batalha de verbalização acerca do *impeachment*. Ora, a Esquerda governou por 14 anos, e havia denúncias, um fato atrás do outro, a cada mês, a cada semana.

Agora ela se reveste de um espírito de zelo, de honestidade, para atacar um Presidente que, há mais de 2 anos, tem-se credenciado no sentido da sua postura.

Se essa recente história da vacina é verdade ou não - é claro que eu discordo de compras com valores acima daquilo o que é correto e não estou aqui registrando concordância -, na matemática do mais e menos, é a primeira vez que se tem uma denúncia - e quero que seja apurada -, diferente deles, que sempre tinham uma denúncia a cada dia, a cada semana, a cada mês.

Que Deus salve esse Brasil de pessoas hipócritas!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 21/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:52
Publ.: DCD - 02/07/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perplexidade da sociedade diante da comprovação, pela CPI da Covid, do desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro à vida dos brasileiros no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Desestruturação do patrimônio público nacional pelo Presidente da República. Solicitação ao Tribunal de Contas da União - TUC, de elaboração de parecer sobre a legalidade da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito, levada a efeito no Senado Federal, que investiga escândalos em torno da pandemia com a superposição de denúncias, fez-me lembrar o ex-Deputado Lysâneas Maciel, que foi cassado pela ditadura, quando ocupava esta tribuna durante o pronunciamento que fazia. Lysâneas dizia: *"Estou falando da penúltima denúncia, porque a última está acontecendo agora e dela vamos tomar conhecimento daqui a alguns minutos ou algumas horas"*.

Refiro-me a isso, Sra. Presidente, porque o povo brasileiro deve estar assustado, alarmado com tudo aquilo que vai sendo comprovado: o desrespeito ao interesse maior, que é a vida da população no momento da pandemia.

Mas me lembrei também de outra figura, que deixou o Ministério há pouco tempo, pela cumplicidade com que se comportava em relação àqueles que destroem o meio ambiente, o ex-Ministro Ricardo Salles, quando ele disse: *"Temos que aproveitar a pandemia, o foco da mídia nessa questão, e fazer passar a boiada"*.

E é exatamente isso que está acontecendo. A boiada está passando, e o Governo Bolsonaro insiste em demolir a soberania nacional, os Correios e Telégrafos, a ELETROBRAS. Há o desmonte da PETROBRAS, a tentativa de privatização das refinarias e, agora, a reforma administrativa.

O Governo quer destruir completamente o arcabouço constitucional que veio da Constituição de 5 de outubro de 1988.

É claro que o desmonte já vinha acontecendo. Quando o General Geisel cunhou aquela expressão *"a transição lenta, gradual e segura"*, talvez ele tenha feito uma premonição, porque é exatamente isso que aconteceu com o nosso País. Governos sem qualquer compromisso com o povo brasileiro vêm inviabilizando o Brasil, um país soberano, socialmente justo.

Mas a boiada está passando, e há uma boiada que passou no Rio de Janeiro. Porém, nós ainda estamos lutando lá para evitar que o crime seja consumado.

Sra. Presidente, estamos dando entrada hoje num pedido de parecer do Tribunal de Contas da União sobre a participação do BNDES, através do BNDESPAR, na compra, no leilão de parcela da esquadrejada CEDAE. Essa compra ocorreu com informações privilegiadas, porque foi o BNDES quem fez o projeto de privatização.

Vou concluir, Sra. Presidente.

Quais foram as informações privilegiadas? Se aliando a outros interessados, o BNDESPAR adquiriu exatamente um dos blocos principais, um dos mais lucrativos. Vamos ver o parecer do Tribunal de Contas da União sobre a legalidade e a moralidade dessa compra. E vamos insistir dizendo: a CEDAE tem que ser pública e estatal.

Abraços aos cidadãos!

Documento 22/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-11:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reflexão sobre a época tenebrosa da ditadura militar. Indignação da oradora com a situação por que passa o País, notadamente com relação à tragédia causada pela Covid-19 em decorrência da irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro. Realização de novas manifestações no Brasil contra o Governo Federal.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quem mais nos acompanha nesta manhã fria de quinta-feira, este é um momento crítico da vida do País que preocupa tanto a todos nós.

Eu não imaginava o que aconteceria neste momento da minha vida, depois de eu ter passado por tudo aquilo que ocorreu de danoso, de triste, de perdas para o nosso povo no curso dos últimos 50 anos, 60 anos, Sra. Presidente.

É incrível ver que passamos pelo golpe do Estado Novo - eu ainda criança, mas já sentia os impactos, os efeitos danosos na minha família, na família das outras pessoas daquela pequena comunidade lá no Nordeste.

Vivi também os 21 anos danosos e tenebrosos da ditadura militar - aí já adulta, sofrendo, evidentemente, perseguições, porque lutava pelas liberdades democráticas, pela democracia, pelos direitos humanos e pelos direitos sociais.

E agora, depois de tanta luta, a luta pela redemocratização do País, a

construção de uma nova e soberana Constituição Federal, a Constituição de 1988, considerada e denominada Constituição Cidadã, ver os destroços da situação que o País está vivendo nos dias atuais, além desse morticínio de quase 520 mil brasileiros e brasileiras que, de forma indevida, injustificável, perderam a vida por falta de um Governo responsável e que tivesse compromisso com a vida do seu povo.

Sra. Presidente, não é aceitável tudo aquilo que o povo sofreu, como os familiares daqueles que foram vítimas da ditadura militar. Há famílias que ainda esperam uma notícia sobre onde estão os ossos de seus filhos desaparecidos e assassinados pela ditadura militar. Enquanto não se limpar essa ferida, ela continuará sangrando. Enquanto não se virar essa página da história deste País, não conseguiremos, evidentemente, recuperar as perdas inumeráveis, insuportáveis que, ao longo deste tempo todo de história, o nosso País viveu.

Temos um povo generoso, um povo trabalhador, um povo cordato, que tem de ir para as ruas, como já está indo.

No próximo sábado, nós teremos de ir às ruas de novo para clamar por vida, para clamar por paz, para clamar por direito ao trabalho, por direito à comida, por direito à vida, Sra. Presidente!

Espero que o ato de sábado...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputada Luiza, abra o som, por gentileza. Eu acrescentei um tempo ao de V.Exa., e o tempo acabou, mas V.Exa. estava falando sem som. Eu acrescentarei mais 30 segundos, para V.Exa. concluir a fala.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Sra. Presidente, eu já terminei nesse tempo que V.Exa. me deu.

Eu fico muito comovida cada vez que a vejo presidindo os trabalhos desta Casa, porque, apesar de todas as perdas que tivemos ao longo dessas décadas, nós temos o que celebrar: o crescimento da luta das mulheres, das negras, das jovens, que são aquelas que terão o comando da história, o curso da história a partir dos próximos anos.

Sra. Presidente, eu a cumprimento por ser uma daquelas que está exercendo plenamente os direitos de cidadania, sobretudo os de cidadania política.

Obrigada, Sra. Presidente, pela tolerância.

Documento 23/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-11:24
Publ.: DCD - 02/07/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com denúncias de corrupção na compra de vacinas da Covid-19 pelo Governo Jair Bolsonaro. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação superpedido de impeachment do Presidente da República, apresentado por partidos opositores em conjunto com organizações e movimentos sociais. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria falar desse momento importante para o nosso País. Ontem foi entregue o superpedido do *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Já passou da hora de derrubarmos esse sujeito da Presidência da República.

Agora, mais do que nunca, está comprovado: Bolsonaro não queria vacina, ele queria propina. Isso ficou explícito nas denúncias envolvendo a Covaxin. E agora também há denúncias em relação à vacina CanSino. Desses nomes nem ouvimos falar. Nós ouvimos falar de Pfizer, AstraZeneca, Coronavac. Agora está aparecendo um vocabulário muito maior de vacinas, das quais nem sequer tínhamos conhecimento e que estavam sendo operadas num poderoso esquema de corrupção.

Meu Deus do céu, a que ponto chegamos: 1 dólar por vida humana! Essa é a negociata? Esse é o esquema de corrupção que existe em nosso País, comandado pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro? E nós vamos permitir que essa boiada passe sem fazermos nada?

Sinceramente, eu não consigo entender isso. O Senado da República está cumprindo o papel dele. Há uma CPI funcionando no Senado da República, que está propiciando que o Brasil inteiro tome conhecimento dessas operações escandalosas que acontecem nesse momento, enquanto a população amarga a perda de vidas de tantas pessoas queridas.

E a Câmara dos Deputados vai fazer o quê? Qual é a atitude da Câmara dos Deputados nesse momento? Nós temos o poder de

instaurar o processo de *impeachment*. E faço esse apelo ao Presidente Arthur Lira, porque já temos provas e indícios mais do que suficientes para que o processo seja instaurado. São 23 crimes tipificados e identificados, o que é suficiente para isso.

Por muito menos, Dilma perdeu o cargo de Presidente da República. Por muito menos, Collor também foi "impeachmado". E nós vamos deixar Bolsonaro deitar e rolar, escancaradamente, às vistas de toda a população brasileira, sem tomarmos nenhuma atitude?

Eu acho que chegou a hora de o Presidente Arthur Lira pautar o *impeachment* e de fazermos um debate com a Nação brasileira para retomarmos os caminhos de um desenvolvimento que seja capaz de conter todos os problemas que nós enfrentamos neste momento. Digo isso porque, infelizmente, este é o Governo da destruição: destruiu os direitos trabalhistas, destruiu os direitos sociais, destruiu o meio ambiente, destruiu a economia - feijão, arroz, gás de cozinha, tudo nas alturas - e, principalmente, destruiu vidas humanas.

É um Governo genocida e é um Governo corrupto.

Fora, Bolsonaro! Dia 3 de julho, prepare-se, vai ter mais gente na rua!

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 24/200

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-11:28
Publ.: DCD - 02/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao movimento LGBTQIA+. Adoção, pelo Governo Jair Bolsonaro, do ódio e da mentira como metodologia de atuação política. Transcurso do Dia do Orgulho LGBT. Caráter homofóbico, racista, misógino e fascista do Governo Jair Bolsonaro. Denúncia de corrupção na compra de vacinas da Covid-19 pelo Ministério da Saúde, com o conhecimento do Presidente da República. Necessidade de inclusão na pauta, pelo Presidente Arthur Lira, do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, na verdade, eu começo a minha fala parabenizando todo o movimento LGBTQIA+, porque traz um direito de ser numa sociedade que nos quer coisa; traz o direito de amar numa sociedade em que o

ódio virou metodologia política, bem como a mentira - este é um Governo que estabeleceu o ódio e a mentira também como metodologia de atuação política; e traz o direito à cidade, o direito para que a cidade possa abarcar todas as cores, porque todas as cidades têm todas as cores, para que os afetos não sejam negados, porque a afetividade nos faz humanos. Nós nos reconhecemos na nossa humanidade e na afetividade. E esses que buscam impedir que os direitos sejam assegurados - o direito à identidade de gênero, o direito à liberdade de orientação sexual - são aqueles que buscam criar conceitos inexistentes, como ideologia de gênero, para poder esconder sua LGBTfobia, que já é crime neste País.

Com isso, começo dizendo que tivemos o dia 28, o Dia de Stonewall, o dia da revolta, para construir o orgulho de ser como se é. E dizia Leminski, com razão: *"Isso de quer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além"*.

E digo, para que nós possamos trilhar o caminho de justiça, sem qualquer tipo de discriminação: é preciso também fazer com que nós arranquemos a faixa presidencial, que está no peito estufado da LGBTfobia, que está no peito estufado da misoginia, do racismo, que está no peito estufado do fascismo e que hoje está manchado com tantas denúncias de corrupção.

Eu costumo dizer que o discurso de moralidade do Governo Jair Bolsonaro tem os pés de Barros! Pelo menos, quatro ações do Líder do Governo na Câmara denotavam a sua intenção de favorecer a contratação dessa vacina da Covaxin em condições absolutamente irregulares e que, agora, mostra-se em condições de propina - propina! Chegou-se até a colocar 1 real em outro caso pelo Ministério ou por pessoas do Ministério da Saúde, para se estabelecer uma propina para as vacinas.

Isso é um crime! É um crime que este Governo está cometendo, um Governo corrupto! É preciso que o Presidente da Casa dê vazão ao superpedido de *impeachment* que foi protocolado no dia de ontem, para dizer que este Brasil precisa respirar! Este Brasil não pode ter a corrupção da conta de um Queiroz, que municia a Primeira-Dama; a corrupção de mais de 2 milhões de reais do Erário público gastos com as férias do Presidente; a corrupção no Ministério do Meio Ambiente; e agora a corrupção na vacina.

É fora, Bolsonaro! Todos juntos no dia 3!

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 226, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.714, de 2003, para divulgação ao público dos códigos de acesso telefônico destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher (Ligue 180) e de violação de direitos humanos (Disque 100).

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Daniela conseguiu dar uma roupagem adequada ao relatório, ao seu parecer, discutiu com todas as bancadas. Mesmo essas inscrições, que são antigas, revelam ainda a fase inicial do debate acerca da matéria.

A matéria, na verdade, é um reforço da denúncia contra a violência contra a mulher. Em cada comercial, em cada ação na Internet colocar a obrigatoriedade da chamada "*Denuncie ao 180, faça essa denúncia anônima 24 horas*", é um reforço ao Disque 180, que é algo fundamental.

Sr. Presidente, a mulher é a primeira a acordar e a última a ir dormir. A circunstância da violência é uma chaga social histórica, e, na pandemia, em todos os países do mundo, houve um acréscimo. Ela cresceu em Paris, nos 3 primeiros meses, 35%; ela cresceu 30% em Pequim. Então, como podem ver, independe dos regimes jurídicos. É uma historicidade cruel com as mulheres.

Infelizmente, a circunstância da economia e da propriedade privada pôs a mulher entre quatro paredes, para criar os filhos, e garantiu o espaço público ao homem. As mulheres, no curso desses séculos, vêm lutando pelo seu espaço. No entanto, resíduos dessa construção perversa ainda estão entre nós, na política, por exemplo, com as agressões e ameaças que a jovem Manuela d'Ávila e sua filha Laura sofrem cotidianamente. Ontem mesmo soubemos que Manuela sofreu mais de 1 dezena de ameaças, e são ameaças pesadas.

As mulheres do cotidiano, independentemente de classe social, sofrem agressões. Então, isso, evidentemente, passa por mudar a orientação na família, na escola, na vida cotidiana e aqui na política.

A aprovação deste projeto hoje garante mais um incentivo à denúncia, ao fim do silêncio, à proteção à saúde e à proteção à mulher, como cidadã, que precisa ter todo o amparo do Estado.

Quero parabenizar a Relatora e dizer que nós do PCdoB vamos votar

"sim" à matéria.

Documento 26/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021- CD 12:00	
Publ.: DCD - 02/07/2021 - DANIELA DO WAGUINHO-MDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.267, de 2019, apensado ao Projeto de Lei nº 226, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.714, de 2003, para divulgação ao público dos códigos de acesso telefônico destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher (Ligue 180) e de violação de direitos humanos (Disque 100).

A SRA. DANIELA DO WAGUINHO (MDB - RJ. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Presidente, vou fazer a leitura.

I - Relatório

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas duas emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.267, de 2020, apensado à proposição principal.

A primeira emenda não teve apoio suficiente.

A segunda, meritória, busca acrescentar que provedor de aplicações de Internet, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, e ressaltados os casos de aplicações de Internet mantida por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, deverá implementar iniciativas que promovam a informação e a conscientização a respeito da violência contra a mulher e mecanismos de denúncia e assistência, tais como previstos no *caput* do art. 3º-A.

Designada Relatora de plenário, incumbe-me proceder à imperiosa manifestação perante este colegiado.

(...).

II - Voto da Relatora

Em que pese o elevado mérito de todas as emendas ofertadas,

entendemos que devem ser rejeitadas, conforme se passa a expor.

Quanto à Emenda nº 1, sem apoio, não carece de avaliação.

A Emenda nº 2 ajustar texto que faz parte apenas ao Projeto de Lei nº 1.267, de 2019, que foi alterado significativamente por meio do substitutivo apresentado, que contemplou as ideias principais do projeto principal e dos apensados.

Dessa maneira, estou convicta de que o substitutivo já ofertado deve ser mantido como se encontra, para que seja possível promover o adequado enfrentamento da problemática ainda presente em nosso País.

III - Conclusão do voto

Considerando todo o exposto, votamos:

I - pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da Emenda nº 2 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.267, de 2020;

II - pela não aprovação da matéria quanto ao mérito.

Sala das Sessões, em 1º de julho de 2021."

Documento 27/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/07/2021- CD	12:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 226, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.714, de 2003, para divulgação ao público dos códigos de acesso telefônico destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher (Ligue 180) e de violação de direitos humanos (Disque 100), ressalvados os destaques.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, orienta o voto "sim". Este é um importante projeto.

Na pandemia, houve um aumento significativo das agressões às

mulheres. É fundamental fazermos essa divulgação ao máximo para que, através dessas denúncias, haja a diminuição dos índices de violência contra a mulher.

Por isso, o Cidadania orienta o voto "sim".

Documento 28/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021- CD	12:24
Publ.: DCD - 02/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.710, de 2020, sobre a autorização ao Brasil da importação, por meio da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, de medicamentos, insumos e equipamentos relacionados à área da saúde, ressalvado o destaque. Envolvimento do Presidente da República, de assessores e do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, em esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL também orienta favoravelmente.

É importante, neste cenário de escassez de medicamentos e insumos, na maior crise sanitária que já vivenciamos, autorizar e reforçar a autorização para que o Brasil importe medicamentos e insumos por meio da Organização Pan-Americana da Saúde, ainda mais, Sr. Presidente, neste cenário dramático, em que o luto chegou a mais de meio milhão de famílias. Infelizmente, esse luto veio a partir da gestão da crise sanitária feita por um governo que se negou a comprar vacinas, um governo que está promovendo o desfinanciamento do SUS, um governo que agora está envolvido, seja por meio do Presidente da República, seja por meio de seus assessores, seja pelos indícios aqui na Câmara de envolvimento do Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, em corrupção relacionada justamente a vacinas, Sr. Presidente. Isso não é admissível.

Hoje protocolamos um pedido no Conselho de Ética da Câmara para que se investigue e se encerre esse ciclo de corrupção neste momento de crise sanitária, Sr. Presidente.

Documento 29/200

73.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021-
CD 12:40

Publ.: DCD - 02/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Falta de embasamento do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, apresentado por partidos esquerdistas em conjunto com organizações e movimentos sociais. Não compactuação do Governo Jair Bolsonaro com corrupção. Contestação à denúncia do Deputado Luis Miranda sobre o envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro na compra superfaturada da vacina Covaxin. Suspeição da denúncia do Sr. Luiz Paulo Domingueti sobre a exigência, por representante do Ministério da Saúde, de propina para aquisição da vacina AstraZeneca. Transformação da CPI da Covid em palanque eleitoral para desestabilização do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero falar com todos os Parlamentares e com todos que nos acompanham através da *TV Câmara*.

Como vocês viram, ontem houve uma movimentação aqui na Câmara relativa a um suposto superpedido de *impeachment*. Esse pedido reuniu membros da Oposição, da nova Esquerda, da Esquerda derretida, pessoas que já estão caindo no ostracismo político, como a Deputada Joice Hasselmann e o Deputado Alexandre Frota, todos aqueles que queriam um *recall*. Mas não temos o instituto do *recall* no Brasil.

Impeachment é coisa séria, não pode ser prostituído da forma como a Oposição está fazendo. Ela assim age por não aceitar os resultados das urnas e por saber que o Presidente Bolsonaro, chegando ileso até 2022, estará reeleito, como as ruas mostram, como o apoio popular mostra; diferentemente, as "minifestações" que a Oposição vem fazendo reúnem meia dúzia de gatos vermelhos, não são nem gatos pingados.

Não houve um superpedido de *impeachment*, houve um pedido de *impeachment the flash*, porque ele não foi aceito, não foi acatado pelo Presidente Arthur Lira, por não ter fundamento. Não há fundamento, não há crime de responsabilidade. Eles se agarraram a diversas questões que são levantadas pela extrema imprensa, por grande parte da imprensa, pela Oposição, falando de supostos casos de corrupção, para cuja comprovação nem sequer houve uma

investigação.

Como eu disse aqui na tribuna ontem também, todas essas denúncias deveriam ser investigadas, porque o nosso Governo não compactua com corrupção, diferentemente do que fizeram os Governos do PT, em que os corruptos eram chamados de companheiros, em que os corruptos tinham suas cabeças afagadas pelos demais membros do partido. O nosso Governo não compactua com corrupção. Se há algum caso isolado, imediatamente devem ser feitas diligências, denúncias, investigações, apurações, para punir os culpados.

Na semana retrasada, veio um fato novo trazido por um Deputado conhecido na Câmara, e não só na Câmara, mas também no restante do Brasil e nos Estados Unidos, por ter um retrospecto de estelionato. O Deputado Luis Miranda, que alguns dizem aqui que é bolsonarista - ele nunca foi bolsonarista, é aliado de conveniência -, estava há algum tempo tentando se agarrar ao Presidente, andou de moto com o Presidente na motociata em Brasília e, recentemente, quis fazer uma denúncia de que havia casos de corrupção na compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde. Esse Deputado, que é, como eu disse, muito conhecido, inclusive já apareceu no *Fantástico*, disse que tinha alertado o Presidente sobre isso e que o Presidente falou que conversaria com a Polícia Federal.

Depois, começaram as especulações de que o Governo estaria envolvido nessas compras superfaturadas, em 1.000%, da vacina Covaxin, de que não foi comprada uma dose sequer. Aí, obviamente, o Deputado Luis Miranda foi à CPI, fez seu teatro, apareceu de colete à prova de balas, disse que estava salvando a República e tudo mais.

Veio mais um novo fato, nesta semana, referente à vacina AstraZeneca. Um representante da empresa Davati, o Sr. Luiz Paulo Domingueti, que diz que faz a intermediação dessa vacina no Brasil, relatou que teria feito uma reunião com um representante do Ministério da Saúde que teria solicitado 1 dólar de propina por dose de vacina para a venda da vacina ao Governo brasileiro.

Obviamente, o tema foi muito explorado pela mídia sensacionalista. A *Folha* inclusive colocou: *Governo pede propina*, como se isso fosse algo taxativo, como se o culpado fosse o Governo Bolsonaro, como se não se tratasse, de repente, de um caso isolado. Nem se sabe se aquilo realmente aconteceu, porque a denúncia não foi nem apurada, mas exploraram a situação. A Oposição a explorou.

Hoje, esse Sr. Luiz Paulo Domingueti, da Davati - inclusive, friso aqui que a AstraZeneca diz que não tem intermediadores no Brasil -, foi convocado à CPI, que está acontecendo agora no Senado. Aí, sabem o que aconteceu? Não sei se alguns de V.Exas. tiveram conhecimento

do fato; a Oposição talvez já tenha visto, mas neste momento se cala. O Sr. Luiz Paulo Domingueti, esse que fez a denúncia sobre um suposto crime de corrupção na venda de vacinas, colocou um áudio, para todos ouvirem, em alto e bom som, que mostra o Deputado Luis Miranda negociando a vacina, falando que tinha pressa, que o comprador dele tinha pressa, que ele já estava angustiado, de saco cheio.

Esse áudio é muito suspeito, para não falar outra coisa, porque, olhem só, a AstraZeneca informou, em nota, que não negocia com mercado privado nem com governos municipais ou estaduais, só negocia com governos federais, ou seja, no Brasil, só negocia com o Governo Federal, com o Executivo. Então, se o Deputado Luis Miranda estava negociando com alguém responsável da AstraZeneca, a quem ele estava representando para negociar? O Governo Federal? O Ministério da Saúde? Bom, o irmão dele trabalha lá, não é? O irmão dele trabalha lá. É tudo muito suspeito.

Isto é muito grave: um Deputado Federal, em áudio, negociar compra de vacinas. Ele não tem esse poder, só o teria se fosse o Presidente da República ou alguém do Ministério da Saúde. Quem do Ministério da Saúde ele estava representando, então? Ele disse que o comprador dele estava impaciente. Seria o irmão dele, que trabalha no Ministério da Saúde?

Feita essa exposição do áudio, o que aconteceu? O Senador Renan Calheiros, o Relator, que é mais sujo do que pau de galinheiro, e o Senador "Omar de Lama" ficaram em polvorosa, ficaram revoltados com esse novo elemento trazido pelo Sr. Luiz Paulo Domingueti. Eles achavam que ele tinha ido para lá para fazer o teatro deles, para atacar o Governo Bolsonaro, para tentar incriminar o Governo Bolsonaro, e o que foi feito ali foi a revelação de um fato novo que demonstra relação espúria de um Deputado que acusa o Governo de estar envolvido em um suposto caso de corrupção na compra de vacinas.

Imediatamente, mandaram recolher o celular do Sr. Luiz Paulo Domingueti. Isso é grave, gravíssimo, porque, diante do fato novo, incomodados, quiseram pegar o celular dele para tentar conseguir algum elemento para incriminar o Presidente. Se a CPI fosse séria, se esse circo fosse sério, o que eles deveriam fazer? Recolher o celular também do Deputado Luis Miranda. Vamos fazer a comparação, vamos casar.

CPI é para investigar. CPI não é para fazer palco, teatro político, como o que vem sendo feito por esses Senadores, que estão envergonhando a nação. Utilizam um duplo padrão para poder atacar o Presidente.

Recentemente, Wilson Witzel, o ex-Governador do Rio, foi à CPI, e o

Senador Renan Calheiros fez dobradinha com ele para atacar o Senador Flávio Bolsonaro, perguntando de algo que não tinha relação alguma, pertinência temática alguma com a pandemia, nada. Perguntaram a que ele se referia quando disse que um Senador deveria estar preso. Aí o Senador DPVAT Randolfe falou: "*Não, ele pode fazer as suas perguntas*", e todos os demais falaram que aquilo não guardava pertinência com o tema da CPI, que é sobre pandemia.

Esse duplo padrão nós já estamos vendo há muito tempo. Aquilo não é sério. O Relator já tem o seu relatório pronto, já tem o seu parecer, para condenar, para poder acusar falsamente o Presidente. E o que ocorreu hoje é mais uma demonstração desse duplo padrão.

Eles têm que pegar também o celular do Deputado Luis Miranda. E, caso sejam comprovados todos os ilícitos de que se demonstraram indícios, o Deputado deve ser cassado por esta Casa, porque quem mente em CPI tem que ser cassado - já temos o precedente do caso Eduardo Cunha.

Obrigado.

Documento 30/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021- CD	13:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Omissão do Presidente da República sobre as denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, de pedido de investigação do Presidente Jair Bolsonaro. Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, por partidos opositoristas em conjunto com organizações e movimentos sociais. Repúdio às novas ameaças do Presidente da República à democracia brasileira. Defesa de preservação do Estado Democrático de Direito. Anúncio da realização de grande mobilização no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Incapacidade do Ministro da Saúde de coordenação das ações de enfrentamento à epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de instalação da Comissão do Impeachment.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu quero esclarecer, em nome da Minoria - o Deputado



Marcelo Freixo me cede o tempo hoje, Vice-Líder que sou -, que estou inscrita desde o início da sessão porque, seja através dos Líderes e Vice-Líderes, seja através das representações dos partidos que compõem a Minoria ou a Oposição, nós nunca ficamos calados no Plenário do Parlamento brasileiro, ao contrário do que nós observamos nesta semana: o silêncio ruidoso da base do Governo. Através do Líder do Governo, ou das suas representações, nós não conseguimos ouvir essas vozes, exceto hoje, por uma fala frágil, que tentava explicar o inexplicável.

Aliás, nenhuma resposta! Não há nenhuma resposta ao que nós ouvimos desde a sexta-feira, na CPI, sobre os fatos objetivos e concretos da corrupção do Governo na compra de um bem fundamental para a defesa da vida: a vacina.

Aliás, em vez de responder ou explicar, tentam desqualificar o seu antigo parceiro, que era um Deputado da base do Governo. E esse atordoamento, esse constrangimento é até compreensível, porque a denúncia concreta da corrupção não partiu de nenhum de nós, partiu da própria base do Governo. É um constrangimento, um atordoamento, com alguns pedindo para orar, alguns levantando as mãos para Deus, outros buscando algum lugar para se esconder, porque, de fato, o discurso da honradez e da decência sumiu, desapareceu, não tem mais onde colocar.

Eu me lembro de que na semana passada eu disse que quem falar demais que este Governo é honrado queimar a língua, porque a corrupção neste Governo não é nova. Já vínhamos denunciando isso há muito tempo, nas negociatas com o Banco do Brasil, nas privatizações que vão sendo feitas, no Ministério do Meio Ambiente - meu Deus, quem não enxergou o que vinha sendo feito lá? -, nas várias denúncias que já surgiram a partir do que este Governo vem fazendo, mas agora se tocou muito fundo no coração do povo, porque há uma semana nós tínhamos meio milhão de vidas perdidas e, em menos de uma semana, nós estamos chegando a quase 520 mil vidas perdidas. A taxa média de mortes ainda está acelerada, e a velocidade da vacinação, ainda lenta. São muitas mortes, são muitas dores.

Então, quando se pensa que uma vacina pode estar servindo para encher os bolsos de corruptos, sob os olhos de um Presidente da República que nada fez, seja prevaricação, corrupção passiva, corrupção ativa, não importa o nome que se der, é absolutamente grave. É uma facada no peito do povo uma denúncia dessa gravidade.

Hoje, na CPI, está lá o outro depoente que denunciou a propina e que precisa ser investigado também. É verdade? Não é verdade? O que importa é que essas denúncias estão se acumulando. O áudio que lá surgiu tem que ser periciado. Estavam falando de vacina? Não

estavam falando de vacina? Tudo isso merece perícia. Tudo merece investigação. O que importa é que as coisas apareceram e com força. Já vinha a trilha do gabinete paralelo levando a transmissão do vírus e a morte, que se associa agora a algo que se encaixa, que é a negociata, o ganho de dinheiro sobre a morte.

Isso tudo fez com que hoje a Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, já encaminhasse um pedido de investigação à Procuradoria Geral da República. Peço o olho da sociedade sobre a PGR, para que não engavete! Foi pedida a investigação. A Procuradoria Geral da República tem se mover, tanto para o Presidente Jair Bolsonaro, como para o ex-diretor de logística, o Sr. Roberto Ferreira Dias. Os dois estão sob a mira da Ministra Rosa Weber.

Ontem, o pedido de *impeachment* não foi um "pedidozinho", não, foi um superpedido mesmo. São centenas que assinam. E a ampliação desse pedido para além da Oposição é muito positiva. Deputados de outras legendas também assinam, Deputados foram votados pela sociedade brasileira e por milhões de votos - não foram poucos os votos que esses Deputados receberam.

E é importante que amplamente a sociedade brasileira também assine.

"Atozinho" foi o que aconteceu esse domingo em torno do Sr. Jair Bolsonaro. Aí, sim, foram "gatinhos pingadinhos", como ocorreu em Copacabana. E o pior é que hoje pela manhã, Presidente, o Sr. Jair Bolsonaro fez novas ameaças à democracia brasileira: disse que, se os Ministros do Supremo Tribunal Federal que estão contra o voto impresso não derem um jeito, eles que se preparem, porque ele não vai aceitar o resultado das eleições. Na prática, é como se dissesse assim: "*Se o Lula ganhar a eleição, eu não vou aceitar*". Como assim? Só aceita o resultado se for ele quem ganha a eleição? Bem, isso se ele chegar lá.

Então, são ameaças à democracia que se repetem, que se acumulam, porque a democracia brasileira sempre esteve em risco sob o comando do Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Quero aqui dizer, e sei que todos os partidos da Minoria concordam com isso, que nós não aceitaremos nenhuma ameaça à democracia brasileira. E sei que este Parlamento, Deputado Arthur Lira, também não aceitará, porque a democracia brasileira é um bem maior, o Estado Democrático de Direito é um bem maior.

Neste sábado, dia 3, o ato será maior ainda. No último já foi quase 1 milhão de pessoas para as ruas. E neste sábado os atos serão maiores, porque nós não aceitaremos mais um comando no Brasil que, além de nos induzir à morte, também fere o Erário público, como tem

ferido este Governo. São somas que só levam à morte.

O Ministério da Saúde não coordena nada. Já é o quarto Ministro que não consegue coordenar o enfrentamento da pandemia. Até quando nós vamos trocar de Ministro? Até quando teremos perdas de vidas sem o enfrentamento real da pandemia?

Nós não queremos mais este Governo, a sociedade não quer mais - as pesquisas mostram isso. Não adianta ficar fazendo mudanças pequenas na economia. As pessoas estão morrendo de fome, as pessoas estão morrendo sem emprego, as pessoas estão morrendo de COVID. E esta Casa, Deputado Arthur Lira, precisa investigar. A Comissão do Impeachment é uma comissão de investigação, e é preciso que ela seja instalada conforme o pedido feito ontem. Nós esperamos que V.Exa. leia esse pedido e defira a instalação da Comissão do Impeachment, porque a Câmara não pode ficar olhando apenas o que o Senado faz. Nós precisamos avançar.

Obrigada, Presidente.

Documento 31/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021- CD	13:20
Publ.: DCD - 02/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.330, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.656, de 1998, (Lei dos Planos de Saúde), para ampliação do acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral, pelos usuários de planos de assistência à saúde, ressalvado o destaque. Natureza falaciosa e risível da tentativa, por Deputado da Direita, de construção de tese sobre o escândalo de corrupção envolvendo o Governo Jair Bolsonaro, com relação à aquisição de vacinas. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Elevação dos preços dos componentes da cesta básica e do gás de cozinha. Registro de meio milhão de óbitos no Brasil pela Covid-19. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro. Encaminhamento, pela bancada do PSOL, de Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, diante de denúncia sobre o seu envolvimento na compra superfaturada de vacinas. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da

oradora.) - Obrigada, Presidente.

O PSOL orienta "sim" a essa matéria.

Gostaria de tecer algumas considerações sobre a fala de um Deputado bolsonarista que me antecedeu.

Ouvi atentamente ao Deputado, que tentou construir uma tese sobre o escândalo de corrupção em curso vinculado ao Governo Bolsonaro e a Deputados da base do Governo, uma tese no mínimo risível, uma tese inexplicável, Sr. Presidente.

Como o servidor que negou autorizar a compra da Covaxin, porque entendeu que havia indícios de corrupção, como esse servidor poderia ser o pivô do escândalo de corrupção, Sr. Deputado? O senhor acha que o povo é idiota? Não é possível! É escandaloso ver um Deputado tentar construir uma tese assim no centro da política brasileira, neste cenário.

O povo está com fome. Metade da população brasileira tem itens nutricionais faltando na mesa. O botijão de gás está custando mais de 100 reais, a cesta básica está custando mais de 500 reais em muitos Estados brasileiros, em muitos Municípios brasileiros. Há recorde de desemprego e mais de meio milhão de mortos - vimos o luto chegar às famílias desses mortos. E há Deputado bolsonarista que segue defendendo, incondicionalmente, um Governo corrupto, mais uma vez apresentando uma tese falaciosa, achando que o povo é idiota.

A corrupção, aliás, não é algo novo neste Governo. A corrupção neste Governo, que se elegeu com o discurso falacioso, mentiroso da anticorrupção, está lá na rachadinha, no Queiroz. A corrupção está em toda a família Bolsonaro, com mansões cujo dinheiro não se explica de onde veio. A corrupção está no escândalo das lojas de chocolate da família Bolsonaro. A corrupção está na essência do que é o bolsonarismo, do que é Bolsonaro, sua família e membros do seu Governo.

Eu queria fazer um convite ao Deputado bolsonarista que defendeu a tese a que me referi: se está tudo muito estranho, se está tudo meio inexplicável, então vamos investigar. A bancada do PSOL, apoiada por outros Deputados, como o Deputado Túlio Gadêlha, como a Deputada Joenia Wapichana, representou hoje contra o Líder do Governo, Ricardo Barros, no Conselho de Ética da Câmara.

O que é uma representação no Conselho de Ética? É, diante dos escândalos que estão colocados, dos graves indícios que estão colocados, a Câmara, Sr. Presidente Arthur Lira - agora me dirijo a V.Exa. -, não ficar omissa, não ficar paralisada diante do que é, talvez,

um dos maiores escândalos de corrupção da história recente da nossa República. E, veja, o mais grave de tudo isso, no meio de uma pandemia, no meio de uma crise sanitária.

Eu ouvi também o Deputado dizer que isso tudo é pelo medo de 2022. Medo de 2022 têm que ter Bolsonaro e seus aliados. Diante deste Governo ridículo, vergonhoso, metade daqueles que votaram em Bolsonaro na última eleição já disseram... Isso foi divulgado por uma pesquisa feita pelo que o Deputado chamou de "a extrema imprensa", cunhando um termo ridículo. Metade daqueles que votaram em Bolsonaro não votariam mais nele. Um quarto daqueles que votaram em Bolsonaro dizem hoje que votarão no candidato que está em primeiro lugar nas pesquisas.

Em 2022, a derrota é certa para Bolsonaro, mas nós não estamos pensando em 2022, porque nós queremos derrotar Bolsonaro ainda em 2021 - daí a responsabilidade de V.Exa., Presidente, de abrir um dos mais de 120 pedidos de *impeachment* -, porque a possibilidade de atravessar esta crise sanitária, de garantir vacina, auxílio, dignidade e vida para o povo brasileiro passa por interromper um ciclo de morte criminoso, corrupto e genocida expresso na figura de Bolsonaro e de seus apoiadores.

As ruas já estão dizendo. As ruas disseram nas últimas semanas e vão dizer de novo no sábado, quando haverá uma terceira manifestação, porque o povo não aguenta mais ser esculachado pelo Governo Bolsonaro. As ruas vão derrotar Bolsonaro, e é sua responsabilidade, Arthur Lira, abrir o processo de *impeachment*.

Documento 32/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/07/2021-
	CD	14:20
Publ.: DCD - 02/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apresentação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de crimes contra a saúde pública, resultante na morte de 500 mil brasileiros pela Covid-19. Atuação do Presidente da República contra as medidas de prevenção do coronavírus. Responsabilidade do Chefe da Nação pela crise da economia brasileira. Necessidade de implantação de nova política econômica no Brasil. Escândalo de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal. Defesa de instalação, pela Casa, de CPI para investigação de denúncias de superfaturamento da aquisição de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Prática dos crimes de corrupção e prevaricação pelo Presidente Jair

Bolsonaro. Necessidade de abertura, pelo Presidente da Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Responsabilidade do Governo Federal pelo agravamento das desigualdades sociais, do desemprego e da miséria no País.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, quero iniciar dizendo que o pedido que nós apresentamos ontem contém mais de 20 crimes. Há 5 anos, esta Casa abriu um pedido de *impeachment* contra uma Presidenta legitimamente eleita, honesta, sem nenhuma comprovação de crime de responsabilidade, contra a Presidenta Dilma.

Hoje, o que não falta são crimes comprovados. E o principal desses crimes de que nós estamos acusando o Presidente da República é o crime contra a saúde pública. O Governo fez uma opção de ser aliado da pandemia, de ser aliado da COVID-19, porque negou em todos os momentos a ciência, porque negou as políticas de distanciamento social - na verdade, nem uma política, um medicamento, na ausência da vacina, que salva vidas.

Portanto, ele cometeu, de acordo com o Código Penal brasileiro, vários crimes contra a saúde individual e coletiva, devido a seu péssimo exemplo na condução da pandemia, e o resultado foi que nós perdemos mais de 500 mil vidas. A ampla maioria poderia ter sido evitada. Nós estamos falando de vidas. Irreparáveis. Quem vai reparar os danos dos familiares, das vítimas? Foram mais de 500 mil as mortes!

Num primeiro momento, o Presidente se colocava como negacionista, como alguém que não acredita na ciência, não acredita nas pesquisas. Combateu a importância do distanciamento, propondo uma tese que em nenhum lugar do planeta Terra, em nenhum tempo da história, teve alguma comprovação científica, que é a imunidade de rebanho. A imunidade de rebanho só é possível com a vacinação em massa, e, portanto, num primeiro momento, ele tinha a obrigação, como Chefe de Estado, de defender o distanciamento; num segundo momento, de financiar, de organizar, de patrocinar as pesquisas e de comprar as vacinas. Negou vários acordos comerciais, está comprovado. Houve 83 *e-mails* da Pfizer não respondidos.

Quando fez a adesão ao consórcio da Organização Mundial da Saúde para a fabricação da vacina, fez opção pela cota mínima de 10%. Todos nós aqui acompanhamos a perseguição e a guerra ideológica de um Governo de fanáticos, incompetente, irresponsável contra a vacina Sputnik, do fundo russo, do fundo soberano.

Portanto, este Governo é, sim, genocida; é, sim, o responsável pelas

mortes, e é também o responsável pela não recuperação da economia brasileira.

O crescimento do PIB é um crescimento criativo, é mais contábil por causa do aumento das *commodities*, seja da proteína animal, da proteína vegetal, do minério, que sequer pagam impostos. A exportação recebeu isenção tributária em 1995. Portanto, não multiplica nem produz riquezas, não transfere para o povo brasileiro riqueza para multiplicar em políticas públicas.

Se compararmos o que este Governo, com seu fanatismo e sua incompetência, fez com a desvalorização da nossa moeda, o real, veremos que o nosso PIB teve uma queda de 25%.

Nós chegamos a ser, em 2010, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a 6ª economia do planeta Terra. E hoje? Nós precisamos de uma nova política na economia, no enfrentamento da pandemia, na superação da crise que nós estamos vivendo; uma nova política que não negue a ciência, uma nova política que não seja também, do ponto de vista econômico, terraplanista. O que o Paulo Guedes está propondo para o País? O que o Brasil implementou nos últimos 5 anos? Uma política de perseguição dos direitos dos trabalhadores brasileiros, dos direitos previdenciários; precarização e um rompimento da maior política de transferência de renda da história deste País, que é o ganho real do salário mínimo.

Portanto, este País está vivendo um subconsumo. Este País, neste momento, tem mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras sem renda. Que país vai se desenvolver, vai se tornar uma nação sem potencializar o seu mercado interno de consumo; apostar só na exportação, da qual sequer cobramos impostos ou agregamos valor? Não temos no País uma política de reindustrialização necessária para multiplicar riquezas.

Portanto, não há outro caminho. E se agravou muito a condução da política sanitária deste País com as denúncias de corrupção na compra e na aquisição das vacinas. É um escândalo para aqueles que acreditavam que o Governo era meramente negacionista, e por isso que ele não tinha, no momento ideal, no momento em que a Nação precisava comprar vacinas para salvar vidas...

O que nós temos que apurar e investigar - e eu defendo a instalação de uma CPI das vacinas aqui na Câmara dos Deputados - é que parece que este Governo estava esperando propina para a compra das vacinas. Este Governo, que já tinha cometido mais de duas dezenas de crimes de responsabilidade, agravou muito a sua situação com a denúncia de corrupção e prevaricação.

Portanto, o superpedido apresentado ontem por vários movimentos populares, sindicais, por partidos políticos e por várias Lideranças parlamentares, é importante que seja aceito pelo Presidente desta Casa. Vamos abrir a Comissão, vamos fazer um amplo debate e vamos apreciá-lo! Nós precisamos tirar o ato discricionário do Presidente da Câmara dos Deputados na aceitação ou não do pedido de *impeachment*. Se há embasamento técnico e se, de fato, há suspeita de crimes, cabe ao Parlamento, numa Comissão Especial, avaliar, e cabe a este Plenário, de maneira soberana, posicionar-se em relação ao *impeachment* do Presidente da República.

Eu quero encerrar dizendo o seguinte: nós precisamos colocar um ponto final neste Governo. Este é um Governo incapaz, um Governo que não abandonou o palanque político, um Governo que insiste em produzir *fake news* a todo momento, um Governo que busca criar inimigos imaginários a todo momento. Este Governo não quer enfrentar o problema real do País, que é o aumento da desigualdade, o aumento do desemprego, o aumento da miséria. O Brasil voltou para o mapa da fome com a incompetência no tratamento e no enfrentamento à pandemia. Este Governo tem que ser responsabilizado pelo nosso maior dom, que é a vida. Nós precisamos, sim, criminalizar este Governo pelas 500 mil mortes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 33/200

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/07/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 02/07/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Existência de interesses subjacentes para o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Aplausos ao Presidente Arthur Lira pelas declarações contrárias à abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente da República. Falta de condições morais do Relator e do Presidente da CPI da Covid, respectivamente, Senadores Renan Calheiros e Omar Aziz, para pronunciamento em defesa da moralidade e da transparência na aplicação do dinheiro público.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, folgo em vê-lo nesta Presidência!



Sr. Presidente, povo brasileiro, Deputados e Deputadas que aqui estão, funcionários desta Casa, nós estamos assistindo todos os dias a uma união poucas vezes vista no Brasil, a união daqueles que pensam, ou pelo menos pensavam, ideologicamente tão diferente, mas que agora parecem ter um inimigo comum. O inimigo dessa gente, seja de esquerda, seja a dita nova direita, seja do centro, seja do STF, seja da Rede Globo, da grande mídia, o grande inimigo de todos eles é um só: Jair Messias Bolsonaro. Para isso, eles se unem acima de ideologias, acima de pensamentos tão divergentes.

Por quê? Porque precisam tirar Bolsonaro. E por que isso? Porque de alguma forma Bolsonaro mexeu nos interesses de todos eles; porque de alguma forma o Governo Bolsonaro não permite a eles hoje o que os Governos de esquerda permitiram a eles antes.

Sabe, Brasil, quanto mais eu conheço os inimigos de Bolsonaro, mais bolsonarista eu me torno. Agora foi apresentado o conhecido pedido de *impeachment*, ou o superpedido de *impeachment*, contra o Presidente Bolsonaro. Na verdade, nada mais é do que a junção dos outros pedidos de *impeachment* em um só. Ou seja, é só *marketing*.

Agora, eu preciso parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, que tem sido pressionado de todos os lados, tem sido pressionado por todos os meios, mas ontem deu uma declaração que mostra o estadista que ele tem sido na condução desta Casa. Ele disse: "*Impeachment não se faz com discurso, e sim com materialidade, o que até agora não se comprovou*". Assim disse o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira.

Portanto, o que o Presidente Arthur Lira já viu, e o povo brasileiro já enxergou, é que nós estamos vivendo uma guerra de narrativas. E, como essas narrativas não estão colando, o desespero bate nessa turma.

Por exemplo, já santificaram agora o Senador Renan Calheiros. Sim, Renan Calheiros se tornou - veja, povo brasileiro! - o paladino da moralidade. *(Risos.)*

Os repórteres, os jornalistas que até há pouco tempo estavam denunciando os maus comportamentos antirrepublicanos de Renan Calheiros agora o aplaudem. Sim, Renan Calheiros foi santificado pelo mecanismo, pelo *establishment* que quer destruir o Presidente Bolsonaro.

Quando eu olho para o Presidente da CPI, ou do circo da CPI, o Senador Aziz, falando sobre moralidade, falando sobre transparência com o dinheiro público, eu não acredito que ele foi o autor da emenda à MP 1.026/21 que tenho em mãos, Brasil. Sabem o que diz essa

emenda do Senador Aziz? Está aqui:

Art. XXX. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autorizados, em caráter excepcional, a:

I - celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação - dispensa de licitação! -, para a aquisição de vacinas e insumos destinados à vacinação contra a covid-19 (...);

II - autorizar a importação, distribuição e uso de quaisquer vacinas contra a covid-19, materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária, sem registro na ANVISA (...).

Brasil, o Presidente da CPI, que fala tanto em moralidade, estava querendo, com essa emenda, fazer um novo Covidão no País.

E isso depois de os Governadores terem se enrolado com o Covidão; isso depois de ele, no seu Estado, e de o Senador Renan Calheiros, no Estado de Alagoas, através do filho, estarem enrolados com o Consórcio Nordeste. E não querem nem que o Consórcio Nordeste apareça na CPI. Estão todos unidos para a vergonha dos nordestinos, que é um povo honesto. Mas eta povo do Nordeste que é igual ao do meu Rio de Janeiro para eleger canalhas! No Rio é a mesma coisa.

Minha gente, se esta emenda do Senador Aziz passasse, nem pela ANVISA - nem pela ANVISA! - as vacinas precisariam passar! Seria tudo feito a "toque Bangu", como dizemos no Rio de Janeiro. Como, agora, vêm arrotar moralidade?! Não existe materialidade contra o Presidente da República!

E querer comparar o que disse um funcionário público - que dizem que pediu 1 dólar por dose - com o maior esquema de corrupção desta Nação é chamar o povo de palhaço! Querer comparar isso com o que Lula e o PT fizeram neste País é brincadeira! Ou é falta de memória ou é cinismo de vagabundo.

Documento 34/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:04
Publ.: DCD - 07/07/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Economia, Paulo



Guedes, pela prorrogação do auxílio emergencial. Anúncio de votação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público. Pedido ao Presidente da República de ampliação do repasse financeiro ao Programa Bolsa Família. Defesa de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar o Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Paulo Guedes e a sua equipe, pelo anúncio ontem de prorrogação do auxílio emergencial.

Todos sabemos que estamos vivendo um momento muito difícil advindo da pandemia de COVID-19, que gerou desemprego, que tem gerado transtornos e que tem ceifado muitas vidas. É importante nesse momento termos governantes com sensibilidade. Eu quero parabenizar o Paulo Guedes porque eu sei que não é fácil para uma equipe econômica chegar a essa conclusão de que vai aportar mais 20 bilhões de reais para poder financiar por mais 3 meses o auxílio emergencial. Para quem ganha muito, pode até não fazer diferença.

Aliás, vamos votar esta semana nesta Casa o PL que vai colocar um fim aos supersalários, principalmente dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Reitero meus parabéns ao Ministro Paulo Guedes, ao Presidente Jair Messias Bolsonaro e a toda a sua equipe pela prorrogação do auxílio emergencial, que tem sido extremamente importante para as famílias carentes do Brasil. Em alguns cantos do País há pessoas que não têm o que comer, principalmente nos Estados e Municípios onde o *lockdown* foi estendido durante muitos meses. Muitas pessoas que estavam trabalhando na informalidade ou estava trabalhando como MEI - Microempreendedor Individual ficaram sem o seu ganha-pão. E durante esse período, o auxílio emergencial tem sido uma válvula de escape, tem sido a única ajuda que milhões de brasileiros receberam neste período.

Aproveito também esta oportunidade para fazer um apelo para o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Que ele realmente amplie o Programa Bolsa Família, aumentar o seu repasse. Ele já tem sinalizado nesse sentido, a equipe econômica já está fazendo estudos, eu tenho certeza de que ele vai dar ao povo mais carente deste Brasil o apoio do Governo Federal.

Por isso não poderia deixar de parabenizar o Presidente Jair Messias Bolsonaro e toda a sua equipe econômica pela sensibilidade que estão tendo.

O que hoje o povo brasileiro está precisando é de vacina no braço - vamos continuar vacinando - e dinheiro no bolso para poder enfrentar os problemas da escassez de recursos, que, para muitos, é o que falta para matar a fome.

Parabéns a toda a equipe do Presidente Jair Bolsonaro.

Documento 35/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:08
Publ.: DCD - 07/07/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços de alimentos no País. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a venda de refinarias de petróleo e os sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Impossibilidade de conciliação entre os interesses dos acionistas da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e dos consumidores brasileiros.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nos últimos 25 anos, nós tivemos a maior alta da inflação em nosso País, alta esta que foi puxada pelos alimentos. Isso significa maior dificuldade para as famílias mais pobres, para aqueles que estão desempregados, para aqueles inclusive que vivem do chamado auxílio emergencial, que o Governo, é verdade, prorrogou por mais 3 meses. Mas também é verdade que o valor varia de 150 até 375 reais, ou seja, é absolutamente insuficiente.

O que acabou de ser anunciado ontem para vigorar a partir de hoje? O aumento de combustíveis. Mas é bom que todos saibam que, antes do aumento de combustíveis, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, esse novo mercado cresceu muito no Brasil, exatamente por causa da política do Paulo Guedes e do Bolsonaro de desativar refinarias e vendê-las.

Portanto, o Brasil aumentou e muito a importação do óleo *diesel*, que é, digamos, refinado em outros países.

E quando se alega que não há controle de preços, é verdade. Ocorre exatamente isso. Com a importação, o que essa associação, a ABICOM, reclamou? Que estava defasado o preço frente ao mercado

internacional.

Quando houve a mudança da presidência da PETROBRAS, assumiu, nesse último período, o General Joaquim Silva e Luna, que deu uma declaração que é fácil entender. Primeiro, ele disse que não repassaria automaticamente os preços. Parecia uma boa intenção, mas a sua declaração essencial demonstrava de pronto que isso não seria possível, porque ele disse que buscaria conciliar os interesses dos consumidores e dos acionistas. O acionista quer lucros com o processo de privatização da PETROBRAS. Portanto, não há como conciliar.

Finalmente, algo que é altamente irônico: a BR Distribuidora, já privatizada, entrou contra a União para receber aquilo que é...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 36/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:16
Publ.: DCD - 07/07/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ocorrência de atentado contra a vida do Vereador Carlos Eduardo Gonçalves, o Professor Duzão, da Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo. Visita à residência da Sra. Valquíria, viúva do correligionário do orador Sérgio Ximenes, falecido em decorrência da Covid-19. Participação na cerimônia da Posse Canônica de Dom Eduardo Vieira dos Santos como o segundo Bispo da Diocese de Ourinhos, Estado de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de tantas coisas tristes, ruins estarem acontecendo em Brasília, há coisas novas e boas acontecendo em vários lugares deste País.

Fiz uma viagem recentemente a Santa Cruz do Rio Pardo, para prestar a minha solidariedade ao Vereador Duzão, que sofreu um atentado à bomba de uma pessoa que não se sabe ainda quem é, mas que, com certeza, é muito intolerante. O Vereador Duzão é uma pessoa progressista. Estava dando mamadeira ao seu filho, que inclusive é

uma criança muito novinha, quando a bomba explodiu.

Depois eu visitei a Valquíria, esposa do nosso Sérgio Ximenes, que faleceu de "COVID Bolsonaro", para prestar a minha solidariedade.

Além de tudo isso, eu fui a Ourinhos, juntamente com a minha equipe, onde tive a alegria de participar da posse do segundo bispo da diocese da região, Dom Eduardo, que foi bispo auxiliar na Capital de São Paulo, um homem humano, uma figura muito querida, solidária. Do ponto de vista do amor ao próximo, ele é baluarte. Dom Eduardo é, portanto, uma referência na luta do povo negro deste País por direitos iguais. No seu pronunciamento no momento da homilia, ele se referiu ao povo pobre, à importância da solidariedade, à importância do amor coletivo.

Dom Eduardo, eu desejo a V.Exa.Revma. muita sorte nesse grande desafio que será enfrentado em Ourinhos, cidade que me deu a honra de ter o título de Cidadão Ourinhense.

Quero agradecer à comunidade católica, à Conceição, que é a tia da Roseli, a minha esposa, e a todos que ali nos acolheram naquele momento festivo, com festa no coração. Muitos bispos das várias regiões do Brasil e muitos padres de toda a diocese estiverem presentes naquele momento de conagração.

Quero novamente desejar muito boa sorte ao Dom Eduardo nesse grande desafio. Ele é um homem do bem, um homem por quem sentimos gratidão, e a gratidão é a memória do coração.

Boa sorte, Dom Eduardo! Que o Deus da justiça, da coragem, da ética, da dignidade humana, o Deus de todos nós, esteja contigo sempre.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 37/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:20
Publ.: DCD - 07/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Consternação diante do registro de 525 mil óbitos no País em decorrência da Covid-19. Indignação com denúncias de corrupção nas negociações do Ministério da Saúde para compra de vacinas, em meio ao morticínio provocado pelo coronavírus. Protesto contra a apreciação pela Casa do Projeto de Lei nº

591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que estão nesta sessão remota, gostaria hoje, como faço todas as vezes que aqui me pronuncio, de lamentar os 525 mil óbitos que tivemos no País por causa da pandemia da COVID-19. Foram 325 mil óbitos no ano de 2021. São pessoas que partiram e deixaram seus familiares em função de não terem recebido a vacina na hora certa.

Hoje, depois de toda a discussão na CPI, enquanto as pessoas morriam - e continuam morrendo -, o que estava fazendo o Governo? O que estava fazendo o Ministério da Saúde? O Ministério da Saúde estava fazendo tramoias com aqueles que se dizem representantes de grandes laboratórios, dizendo que estavam negociando vacina quando, na realidade, estavam negociando propinas com o Governo, enquanto as pessoas morriam diariamente em nosso País. Quem não perdeu um amigo, um parente, um ente querido nesta pandemia? E o mais grave é que continuamos a perder pessoas queridas sem que haja vacina para todos e todas no País.

A Casa do Povo, a Câmara dos Deputados, em vez de colocar lupa nessas questões, de fazer a discussão necessária, de avançar rapidamente para que a vacina chegue às pessoas, está hoje a discutir a entrega dos Correios brasileiros. Assim como aconteceu com a ELETROBRAS, a privatização dos Correios nada mais é do que a entrega de uma empresa lucrativa, uma empresa que tem banco de dados com dados fortes a respeito da população brasileira. O Governo quer entregar essa empresa.

Então, trata-se de um Governo entreguista, além de negacionista, porque negou a vida e a ciência. Ele agora nega o direito da juventude brasileira e do povo brasileiro de continuar donos do seu patrimônio, donos das riquezas que foram construídas. Os Correios nada mais são do que a essência da comunicação no Brasil. Olhem a história dos Correios! Estamos falando de mais de 90 mil famílias de funcionários dos Correios, que fazem um bom serviço. Nada impede que as demais empresas avancem para fazer também o trabalho de entrega no País.

Sr. Presidente, é triste olhar a pauta da Câmara dos Deputados deste dia e ver que nela consta essa privatização. Não é hora para isso. É hora de salvar vidas, é hora de mudar o rumo deste Governo.

Por isso, digo: fora, Bolsonaro! Que esta Casa tenha lucidez nessas

votações, em especial na do dia de hoje!

Muito obrigada.

Documento 38/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:28
Publ.: DCD - 07/07/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela queda da renda dos trabalhadores, pelo aumento do desemprego e dos preços de alimentos, e pela morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Reajuste nos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Insignificância do valor do auxílio emergencial concedido pelo Presidente da República. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Defesa de reestruturação da política de geração de emprego e renda, para reversão da grave crise socioeconômica vigente no Brasil.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, público que nos acompanha pelas redes e também pela *TV Câmara*, o Brasil padece sob Bolsonaro, e o povo passa por dificuldades e desespero por falta de renda. A dor das mortes por COVID-19, fruto da irresponsabilidade, da má-fé e da negociata de Bolsonaro e seu Governo, soma-se à dor e ao desespero pela sobrevivência.

O desemprego só cresce, a renda só cai, e os preços da comida e dos itens básicos de vida só sobem. Os preços dos alimentos, como feijão, arroz, carne e óleo, do gás de cozinha e da energia elétrica pesam sobre os mais pobres.

O dinheiro encolheu entre aqueles que ganham menos.

Neste ano, a renda dos mais pobres, os cerca de 55% da população que ganham até 2.700 reais, vai encolher 18%, enquanto a renda dos mais ricos vai crescer 3%. Isso são dados de estudos da consultoria Tendências.

Cai a renda e sobe o preço da comida. Deputado Guimarães, o óleo de soja aumentou 86%; o arroz, 52%; o feijão preto, 31%; o açúcar, 24%. E os combustíveis foram reajustados ontem pelo novo Presidente da PETROBRAS, que foi colocado no cargo por Bolsonaro para resolver o

problema dos preços. Eles aumentaram em 6%. Com isso, vai aumentar de novo o preço do gás de cozinha.

O Bolsonaro governa para os ricos, Deputada Natália. Ontem, ele prorrogou o auxílio emergencial, que tem valor médio de 250 reais por pessoa, que é de 150 reais para alguns e de 375 reais para outros. Eu pergunto: quanto tempo de comida essa renda compra para sustentar uma família de três, quatro pessoas? Uma semana, 2 semanas? Por quantos dias dá para comer com esse dinheiro? Se Bolsonaro tivesse preocupação com o povo, teria estipulado o valor de 600 reais.

Ele diz que não há dinheiro. Mas, engraçado, há dinheiro para aumentar aqui as verbas para os Parlamentares gastarem com suas bases eleitorais. Há dinheiro para superfaturamento de vacinas. E não há dinheiro para ajudar o povo a comer? O Governo vai deixar as pessoas nessa dificuldade? Isso é uma crueldade.

Por isso, nós temos repetido insistentemente: com Bolsonaro naquela cadeira, não há saída para o Brasil. O *impeachment* é uma necessidade. Se esta Casa não abrir o pedido de *impeachment*, se o Deputado Arthur Lira, o Presidente, não colocar em votação o pedido, para o Plenário decidir, esta Casa vai ser conivente com o genocida, vai ser conivente com um Presidente que mata por ação ou omissão na condução da pandemia e que também coloca o seu povo para sofrer, sem renda, com desemprego, numa das piores crises econômicas por que já passou o Brasil.

Não vai haver saída para essa crise, porque eles não vão destinar dinheiro para investimento nem para estruturar uma política de desenvolvimento para o Brasil que gere emprego e que gere dignidade. Um pai de família quer mesmo é salário; um pai de família, uma mãe de família quer mesmo é trabalho, para criar seus filhos, para cuidar de sua família.

Documento 39/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:32
Publ.: DCD - 07/07/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Publicação pelo jornal Folha de S.Paulo da matéria intitulada A vida secreta de Jair, de autoria da colunista Juliana Dal Piva, a respeito do envolvimento do então Deputado Federal Jair Bolsonaro com o esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e

funcionários de gabinetes, e transferência do know-how para os seus filhos. Investigação, pela CPI da Covid, de denúncias de superfaturamento da compra de vacinas pelo Ministério da Saúde, com o envolvimento do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros. Negligência da Câmara dos Deputados na apuração de denúncias de corrupção contra o Governo Federal. Omissão do Presidente Arthur Lira, do Deputado Ricardo Barros e do Presidente Jair Bolsonaro sobre a grave denúncia de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Queria cumprimentar todos os Parlamentares e os internautas que nos assistem.

Sr. Presidente, estava olhando hoje, através da página da *Folha de S.Paulo* no UOL, uma matéria da jornalista Juliana Dal Piva. Ela escreve, abre aspas, "*A vida secreta de Jair*", fecha aspas. Ela demonstra que, desde o primeiro mandato, o Deputado Federal Jair Bolsonaro iniciou o sistema de corrupção chamado rachadinha. E ele passou o esquema para o seu filho que foi Deputado Estadual e hoje é Senador, que não é diferente do filho que atualmente é Deputado Federal nem do seu outro filho que é Vereador.

Então, na realidade, trata-se da "família rachadinha", que fazia um processo de extorsão com a sua assessoria. Isso é muito grave! Eu lamento que os órgãos fiscalizadores tenham sido omissos à situação nesse período.

Há um debate, que inclusive começou no Senado, sobre a possibilidade de abertura de uma CPI. Essa é uma iniciativa importante do Senado. Mas se diz que, do ponto de vista constitucional, não se pode fazer um processo investigativo a respeito do período em que Bolsonaro era Parlamentar, já que agora ele é Presidente. É por isso que a população fica descrente.

Na realidade, essa estrutura da rachadinha é a de uma verdadeira ORCRIM - organização criminosa, como também é a estrutura que está sendo investigada na CPI da Pandemia, do Senado, sobre a qual esta Casa está silenciosa. Investiga-se superfaturamento na compra da vacina envolvendo o Líder do Governo nesta Casa, o Deputado Ricardo Barros, do PP, o Progressistas, o partido do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira. Até quando esta Casa vai ficar omissa?

Se o Líder do Governo tivesse estatura e compromisso de transparência, ele teria entregado o cargo. Mas ele deu uma declaração de que não o entregará, de que compete ao Presidente exonerá-lo ou compete ao Presidente da Câmara solicitar o cargo. Já

que não estão fazendo isso, percebemos que existe uma omissão do Deputado Ricardo Barros, do Presidente da República e do Presidente da Câmara em relação a essa grave denúncia de corrupção na história do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 40/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decretação de lockdown por Governadores Estaduais. Apelo aos Parlamentares de rejeição do requerimento de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, acerca da criação do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, de autoria do orador, sobre a criação do Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero falar com todos os que nos acompanham através da *TV Câmara*.

Senhores, nesta pandemia, é fato que muitos de nós - aliás, todos nós - estamos abrindo mão de muitas coisas. Mas, se há algo de que não podemos abrir mão, é a nossa liberdade. E há muito tempo ela vem sendo suprimida por alguns Prefeitos e Governadores irresponsáveis que decretam *lockdown*, mandam ficar em casa, fechando postos de trabalho, desempregando pessoas.

Agora, vem para esta Casa um projeto que é fatal contra a nossa liberdade. Eu venho aqui, mais uma vez, para falar a respeito do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021. O requerimento de urgência está pautado para esta semana, talvez seja votado hoje. No art. 1º, o projeto fala que é para o controle de surtos e pandemias. Balela! Mentira! Trata-se de um projeto para controle social.

Não há ninguém aqui contra vacina, não. Pelo contrário, o Governo tem se esforçado para adquirir vacinas. Eu mesmo sou autor do Projeto de

Lei nº 1.208, de 2021, aprovado nesta Casa, que estimula a iniciativa privada a investir na produção de vacina nacional. Mas ninguém pode ser obrigado a tomar vacina. A vacinação deve ser estimulada, mas jamais obrigatória.

Esse projeto é uma excrescência. Ele traz que o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária "(...) *poderá ser utilizado (...) para suspender ou abrandar medidas profiláticas*" - leia-se preventivas - "*restritivas de locomoção ou de acesso de pessoas a serviços ou locais, públicos ou privados (...)*". Esse projeto torna a liberdade em uma exceção e a restrição de liberdade em uma regra.

O inciso I do § 1º do art. 3º fala que o titular do passaporte sanitário, desde que o esteja portando, não poderá ser impedido de entrar, circular ou utilizar qualquer espaço público ou privado. Vejam a gravidade desse projeto! Ninguém pode ser obrigado a fazer uma vacinação que ainda é experimental. Esse projeto parece ter vindo direto da Coreia do Norte.

Por isso, eu digo para V.Exas., Srs. Deputados e Sras. Deputadas: não votem favoravelmente a essa urgência, não votem favoravelmente a esse projeto de lei, que é um exemplo de totalitarismo que está sendo pautado aqui na Câmara!

Digo "não" ao PL 1.674/21.

Documento 41/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:48
Publ.: DCD - 07/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração do Presidente Arthur Lira ao portal UOL, sobre a inexistência de fatos novos para justificativa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Robustez do superpedido de impeachment do Presidente da República, por prática de crimes de responsabilidade, especialmente quanto aos ataques a instituições democráticas e ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Dissintonia do Presidente da Casa com a ampla maioria da população brasileira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, população brasileira que acompanha mais esta sessão da Câmara

Federal, Deputada Erika Kokay, eu li matéria a partir de entrevista do Presidente da nossa Casa, o Deputado Arthur Lira, em que ele, dialogando com jornalistas do portal UOL, disse que não haveria fatos novos que justificassem a abertura de um processo de *impeachment* para investigar os crimes de responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro.

O que eu tenho dito, Presidente Charles Fernandes, é que, na realidade, o pedido, aquele que sintetiza todos os pedidos anteriores, o chamado superpedido de *impeachment*, trata de um conjunto muito robusto de crimes de responsabilidade que realmente não são fatos novos.

Neste aspecto, eu quero discordar duplamente do Presidente Arthur Lira. Quando nós dissemos que o Presidente Jair Bolsonaro e seu Governo atrasaram a compra de vacinas que poderiam estar neste momento salvando a vida de milhares de brasileiros, este já seria um crime de responsabilidade que perdura mais de ano, Deputada Erika Kokay. Quando nós dissemos que o Presidente Jair Bolsonaro orientou a compra e a produção de cloroquina, um medicamento ineficaz para combater a COVID, ele incorreu em crime de responsabilidade. Quando nós dissemos, há mais de 1 ano, que ele havia participado de diversos atos antidemocráticos, incitando ataques aos Poderes, ao Supremo Tribunal Federal e a esta Casa, estes já eram crimes de responsabilidade.

Portanto, eu quero voltar a pedir ao Presidente Arthur Lira: por favor, Presidente, se V.Exa. está convencido de que não há motivo para abrir um processo de *impeachment* contra Jair Bolsonaro, eu percebo que, em primeiro lugar, V.Exa. está em dessintonia com a ampla maioria do povo brasileiro. Em segundo lugar, trata-se de uma questão democrática. Nós temos que entregar ao Plenário da Câmara o direito de definir, por maioria, a opinião de cada um dos 513 Deputados Federais se se deve ou não abrir um processo de *impeachment*.

Eu penso que existem crimes de responsabilidade demonstrados de forma muito sólida, crimes que devem ser investigados, e a única maneira de fazer a investigação é abrir o processo de *impeachment* para investigar esses crimes de Jair Bolsonaro. Nós continuaremos, desta tribuna, trabalhando e denunciando para que ele não fique blindado, Presidente.

Sumário

Registro de 500 mil óbitos no País provocados pela Covid-19. Vinculação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros decorrentes do coronavírus. Escândalo de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal. Envolvimento do Presidente da República no esquema das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de seus assessores. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do superpedido de impeachment do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - O Governo tenta passar todos os dias a boiada, e os cascos dos bois vão pisoteando nossa cidadania, nossa soberania, nossa democracia. O Governo busca todos os dias dar vazão à política da morte.

O Brasil está vivenciando realmente uma necropolítica, mas não apenas pelo número de mortos, que faz com que nós tenhamos todos os dias que nos debulhar em lágrimas. O Brasil chora, chora, chora a partida de mais de 520 mil pessoas, e quem parte sempre é o amor de alguém. Essas pessoas poderiam estar aqui. Os especialistas calculam que pelo menos 400 mil pessoas poderiam estar aqui, se o Governo tivesse adotado o que propõem as normas científicas, se o Governo tivesse priorizado a compra de vacinas.

O Governo, no entanto, se derramou em cloroquina e evitou comprar as vacinas. Hoje se sabe por quê. Não foi apenas porque ele nega a ciência, como nega a própria realidade, mas porque há um esquema de corrupção instalado no Governo Bolsonaro. No Governo Bolsonaro, rejeitou-se a compra, em tempo hábil, da vacina da Pfizer; comprou-se com muitos meses de atraso, porque havia a intenção de comprar uma vacina específica, ofertada por um preço e, logo depois, ofertada por um valor muito maior.

O Governo contratou, ainda que não tenha efetivado a compra da vacina, e não o fez porque o escândalo veio à tona, porque as garras da corrupção e os negócios ilícitos contra o povo brasileiro foram desnudados. Isso não quer dizer que o Governo, por não ter conseguido efetivar a compra da vacina, não tenha tido a intenção de se locupletar.

Não é só isso. Nós também estamos assistindo a uma prática do então Deputado Jair Bolsonaro de exigir retorno salarial dos seus assessores, a prática da rachadinha, pela qual seu filho responde e cuja investigação, que deve ser profunda, este Governo tentou evitar que se fizesse.

O País não pode mais assistir ao que está acontecendo. Não pode mais estar passivo diante desta necropolítica. O que cabe ao Presidente da Câmara? Cabe ao Presidente da Câmara dar vazão ao superpedido de *impeachment* que foi protocolado por tantas entidades e Parlamentares de tantas matizes. Ele tem que dar vazão a esse pedido. Não pode o Presidente desta Casa tentar impedir que o País inteiro discuta e busque responsabilizar o Presidente - genocida e corrupto - por todos os crimes que tem cometido.

Cada dia que se evita o processo de *impeachment* nesta Câmara há mais mortes no Brasil.

Documento 43/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:00
Publ.: DCD - 07/07/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Destinação pelo orador de vultosos recursos de emendas orçamentárias ao Estado do Tocantins para combate à Covid-19. Prioridade do orador na alocação de verbas orçamentárias para o agronegócio, a segurança pública, a infraestrutura básica e o transporte escolar municipal, no Estado. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.311, de 2021, sobre a concessão de prioridade a ministros de cultos religiosos na vacinação contra a Covid-19. Anúncio da apresentação de requerimento de tramitação da propositura em regime de urgência.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Graças a Deus e ao profícuo trabalho feito em Brasília, eu consegui destinar, na minha legislatura e no primeiro ano das quatro emendas parlamentares que tenho, em torno de 60 milhões de reais para o Estado de Tocantins. Considero este um número positivo, na medida em que este valor veio, sobretudo, para ajudar o Estado de Tocantins especialmente no combate à COVID-19. Lembro que a destinação inicial era fazer mais de 5 mil cirurgias eletivas, mas, em função da pandemia, este recurso foi redirecionado para o enfrentamento da pandemia, visando à saúde dos tocantinenses.

Eu sempre priorizei destinar emendas a vertentes que promovam o cidadão e melhorem sua vida: o agronegócio, que é muito forte no meu

Estado; a segurança, sobretudo em busca do aparelhamento da Polícia Militar e da Polícia Civil e do apoio à segurança das muitas praias de água doce que nós temos aqui nos Rios Tocantins e Araguaia; e uma forte ação na infraestrutura básica e no apoio aos Municípios em se tratando do transporte escolar.

Eu não destino emendas para assuntos ou objetivos secundários. Eu sempre destinei emenda para aquilo que efetivamente atenda à comunidade, que melhore a vida da população e sua dignidade e torne meu Estado mais empreendedor.

Este é um registro importante, porque quero que não apenas o tocaninense, mas também o Brasil saibam que existem pessoas em Brasília que lutam pelo bem comum por meio de proposições, ações e procedimentos que efetivamente deem condições de vida mais digna para o povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero comunicar os senhores do projeto que apresentei em Brasília para que o líder religioso tenha também prioridade de vacinação, porque existem líderes que atendem dezenas de pessoas a cada dia. Quando alguém está doente, é ele quem primeiro chega para socorrer, porque faz o trabalho de psicólogo, de psiquiatra, de aconselhamento pastoral, e trabalha muito com a emoção das pessoas. Muitos deles estão adoecendo e morrendo.

Portanto, fiz um projeto e quero apresentar um requerimento de regime de urgência para que os líderes religiosos, no Brasil, que são socorristas, nestes tempos de crise...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 44/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:04
Publ.: DCD - 07/07/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do orador como membro titular da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Prática de corrupção pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Desvio, pelos governos petistas, de bilhões de reais



do Fundo Postalís da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 6%. Retomada do desenvolvimento econômico do País. Relevância de proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados. Construção de obras de infraestrutura de transportes no País. Inclusão do Brasil entre os países com maior índice de vacinação contra a Covid-19 no contexto mundial. Repúdio à atuação dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros na CPI da Covid.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu tenho um compromisso na Comissão da Reforma Administrativa, da qual eu sou membro titular.

Genocida e corrupto pode ser o Lula, pode ser a Dilma, não o Presidente Bolsonaro. Nunca se roubou tanto na história do Brasil como nos Governos do PT. Eu ouvi alguns falarem sobre Os Correios agora há pouco. Os Governos do PT quebraram Os Correios, desviando bilhões do Fundo Postalís. Todo o Governo do PT foi de prejuízo para os Correios, e esse é só um exemplo entre centenas de outros casos assim nas despesas públicas, em todo o País.

De qualquer maneira, apesar de tudo isso, a caravana passa enquanto os cães ladram. O País segue, para este ano, com um crescimento de 6% do PIB. Isso é emprego e renda para os brasileiros. Significa que a economia voltou a empregar, a indústria está crescendo, os serviços voltaram, a agricultura continua forte e o País está caminhando bem.

Da mesma forma, esta Câmara aprovou projetos de leis importantes, como o Novo Marco do Saneamento para o País, que vai gerar muito investimento nessa área, e investir em saneamento é também investir em saúde. Nós aprovamos a nova Lei do Gás, a nova Lei das Licitações. Nós aprovamos aqui um pequeno ajuste fiscal, há 1 mês. Ou seja, esta Câmara tem feito muito pelo Brasil, e o Governo está tocando o País.

O Brasil é um canteiro de obras: em todos os lugares ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos estão sendo construídos e modernizados, algo que nunca se viu no País. E, apesar da pandemia, que é um problema mundial, este Governo é um dos que mais vacinou no mundo. Somos o terceiro ou quarto país que mais vacinou no mundo, com uma população de 210 milhões de brasileiros, sendo que menores de 18 anos não precisam vacinar. Nós já estamos hoje com mais de 110 milhões de doses aplicadas no Brasil, resultado de um trabalho hercúleo do Governo, que a Oposição faz questão de denegrir, de macular.

E o que dizer da CPI da COVID, onde os três patetas manipulam,

mentem, porque querem, na realidade, uma CPI fajuta: os Senadores Randolfe, Aziz e Renan Calheiros, o novo ídolo da Esquerda e da imprensa brasileira.

Infelizmente é triste o que está acontecendo no País, mas nós vamos vencer.

Obrigado, Presidente.

Documento 45/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:08
Publ.: DCD - 07/07/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Principais reivindicações dos participantes nas recentes manifestações realizadas no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Anúncio de novo reajuste nos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Quadro de fome e pobreza vigente no Brasil. Protesto contra a inclusão na pauta, pelo Presidente Arthur Lira, de proposições prejudiciais à população brasileira e aos povos indígenas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Eu acho que o Deputado que me antecedeu não mora no Brasil, acho que ele está falando de outro país. O povo brasileiro foi para as ruas no sábado, mais uma vez, em todas as Capitais e em mais de 300 cidades daqui e de outros países porque não aguenta mais este Governo de morte. O povo foi para as ruas cobrar vacina. Hoje só 13% da população foram vacinados com a segunda dose.

O povo foi para as ruas cobrar emprego, trabalho. Nós temos mais de 14 bilhões de pessoas desempregadas. O Deputado que me antecedeu não deve conhecer nenhum desempregado, deve viver em outro mundo. O povo foi para as ruas pedir um auxílio emergencial de 600 reais e não apenas de 150 reais, como é para muitas pessoas, ou de 250 reais. O botijão de gás está custando 120 reais.

O povo foi para as ruas se manifestar contra projetos que estão tramitando no Congresso e que vão prejudicar a população indígena. O povo foi para as ruas se manifestar contra essa reforma administrativa

que prejudica os funcionários públicos e que vai atrasar mais ainda o País por fragilizar o serviço que eles prestam. O povo foi para as ruas se manifestar contra as privatizações dos Correios, da ELETROBRAS, da PETROBRAS, privatizações que atendem a alguns interesses, mas não resolvem os problemas do País.

O povo foi para as ruas se manifestar contra este Governo corrupto. Está aí a CPI mostrando os esquemas e as denúncias mais recentes das rachadinhas da família do Presidente. O povo foi para as ruas se manifestar contra a compra superfaturada de vacinas, com 1.000% de aumento, contra a propina cobrada pela compra dessas vacinas.

Enfim, este é um Governo da morte, não um Governo da vida. Não é à toa que o povo o chama de Governo genocida.

A PETROBRAS acabou de anunciar mais reajustes. Por isso eu digo que esse Deputado não vive Brasil. A gasolina sofreu um reajuste de mais de 6%, o oitavo aumento só este ano. O *diesel* também continua aumentando. O gás de cozinha teve quase 6% de aumento, o 15º aumento desde o início do Governo Bolsonaro, num total de 66% por cento de aumento. Por isso que a população está mais pobre e há muita gente passando fome - essa é a realidade do Brasil. O povo foi para as ruas porque não aguenta mais.

É lamentável, portanto, a insistência do Congresso Nacional, por meio da Mesa Diretora e do Presidente Arthur Lira, que é o grande apoiador deste Governo genocida, em colocar na pauta projetos que prejudicam a população, como a privatização dos Correios, como os projetos que prejudicam os povos indígenas. Há muita gente já falando que o Presidente da Câmara se enquadra na mesma definição do Presidente da República.

Gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 46/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:12
Publ.: DCD - 07/07/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falecimento dos sambistas Ricardo Ely Baldino, o Rick Batera; Antenor Marques Filho, o Gordinho do Surdo; e Ubirany Felix do Nascimento. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares. Aguardo do

encaminhamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do prometido pacote de medidas de contemplação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Necessidade de cumprimento, pelo Presidente da República, de compromisso firmado com as classes artística, turística e de produção de eventos.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente e todos os que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, eu tenho uma relação muito grande com o mundo do samba, que ontem perdeu o Rick Batera, uma referência do samba. Tenho certeza de que todos estão lamentando muito essa perda.

Como disse meu irmão Augusto Acioli, nessa pandemia, várias unanimidades do samba foram embora. Ontem, vítima de infarto, perdemos o Rick Batera, mas, durante a pandemia, perdemos o querido Gordinho do Surdo e Ubirany, do Fundo de Quintal.

Daqui da Câmara dos Deputados, quero prestar as minhas condolências à família do Rick e às famílias de todos esses sambistas que fizeram história no samba nacional.

Presidente, colegas Deputados, também quero tratar de um tema que foi debatido em uma audiência pública na semana passada: o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

Tratamos, colega Deputado Bibó Nunes, da Base do Governo, apoiador do PERSE, dos vetos presidenciais. O Presidente Bolsonaro, sua equipe, o Carlos Costa e o Ministro Paulo Guedes afirmaram, numa entrevista coletiva, que iriam enviar um pacote de medida para contemplar o programa praticamente em sua totalidade. Isso está gravado - é o posicionamento do presidente da República. Agora estamos aguardando esse pacote, que ainda não foi enviado.

Em estudo que foi feito, nós enxergamos que o Brasil, por ano, disponibiliza em benefícios fiscais 315 bilhões de reais. Repito, Deputado Otávio Leite, grande defensor do setor de eventos e turístico do nosso Brasil: 315 bilhões por ano, há décadas. Eu não vou aqui dizer que sou contra benefícios fiscais para o agronegócio, para a indústria química, que tanto ganhou dinheiro nessa pandemia, e para vários outros setores. Agora, será que o setor de eventos e turismo não pode ter 1% de benefício fiscal, o que nunca teve na vida? Repito, nunca teve.

Então, se o Presidente não honrar sua promessa com a classe artística, turística e produtora de eventos, a mais afetada por esta pandemia, isso ficará para a história, inclusive constringendo a própria base do Governo. Vamos aqui cobrar que o Presidente honre sua

palavra.

Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 47/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:20
Publ.: DCD - 07/07/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa de incriminação do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Falta de credibilidade de pesquisas eleitorais. Realização da chamada motociata a favor do Presidente da República, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Razão do reajuste nos preços de combustíveis. Honradez e ética do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Eduardo Bismarck.

É muito bom estar aqui nesta tribuna, onde me sinto muito bem.

Presidente, hoje vou falar da minha indignação com a vergonha que passa o Congresso. O Congresso é a Câmara e o Senado. E o que está fazendo essa CPI do circo, CPI do ódio, é uma vergonha. É uma CPI que tem à sua frente dois Senadores que não têm a menor credibilidade, respeitabilidade do povo brasileiro.

Há uns 15 dias, o Senador Renildo Calheiros tentou achar um furo meu me acusando, através de um pseudoassessor meu, de algum ato irregular. Nada conseguiu, porque eu sou infurável. Ele tem que saber disso. Sou uma pessoa pitoco, sem rabo, que estou aqui para dizer a verdade e enfrentar a corrupção como poucos. E o que querem os Srs. Senadores, através dessa CPI do circo, é fazer com que os depoentes falem o que eles querem ouvir. Isso é tragicômico.

Hoje pela manhã ouvi uma responsável pelas importações, e eles forçavam a todo momento que ela dissesse o que eles querem ouvir. E, a todo momento, ela dizia: *"Isto é o correto; isto é o normal; não tem nada de anormalidade"*. Tentam impingir culpa ao Presidente Bolsonaro a todo momento. Estamos vivendo num país do faz de conta, de brincadeira. Em pesquisas eleitoreiras e não eleitorais, como a de ontem, coloca-se o Presidente Bolsonaro com derrotado,

fatalmente dizimado por Lula ou Ciro. Se se colocar naquela pesquisa o Fernandinho Beira-Mar, ele trucidaria o Presidente Bolsonaro.

Quem é que acredita nessas pesquisas eleitoreiras falsas, demagogas e venais? A verdadeira pesquisa está nas ruas. Eu convido o Brasil para que assista ao que será a cavalgada de aço, a "motociata" dos gaúchos em Porto Alegre, com ninguém recebendo pão com mortadela, com ninguém recebendo gasolina, nada. Todos os que estarão lá são brasileiros com sangue verde e amarelo e com sangue verde, amarelo e vermelho de gaúcho na veia, lutando para dizer que apoiamos o Presidente Bolsonaro, que é um governo anticorrupção, sério e que quer o melhor para o Brasil.

Questionam no momento que a gasolina esteja aumentando. Está aumentando sem dúvida alguma, é a conjuntura, é o que está acontecendo. Agora, imaginem quanto estaria o preço da gasolina se a esquerda estivesse ainda no poder com os petroleiros da vida, com dinheiro jorrando, sendo levados ao léu do bolso. Estaríamos pagando a quanto a gasolina? Temos um governo ético, honrado e anticorrupção.

Grato, nobre Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 48/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:24
Publ.: DCD - 07/07/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Realização de manifestações no Brasil em defesa do patrimônio público e contra o Governo Jair Bolsonaro, notadamente com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Reajuste nos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis. Redução do valor do auxílio emergencial. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me pronuncio nesta tarde sobretudo para denunciar o que pretende um governo que quer destruir

o Brasil: pretende a privatização dos Correios, pretende atacar o patrimônio público nacional. Não com nosso apoio, não de forma que venhamos a calar. Todo o Brasil deve levantar-se em defesa do patrimônio público. Aliás, no sábado, 3 de julho, o Brasil levantou-se para, além de defender o patrimônio público, defender a própria vida.

O que ocorre hoje é um absurdo. Quando o povo brasileiro tem que lutar pela vida, quando o Governo está envolto em negociatas da pior espécie para a compra de vacinas, vacinas que faltaram para a vida dos brasileiros e brasileiras, e quando condenou milhões à morte, ainda assim quer usar o tempo que tem, porque o tempo deste Governo é findo.

Está no fim este Governo. Basta colocar o *impeachment* em debate, e a sociedade brasileira vai levantar-se. Mas este Governo quer ocupar o seu tempo final para cumprir seus objetivos de servir aos interesses do mercado e de abandonar qualquer possibilidade de futuro para o Brasil. Quando vendem o patrimônio público da forma que estão fazendo, assim como fizeram com a ELETROBRAS, isso condena o País à escuridão.

Hoje, subiu o preço do gás, do *diesel*, da gasolina. Sobem o preço da comida e baixam o valor do auxílio emergencial. As famílias têm fome. Os brasileiros e brasileiras, muitas vezes, buscam sobras nas latas de lixo para comer! E não há Governo no Brasil a não ser para o caminho da negociata, da condenação à morte e à fome e da venda do patrimônio público. Não! Sinceramente, se o Presidente Arthur Lira não colocar o *impeachment* em pauta, o povo brasileiro vai olhar para a Câmara com a certeza de que não estamos cumprindo o nosso papel. Nós Parlamentares de todos os partidos, a essa altura, precisamos nos dirigir ao Presidente da Casa e dizer: "*É preciso apreciar o impeachment! Queremos e exigimos apreciar o impeachment em nome da decência, da dignidade e dos direitos do povo*".

Muito obrigada.

Documento 49/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:32
Publ.: DCD - 07/07/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de fixação do

valor do auxílio emergencial em 500 reais, e sua prorrogação até o mês de dezembro de 2021.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, entendo que é chegada a hora de a Mesa Diretora pautar a medida provisória que trata do auxílio emergencial.

Nós estamos vendo aí a escalada do aumento de preços. O Brasil todo está acompanhando - a dona de casa, o trabalhador, a juventude - o desafio de milhares de famílias brasileiras, e eu falo em especial do meu Amazonas, de garantir, com 250 reais, a sustentabilidade para quem está desempregado. O preço do gás e a conta de energia estão nas alturas, e não sobra praticamente quase nada para garantir a compra de alimentos e o mínimo de condições de sustentabilidade dessa família.

Enquanto Parlamento, não podemos assistir de braços cruzados a muitas famílias perecerem pela fome e adoecerem e a outras estarem em plena miséria. Eu entendo, Sr. Presidente, que não há nada mais duro para um pai de família do que não conseguir prover renda para o sustento mínimo dos seus familiares, como também para uma mãe é de partir o coração ver o filho passar fome.

Por isso, eu entendo que é chegada a hora de este Parlamento pautar essa medida provisória, porque não podemos assistir às pessoas tentarem sobreviver com os míseros 250 reais. Nós precisamos, pelo menos, passar esse valor para 500 reais ou mais e garantir a expansão disso até dezembro, quando se imagina que vamos concluir a vacinação no Brasil. O próprio Governo já prorrogou o auxílio por mais 4 meses, até outubro, mas 250 reais, Sr. Presidente, é muito pouco. Defendemos o reajuste do valor do Bolsa Família, bem como a inclusão de todas as famílias que estão no CadÚnico, para que, dessa forma, as famílias brasileiras que não estão inseridas no mercado de trabalho e que passam por dificuldade redobrada pela falta de renda possam se sustentar durante este período de pandemia.

É isso, Sr. Presidente. Eu vou continuar nessa luta, cobrando para que possamos mitigar o sofrimento de milhares de brasileiros Brasil afora.

Gostaria que a minha fala fosse registrada nos canais de comunicação desta Casa.

Boa tarde.

55.2021.B Sessão Outro Evento 06/07/2021-15:36

Publ.: DCD - 07/07/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Fracasso da reforma trabalhista como instrumento de geração de novos empregos. Não redução de altos salários de beneficiários pela reforma previdenciária. Criação, pelo Governo Federal, de orçamento secreto para pagamento de emendas a Parlamentares favoráveis à aprovação de seus projetos. Reajuste nos preços de combustíveis e do gás de cozinha, não obstante à venda de subsidiárias da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Reajuste de tarifas de energia elétrica após a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Necessidade de adoção, pelo Congresso Nacional, de medidas de reversão do quadro de fome, pobreza e miséria vigente no País. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero falar um pouco do momento que nós estamos vivendo.

Primeiro, fizeram a reforma trabalhista, dizendo que, com isso, iriam gerar 10 milhões de empregos. Qual foi a consequência disso, Sr. Presidente? São 15 milhões de pessoas desempregadas no País. Esse é o resultado da política da reforma trabalhista feita por esta Casa.

Falaram que iam fazer a reforma da Previdência para acabar com os privilégios. E os jornais colocaram, neste final de semana, que há pessoas neste País que ganham 43 mil reais vitalícios. Quais foram os privilégios que se cortaram? Nenhum! Ao contrário, criou-se dificuldade para o trabalhador, para a pessoa mais pobre se aposentar. Essa é a grande verdade.

Aprovaram a Lei do Teto de Gastos. E para que serve essa lei? Para que, quando desejar, o Presidente da República possa furar essa lei, ou seja, possa ter um orçamento secreto para pagar emendas de Parlamentares que votam a favor de Bolsonaro, que votam a favor desse Governo genocida e corrupto.

Mas, como se não bastasse isso, entregaram o pré-sal, a BR Distribuidora, refinarias. Qual é o preço da gasolina? Seis reais. Qual é o preço do gás? Já passa dos 100 reais, 110 reais, 120 reais. Foi isso que produziram ao longo desses anos, Sr. Presidente. E, cada vez mais, nós temos que reafirmar isso, porque agora foi aprovada por esta

Casa a privatização da ELETROBRAS. Qual é a consequência disso? Houve aumento de 60% da energia elétrica no Brasil.

Sr. Presidente, ou este Congresso toma algumas medidas para poder minimizar o sofrimento desse povo, ou o povo não terá condições de viver neste País, onde a fome, a miséria, a pobreza bate na porta das pessoas. A carestia, cada dia que passa, é mais evidente. Essa é a grande realidade.

O Presidente da República diz que vai pagar o auxílio emergencial de 150 reais, mas a inflação já destruiu esses 150 reais! Nós temos que aprovar 600 reais, no mínimo, para a população brasileira. O correto seria um salário mínimo, que nós deveríamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 51/200

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços do gás de cozinha. Falta de recursos da grande maioria da população brasileira para compra de alimentos. Aprovação, pela Comissão de Defesa do Consumidor, do substitutivo oferecido pela oradora ao Projeto de Lei nº 1.231, de 2020, sobre o impedimento da cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel e TV, durante pandemias declaradas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Apresentação à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, de emendas destinadas à extinção de supersalários no serviço público. Defesa de realização da reforma tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu ouvi os discursos de vários dos meus colegas, e, infelizmente, nós temos um único som, que é o som daqueles que estão decepcionados com o que nós estamos vendo na política brasileira, na economia brasileira, o som daqueles que têm o mínimo de sensibilidade de entender que a população sofre, e sofre muito.

Cada vez que o preço do gás aumenta - e vem aumentando de novo,

em 6% -, a população sofre mais. É uma população que, em grande maioria, não tem dinheiro para colocar os alimentos da cesta básica na mesa, quiçá para comprar o gás de cozinha para cozinhar os alimentos da cesta básica.

Nós, dentro da Câmara dos Deputados, temos feito aquilo que podemos. Relatei, Sr. Presidente, na semana passada, projeto que acaba com a multa por quebra de contrato de fidelização. Falo daqueles que vendem pacote de celular e Internet. Nós sabemos que essas operadoras, muitas vezes, aplicam essas multas, mas hoje a população brasileira precisa é de dinheiro para colocar arroz e feijão na mesa.

E nós temos muito mais a fazer. Ouvi alguns colegas falarem dos grandes salários, dos supersalários. Hoje, para muitas das carreiras, o teto é o piso. O teto, que deveria realmente ser o teto do serviço público, é o piso, porque há os penduricalhos. Muita gente faz ali os seus subterfúgios para ganhar muito mais, como o próprio Presidente da República fez para parte dos privilegiados militares da alta casta. É gente que hoje está ganhando perto de 80 mil reais no lombo daqueles que pagam a conta, que pagam os impostos.

É preciso mudar, e é preciso mudar muita coisa. É preciso que nós, de fato, coloquemos a reforma administrativa para andar. Não falo de uma reforma administrativa que seja um arremedo. Eu propus duas emendas à reforma administrativa, para colocar todo mundo da alta casta do serviço público no meio desse processo. Não adianta tirar Ministério Público, tirar o Poder Judiciário, tirar o Poder Legislativo, não. Todos aqueles que estão na alta casta do serviço público precisam entrar na reforma administrativa. A reforma administrativa não é para pegar policial e professor, não. É para pegar aqueles supersalários.

Esta Câmara tem muito a fazer. Além da reforma administrativa, tem que fazer uma reforma tributária de verdade, não uma reforma tributária que castigue mais os pobres, como lamentavelmente pode acontecer. Nós temos uma grande responsabilidade com este País, quando vemos um Governo que é absolutamente irresponsável e que não tem qualquer empatia com o povo brasileiro, com este País.

Portanto, a este Parlamento cabe a responsabilidade de fazer o seu trabalho e também o trabalho do Poder Executivo. É assim que o Brasil tem, aos trancos e barrancos, enfrentado esta pandemia, Sr. Presidente.

CD 15:52
Publ.: DCD - 07/07/2021 - VICENTINHO JÚNIOR-PL -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 21, de 2020, sobre o estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil. Congratulações ao Prefeito Thiago Tapajós do Município de Pindorama do Tocantins, Estado de Tocantins, pela vacinação do público a partir de 18 anos de idade.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim".

Gostaria ainda de aproveitar esta oportunidade para parabenizar Pindorama do Tocantins, por ser a primeira cidade do Estado do Tocantins a vacinar a população de 18 anos à frente. O Prefeito, Dr. Thiago Tapajos, meu irmão querido, por sinal, é médico e sabe a importância da vacina no braço do cidadão. Hoje, a população de 18 anos em diante passa a ter acesso à vacina nesse Município.

Como irmão orgulhoso que sou do meu irmão caçula, o parabenizo. Não tinha dúvidas de sua capacidade técnica e responsabilidade social.

Documento 53/200

74.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021-
CD 16:12
Publ.: DCD - 07/07/2021 - BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade. Investigação do escândalo de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde, com o envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós orientamos "sim". É mais do que justo que haja essa priorização na vacinação. A vacina é tão importante que nós cobramos permanentemente uma política de compra, de aquisição de vacinas, de quebra de patentes, para que possa haver mais vacinas para a população.

O Presidente da República, infelizmente, quando se tratava da vinda de vacinas para o Butantan, para a FIOCRUZ, não fazia nenhum esforço. Mas, quando surgiu uma empresa intermediária com suspeita de superfaturamento para pagar propina, aí o Presidente se envolveu pessoalmente.

Esse escândalo tem que ser apurado. Felizmente, a CPI no Senado está fazendo um bom trabalho. E nós aqui também precisamos apurar isso. Por isso, o pedido de *impeachment* é importante, para que nós tenhamos exatamente a apuração sobre essa irresponsabilidade da propina que o Presidente cobrou em cima de vacinas.

Documento 54/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/07/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - AÉCIO NEVES-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Inicialmente, eu quero me dirigir a V.Exa., Presidente Arthur Lira, para agradecer a deferência que teve com este antigo Parlamentar ao indicar-me Relator de uma matéria de tamanho relevo.

V.Exa. sabe que já tive a oportunidade de ocupar por inúmeras vezes, por seis mandatos parlamentares, esta tribuna, que já tive a honra suprema de ocupar a cadeira hoje ocupada por V.Exa. Quero dizer, Presidente Arthur, que em poucos momentos me senti tão gratificado e recompensado em exercer a atividade parlamentar quanto neste em

que tenho a oportunidade de aprimorar e avançar no importante projeto já apresentado e aprovado no Senado da República, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, lá relatado pelo Senador Nelsinho Trad.

A partir de consultas que fizemos a todo o País, a especialistas na matéria, com o apoio de inúmeras entidades representativas dessa matéria, e também de consultas que fizemos às legislações do exterior, eu tenho a honra de dizer aos meus pares que, aprovada hoje esta matéria, nós vamos dotar o Brasil de uma das mais avançadas e modernas legislações no que diz respeito à propriedade intelectual e às suas excepcionalidades.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que V.Exa. determina que eu ofereça parecer a 13 projetos apensados na Câmara dos Deputados, cabe a mim fazer aqui, de início, pela relevância da matéria, algumas considerações.

A primeira delas é que esse Projeto de Lei nº 12, de 2021, como eu disse, de autoria do Deputado Paulo Paim e relatado pelo Senador Nelsinho Trad, foi aprovado já no Senado por uma imensa maioria de votos. Já há o entendimento de que as alterações e, parece-me, os avanços incontestes que nós introduzimos no projeto serão incorporados também no Senado, que manterá, segundo esse acordo, o texto aqui conosco negociado.

Na verdade, ele "propõe a alteração da disciplina legal dada ao licenciamento compulsório de patentes, prevista no art. 71 da Lei de Propriedade Industrial, para incluir os pedidos de patentes como objetos dessa licença, que somente poderão beneficiar entidades com efetivo interesse e capacidade econômica para a sua exploração.

A proposição em apreço, em seu art. 1º, prevê a publicação de lista por parte do Poder Executivo, passível de revisão periódica, contendo as tecnologias que atendam às necessidades quando for declarada emergência nacional ou interesse público ou reconhecido estado de calamidade pública de âmbito nacional, com a participação de órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa e entidades representativas da sociedade civil.

O dispositivo também cria a obrigação de os titulares das patentes fornecerem as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente e os demais aspectos técnicos aplicáveis ao caso em espécie, assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes, bem como o material biológico essencial.

A recusa no fornecimento das informações e do material biológico pode

levar à nulidade da patente. Além disso, autoridades públicas serão autorizadas a compartilhar informações de que tenham posse em favor dos licenciados. O Projeto de Lei contempla também nesse dispositivo situações que podem excluir patentes e pedidos de patentes da lista elaborada pelo Executivo.

No que tange à justa remuneração ao titular da patente, a proposta, ainda constante do art. 1º, é que sejam consideradas as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico da licença concedida, a duração da licença e as estimativas de investimentos necessários para sua exploração, custos de produção e preço de venda no mercado nacional do produto a ela associado.

Enquanto esse valor não for definido, será pago 1,5% sobre o preço líquido de venda do produto, sendo devida ao titular do pedido de patente somente após a concessão da patente. Além disso, prevê a possibilidade de exportação, por razões humanitárias, dos produtos elaborados com base em licença compulsória.

Além disso, o art. 1º ainda prevê a possibilidade de exportação, por razões humanitárias, dos produtos elaborados com base em licença compulsória.

Nos termos de seu art. 2º, a proposição estabelece que a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), caracteriza-se como emergência nacional nos termos do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

O art. 3º enfatiza o caráter complementar dos indispensáveis esforços do Governo Federal junto aos demais países e organismos internacionais a fim de viabilizar a cooperação internacional para possibilitar o acesso universal aos produtos farmacêuticos, vacinas e terapias necessários para o combate ao coronavírus e outras epidemias ou graves crises de saúde pública.

O art. 4º da proposição em comento determina que o Poder Executivo deverá editar, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação da futura norma, os regulamentos necessários ao seu adequado cumprimento, ao passo que o art. 5º trata da usual cláusula de vigência.

Por força de Despacho da Presidência desta Casa, datado de 17 de junho de 2021, o presente Projeto de Lei nº 12, de 2021, foi encaminhado à apreciação das Comissões de Seguridade Social e Família; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 do RICD). Por meio desse ato, a Presidência da Câmara dos Deputados



determinou o apensamento do Projeto de Lei nº 1.320, de 2020, e de seus apensados à proposição em comento. Posteriormente, com o deferimento do Requerimento nº 1.269/2021, foi determinado o apensamento do Projeto de Lei nº 1.184, de 2020, e apensados à proposição em comento.

Em virtude dos apensamento supracitados, o Projeto de Lei nº 12/2021" - esse que estaremos a votar em seguida - "passou a tramitar com 13 proposições apensadas", aqui já listadas pelo ilustre Presidente.

(...)

"Foi aprovado o Requerimento de Urgência nº 1.354/2021, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário".

Passo ao voto do Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

"II. Voto do Relator

Trata-se de projeto de lei de autoria do Senado Federal" - como aqui já externei - "(...), que tem o objetivo de alterar a sistemática da licença compulsória de patentes concedida de ofício. Conforme resumido no relatório precedente a este voto, ao projeto do Senado foram apensadas outras 13 proposições que tratavam da mesma temática, ou seja, estamos a apreciar, nesta ocasião, 14 projetos de lei que têm o objetivo comum de propor alterações ao regime jurídico das licenças compulsórias de patentes para os casos de emergência nacional e interesse público.

Esse tipo de licença é atualmente regulado pelo art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, consonante, no plano internacional, com os dispositivos do Acordo TRIPS, celebrado no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC.

Saliente-se que o tema da licença compulsória de patentes tem merecido, ultimamente, muito destaque em diversas discussões em todo o mundo, principalmente por causa do processo de imunização contra a COVID-19, doença responsável por uma pandemia que causou e vem causando impactos estarrecedores na sociedade brasileira e em outras nações do mundo. A doença já causou cerca de 4 milhões de óbitos, número que pode ser bem mais alto, tendo em vista a esperada subnotificação. Somente no Brasil, o número de mortes já superou 516 mil." O número de proposições em tramitação sobre o assunto é outro indicativo da relevância que o assunto adquiriu com o surto do novo coronavírus.

Além da crise sanitária, a pandemia impactou negativamente a

economia, o trabalho e a renda da população, o sistema de ensino, a saúde mental de muitos sobreviventes e de familiares das vítimas. Na verdade, ainda é muito difícil estimar o alcance real de todos os danos que foram e continuam sendo causados pela COVID-19.

Nesse contexto, as tecnologias que podem, de alguma forma, servir para conter a transmissão do patógeno e para combater os danos causados pela doença ao organismo humano são encaradas com muita esperança por todo o mundo, e não é diferente no Brasil. Entre as tecnologias úteis, as vacinas merecem um lugar de destaque, pois são instrumentos preventivos, que podem impedir a infecção ou contribuir para que o quadro clínico da doença em pessoas imunizadas seja mais leve. Não há dúvidas, Sr. Presidente, acerca do alto potencial de proteção à vida e à dignidade humana conferido pela imunização ativa por meio da administração das vacinas" - e é disso que trata e tratará esse projeto.

"Se, por um lado, há vontade de ampliação de acesso de todos os indivíduos à vacinação tempestiva, por outro, há limitações a isso, como as restrições à produção de ingredientes farmacêuticos ativos - IFAs, assim como das formulações finais prontas (...)", para aplicação nos pacientes. Do mesmo modo, a proteção conferida pelas patentes pode ser vista como mais uma restrição à produção de vacinas em uma escala mais ampla, que consiga aproximar a oferta à demanda e permitir uma velocidade maior na imunização de toda a população brasileira.

"As proposições em comento têm como principal objetivo excluir a possível restrição que as patentes possam representar contra o acesso ampliado às vacinas e a outras tecnologias úteis no enfrentamento às situações observadas ou consideradas como de calamidade pública, emergências nacionais e defesa do interesse público, como as que ocorrem atualmente na luta contra o vírus (...)" da COVID -19.

Temos que reconhecer a nobreza desse objetivo principal e, em razão desse reconhecimento, exaltar todos os autores dos projetos de lei ora aqui listados, entre outros. Leio - e aqui faço este registro - os nomes dos autores principais de cada um dos projetos: Deputada Jandira Feghali, Deputado Alexandre Padilha, Deputada Dra. Soraya Manato, Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Ramos, Deputado Lucas Gonzalez, Deputado Heitor Freire, Deputado Luizão Goulart, Deputado Célio Studart, Deputado Danilo Cabral, Deputada Jaqueline Cassol, Deputado Hildo Rocha. Apenas cito alguns e, na pessoa de S.Exas., homenageio todos aqueles que subscreveram os inúmeros projetos que neste instante passo a relatar.

Por isso, entendo que "o Projeto de Lei nº 12, de 2021, já possui um texto que foi objeto já de intensos debates e de inúmeras contribuições



de diversos segmentos sociais" - aqui cumprimento e agradeço a todos -, "consubstanciando o consenso daquela Casa acerca do tema, o que recomenda agora o seu uso como ponto de partida da presente análise. Muitas das alterações sugeridas por essa proposição, algumas inclusive presentes no vigente Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, e outras veiculadas em grande parte das proposições apensadas, de modo integral ou parcial, revelam-se meritórias para o enfrentamento de emergências e para o regramento do instituto da licença compulsória de patentes conferida diretamente pelo Poder Público e merecem seu acolhimento".

Em linhas gerais, quero afirmar que o nosso projeto permitirá, como disse agora há pouco, que o Brasil possa ter uma das mais avançadas e modernas legislações do mundo em relação a essa matéria, para que, no futuro, outras cepas desse mesmo vírus ou outras pandemias não nos façam novamente depender de um número extremamente restrito de fabricantes, cerca de 10 países no mundo, o que tem elevado, sem dúvida alguma, o número de óbitos e, obviamente, de doentes no Brasil.

Dessa forma, passo a ler o substitutivo ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, para o qual peço o apoio dos meus ilustres pares nesta Casa.

"Substitutivo ao Projeto de Lei nº 12, de 2021.

(...)

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para tratar de licença compulsória nos casos de emergência em saúde pública de interesse nacional ou internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para dispor sobre a licença compulsória de patentes nos casos de declaração de emergência em saúde pública, de interesse nacional ou internacional, e de reconhecimento de estado de calamidade pública.

Art. 2º O art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 71. Nos casos de emergência nacional ou internacional, ou de interesse público, declarados em lei ou em ato do Poder Executivo Federal, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, pelo Congresso Nacional, poderá ser concedida licença compulsória, de ofício, temporária e não exclusiva, para a exploração da patente ou pedido de patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular, desde que seu titular ou seu licenciado não atenda

a essa necessidade.

§ 1º O ato de concessão da licença estabelecerá seu prazo de vigência e a possibilidade de prorrogação.

§ 2º Nos casos previstos no *caput* deste artigo, o Poder Executivo federal publicará lista de patentes ou pedidos de patente, não sendo aplicável o prazo de sigilo previsto no art. 30 desta lei, das tecnologias potencialmente úteis ao enfrentamento dessas situações, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de publicação da referida declaração ou de reconhecimento da calamidade pública, excluindo-se as patentes e os pedidos de patentes que forem objetos de acordos de transferência da tecnologia de produção ou de licenciamento voluntário capazes de assegurar o atendimento da demanda interna, nos termos regulamentares'."

Ressalto esse ponto. Será dada sempre prioridade aos entendimentos e à transferência voluntária do conhecimento para o atendimento à população nacional.

"§ 3º Entes públicos, instituições de ensino e pesquisa e outras entidades representativas da sociedade e do setor produtivo deverão ser consultados no processo de elaboração da lista de patentes ou pedidos de patentes que poderão ser objeto de licença compulsória, nos termos previstos em regulamento.

§ 4º Qualquer instituição pública ou privada poderá apresentar pedido para inclusão de patente ou pedido de patente na lista especificada no § 2º deste artigo.

§ 5º A lista prevista no § 2º deste artigo conterá informações e dados suficientes para permitir a análise individualizada" - como determina o Acordo TRIPS - "acerca da utilidade de cada patente e pedido de patente e contemplará, pelo menos:

I - o número individualizado das patentes ou dos pedidos de patentes que poderão ser objeto de licença compulsória;

II - a identificação dos respectivos titulares; e

III - a especificação dos objetivos para os quais será autorizado cada licenciamento compulsório.

§ 6º A partir da lista publicada nos termos do § 2º deste artigo, o Poder Executivo realizará, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a avaliação individualizada das tecnologias listadas e somente concederá a licença compulsória, de forma não exclusiva, para produtores que possuam capacidade técnica e econômica

comprovadas para a produção do objeto da patente ou de pedido de patente, desde que conclua pela sua utilidade no enfrentamento da situação que a fundamenta.

§ 7º Patentes ou pedidos de patente que ainda não tiverem sido objeto de licença compulsória poderão ser excluídos da lista definida no § 2º deste artigo nos casos em que a autoridade competente definida pelo Poder Executivo considerar que seus titulares assumiram compromissos objetivos capazes de assegurar o atendimento da demanda interna" - mais uma vez, priorizando o entendimento - "em condições de volume, preço e prazo compatíveis com as necessidades de emergência nacional, de interesse público ou de estado de calamidade pública de âmbito nacional por meio de uma ou mais das seguintes alternativas:

I - exploração direta da patente ou do pedido de patente no País;

II - licenciamento voluntário da patente ou do pedido de patente; ou

III - contratos transparentes de venda de produto associado à patente ou ao pedido de patente.

§ 8º O titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória fica obrigado a fornecer as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente e os demais aspectos técnicos aplicáveis ao caso em espécie, assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes, sob pena de declaração de nulidade da patente, nos termos do Capítulo VI do Título I desta Lei.

§ 9º As instituições públicas que possuem informações, dados e documentos relacionados com o objeto da patente e dos pedidos de patente ficam obrigadas a compartilhar todos os elementos úteis à reprodução do objeto licenciado, não sendo aplicáveis, nesse caso, as normas relativas à proteção de dados, nem o disposto no inciso XIV do art. 195 desta Lei.

§ 10 No arbitramento da remuneração do titular da patente ou do pedido de patente, serão consideradas as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico da licença concedida, a duração da licença e as estimativas de investimentos necessários para sua exploração, bem como os custos de produção e preço de venda no mercado nacional do produto a ela associado.

§ 11 A remuneração do titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória será fixada em 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o preço líquido de venda do produto a ela

associado até que seu valor venha a ser efetivamente estabelecido.

§ 12 A remuneração do titular de pedido de patente objeto de licença compulsória somente será devida caso a patente venha a ser concedida, sendo que o pagamento, correspondente a todo o período da licença, deverá ser efetivado somente após a concessão da patente.

§ 13 O INPI dará prioridade à análise dos pedidos de patentes que forem objeto de licença compulsória" - este artigo vai ao encontro de uma proposta da Liderança do PDT nesta Casa.

"§ 14 Os produtos que estiverem sujeitos ao regime de vigilância sanitária deverão observar todos os requisitos previstos na legislação sanitária e somente poderão ser comercializados após a concessão de autorização, de forma definitiva ou para uso em caráter emergencial, pela autoridade sanitária federal, nos termos previstos em regulamento.

§ 15 No caso específico de emergência em saúde pública de interesse nacional ou internacional, a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patentes das tecnologias úteis na prevenção e combate das causas da emergência poderá ser concedida por lei" - essa é uma inovação que trago neste substitutivo - "independentemente do ato de ofício previsto no *caput* deste artigo, com vigência limitada ao período em que perdurar a declaração de emergência."

Chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para a inclusão de um novo artigo que prevê, em havendo omissão do Poder Executivo, a possibilidade de o Congresso Nacional, a partir de um projeto de lei, alcançar o mesmo objetivo, que é a quebra temporária de patentes, para permitir a produção de insumos, durante determinado período, em atendimento ao interesse público.

"(...)

O art. 3º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 71-A:

Art. 71-A Poderá ser concedida, por razões humanitárias e nos termos de tratado internacional do qual a República Federativa do Brasil seja parte, licença compulsória de patentes de produtos destinados à exportação a países com insuficiente ou nenhuma capacidade de fabricação no setor farmacêutico para atendimento de sua própria população."

Volto ao § 16:

"§ 16 Independentemente da concessão de licença compulsória, o poder público dará prioridade à celebração de acordos de cooperação

técnica e de contratos com o titular da patente para a aquisição da tecnologia produtiva e de seu processo de transferência."

Sras. e Srs. Parlamentares, esse é o texto final do substitutivo. Faço aqui apenas, ao final, uma referência a duas emendas de plenário que foram aqui aprovadas e a elas emito parecer.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT, sugere o acréscimo de um dispositivo que determina ao INPI a priorização das análises dos pedidos de patentes que foram objeto de licença compulsória. Incorporamos no texto esta proposta, antes mesmo da formalização da emenda. Mas aqui fica ao Deputado Wolney os nossos cumprimentos pela corretíssima iniciativa.

Já tendo o conhecimento de que outras emendas de plenário foram apresentadas, neste instante eu concluo a leitura do meu parecer, registrando, mais uma vez, que este substitutivo é fruto da colaboração de inúmeros Parlamentares, das mais variadas colorações partidárias ou mesmo convicções ideológicas. Este é um projeto para o Brasil, o Brasil do futuro, para que, no futuro, se novamente estivermos frente a novas pandemias, a novas emergências sanitárias, sejam globais ou nacionais, nós possamos ter à mão dos legisladores brasileiros e do poder público no Brasil instrumentos eficazes, que possibilitarão ao nosso parque industrial, razoavelmente instalado, a produção desses insumos e dessas vacinas, obviamente aquelas para as quais nós detemos tecnologia e capacidade produtiva, para enfrentarmos crises como essa.

Sr. Presidente, encerro este meu relatório dizendo que, em questões e em momentos excepcionais, as medidas devem também ser excepcionais. Esta matéria e este texto se acoplam ao Acordo TRIPS, à legislação internacional, e, por isso, tivemos o cuidado de negociá-lo e discuti-lo também com autoridades fora do Brasil. Não tenho dúvidas, Sr. Presidente - e agora realmente encerro -, de que nós estamos, conjuntamente, dando ao Brasil, como eu disse, uma das mais avançadas legislações mundiais sobre o tema.

Documento 55/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD 17:20
Publ.: DCD - 07/07/2021 - AÉCIO NEVES-PSDB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 5, apresentadas ao

Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foram apresentadas, durante a discussão da matéria, cinco emendas de plenário.

Eu já me referi que a Emenda nº 1, de autoria do ilustre Deputado Wolney Queiroz, foi incorporada ao texto. A emenda sugere o acréscimo de um dispositivo que determina ao INPI a priorização das análises dos pedidos de patente que foram objeto de licença compulsória. Portanto, já está previsto e atendido no texto, o que torna desnecessário o atendimento da Emenda nº 1.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Bohn Gass, Líder do PT, sugere uma nova redação ao art. 2º do substitutivo e apresenta algumas autorizações de mérito.

A Emenda nº 3, que também é do Líder do PT, sugere a aprovação tácita de licença compulsória, caso a análise não seja concluída pelo Executivo no prazo previsto no § 6º.

A Emenda nº 4 propõe o fornecimento de material biológico pelo titular da patente ao seu licenciado, para a produção da tecnologia.

E a Emenda nº 5 sugere o acréscimo de expressão para prever revisão periódica da lista prevista no § 2º do art. 71.

Passo a proferir o parecer em relação às emendas de plenário, Sr. Presidente.

"I - Voto do Relator

(...)

Em relação à Emenda nº 2, cumpre esclarecer que diversos dispositivos nela vinculados estão incorporados ao texto do substitutivo. Entretanto, existem sugestões no texto que violam as regras pactuadas pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, no âmbito do Acordo TRIPS, em um contexto de boa-fé entre os países-membros.

O acolhimento dessas emendas, por mais que eu reconheça a boa intenção delas, provavelmente abrirá a possibilidade de sanções ao



Brasil no plano internacional.

Durante toda a elaboração do substitutivo, Deputado Marcelo Ramos, eu tomei um cuidado muito grande em incorporar no nosso texto as regras dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, para não aprovarmos algo aqui que, ao invés de trazer um benefício, pudesse trazer problemas, como sanções ao País.

Por isso, o parecer é pela rejeição desta emenda.

"Quanto às Emendas nºs 3 e 4, saliento que a aprovação tácita de licenciamento", que é o que se propõe, "além de não considerar as exigências do Acordo TRIPS, pode levar ao licenciamento de patentes sem qualquer efeito contra a situação que fundamenta o licenciamento." Nós estamos fazendo algo efetivo, mas restritivo para um objetivo comum, que é uma pandemia, uma emergência sanitária, e para determinado período. Da forma como estão propostas as Emendas nºs 3 e 4, nós poderíamos ter aqui um licenciamento de patentes sem qualquer efeito para aquela emergência que gerou essa excepcionalidade, esse licenciamento.

"Do mesmo modo, o fornecimento de insumo para produção comercial, no caso, o material biológico, conforme declinado no texto do voto, seria medida violadora da livre iniciativa, de difícil implementação (...)." Na verdade, seria uma atitude que eu chamaria até de desproporcional do Estado e que não cabe dentro dos cuidados que esse texto trouxe.

Em relação à Emenda nº 5, também registro aqui a correção e até a boa intenção da iniciativa, que é também subscrita pelo Deputado Alexandre Padilha, que foi um dos pioneiros na apresentação de propostas sobre esse tema. Sugere a Emenda nº 5 uma faculdade que, na verdade, já existe para a administração pública, que deve manter seus processos sob constante revisão para o atendimento do interesse público da melhor forma possível.

Com essas razões, peço aqui a compreensão dos meus ilustres pares, ainda acentuando que já houve um acordo, ilustres Líderes, com o Relator da matéria no Senado e com o seu autor, Senador Nelsinho Trad e Senador Paulo Paim, para que lá eles possam defender a manutenção integral desse texto.

"Ante o exposto, no âmbito das Comissões de Seguridade Social e Família e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela rejeição de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas de todas as emendas de

Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental."

Esse é o parecer do Relator, Sr. Presidente.

Documento 56/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 07/07/2021 - ALUISIO MENDES-PSC -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, ressalvados os destaques. Elogio ao Relator Aécio Neves pelo parecer oferecido à proposição. Congratulação ao Prefeito Eduardo Braide, de São Luís, Estado do Maranhão, pela vacinação dos ludovicenses.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Aluisio Mendes vai falar pelo bloco, Presidente.

Nós vamos orientar "sim" e gostaríamos de parabenizar o Relator da matéria, o Deputado Aécio Neves, pelo brilhante relatório, mesmo tendo consciência de que este projeto não terá nenhuma efetividade para esta pandemia que nós estamos enfrentando, e sim para futuras pandemias que, com certeza, virão.

Então, a nossa orientação é "sim".

Eu queria aproveitar o momento para parabenizar o Prefeito Eduardo Braide, de São Luís, Capital do Maranhão, que é a primeira Capital do Brasil a vacinar, com a primeira dose, toda a população com mais de 18 anos. E S.Exa. já solicitou ao Ministério da Saúde autorização para vacinar os jovens de 12 anos a 18 anos.

Parabéns ao Prefeito Eduardo Braide pelo brilhante trabalho! Isso

mostra que, com competência, organização e eficácia, consegue-se vencer essa pandemia.

Documento 57/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização, pela Casa, de Comissão Geral para debate da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, ressalvados os destaques.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, realizamos uma grande Comissão Geral para debater as patentes. E hoje o Deputado Aécio apresenta um relatório, ressalvados os destaques, que traz uma nova orientação para o País: mudou a orientação da diplomacia, mudou a posição do Brasil na Organização Mundial do Comércio. Agora nós temos condições de buscar a democratização da vacina. Não há vacina para todos. E, mesmo com toda a importação, nacionalizou-se a vacina.

Os países desenvolvidos saíram na frente. O Brasil precisa correr atrás do prejuízo, porque, infelizmente, devido à inépcia, à incompetência deste Governo, que era contra a vacina, acelerou só uma. Quebrando as patentes e fazendo licenciamento compulsório, com certeza estaremos dando passos largos para vacinar toda a população brasileira.

Nós do PCdoB somos a favor do licenciamento compulsório e vamos votar "sim" ao substitutivo do Relator.

Parabenizamos os autores dos projetos que estão apensados ao substitutivo: o Deputado Padilha; a Deputada Jandira, projeto do qual sou coautora; o Deputado Heitor Freire, do PSL do Ceará; a Deputada Erika Kokay. Todos concorreram para esse desfecho positivo da Câmara dos Deputados aprovando a quebra das patentes, o

licenciamento compulsório.

Obrigada.

Documento 58/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	17:40
Publ.: DCD - 07/07/2021 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, ressalvados os destaques. Elogio ao Relator Aécio Neves pelo parecer oferecido à proposição.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Aécio. Realmente, o relatório está criando um formato adequado, respeitando as patentes, mas excetuando os casos de pandemia.

Eu acho que essa questão é muito positiva. Digo isso porque, se tivermos que passar por essa situação novamente, não poderemos sofrer o que nós estamos sofrendo em relação a abuso de preços, em várias frentes, de medicamentos.

Então, é um importante relatório e tem o apoio da Maioria.

Documento 59/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	17:40
Publ.: DCD - 07/07/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 12, de 2021,

sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, ressalvados os destaques. Elogio ao Deputado Aécio Neves pelo parecer oferecido à proposição.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria -- estou aqui ao lado do Líder Marcelo Freixo -- encaminha favoravelmente ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, e parabeniza o Deputado Aécio Neves pelo relatório, que agrega inovações importantes. Inovações essas que não são apenas para esta pandemia, mas também para situações de calamidade pública; que não são apenas para vacinas, mas também para insumos, equipamentos, para todas as necessidades em situações de emergência.

É muito importante essa votação no Congresso Nacional, não apenas no Senado, mas também na Câmara. Isso nos possibilita avançar para o complexo econômico e industrial da saúde, para uma estratégia política nacional. Isso nos estimula e nos conduz para a compreensão de um projeto nacional de desenvolvimento, em que possamos reduzir a vulnerabilidade, a dependência e, ao mesmo tempo, atender as necessidades urgentes e imediatas do povo brasileiro.

Portanto, a Minoria encaminha "sim", favoravelmente.

Documento 60/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/07/2021-
	CD	17:40
Publ.: DCD - 07/07/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, ressalvados os destaques. Apensação à proposição do Projeto de Lei nº 1.649, de 2020, de autoria da oradora, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, a respeito da simplificação de processos relativos à propriedade industrial de produtos e tecnologias úteis no combate à Covid-19.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSL orienta "sim". Inclusive, o meu Projeto de Lei nº 1.649, de 2020, está apensado e justifica a simplificação do registro de patentes, tornando-o mais ágil, mais rápido, ajudando assim a população em situações como esta de pandemia, de urgência.

Então, o PSL é "sim".

Documento 61/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/07/2021- 17:48
Publ.: DCD - 07/07/2021 - AÉCIO NEVES-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre as razões do não acolhimento da Emenda de Plenário nº 2, oferecida ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) - Para que não paire nenhuma dúvida - e o Ministro, o meu amigo Alexandre Padilha, merece toda a minha consideração; ele se debruçou sobre este tema, foi Ministro de Estado -, apenas para que os Parlamentares que aprovaram por uma histórica maioria o substitutivo fiquem absolutamente tranquilos, por mais louváveis que sejam as preocupações do Ministro Padilha, quero dizer que uma avaliação profunda nossa sobre esta emenda deixou claro que ela, na verdade, retira a possibilidade de declaração de emergência ou de interesse público pela lei. Ela concede, na verdade, uma licença compulsória de forma automática e generalizada, o que contraria o Acordo TRIPS. Poderia gerar, sim, uma contestação, numa arbitragem internacional, em relação ao que nós estamos aprovando aqui.

Eu quero dizer com muita alegria ao Ministro Deputado Padilha que não dependeremos mais do Poder Executivo, porque nós introduzimos - e talvez esta seja a mais importante inovação deste nosso substitutivo - a possibilidade de, em caso de omissão do Poder Executivo, o Congresso Nacional, através de projeto de lei, chegar ao mesmo objetivo, a flexibilização temporária das patentes, para atender a uma

eventual pandemia, seja ela internacional, decretada pela OMS, seja algo interno, algo nacional, decretado pelo Ministério da Saúde. Não havendo isso, o Congresso Nacional pode agir. Então, tranquilizo também o Deputado Padilha dizendo sempre que, muitas vezes - e nós conhecemos muito esta máxima -, "*o ótimo, muitas vezes, é o bom*".

Vamos em frente, porque este texto é muito inovador! Há um compromisso de sua aprovação no Senado. Aliás, o Senador Nelsinho Trad e o Senador Paulo Paim estão acompanhando esta sessão aqui e já se manifestaram nesta direção também, pela manutenção do texto.

Documento 62/200

74.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/07/2021-18:08
Publ.: DCD 07/07/2021 -	- AÉCIO NEVES-PSDB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Estabelecimento de acordo com o Senado Federal para aprovação do texto do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Apelo às Lideranças do PT e do PSOL de retirada de requerimentos de destaques oferecidos à proposição.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) - Nós estamos caminhando para o final de uma votação cuja dimensão talvez nem todos tenham visto ainda, a dimensão do que ela representará para o Brasil, agora e no futuro.

Eu conversei agora há pouco com o Líder Henrique Fontana, conversei por telefone com o Deputado Padilha, um dos pioneiros na discussão desta matéria na Casa - e grande parte das propostas do Deputado Padilha estão incorporadas no texto deste substitutivo -, e disse a eles que nós temos um acordo com o Senado, o de manter este mesmo texto que aqui foi construído por várias mãos. Eu sou apenas o Relator de uma matéria. Citei aqui os autores de outros projetos de lei na mesma direção, que estão também, em boa parte, incorporados no texto.

Em benefício desse acordo, em benefício do avanço - quem sabe ainda

no dia de amanhã no Senado? -, quero fazer ao Líder Fontana, que vejo no plenário, e, através dele, ao Deputado Padilha, o apelo para que sejam retirados esses destaques. Estendo também ao PSOL, que tem um destaque, este apelo.

Nós encerraríamos esta votação, e isso chegaria ao Senado amanhã, Deputado Henrique, como projeto da Câmara dos Deputados, do conjunto das forças políticas da Câmara dos Deputados.

Este projeto não tem ideologia, este projeto não tem coloração partidária. É um projeto que nos leva à modernidade, que nos leva a construir um instrumento de proteção da sociedade brasileira. Quem vai dar a palavra, pela primeira vez, Deputada Erika, é o Congresso Nacional. Está introduzido este novo artigo na lei. Se houver omissão do Poder Executivo, o Congresso vai definir, pontualmente, durante que período e qual produto ou insumo ou vacina terá sua patente flexibilizada.

É um avanço tão extraordinário e, para mim, talvez até impensável poucos dias atrás, que eu faço este apelo, Deputado Henrique, para que nós possamos concluir esta votação sem vencidos, sem vencedores, como um texto da Câmara dos Deputados acoplado ao do Senado, um texto para o Brasil.

Documento 63/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD 18:08
Publ.: DCD - 07/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada de requerimentos de destaques oferecidos pelo PT ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, gostaria de dizer ao Deputado Aécio Neves que é fato que boa parte dos posicionamentos do nosso partido está incorporada ao relatório que estamos debatendo. Nós trabalhamos há muitos anos e continuaremos trabalhando para ampliar as possibilidades de suspensão de licenciamentos, porque entendemos - sempre tivemos esta posição - que a propriedade industrial não pode

se sobrepor em situações, especialmente, de emergência como esta.

Falei há pouco com o Deputado Padilha, nosso ex-Ministro, e ele também entende que as duas alterações que queríamos debater, com esses destaques, não são essenciais ao projeto. Portanto, nós acolhemos este ambiente de acordo em torno da votação do projeto e retiramos os destaques, Presidente.

Documento 64/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/07/2021-
	CD	18:08
Publ.: DCD - 07/07/2021 - AÉCIO NEVES-PSDB -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Liderança do PT pela retirada de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Consulta à Liderança do PSOL sobre a possibilidade de retirada de requerimentos de destaques apresentados à proposição.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG) - Agradeço imensamente, mais uma vez, pelo espírito extremamente contributivo, a V.Exa. e ao PT. Eu acho que isso dá a este projeto o caráter que precisa ter, o caráter plural. É o projeto da Câmara, do Congresso Nacional, em favor do País. Faço daqui o registro do meu agradecimento, inclusive pela contribuição extraordinária que os projetos do seu partido deram a este substitutivo. Agradeço a V.Exa.

Eu faço uma consulta ao PSOL no mesmo sentido. Há um destaque do PSOL, apresentado, sobre algo a que me referi no início do meu relatório. É algo que nós não podemos obrigar que ocorra. Tenho sempre o cuidado enorme de não incorporar em textos, seja nos que eu relato, seja em emendas que eu apresento, algo que amanhã se torne inócuo.

E essa proposta, por mais bem-intencionada que possa ser, é inócua do ponto de vista prático. Não há como garantir o atendimento a esse instrumento aqui proposto.

A consulta que faço aos Líderes do PSOL, que também debateram muito essa matéria, é se querem que o destaque vá a voto ou se

atendem a esta solicitação do Relator, assim como o PT acabou de fazer, e o retiram, para que o Presidente possa promulgar o resultado.

Documento 65/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/07/2021-
	CD	18:12
Publ.: DCD - 07/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada pelo PSOL de requerimento de destaque oferecido ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Aécio, inicialmente, quero parabenizá-lo pela relatoria da matéria. É um ganho para o Brasil votarmos a licença compulsória para patentes em um cenário de escassez de vacinas.

Temos divergências de V.Exa. acerca da caracterização do nosso destaque, mas, entendendo que já há uma conversa com o Senado e que essa é uma matéria positiva para o Brasil no meio de um cenário tão dramático, o PSOL também retira o destaque. Somamo-nos para acelerar esta votação, que é tão necessária para garantir vacinas e insumos ao povo brasileiro.

Documento 66/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/07/2021-
	CD	18:28
Publ.: DCD - 07/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Retomada dos índices inflacionários no País. Reajuste nos preços de produtos básicos, do gás de cozinha, de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Escalada do desemprego no Brasil. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Apelo ao Presidente Arthur Lira por imediata abertura de processo

de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Deputado Bismarck, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos chegando a um ponto no Brasil em que é necessária uma grande reflexão. A Câmara dos Deputados não pode mais ficar inerte frente ao que está acontecendo no Governo Central, na CPI da COVID, diante das denúncias de corrupção. Não é só a política genocida do Governo, já desvendada pela CPI, com a contaminação em massa pregada pelo Bolsonaro, pela imunidade de rebanho, com o tratamento precoce e criminoso testado em Manaus, resultando em centenas de mortes. Agora, a situação ganhou uma nova dimensão: é genocídio mais corrupção.

Nós estamos assistindo a um processo de desgaste permanente, porque este Governo não dá conta de responder à inflação. A inflação está lá em cima, com o aumento dos preços dos produtos básicos, inclusive da energia, do gás, dos combustíveis, e, ao mesmo tempo, com o aumento do desemprego e da inflação, somados à manutenção de patamares altíssimos da pandemia por falta de respostas, mas agora desvendadas pela CPI.

Enquanto isso, nós temos visto crescer as manifestações de rua e chegado a uma conclusão unânime: esse é o pior Governo que já passou pela República brasileira; esse Presidente da República está destruindo o País. Ele destrói a democracia brasileira, produz *fake news* o tempo inteiro, ataca o meio ambiente com Ministros criminosos, como Ricardo Salles. Ele, na verdade, não governa, mas passeia. Ele passeia de moto, e assim por diante.

O que nós queremos dizer ao Presidente Arthur Lira é o seguinte: V.Exa. não pode mais sentar em cima de 125 pedidos de *impeachment*. V.Exa. recebeu um superpedido com a listagem de 23 crimes de responsabilidade e dá uma entrevista negacionista, como se não houvesse crime de responsabilidade. Isso é um absurdo! Nós não podemos compactuar com isso! Se V.Exa. acha que o *impeachment* não tem condições de passar porque tem maioria, eu o desafio: retire o pedido da gaveta, o Congresso vai analisá-lo, as pessoas vão se movimentar na sociedade brasileira, Deputado Arthur Lira. Eu acho que é muita prepotência, é muita arrogância dizer que não há nenhum pedido que sirva. Quando foi o caso de pedalada fiscal, V.Exa. votou? Aí era um pedido de crime de responsabilidade. Agora temos a morte de centenas de milhares de brasileiros e os crimes de corrupção que estão sendo denunciados pela CPI, pela imprensa, todo dia, inclusive envolvendo diretamente atores das Forças

Armadas, vários coronéis. O Exército Brasileiro precisa ver isso.

Nós temos que colocar esse *impeachment* em pauta imediatamente, e o povo decide. O povo é que vai decidir nas ruas se nós vamos ter *impeachment*. Tire o pedido de *impeachment*, porque eu quero ver se os Deputados vão segurar o *impeachment* de Bolsonaro por crime de responsabilidade, por genocídio e por corrupção.

Documento 67/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição de subvenção econômica destinada ao auxílio de famílias de baixa renda na aquisição do Gás Liquefeito de Petróleo - Desconto Gás. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela crise econômica reinante no País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos de acordo, evidentemente.

Quero aproveitar este minuto de orientação para dizer que o desastre do Governo Bolsonaro não se dá só na questão sanitária, que é gravíssima, também se dá muito especialmente na política econômica. O Brasil vive uma recessão profunda e uma verdadeira explosão de preços no que se refere a produtos alimentícios essenciais e à necessidade energética do povo brasileiro.

Este projeto de lei, que visa estabelecer uma espécie de subsídio para as famílias de mais baixa renda, para que elas possam ter acesso a um bujão de gás por um preço mais adequado, é uma tentativa muito meritória de diminuir o impacto dessa política econômica desastrosa.

Documento 68/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 07/07/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Presidente Jair Bolsonaro. Quadro de desemprego, insegurança alimentar e fome vigente no Brasil. Contrariedade ao congelamento do salário mínimo. Elevação dos preços de alimentos e dos índices inflacionários no País. Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, relativa à instituição do novo auxílio emergencial. Efeitos sobre a população brasileira da venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da desestruturação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de apuração da denúncia de compra superfaturada de vacinas pelo Governo Federal. Envolvimento do Presidente da República e seus filhos no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, o Governo Bolsonaro anunciou que vai prorrogar por mais 3 meses o pífio auxílio emergencial de 150 reais. Isso mostra, por um lado, o desconhecimento do Presidente da República sobre a vida do povo brasileiro, a realidade econômica e social, e, por outro lado, um ato de crueldade, de violência contra a população brasileira que precisa desse benefício.

No Brasil, 125 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, não se alimentam de forma qualificada nutricionalmente - 125 milhões de brasileiros!

Hoje, 15 milhões de pessoas estão desempregadas. As micro, pequenas e médias empresas, que empregam 52% da população brasileira, sofrem verdadeiro abandono por parte do Governo. São praticamente 7 meses em que esses setores não têm apoio do Governo.

Na atual situação, mais de 60% do salário mínimo, em média, é usado para comprar a cesta básica. É bom lembrar que, quando Lula assumiu em 2002, 80% desse salário era gasto para se comprar a cesta básica. Isso se reduziu no tempo de Lula e Dilma, Deputado Henrique Fontana, quando 46% do salário mínimo era gasto para se comprar a cesta básica. Por quê? Porque reajustamos o salário mínimo com base em índice superior ao da inflação, para que essas pessoas pudessem ter poder de compra. Depois do golpe, que levou Temer ao cargo de Presidente, e com o Governo do Presidente Bolsonaro, o salário ficou congelado. Salário congelado faz com que as pessoas não comprem. Se as pessoas não compram, o comércio não vende, a indústria não



produz, gera-se desemprego, e o poder aquisitivo das pessoas cai.

A situação é de inflação, salários congelados, desemprego, subnutrição, fome e insegurança alimentar. Nessa situação, além de o povo ficar sem poder aquisitivo, houve proposital elevação de preços no Brasil. Conforme dados dos últimos 12 meses, em que a inflação chegou a 8%, o preço do óleo de soja aumentou 82,3%; o do arroz, 56,7%; o do feijão, 50,7%; o das carnes, de 35% a 40%, em média.

No domingo, em uma reportagem, uma pessoa disse: *"Não reúno mais minha família para o churrasquinho do final de semana"*. As pessoas voltaram a ter saudade de se reunir para comer um churrasquinho. O povo está passando fome! E o Presidente da República prorroga o auxílio emergencial de 150 reais. Isso é um absurdo! Isso é uma crueldade com o povo brasileiro!

Por isso, nós estamos aqui a dizer que o que precisa ser votado é o projeto que apresentamos. Vote-se a medida provisória, para que possamos apresentar a nossa emenda, a fim de que seja colocada em votação. No ano passado, quando o Governo queria oferecer auxílio de 200 reais, nós apresentamos a proposta do auxílio de 600 reais, que, em alguns casos, podia chegar a 1.200 reais. Isso ajudou a população, ajudou o comércio, empregos foram mantidos. Isso foi bom para todos os setores, e foi bom para as pessoas, que não passaram fome. Agora elas estão passando fome!

Apresente isso para que seja votado, Presidente, não seja covarde! Coloque em votação essa medida. É isso o que a base do Governo precisa fazer. O Governo é covarde, tem medo de encarar essa situação. É por isso que ele não pede à sua base que faça aqui essa votação. E apresenta a proposta de prorrogação do auxílio de 150 reais. Nós fazemos essa cobrança e dizemos que é preciso que haja o auxílio de 600 reais até o fim da pandemia.

Mas em que o Governo Bolsonaro tem pressa? O Governo Bolsonaro tem pressa em fazer o contrário. Está aí a crueldade e a maldade com a população brasileira. Ele tem pressa em vender a ELETROBRAS. Ele não quer que seja votado aqui um auxílio emergencial maior para essas pessoas, mas tem pressa em relação à venda da ELETROBRAS.

A venda da ELETROBRAS, além de representar perda de soberania, significou, numa situação de crise hídrica que estamos vivendo, aumento da tarifa para as pessoas. Haverá um custo maior para a população, que vai pagar a conta. O preço da energia subiu, está na bandeira vermelha, e vai subir ainda mais para a população. Há possibilidade de apagão, de racionamento.



O Governo tem pressa em desestruturar a PETROBRAS. Ao desestruturar a PETROBRAS, ele faz com que o preço dos combustíveis vá às nuvens também. Neste período, o aumento fez com que o preço do botijão de gás chegasse a 100 reais em alguns lugares. O pífio auxílio de 150 reais vai servir para comprar um botijão de gás. A gasolina, em alguns lugares, chega perto de 7 reais agora, com o novo aumento dos combustíveis. E nós, Deputados, estamos votando as privatizações. Aderiu-se ao preço internacional do petróleo, que é exatamente o mais alto para as pessoas.

Agora estão para vender os Correios. Isso é um desastre! Como aumentou o valor da conta de luz, como aumentou o preço dos combustíveis, como aumentou o preço do gás de cozinha, como aumentou o preço dos alimentos, agora vai aumentar o preço das encomendas, que não serão mais entregues conforme o que é adotado pelos Correios, que têm capilaridade em todo o Brasil.

Nós não podemos votar a privatização dos Correios! O que precisamos votar é o auxílio emergencial de 600 reais para a população, afastar totalmente a votação sobre privatizações, em qualquer área, e, ao mesmo tempo, analisar aquilo em relação a que o Governo tem pressa: negociações e superfaturamentos na compra de vacinas.

Agora, além dessa denúncia de corrupção, há mais fortemente ainda as denúncias que aparecem e que estão sendo apuradas na CPI. É preciso que seja aberto aqui o processo de *impeachment*. Os crimes só aumentam. Crime é o que não falta em todas as áreas relativas ao Presidente da República. O processo de *impeachment* precisa ser aberto.

O Brasil não aguenta mais essa destruição que está sendo feita na economia. Esse superfaturamento em compra de vacinas, com uso de dinheiro público, precisa ser apurado. Há também as denúncias de que o 01 das rachadinhas é o próprio Bolsonaro e não os seus filhos. Foi ele que implementou na família Bolsonaro este *modus operandi*, o das rachadinhas, que é caso de corrupção, de uso indevido de dinheiro público!

Esse é o debate real que esta Casa tem que fazer, para que possamos defender o nosso Brasil, defender o emprego, fazer com que a comida não seja tão cara, fazer com que haja vacina para a população, fazer com que haja apoio para as nossas micro e pequenas empresas e fazer com que haja respeito à democracia nesta Casa.

Queremos a votação imediata da medida provisória, para que o auxílio emergencial não tenha esse valor pífio de 150 reais, passe a ser de 600 reais, como já tínhamos estabelecido no ano passado. Esperamos que não ocorra nenhuma privatização, que tem como consequência

aumento dos custos para a população, e que o *impeachment* e a apuração dos crimes de corrupção do Governo Bolsonaro sejam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 69/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 07/07/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Ação da Organização Mundial da Saúde - OMS em conjunto com a Organização Mundial do Comércio - OMC e o Fundo Monetário Internacional - FMI, junto à Organização das Nações Unidas - ONU, para flexibilização da produção de vacinas no contexto mundial, quebra de patentes. Posicionamento do orador contrário à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Confiabilidade das urnas eletrônicas de votação. Contrariedade à abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós aprovamos hoje um projeto importante, o PL 12/21, que permite a quebra das patentes das vacinas e que vai possibilitar que o Brasil possa produzir suas vacinas de forma mais barata e imunizar o mais rápido possível a sua população.

Paralelo a isso, houve uma ação da Organização Mundial da Saúde, da Organização Mundial do Comércio e do FMI junto à ONU para flexibilizar as vacinas no mundo, para que os países mais pobres possam ter acesso às patentes, à quebra das patentes, e produzir as vacinas, porque os países ricos também estão percebendo que, se não houver um avanço da imunização nos países pobres, o mundo todo é prejudicado.

Então, parabéns a esta Casa por dar essa solução neste momento de pandemia!

Quero falar também, Sr. Presidente, sobre o voto impresso.

A Comissão do voto impresso está dividida, e com razão. Por quê? Porque nós temos muitas questões urgentes para serem tratadas, como: o projeto para limitar os supersalários; a reforma administrativa - nós temos que aperfeiçoar o sistema de gestão pública no nosso País - ; a reforma tributária, que, como o Deputado Marcelo Ramos acabou de expor aqui no seu tempo de Liderança, é uma reforma necessária, e nós já estamos superatrasados tratando dessa questão; e a retomada da economia para a geração de emprego e renda.

Sobre o voto impresso, eu, na verdade, não culpo o Presidente, porque sempre foi uma bandeira dele o voto impresso. Eu acho que ele está certo ao defendê-lo, mas está errado ao dizer que só aceita o voto se for dessa forma, se for desse jeito. Eu acho que aí não está correto.

Aqui não se trata de uma questão de ser a favor ou contra o Governo. A questão do voto impresso não é uma questão de situação ou oposição, é uma questão que diz respeito ao sistema eleitoral. Há muita gente defendendo o voto impresso porque o Presidente o defende. Eu tenho votado aqui com o Governo, o Republicanos vota com o Governo os projetos importantes para o nosso País. No entanto, eu sou contra mexer com essa questão neste momento. Será que isso é tão relevante assim? Qual a justificativa disso, se em 25 anos de votação pelo sistema eletrônico todo esse processo, todos os questionamentos que foram feitos, todas as impugnações até hoje não obtiveram nenhum êxito?

O sistema é confiável, sim. A população confia na urna eletrônica, a população não confia em muitos políticos que são eleitos pela urna eletrônica. A urna funciona de forma isolada, tem recurso de criptografia, tem um sistema. Todos nós somos testemunha. No início da votação, nós temos a zerésima, que confirma que não existe nenhum voto dentro da urna, e, ao final da votação, nós temos a totalização dos votos, que pode ser uma prova para confirmar o resultado que o TSE publica. Há vários mecanismos de fiscalização. Técnicos, magistrados, Ministério Público, OAB, partidos políticos, nós somos testemunhas de que no Município, na zona eleitoral, os partidos são chamados para averiguar o sistema. Desde 1996, jamais se provou qualquer manipulação dos resultados, em qualquer uma das fases.

Em 2002, o TSE testou o voto impresso em 150 Municípios, com mais de 7 milhões de eleitores. E essa experiência não acrescentou nada em termos de transparência, de segurança e de confiabilidade no

sistema.

As urnas, na verdade, têm retratado bem a nossa democracia, têm permitido a alternância de poder. O resultado tem correspondido à realidade da conjuntura política. Existe uma razoabilidade no resultado das eleições. Todos nós fomos eleitos pela urna eletrônica, muitos aqui várias e várias vezes. E muitos aqui lembram como era o sistema de cédula, em que era permitido que as pessoas pudessem manipular o voto. É isso que nós temos que impedir.

O questionamento das eleições de 2014 resultou numa insegurança muito grande, numa instabilidade política, que agravou a estabilidade econômica, assim como foi o *impeachment* da Dilma, também por um motivo discutível.

Por isso, eu acho que temos que acreditar nas urnas, respeitar o resultado das eleições. E o for eleito terminar o mandato. Assim como eu acho que foi um erro o *impeachment* da Dilma. Acho que foi um erro! Gerou instabilidade. Os pedidos de *impeachment* contra o Temer geraram instabilidade, e os pedidos de *impeachment* contra o Bolsonaro geram instabilidade.

Concordo com o Presidente da Câmara quando diz que não existe materialidade suficiente. E também acho que o momento não é este. Temos que respeitar o resultado das eleições. Foi eleito, assume. Se não há fatos concretos, graves, tem que terminar o mandato. E aí, no ano que vem, a população, de forma soberana, vai avaliar todos nós e decidir quem serão os próximos governantes do País. Ou vamos então seguir uma solução intermediária: o voto auditável eletronicamente, moderno, ou outra amostragem, como aconteceu em 2002. Não precisamos voltar atrás. Podemos avançar, assim como defendem os engenheiros do ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que tem sua coordenação no Paraná. Eles propõem o voto eletrônico auditável, mesmo processo que é utilizado em toda nota fiscal.

Assim, podemos avançar, em vez de voltarmos ao passado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 70/200

74.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/07/2021-
CD CD 19:12

Publ.: DCD - 07/07/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Relevância do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, sobre a instituição do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência. Apelo aos Deputados de aprovação do requerimento.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Querido Presidente, Deputado Cássio Andrade, da nossa bancada, um guerreiro, é uma honra tê-lo na Presidência, e tenho certeza de que o povo do Pará tem muito orgulho pelo mandato que V.Exa. faz.

Eu sou autor do requerimento de urgência desse projeto que foi aprovado por unanimidade no Senado Federal. Presido a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e do Entretenimento. Quero dizer que esse projeto, cuja urgência nós estamos votando, foi um pleito da Associação Brasileira de Produtores de Eventos, foi um pleito de todo o segmento esportivo brasileiro que quer voltar a trabalhar. Quero dizer que esse projeto é aprovado pela ABEAR - Associação Brasileira das Empresas Aéreas. Quero dizer que esse projeto é visto com bons olhos pela IATA - Associação Internacional de Transporte Aéreo. Quero dizer que os setores mais afetados nessa pandemia, como o setor de eventos e o setor cultural, estão clamando para que nós tenhamos um certificado de segurança sanitária.

E aqui, colegas Deputados e Deputadas, todos que estão assistindo à sessão pela *TV Câmara*, eu quero desfazer um mito. Há gente dizendo que esse projeto vai obrigar a vacinação. Eu sou totalmente a favor da vacinação no momento em que ela avança no Brasil, mas não tenho nenhum problema com quem não quer se vacinar. É um direito da pessoa que não quer se vacinar. Esse certificado, cuja urgência nós vamos votar - repito, aprovado por unanimidade no Senado Federal, pelo Centro, pela base do Governo e pela Oposição -, dialoga com segurança sanitária. É um certificado de segurança sanitária. À medida que os Governos Estaduais e as Prefeituras forem abrindo algumas atividades econômicas, eles poderão dispor de uma ferramenta digital para controlar em alguns eventos quem está vacinado ou não. E quem não quis se vacinar deverá comprovar que fez um teste mostrando se está contaminado ou não. É simples. Acabou o mito. Há gente que está sendo contaminado por *fake news*.

Eu fico impressionado com alguns bolsonaristas radicais, que, infelizmente, estão querendo contaminar a cabeça das pessoas. Isso não existe. Isso é proteção da economia, é proteção das pessoas, é proteção da vida. Não existe esse mito da proibição de ir e vir. É o contrário, isso é proteção, repito, da saúde, da vida, da economia, de

atividades econômicas.

Eu vou ler aqui para os colegas que estão assistindo à sessão - há Deputado e Deputada, com formação, que estão distorcendo o projeto aprovado, de autoria do Senador Portinho, com relatoria do Senador Veneziano - a Lei nº 1.674, aprovada no Senado, que cria o Certificado de Segurança Sanitária - CSS,

com validade em todo o território nacional, destinado a conciliar a adoção de medidas restritivas essenciais ao controle de surtos e pandemias com preservação de direitos individuais e sociais, estabelecendo ferramentas para a proteção das pessoas e dos patrimônios públicos e privados.

No seu artigo 2º, assim diz o referido texto:

Art. 2º O CSS será implementado por meio de plataforma digital e poderá ter a sua validade fixada com base, entre outros, nos seguintes certificados, na forma de regulamento:...

Repito: "nos seguintes certificados na forma de regulamento".

E continua o texto:

I - Certificado Nacional de Vacinação (CNV);

II - Certificado Internacional de Vacinação (CIV);

III - Certificado Nacional de Testagem (CNT);

IV - Certificado Internacional de Testagem (CIT).

Portanto, quem não quiser se vacinar poderá apresentar o Certificado Nacional de Testagem. E quem não quiser se vacinar poderá apresentar o Certificado Internacional de Testagem.

A União Europeia já está adotando isso. O interessante é que - e falo para essas pessoas que não estão tendo o cuidado de ler e estão sendo contaminadas por *fake news* - já existem barreiras sanitárias no próprio Brasil. Para ir à Amazônia, a pessoa deve ter a certificação da vacina de febre amarela. Esta é uma condição *sine qua non*, imprescindível. Para ir à Colômbia, ao Panamá, enfim, para ir a mais de 50 países no mundo, saindo do Brasil, deve-se apresentar a certificação de vacinação de febre amarela.

Esse certificado, porém, não exige isso. Se não tiver a vacinação, a pessoa vai ter o Certificado de Testagem. Então, vamos acabar com isso! Em que ambiente estamos vivendo? Que povo maluco que fica

deturpando, utilizando *fake news* para contaminar a cabeça das pessoas!

Então, em nome da proteção à vida, em nome da proteção à economia, em nome da reabertura da atividade econômica com responsabilidade, peço a este Parlamento, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, que tenham consciência e aprovelem a urgência ao projeto que prevê a criação do Certificado de Segurança Sanitária na noite de hoje.

O PSB diz "sim" ao Certificado de Segurança Sanitária.

Obrigado.

Documento 71/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/07/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 07/07/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconsistência das argumentações do Deputado Alexandre Padilha, do PT, contra o Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, sobre a instituição do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Causa-nos perplexidade o comportamento do PT, do ex-Ministro Alexandre Padilha. O PT assinou a urgência e, agora, está dizendo que o projeto vai permitir aglomeração em evento esportivo, em *shows* musicais? Isso é uma mentira! O projeto vai possibilitar um certificado de segurança nacional.

Estamos aqui com o Senador Carlos Portinho. O projeto foi aprovado por unanimidade. Isso é discricionariedade dos governadores.

Então, causa-me uma profunda frustração, uma indignação. O PT vai ter que falar isso para todos os clubes brasileiros, para quem quer assistir a espetáculos esportivos com segurança. Quem não quiser vacinar poderá ter o seu certificado de testagem. Vai ter que falar isso para toda a classe artística brasileira.

Olhem o que o PT está fazendo! Não honrou, inclusive, a sua assinatura.

74.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -06/07/2021-
CD 19:32

Publ.: DCD - 07/07/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, sobre a instituição do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Apresentação do Projeto de Lei nº 3.085, de 2020, sobre a suspensão de processos de privatizações, alienações de ações, desestatizações, cisões, fusões, desinvestimentos e extinções de empresas públicas. Protesto contra a anunciada venda depreciada da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, no Rio Grande do Sul. Indignação do orador com a pretendida desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa.

Quero cumprimentá-lo e dizer que o PDT, neste item, Presidente, vota "não". É como encaminhamos.

Quero deixar aqui consignada, Presidente, a minha indignação contra o projeto do Governo do Presidente Bolsonaro quanto à privatização dos Correios. Aliás, há uma privatização de um modo geral. Se deixar, vendem a mãe e entregam a velha!

Os Correios são rentáveis, são lucrativos, estão presentes em todo o Brasil, têm mais de 2 séculos de serviços prestados ao povo, à Nação brasileira, estão em 7 mil unidades, em mais de 10 mil pontos de distribuição no Brasil. Os Correios têm grande importância, grande relevância. Como disse, são rentáveis, lucrativos.

Na Argentina, por exemplo, Presidente, o serviço foi privatizado. Em 7 anos, quebraram e tiveram que voltar da iniciativa privada para a mão do serviço público. Venderam os Correios de lá a preço de peso e tiveram que comprar de volta a preço de dólar. Vai acontecer a mesma coisa aqui no Brasil.

Mas não com o voto do PDT, não sem a nossa indignação e a nossa contrariedade.

Agora mesmo, estão procurando desmontar os Correios para justificar a venda. Estamos denunciando esse desmonte, esse desarranjo nos Correios, porque é simplesmente esta a justificativa: sucateiam e privatizam. Desmerecem, desdenham e vendem a preço aviltado.

Os Correios - é bom saber - não têm monopólio de encomendas. Se tu quiseres encomendar algo da China, da Espanha, da Alemanha, dos Estados Unidos, de qualquer país, tu podes encomendar com qualquer empresa. Mas as pessoas preferem os Correios, porque esta instituição é mais ágil, mais organizada, mais barata, enfim, é uma empresa com mais condições. Os Correios têm monopólio de correspondência, mas não de encomenda. A encomenda é livre. Mas os Correios têm competência. As tarifas mais baixas do mundo são as dos Correios. Então, xô, privatização!

Eu apresentei o Projeto de Lei nº 3.085, de 2020, proibindo, não permitindo privatização em tempo de pandemia. Os Ministros do Presidente Bolsonaro disseram que têm que aproveitar a pandemia para passar a tropa, mas nós não aceitamos isso.

Então, tirem as mãos dos Correios! Respeitem os Correios, que são patrimônio público, são patrimônio do povo brasileiro! Os Correios têm uma memória, uma história, um passado de glória e podem construir um futuro de vitórias, desde que tirem as mãos de cima dos Correios, dos seus servidores, dos seus trabalhadores.

Sr. Presidente, quero lamentar que, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o Governo segue a mesma linha: agora vai entregar a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE por 100 mil reais, o preço de um carro usado. É isso aí! Vão entregá-la por 100 mil reais, o preço de um cavalo de raça aqui na EXPOINTER. Estão entregando a CEEE a preço de banana. É lamentável! Mas não sem nós denunciarmos!

Trata-se de toda uma estrutura de quase 100 anos que o Dr. Brizola ajudou a implementar e fortalecer, que o trabalhismo valorizou. Nós estamos lutando contra essa privatização, mas o Governo fez o desmonte, o desarranjo. Também sucatearam a CEEE para entregá-la por 100 pilas, 100 mil reais. É uma vergonha!

O Governo segue a mesma linha com relação à Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. É uma coisa lamentável! A CORSAN, assim como a CEEE, não é do Governo. A CORSAN é do povo gaúcho. O Governo é tão somente o inquilino. Se ele pode vender a CORSAN, pode vender o Palácio também. O Eduardo Leite mora ali no Palácio, mas ele é inquilino. E como é que o inquilino vai vender o patrimônio que não é seu, o prédio do qual não é dono, o imóvel que não lhe pertence? Pois o Governador está vendendo a CORSAN, quer



fazer leilão da CORSAN. Água é vida. Aliás, a água não pertence ao Estado, mas aos Municípios.

Alto lá, Sr. Governador! Nós vamos nos levantar, com os nossos prefeitos, para que retomem para si a concessão da água, porque a CORSAN não é a dona da água. A água não é nem do Governador, nem do Estado; ela pertence aos prefeitos, aos vereadores, aos Municípios, que vão ter que cuidar dela. Aliás, se a CORSAN for vendida, for privatizada, o preço da água vai lá para cima.

Hoje, nas cidades grandes, a água dá lucro e, nas cidades pequenas, dá prejuízo. A CORSAN faz o subsídio cruzado. Ela mitiga. E nós temos o preço único da água no Estado.

Se privatizarem, sabem o que vai acontecer? A água, nas cidades grandes, vai ser rentável e vai poder ser explorada de maneira lucrativa inclusive; nas cidades pequenas, o prefeito vai pagar a conta. Vão desarrumar o sistema de saneamento e água do Rio Grande do Sul - não com o apoio do PDT, não com o nosso voto, não sem a nossa crítica, não sem a nossa indignação!

A mesma situação ocorre com o BANRISUL, um banco rentável, um banco lucrativo, um banco enxuto, um banco que dá suporte a toda a economia do Rio Grande. É a guaiaca do povo gaúcho. Na hora em que o Governo precisa de um recurso, de um dinheiro, de um financiamento a mais, se socorre ao BANRISUL.

Pois o BANRISUL está sendo ofertado, está sendo vendido pelo Governador Leite, que, na sua campanha eleitoral, disse em alto e bom tom: *"BANRISUL e CORSAN, com o Leite Governador, não serão privatizados!"* Mentiu para o tio. O que fez agora? Entrou com o projeto, tirando o plebiscito, sem que o povo possa opinar, e está vendendo o que não é dele, o que não lhe pertence, para sinalizar ao mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo que ele é um vendedor de patrimônio público e, com isso, abrir as portas do mercado para se eleger Governador.

Nós temos que desmascarar, denunciar, aqui no Rio Grande, porque o Rio Grande não aceita vendilhão. Ele quer vender a CEEE, vender a CORSAN, vender o BANRISUL, vender o que não é dele. O que os outros fizeram, ele quer vender - não com o nosso voto, não com o apoio do PDT.

Sumário

Agradecimento à Presidência pelo acatamento de questão de ordem do orador. Repúdio ao pronunciamento de Deputado em contestação às argumentações do orador contrárias à aprovação do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, sobre a instituição do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS. Contestação a discurso proferido no plenário sobre a assinatura, pelo Líder do PT e por outros Líderes partidários, do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. por ter acatado a questão de ordem, em respeito à relação que nós temos construído com todos os Parlamentares.

É meu primeiro mandato como Deputado Federal, mas antes fui Ministro da coordenação política de um Governo, sempre tive uma excelente relação com os partidos da Base e da Oposição. Depois fui Ministro da Saúde, sempre com uma excelente relação, de muito respeito. Acredito que, no primeiro mandato como Deputado Federal, venho mantendo essa relação de respeito.

Então, não admito que qualquer Parlamentar venha dizer que eu menti a este Plenário, muito menos sobre um tema ao qual eu e vários Parlamentares nos dedicamos durante todo o ano passado, na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, onde discutimos temas como este.

Não à toa, quer-se aprovar um requerimento de urgência sem permitir o debate adequado na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão da COVID-19, na própria Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre algo tão complexo. Nas entrelinhas do projeto de lei, não se está tratando do certificado de imunização, está-se tratando de uma autorização para que empresas possam fazer, sem sanções, atividades de aglomeração.

Também não admito o que foi dito aqui sobre o fato de o Líder do meu partido, como outros Líderes de outros partidos, assinar o requerimento de urgência para que o projeto possa ser discutido aqui, para ser debatido aqui, como um acordo de tramitação.

E quero afirmar, sim, e pode ser dito: o meu partido está orientando que não devemos aprovar esta autorização para empresas realizarem atividades de aglomeração, inclusive em defesa dos artistas, porque

muitos dos artistas não foram vacinados; muitos dos trabalhadores da cultura não foram vacinados; muitas das pessoas que estão atrás do palco não foram vacinadas. Muitas dessas pessoas que são trabalhadores, podem até ser vacinados, mas não têm acesso fácil a um celular para mostrar um certificado internacional, não têm acesso fácil a conexão de Internet.

Portanto, quer-se criar duas categorias de cidadão no Brasil, quer-se criar uma forma de comprovar vacina através de uma tecnologia de informação.

Documento 74/200

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/07/2021- 19:56
Publ.: DCD - 07/07/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso do Deputado Alexandre Padilha contra a aprovação do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, sobre a instituição do Certificado de Imunização e Segurança Sanitária - CSS.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como autor do requerimento, eu faço questão de explicar algo aos colegas Parlamentares que estão aqui e aos que estão de forma virtual.

É bom que o ex-Ministro da Saúde o Deputado Alexandre Padilha saiba que os Senadores do PT, inclusive o meu conterrâneo, o Senador Humberto Costa, aprovaram o projeto no Senado por unanimidade. É médico o Senador Humberto Costa.

O Deputado está dizendo aqui, se não for mentira, que esse projeto é uma autorização para a realização de eventos. Não! Ele é uma ferramenta de possibilidade de se voltar a realizar eventos com segurança.

Ele afirmou isso agora. Então, eu não vou dizer que se trata de uma mentira. Talvez ele não tenha lido o projeto, que não autoriza, que, repito, é uma ferramenta de possibilidade, para a classe artística e o mundo esportivo e de entretenimento poderem voltar, com segurança, a trabalhar e gerar emprego.

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:00
Publ.: DCD - 08/07/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 591, de 2021, a respeito da organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Acerto da retirada da proposição da pauta. Aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, acerca da instituição da subvenção econômica destinada ao auxílio das famílias de baixa renda na aquisição de gás liquefeito de petróleo - Desconto Gás. Necessidade de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, referente à regulamentação do limite remuneratório no serviço público. Alcance da marca funesta de 530 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Evidências de conhecimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do esquema de corrupção no Ministério da Saúde para compra de imunizantes.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante esses dias, nós estivemos aqui na Câmara dos Deputados votando projetos que eu considero relevantes.

Primeiramente, eu acho importante dizer que o Presidente Arthur Lira retirou o projeto de privatização dos Correios da pauta. Essa é uma vitória importante para o Brasil. Inclusive, a própria Procuradoria-Geral da República tem se posicionado contra. Esse projeto é inconstitucional e não deve voltar à pauta. Nós esperamos que não volte à pauta.

Foi importante também, no dia de ontem, a aprovação da licença compulsória de patentes de insumos, vacinas e medicamentos relacionados à COVID-19. Sem as patentes, fazendo um licenciamento compulsório, o Brasil poderá iniciar a produção. Então, essa é mais uma vitória desta Casa.

Tivemos ainda a aprovação da urgência do PL do gás. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, do Deputado Carlos Zarattini, que é semelhante a um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 205, de 2021. O gás teve mais um aumento, dessa vez em torno de 6%. Ninguém aguenta mais essa situação. Então, esta Casa tem que dar

uma resposta urgente.

E agora precisamos votar o projeto que trata dos supersalários no funcionalismo público. É uma verdadeira vergonha o que acontece no Brasil: há pessoas recebendo salário de 80 mil reais, de 100 mil reais. E nós temos que moralizar essa situação.

Na condição de Deputado da Amazônia, eu quero me posicionar também, assim como o Deputado Nilto Tatto, contra esse projeto da regularização fundiária, que configura também mais uma forma de passar da boiada.

Sr. Presidente, neste minuto que me resta, quero dizer que cada vez mais o nome do Presidente Bolsonaro está implicado - e isso está sendo mostrado pela CPI da COVID. Chegamos a 530 mil mortos hoje no Brasil, e aconteceram situações inimagináveis, como a de o Governo terceirizar a negociação de vacinas. Há, inclusive, o caso de um reverendo que é presidente de uma ONG, como foi denunciado pelo *Fantástico*, estar autorizado pelo poder público para tratar de uma questão importante como essa da vacina. Cada vez mais os áudios e as quebras de sigilo têm mostrado que o Presidente Bolsonaro sabia desse esquema, assim como foi denunciado pelo Deputado Luis Miranda e por seu irmão lá na CPI. O Presidente prevaricou.

Está cada vez mais claro que o Presidente, além de ter sido negligente quanto à vida das pessoas que morreram por falta de vacinas e de cuidados, também fez da pandemia um negócio.

Sr. Presidente, eu peço o registro do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 76/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:04
Publ.: DCD - 08/07/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio incondicional ao Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, de autoria do Deputado Wolney Queiroz, referente à isenção do Imposto de Renda e dispensa de carência previdenciária às vítimas da Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e dizer da honra que tenho

de poder da Câmara dos Deputados emprestar o meu apoio incondicional ao Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, de autoria do nosso honrado Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT, que trata exatamente da isenção do Imposto de Renda para aquelas pessoas que foram vítimas da COVID-19 e que tenham tido redução da sua capacidade laboral, da sua capacidade de saúde, da capacidade respiratória, renal, neurológica, psicológica, enfim, as pessoas que tiveram reduzida a sua condição de saúde e precisam de proteção, precisam de amparo.

Consequentemente elas vão gastar, e gastar muito mais, com medicamentos, com tratamentos, já gastaram com internação. E os gastos com internação também vão ser abatidos no Imposto de Renda. Hoje a lei já permite isso, mas fica consolidada a importância de o cidadão que enfrenta a COVID-19, que tenha toda essa redução de capacidade, possa ter o benefício da isenção do Imposto de Renda.

A mesma coisa acontece no que diz respeito à carência em relação aos benefícios da Previdência Social. Ele não precisa de carência nenhuma, até porque a doença não escolhe dia, não escolhe hora, não escolhe pessoa. A COVID não é de Direita nem de Esquerda. Não importa se a pessoa é desse ou daquele partido, se é pobre ou rico, paisano ou milico, ela bate em todas as casas. E os mais humildes, os mais pobres às vezes são os que sofrem mais. Então, eles precisam desse amparo, dessa proteção, desse reconhecimento, eu diria mais, desse respeito.

É por isso que eu me somo à luta do Líder Wolney Queiroz, porque esse projeto é extremamente relevante e está na pauta. Nós precisamos votá-lo, eu diria, até aprová-lo por unanimidade. Esse é um apelo. Não é possível que as pessoas estejam gastando o que não têm para proteger a sua vida, para salvar a sua vida, para recuperar a sua dignidade, a sua saúde e ainda tenham que pagar Imposto de Renda.

Olhe, é hora de se pagar os custos da recuperação da saúde para quem perdeu a capacidade renal, para quem tem problemas neurológicos, psicológicos, respiratórios, pulmonares, quem tem o coração sendo agredido por essa doença infame e desgraçada.

Parabéns, Deputado Wolney Queiroz! Estamos juntos nesse embate. Vamos aprovar o Projeto de Lei nº 1.100!

Sumário

Apelo à Presidência de retirada da pauta do Projeto de Lei nº 591, de 2021, a respeito da organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Defesa de discussão pela Casa de medidas emergenciais em benefício da população brasileira. Prática de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - É verdade, nós somos Norte e Nordeste, no final das contas.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Presidente desta Casa, Deputado Arthur Lira, e à Mesa Diretora para que retire da pauta o Projeto de Lei nº 591, de 2021, que trata sobre a privatização dos Correios, que prepara os Correios para a privatização.

É um absurdo que, num momento como este de pandemia, com mais de meio milhão de pessoas mortas, com as pessoas agonizando em razão da fome que assola este País, com 19 milhões de brasileiros e brasileiras que não têm nem o que comer, nós discutamos a privatização de uma empresa tão importante para o País, que são os Correios. Isso é simplesmente inexplicável, não dá para compreender. Os Correios são uma empresa lucrativa, uma empresa que tem capilaridade em quase todos os Municípios do Brasil. Não faz sentido a privatização de uma empresa tão importante como essa. E não custa lembrar que os 20 maiores países do mundo mantêm seus serviços postais como serviços públicos, não são privados, inclusive os Estados Unidos da América, que é o centro do capitalismo.

Por que no Brasil tem-se que ser mais realista do que o rei? Este liberalismo do Brasil é um negócio impressionante. Eles querem vender tudo, abrir mão de todas as nossas riquezas, do nosso patrimônio nacional, para gerar demissões, para prejudicar ainda mais o desenvolvimento do nosso País.

O Brasil está precisando de emprego, de salário no bolso do trabalhador, de acabar com essa inflação no preço dos alimentos, do arroz, do feijão, do gás de cozinha, e não é a privatização dos Correios que vai resolver isso, Sr. Presidente.

É por isso que faço este apelo e peço a esta Casa que tenha a sensibilidade de não pautar esse tema, que o retire de discussão. Vamos discutir as urgências, as emergências, as prioridades do povo brasileiro, e não essa decisão que, para mim, é vergonhosa. Deveríamos estar preocupados com a corrupção que está agora no Ministério da Saúde, com o Presidente Bolsonaro metendo a mão no

dinheiro do povo. Se não fosse o servidor público estável, perderíamos 1 bilhão e 600 milhões de reais pela corrupção no Ministério da Saúde com a Covaxin. É com isso que temos de nos preocupar.

Sr. Presidente, peço que divulgue minha fala nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 78/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:20
Publ.: DCD - 08/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença do Ministro Milton Ribeiro na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Defesa de retomada das aulas presenciais com segurança. Proposta ao Ministro da Educação de retomada do Programa Dinheiro Direto na Escola, criado pelo governo petista. Necessidade de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a aplicação, pelo Governo brasileiro, de reservas cambiais no mercado financeiro internacional. Conveniência de direcionamento de recursos especulativos para o empresariado brasileiro, para incremento do mercado de consumo interno. Defesa de apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 2.805, de 2020, sobre a concessão de benefícios emergenciais às rádios comunitárias, durante o estado de emergência em saúde preconizado na Lei nº 13.979, de 2020.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero registrar a presença do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, na nossa Comissão e dizer que precisamos, sim, garantir a volta às aulas com segurança. Propus ao Ministro ousadia na defesa de um programa criado no Governo do Presidente Lula, o PDDE -- Programa Dinheiro Direto na Escola, e poderia haver um extraordinário só para a área da saúde, para garantir total segurança aos nossos alunos, às nossas crianças, aos profissionais da área da educação, aos familiares, para garantir os recursos necessários para a readequação do espaço físico. Então, é fundamental ter ação objetiva, concreta para a volta às aulas.

Em segundo lugar, quero dizer que nós recebemos aqui também o Ministro Paulo Guedes. Na minha avaliação, este País tem que ser

civilizado. O Estado brasileiro, as políticas públicas garantem ao povo salário, trabalho ou renda básica universal, auxílio financeiro - é necessário que seja de 600 reais -, o que é fundamental para a economia brasileira, uma economia dependente do consumo das famílias. Quase 80% do nosso PIB vêm do consumo das famílias. Portanto, não se pode ter uma economia de subconsumo. Isso é fundamental.

Em terceiro lugar, quero dizer que é uma vergonha o Estado brasileiro aplicar, há mais de 10 anos, as reservas cambiais, quase 2 trilhões de reais, fruto do Governo do Presidente Lula, no mercado financeiro internacional, vamos dizer assim, no Tesouro americano, no Clube de Paris, e não ter nenhuma rentabilidade. O ideal é transformar esse recurso num ousado plano de obras públicas. Poderia também o BNDES retirar 64 milhões de brasileiros do SPC, da Serasa, da agiotagem, do cartão de crédito de quase 300% ao ano de juros, subsidiar um juro, taxa SELIC a 4,25%, recuperar o mercado de consumo brasileiro, o empresariado. São mais de 6 milhões de empresários constrangidos com o sistema rentista deste País. Há saída, mas é preciso ter ousadia.

Por último, Presidente, quero dizer que esta Casa deveria trazer para o plenário um programa de auxílio emergencial para as rádios comunitárias. São 4.500 rádios, 10 mil reais. Todos os setores receberam apoio. Isso custa menos de 45 milhões e seria fundamental, pois elas são um ponto de empreendedorismo, da cultura local, da democracia. É superimportante o papel dessas rádios comunitárias. Eu queria pedir o apoio de V.Exa. para trazemos essa questão para o plenário. Hoje foi votado e aprovado o relatório da Relatora Perpétua Almeida na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Então, seria positivo pautar essa questão no plenário.

Presidente, peço que seja divulgado este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação.

Obrigado.

Documento 79/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:24
Publ.: DCD - 08/07/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance do marco nefasto de 527 mil óbitos no País pela Covid-19. Associação

entre a epidemia e a crise econômica. Não geração de investimentos e de novos empregos pelas reformas trabalhista e previdenciária. Queda do posicionamento do Brasil no ranking mundial de investimentos. Falta de emprego para 52% da população brasileira. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento socioeconômico do País.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje a imprensa noticia que, antes da pandemia, o valor (*falha na transmissão*) por aqueles que são autônomos estava abaixo de mil reais.

Sem dúvida, a maior tragédia brasileira é a pandemia, com suas 527 mil mortes até hoje. Não há nada que se iguale a isso na história do Brasil. Entretanto, a pandemia é utilizada por muitos, com alguma razão, mas não toda, para justificar a crise na economia. Ao fazer referência a essa notícia hoje divulgada, de (*falha na transmissão*) foi prometido e jamais cumprido.

Quando da reforma trabalhista, o que se argumentava? Argumentava-se que era preciso fazê-la porque ia diminuir o Custo Brasil, porque iam aumentar os investimentos, porque iam ser gerados empregos, porque a economia ia deslançar. Ela tirou direitos dos trabalhadores, rasgou a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Depois veio a famigerada reforma da Previdência Social, a contrarreforma da Previdência. Disseram a mesma coisa: "*Tem que acabar com o déficit*", "*vai faltar dinheiro para pagar aposentadoria*". As pessoas se assustaram, e uma parte - minoritária, é claro - preferiu que se fizesse a reforma, na ilusão de que isso protegeria a sua própria aposentadoria. Mas a reforma também não gerou emprego, também não gerou investimento.

Do ponto de vista de investimento, o Brasil retrocedeu 20 anos, caiu da 6ª para a 11ª posição. Os fluxos de recursos externos (*falha na transmissão*). Hoje quem assumiu a liderança foi o México. As empresas brasileiras também encolheram no exterior. Hoje 48% da população brasileira economicamente ativa está ocupada. Entretanto, 52% da população, mais da metade, está desocupada ou desempregada ou desalentada ou subutilizada.

Portanto, nós estamos aqui apontando que este Governo não tem projeto de nação, entrega as estatais, não gera emprego, não gera renda. É por isso que precisamos denunciar, pressionar, para que o povo volte a ter vez em nosso País.

56.2021.B Sessão Outro Evento 07/07/2021-13:32

Publ.: DCD - 08/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 530 mil óbitos no Brasil pela Covid-19. Presença do Ministro Milton Ribeiro na Comissão de Educação. Não realização pelo Governo Jair Bolsonaro de investimentos na adequação das escolas para retomada das aulas presenciais. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Desempenho insatisfatório dos Ministros da Educação e Saúde.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde a todas e a todos os que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados.

O Brasil está chegando a 530 mil mortos pela COVID.

Terminamos agora há pouco uma reunião na Comissão de Educação, em que o Ministro Milton Ribeiro passou a manhã discutindo questões de educação. Como professora, tenho uma preocupação muito grande. O Ministro fez um discurso sobre a necessidade da volta às aulas presenciais, com o que concordo, porque professor só é feliz quando está na escola, com os seus estudantes. Infelizmente, o Governo brasileiro não tomou nenhuma providência, não organizou nenhum projeto de orientação, de orientação federativa, como a Constituição indica - o Ministério da Educação é o órgão gestor da educação nacional; cabe ao MEC fazer essa orientação -, não lutou, não brigou para que os profissionais da educação fossem vacinados prioritariamente, incluídos na lista prioritária. Só posteriormente começou a vacinação dos profissionais da educação e ainda não atingiu a todas e a todos. As nossas escolas não receberam investimentos e não têm as condições necessárias para receber, neste momento de pandemia, de forma presencial, seus estudantes.

Ao final da sessão com o Ministro, ele fez uma indagação a uma Deputada que questionou o papel do MEC na adequação das escolas. O Ministro quis saber por que ela não destinou as emendas dela para a educação. Parece um país ao avesso: é o MEC, que tem o orçamento da educação, cobrando de uma Deputada que libere todos os seus recursos, o que não vai dar para resolver os problemas da educação

nacional.

Aí vemos a grande lambança no Ministério da Saúde, a propina para a compra de vacina. A população está morrendo, e o Ministério da Saúde é acusado o tempo todo de envolvimento em situações horríveis. Qualquer situação de propina é horrível, mas, quando a propina é para a aquisição de vacinas, sem a qual foram para o túmulo mais de 530 mil pessoas, é muito dolorido.

Olhar a educação e a saúde neste momento do Brasil é um grande constrangimento. Dois Ministros não estão levando a sério as funções que receberam, o País tem milhões de estudantes fora da escola sem o atendimento necessário, e a saúde não oferece vacina no braço do povo brasileiro porque o Governo pediu 1 dólar de propina por vacina. É muito ruim, é muito triste.

Mas vamos seguir na luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 81/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:40
Publ.: DCD - 08/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Insustentabilidade da permanência do Presidente Jair Bolsonaro no comando do País. Desestruturação de políticas públicas pelo Governo Federal. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pela reforma previdenciária. Vinculação entre o negacionismo do Presidente da República e a morte de 520 mil brasileiros pela Covid-19. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Reajuste nos preços de alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha. Compra de votos de Parlamentares, pelo Governo Federal, para a aprovação de projetos prejudiciais ao povo brasileiro. Superfaturamento na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Participação do Presidente da República no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários de gabinetes parlamentares. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. e todos os Parlamentares que acompanham esta sessão. Quero ainda saudar o povo brasileiro que

nos acompanha por meio da *TV Câmara*.

Nesta tarde, desejo registrar, no meu discurso, algumas situações que nos levam a concluir que está insustentável a permanência do Presidente à frente do Governo brasileiro. Na campanha de 2018, ele não apresentou um projeto de Nação, nem um projeto de governo; apenas dizia que combateria a corrupção e que seria nova a política. Este, depois de 2 anos e 7 meses, é o pior Governo da história recente da República brasileira.

No início, o Governo já mostrou o seu ímpeto para desmontar todas as políticas públicas que foram construídas a duras penas durante décadas. O Governo aprofundou a retirada de direitos. E a reforma da Previdência foi um dos momentos em que nós, infelizmente, mais vimos retirada de direitos. Depois, veio a pandemia, e o Governo adotou uma postura negacionista, genocida, que já tirou a vida de mais de 520 mil brasileiros. É um Governo com incompetência, com desumanidade, que fez elevar os índices de fome no Brasil, de desemprego. Com exceção do salário mínimo, tudo está aumentando: o gás de cozinha, a gasolina, o óleo *diesel*, os alimentos nos supermercados, o desrespeito às minorias e o preconceito. Ocorre ainda a compra de Parlamentares para a aprovação de medidas contra o povo. Mais recentemente, houve superfaturamento na compra de vacinas, aquilo que nós já sabíamos, com propina de 1 dólar para cada dose de vacina, ou seja, corrupção, crime de responsabilidade. Ainda esta semana houve a denúncia sobre a participação direta do Presidente quando Deputado em esquema de rachadinha, de peculato, de crimes contra o povo brasileiro e contra os recursos públicos.

Portanto, tudo isso nos leva a uma conclusão: o povo está se mobilizando nas ruas, porque não aguenta mais. Está insustentável a permanência desse Presidente desumano, genocida e corrupto. Por isso, faço um pedido ao Presidente Arthur Lira: é hora de colocar em votação um dos processos de *impeachment*. Fora, Bolsonaro!

Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 82/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-13:44
Publ.: DCD - 08/07/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas. Indiferença do Governo Federal diante da escalada da pobreza e da miséria no País. Reajuste nos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica. Protesto contra a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Contrariedade à anunciada desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Repúdio à política privatista do Governo Federal, com vista ao estabelecimento do Estado mínimo. Pedido à Presidência da Casa de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento.

Colegas Deputadas e Deputados, no Brasil, estamos enfrentando uma situação muito preocupante diante de um Governo que não combate a pandemia, que deixou de comprar as vacinas da Pfizer em agosto do ano passado. Elas poderiam ter evitado a morte de milhares de brasileiros e brasileiras se aplicadas a partir de dezembro, como estava previsto no contrato naquele momento.

É um Governo que assiste indiferente ao aumento dos preços, que está empobrecendo os brasileiros, aumentando o número de miseráveis, aumentando a pobreza e também sacrificando a classe média. Em Teresina, a gasolina já passa de 6 reais e o gás de cozinha chega a 115 reais. A energia elétrica acaba de ter um aumento de 52%, quando o salário mínimo aumentou apenas 5%.

Mas há uma área em que o Governo Bolsonaro demonstra muita agilidade: a da entrega do patrimônio brasileiro. Já entregou a ELETROBRAS, uma empresa estratégica, e agora trabalha para entregar 100% dos Correios à iniciativa privada. É a mais antiga empresa brasileira e está presente em todos os Municípios do Brasil, porque, além dos serviços postais, também realiza serviços bancários. Como ficarão os milhares, as centenas de pequenos Municípios sem acesso aos serviços postais e aos serviços bancários prestados pelos Correios?

Não é verdade que os Correios monopolizam tudo. Na área de encomendas já existe concorrência. Ele monopoliza a entrega das cartas simples e dos telegramas, e pratica preços menores do que a iniciativa privada. Assim mesmo, conseguiu um lucro de 1 bilhão e 500 milhões de reais, em 2020. Portanto, não é por uma razão objetiva econômica, mas por um projeto político de entrega dos principais segmentos da produção e dos serviços à iniciativa privada.

O que Bolsonaro representa é um Governo dos bilionários, é um Governo do Estado mínimo. Entrega tudo para a iniciativa privada e diminui o papel do Estado como agente que tem a responsabilidade de buscar caminhos de desenvolvimento com inclusão social.

São essas as minhas ponderações de hoje, Sr. Presidente, muito preocupado com a situação em que o País se encontra. Peço à Câmara dos Deputados que cumpra a sua missão de colocar em julgamento os processos de *impeachment* que procuram apurar as responsabilidades do Presidente.

Sr. Presidente, solicito que seja este discurso divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 83/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:16
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Revelação, pela CPI da Covid, da prática de corrupção e falsificação de documentos no processo de compra da vacina Covaxin pelo Governo Jair Bolsonaro. Apelo à Casa de criação da CPI da Vacina.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, como Parlamentar, representante do povo nesta Casa, assim como cada um dos 513 Deputados, estou apavorada com o que estou vendo e acompanhando na CPI da COVID no Senado Federal.

A cada dia, no meio dessas gavetas cheias de esqueletos, nós temos uma gaveta aberta, de onde sai um esqueleto, que é o esqueleto da corrupção.

Nós temos o caso Covaxin Gate, o caso da propina de um dólar, o caso dos documentos falsos forjados, montados, apresentados por um Ministro de Estado. Santo Deus! Qual é o tipo de pessoa que está no comando do nosso País?

Nós temos visto os Senadores fazerem o seu papel lá no Senado

Federal, mas e nós, da Câmara dos Deputados?

O denunciante inicial desse processo todo, o início do fio é um Deputado Federal, o Deputado Luis Miranda.

Nós temos a responsabilidade de investigar, nesta Casa, esse caso envolvendo vacinas. Nós temos a responsabilidade de instalar a CPI das Vacinas na Câmara dos Deputados. Nós, que somos Parlamentares, temos que ajudar a investigar isso. Nós temos que ouvir o que mais o Deputado Luis Miranda tem a dizer. Nós temos que questionar os integrantes do Governo Federal, que estão dentro de um esquema de propinoduto, de corrupção, de roubo de dinheiro público em cima de vidas brasileiras, escancarando até mesmo documentos públicos. Nós não podemos cruzar os braços. Nós temos que instalar, sim, a CPI da Vacina na Câmara dos Deputados.

Nós temos pautas importantes, é verdade, como a reforma tributária, mais ou menos um arremedo de reforma, a reforma administrativa, que também está ali, aos trancos e barrancos. Mas não há nada mais urgente, mais grave do que investigarmos o que, de fato, está acontecendo, do que representarmos o povo.

Um Deputado é um legislador e é um fiscalizador, um fiscalizador das ações do Executivo. Se nós nos furtarmos disso e cruzarmos os braços, estaremos prevaricando na função de Parlamentares, de Deputados Federais. Não existe, neste mundo, absolutamente nada, nenhum tipo de acordo, nenhum tipo de emenda, nenhum tipo de liberação de Ministério ou coisa assim que valha uma vida e que valha para esconder um esquema de corrupção.

Fica aqui, então, o meu apelo aos colegas Parlamentares, para que nós façamos algo, em vez de ficarmos de braços cruzados, fingindo que absolutamente nada está acontecendo e empurrando a nossa responsabilidade para debaixo do tapete.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 84/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:24
Publ.: DCD - 08/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Traição da Deputada Joice Hasselmann ao Presidente Jair Bolsonaro. Tentativa

de incriminação do Presidente da República pela CPI da Covid. Parcialidade do Relator da CPI, Senador Renan Calheiros, na investigação da denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Falta de condições morais do Senador Renan Calheiros para relatoria do CPI da Covid, tendo em vista o seu indiciamento por recebimento de propina da construtora Odebrecht.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi aqui a Deputada Joice Hasselmann dizer que ela é uma representante do povo. Ela não representa mais povo algum. O povo que votou nela não vota mais, o povo que votou nela, votou porque ela era aliada do Presidente, e ela o traiu. Então, não representa mais ninguém. Inclusive na legislatura seguinte, na próxima, ela não estará mais aqui.

Ela falou da CPI, da importância da CPI, uma CPI que tem feito um papel vergonhoso para o Brasil, um papel totalmente parcial de buscar criar narrativas contra o Presidente Bolsonaro e contra o Governo, com um Relator que é o Renan Calheiros, mais sujo do que pau de galinheiro. O Omar Aziz, que se pode chamar de "Omar de lama da corrupção", é investigado por desvios da saúde no Amazonas.

Hoje eles estão ouvindo lá ninguém mais, ninguém menos, do que Roberto Ferreira Dias, que foi Diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, acusado de ter feito cobrança de propina na compra de vacinas. E aí o Renan Calheiros disse que já tem provas e pode comprovar que houve superfaturamento da vacina, da Covaxin, uma demonstração de nenhuma imparcialidade, de que ele já tem um relatório pronto, ferindo totalmente o sistema acusatório, ferindo totalmente uma investigação que deve ser séria. Ele deve guardar sua parcialidade, não pode já fazer juízo de valor, antes de ter feito todas as diligências de uma investigação. Ele ainda disse que a exoneração do Roberto Ferreira seria uma confissão do Governo sobre as irregularidades nas vacinas.

É óbvio que não, Sr. Renan Calheiros. É óbvio que não. O Governo tem responsabilidade em exonerar uma pessoa, para que ela seja investigada. Enquanto ela estiver sendo investigada, ela não poderá mais fazer parte do governo. Eu acho que isso caberia também ao senhor, que está sendo investigado pela Polícia Federal e deveria sair da relatoria da CPI. Está sendo indiciado por haver recebido 1 milhão da lista da Odebrecht. Que moral tem para poder relatar uma CPI que teria essa magnitude, que seria investigar os crimes da pandemia, e que tem feito um papel de destruição do Governo, de destruição da imagem do Presidente? Aliás, o seu nome na lista da Odebrecht é

"Justiça". Eu sabia que a Justiça era cega, mas não sabia que a Justiça era corrupta.

Documento 85/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:32
Publ.: DCD - 08/07/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e a morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Crise econômica vigente no País. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Falta de moral do Governo Jair Bolsonaro para privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela presidência dos trabalhos e cumprimentar todos os Deputados e todas as Deputadas.

Quero também pedir, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Venho aqui dizer da minha indignação, do meu protesto contra o Projeto de Lei nº 591, de 2021, o projeto de privatização dos Correios. É uma iniciativa desastrosa do Governo Federal, que é completamente ilegítimo para fazer uma discussão tão importante neste momento como a da privatização dos Correios. O Governo está desautorizado em razão do que nós estamos vendo com o desdobramento da pandemia e com a quantidade de mortos. São mais de 520 mil mortes, sendo que 80% delas poderiam ter sido evitadas se o Governo tivesse agido de forma séria, ouvindo a ciência. Portanto, poderiam ter sido evitadas mais de 400 mil mortes em consequência da pandemia.

Também estamos vendo a crise da economia, a crise da carestia do arroz, do feijão, da carne, do gás de cozinha, da luz.

O Governo está atolado na corrupção na compra de vacinas através do militarismo colocado no Ministério da Saúde. Militarizaram o Ministério da Saúde com coronéis, generais, cabo - um cabo da nossa gloriosa

Polícia Militar de Minas Gerais! O tal Cabo Domingueti deveria estar trabalhando aqui em Minas, no interior, onde fica o batalhão dele, mas estava em Brasília fazendo intermediações espúrias para a compra de vacinas entre o Ministério da Saúde, um vendedor de vacinas e uma produtora de vacinas dos Estados Unidos. É um absurdo, que envolve inclusive o Governo, o Líder do Governo na Câmara!

Este Governo não tem moral para propor discussão sobre a privatização dos Correios, uma empresa pública que presta serviços à nossa população e está em todos os Municípios de Minas Gerais e do Brasil. Em muitas cidades, a única instituição pública que nós temos é a agência dos Correios junto com o correspondente bancário. Ali as pessoas recebem a aposentadoria, recebem um dinheirinho e pagam as coisas delas.

Portanto, este Governo não tem condição moral...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 86/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:36
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevado número de óbitos de gestantes e puérperas no Brasil em decorrência da Covid-19. Prioridade na vacinação de mulheres gestantes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero chamar a atenção do Parlamento e da sociedade brasileira para um tema que nos preocupa muito como mulher, como mãe, como Parlamentar: os óbitos de gestantes e puérperas na pandemia.

A Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras já chama a atenção para isso. Recentemente, a FIOCRUZ divulgou um estudo mostrando que a mortalidade de grávidas na pandemia tem uma taxa de 7,2, mais do que o dobro da mortalidade geral, que é de 2,8.

Nós temos chamado a atenção para isso, tanto que aprovamos

projetos nesta Casa para a proteção das mulheres. A Deputada Perpétua Almeida aprovou um projeto para colocar as grávidas em trabalho remoto, questão que vem sendo retirada por um novo projeto que aqui se apresenta e que nos preocupa muito, porque esse novo projeto quer retirar esse direito das mulheres grávidas. Eu também aprovei aqui um projeto valorizando os exames eletrônicos e dando prioridade em leitos de UTI às mulheres acometidas pela COVID-19 em estado de gestação.

Por isso, é importante que nós resolvamos de uma vez por todas a prioridade de vacinação para as mulheres gestantes, porque a mortalidade cresce. Nós já perdemos 1.400 gestantes na pandemia. Nós somos campeões mundiais de mortes de grávidas e puérperas na pandemia. Esse é um campeonato que nos envergonha. E há responsabilidade deste Governo sobre isso, Sr. Presidente, porque a vacinação é lenta. Nós agora é que estamos chegando a 13% de vacinados em duas doses, e as grávidas ainda não são prioridade no Plano Nacional de Imunizações. É preciso que se resolva tecnicamente o problema e se resolva para haver celebridade da vacinação no Brasil.

Os estudos mostram que é altíssima a taxa de mortalidade de grávidas e puérperas. E não temos só isso: as negras têm chance dobrada de mortalidade aqui no Brasil em comparação com as mulheres brancas.

Por isso, eu quero chamar a atenção para esse tema, eu quero chamar a atenção para essa perda de vidas. Quando essas mulheres perdem a vida, geralmente os bebês não resistem. Há perda, então, de duas vidas.

Este é um tema para o qual eu chamo a atenção deste Plenário, chamo a atenção do Parlamento brasileiro e também chamo a atenção do Senado Federal, porque é muito importante que se dê atenção a essa questão, a fim de que tenhamos soluções.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 87/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:40
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JUNIO AMARAL-PSL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa de incriminação do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Acerto da decisão da Justiça do Estado do Rio

de Janeiro de arquivamento de ação ajuizada contra a Confederação Brasileira de Futebol - CBF, pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, por suposta discriminação praticada contra o segmento gay.

O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em meio a tantos problemas no nosso País, com esse circo da CPI da COVID, essa tentativa descabida, maluca e eleitoral de derrubar o Governo Bolsonaro, de desgastar o Governo Bolsonaro, enfrentamos outros problemas que, muitas vezes, podem aparentar, num primeiro momento, menores do que os demais, mas que têm total relação com a nossa liberdade e com a necessidade de não nos curvamos a uma ditadura das minorias.

Nos últimos dias, um grupo LGBT chamado Grupo Arco-Íris acionou a Justiça para cobrar da CBF explicações sobre o motivo por que nenhum dos jogadores da Seleção utiliza a camisa 24. A numeração vai até o 23 e pula para o 25, que, salvo engano, é o número do jogador Douglas Luiz.

Qual é o problema de ele escolher a própria camisa? Isso parece pequeno, como eu disse, mas é descabido. É um absurdo nos curvamos a esse tipo de imposição, a ponto de esse grupo ir à Justiça para exigir que um jogador use determinada camisa. Isso tudo vem numa roupagem com o pretexto de respeito, de igualdade, mas extrapola qualquer motivação nesse sentido. Inclusive, contem comigo para ações que conscientizem as pessoas a terem mais respeito ao ser humano, seja lá por qual motivo for, mas, para isso, jamais!

Ainda bem que a Justiça do Rio deu uma decisão acertada - e quero parabenizá-la por isso -, apesar de, num primeiro momento, ter exigido explicações da CBF, que deu uma desculpa, dizendo que é porque o 25 é mais adequado ao meio-campo. Poxa, CBF, ajude-nos também! Seja direta e diga que é porque o jogador não quer, a comissão técnica não quer e não se deve impor isso a partir de uma ideologia, a partir dessa imposição de ditadura de minorias. A CBF deveria ter sido direta.

Parabéns à Justiça do Rio de Janeiro, que deu uma decisão acertada agora, após os esclarecimentos da CBF, e arquivou o processo, esclarecendo que não há por que intervir nessa decisão.

Há grupos que querem impor isso à Seleção ou a qualquer outro clube. É muito fácil: basta pegar algum membro do grupo de vocês - deve haver alguém bom de futebol - e treiná-lo para que seja convocado e possa usar a camisa que quiser, inclusive a 24.

Muito obrigado, Presidente.

Peço que o nosso pronunciamento conste do programa *A Voz do Brasil*.

Documento 88/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-14:40
Publ.: DCD - 08/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Impacto, sobre a população de baixa renda, de reajustes nos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis. Elevação dos índices inflacionários. Alcance do patamar de 530 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio ao posicionamento do Presidente Arthur Lira, contrário à abertura de processo de impeachment do Presidente da República, e a favor da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós vivemos uma crise que entra nas nossas casas e tem impedido a população brasileira de vivenciar uma realidade sem fome.

O preço dos combustíveis está sendo elevado a cada dia, assim como o preço do gás, da gasolina, do *diesel*. Nós estamos vivenciando uma inflação extremamente penosa, porque ela tem uma incidência muito grande em função do crescimento do preço dos alimentos. Portanto, ela tem um impacto maior para a população de baixa renda.

Estamos vivenciando um País em que a necropolítica se apresenta de forma muito nítida e cruel. Cerca de 530 mil pessoas já se foram, e todo aquele que parte é amor de alguém. Mas não é só isso, há o desemprego e a informalidade, que supera a formalidade no mundo do trabalho. E vamos vivenciando um Governo que é genocida nos mais variados aspectos. Ele é genocida das ideias, da ciência, dos corpos, e vai solapando vidas.

Vivemos um momento de extrema gravidade. Trata-se de um Presidente que cometeu inúmeros crimes. E não falo apenas do que agora vivenciamos, mas também da prática de rachadinha em seu gabinete. O mesmo Presidente que gasta recursos vultosos com as próprias férias, que se lambuza de leite condensado à custa da estrutura do Estado, que compra uma picanha com preço escorchante, diz que o povo brasileiro não tem como comer um pé de galinha. Então, estamos vivenciando um País em que o Presidente da

República incorre em inúmeros crimes. E há denúncias gravíssimas de corrupção contra ele. O seu Líder do Governo, por várias vezes, tentou enfatizar - e favorecer - a necessidade de contratação dessa vacina da Índia, que tem os pés sujos de lama ou de barro.

Portanto, estamos vivendo isso, e o Presidente da Casa diz que *impeachment* é coisa séria e que é preciso ter seriedade com isso. De que seriedade ele está falando? Que seriedade? Tem que se ter seriedade para impedir que o Brasil continue ostentando tantos crimes a partir da Presidência da República. É preciso olhar a dor do povo brasileiro e todas as denúncias contra a Presidência da República, para que se possa investigar. Se queremos seriedade, vamos ter seriedade com a dor do povo brasileiro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Por favor, conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Vamos ter seriedade com a dor do povo brasileiro e com este País.

Frente a toda essa necropolítica, existe uma política da morte quando se tenta privatizar os Correios. O Presidente da Câmara, que se nega a estabelecer um processo para investigar os crimes contra o Presidente da República, curva-se para tentar privatizar uma empresa lucrativa, de logística, que é fundamental para a integração nacional.

Documento 89/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:04
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falta de credibilidade do Governo Jair Bolsonaro, envolvido em corrupção na compra de imunizantes contra a Covid-19. Razões do posicionamento do orador contrário à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19 e o negacionismo e incompetência do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo tempos bicudos na política em nosso País, diante de um Governo extremamente fragilizado, sem o mínimo de credibilidade, um Governo visceralmente envolvido em corrupção na compra de vacinas - olhem bem -, na compra de vacinas! E o nosso povo morrendo... Houve corrupção, a 1 dólar por dose de vacina!

Não deveria ser este o momento de venderem os Correios. Somos um país continental e os Correios dão lucro. Além disso, do ponto de vista legal, a venda dos Correios seria mais um ataque à nossa Constituição. Os Correios, em seus 350 anos de existência, contribuiu decisivamente com a soberania nacional. Hoje, são mais de mil franquizados, com centenas e centenas de empresas de transporte em todos os rincões do nosso País. Mais uma vez, estamos na contramão da história. Qual dos maiores países, do ponto de vista territorial, independentemente do seu sistema político, abriu mão de ter sua empresa de correios como símbolo de união nacional?

A discussão sobre a oportunidade de venda dos Correios não aconteceu, não foi adequada. Não se discutiu com a sociedade. Qual é a necessidade venderem com tanta pressa, e em plena crise macroeconômica, os nossos Correios?

O que nos espera após a venda dos Correios? Mais desemprego, mais desalento e menos oportunidades naqueles rincões mais atrasados, naquelas regiões que necessitam da mão benfazeja do Estado. É por conta dessas e outras que esse Governo só faz destruir a essência, a estrutura, o orgulho do brasileiro.

Mais de meio milhão de pessoas perderam suas vidas, e só temos imunizados cerca de 14% com a vacinação em primeira dose, da ordem de quase 30%. E a pandemia tem decaído. Isso demonstra que muitas vidas e muita produção de riqueza e de felicidade se perderam pela incúria, pela desídia, pela omissão, pela incompetência de um Governo que não nos representa.

Documento 90/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:08
Publ.: DCD - 08/07/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem à Deputada Luiza Erundina. Impacto da epidemia de coronavírus

sobre as populações carentes. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Defesa da implantação de Plano Marshall no Brasil. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na reeleição, em detrimento das ações de amparo ao povo brasileiro. Importância da adoção, pela sociedade brasileira, de ações em prol das camadas de baixa renda diante dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito boa tarde! Boa tarde a todos os Parlamentares presentes!

Eu faço questão de homenagear uma Deputada que sempre vejo presente, atuando no Parlamento brasileiro em defesa dos mais vulneráveis. S.Exa. é uma pessoa muito importante para mim, uma referência política na minha vida. Refiro-me à Deputada Luiza Erundina. Eu a estou vendo daqui e quero desejar a S.Exa. muita saúde. Um grande abraço!

Sr. Presidente, um estudo produzido pela PUC do Rio Grande do Sul, em parceria com outras instituições, revelou que a crise da pandemia empobrecerá drasticamente os mais pobres nas grandes metrópoles.

Esse problema não é só das grandes metrópoles, não, é um problema de todo o Brasil.

Só para que se tenha uma dimensão do estrago desta crise, trago o que o economista Eduardo Moreira, comentando o estudo, afirmou: *"Pegue a renda per capita dos 40% mais pobres, que é 155 reais, converta em dólar e multiplique por 12, para ter a renda nominal. Vai dar em torno de 360 dólares por ano. Esses 40% mais pobres do Brasil, uma população maior que a Alemanha, ficam em penúltimo lugar do mundo; pior que a República do Congo, Serra Leoa, Madagascar e Togo"*. Muitos brasileiros, Sr. Presidente, estão passando fome. Crianças estão passando fome, os pais estão sem emprego. Nós não vamos sair desta crise apenas com auxílio emergencial. Haver o auxílio emergencial é importante, mas só se exaurir nessa receita é absolutamente inadequado. O Brasil precisa de um Plano Marshall, um novo Plano Marshall, brasileiro, estruturante, macro. Como é que pode, Sr. Presidente, um país que é campeão internacional na exportação de alimentos ter gente passando fome? Há gente passando fome aqui dentro!

Para essa iniciativa, não adianta esperarmos o Governo Federal, porque o Governo Federal só está preocupado com reeleição, só está preocupado com 2022. Essa iniciativa de dar ajuda ao brasileiro - a todos os brasileiros, e não a alguns pouquíssimos, que às vezes estão até se beneficiando desta crise da pandemia -, precisa partir da sociedade. Por isso, em vez de se privatizar o Brasil - privatiza-se a

ELETROBRAS e, agora, os Correios -, o País Brasil precisa de uma luta de brio, e não uma luta de direita, esquerda e centro; precisa de uma luta de dignidade dos brasileiros e das brasileiras, Sr. Presidente.

É uma pena que o tempo finda, eu gostaria de explorar mais o assunto.

Peço que o meu pronunciamento seja reverberado no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 91/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:16
Publ.: DCD - 08/07/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Arthur Lira por abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República, por prática de crimes de responsabilidade e prevaricação.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um pedido ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira: que ele permita que discutamos o processo de *impeachment*. Há 107 pedidos. E, na semana passada, foi protocolado um superpedido de *impeachment* nesta Casa. No entanto, o Presidente disse que não há fatos novos.

Em primeiro lugar, os fatos antigos são gravíssimos. Quais são os fatos antigos? Primeiro, a aposta na imunização coletiva, a chamada imunização de rebanho, que levou a mais de 530 mil mortos no Brasil até este momento. Essa foi uma estratégia do Governo. Inclusive, ele ofereceu para a população um remédio sem nenhuma eficácia contra a pandemia, e muitas pessoas morreram por efeito desse medicamento, com o chamado tratamento precoce.

Em segundo lugar, houve a falta proposital de oxigênio em Manaus. O Governo conhecia aquele fato, e nada fez para evitá-lo e para fornecer oxigênio a Manaus.

Em terceiro lugar, a demora na compra das vacinas. Mais de 80 e-mails da Pfizer para o Governo brasileiro não foram respondidos, e

houve um atraso sem tamanho na compra de vacinas, que fez com que muitas pessoas morressem por não terem tomado vacina. Esses são os fatos antigos, gravíssimos.

O fato mais novo foi a oferta de propina para a compra da vacina Covaxin.

E qual é o envolvimento do Presidente? O envolvimento é que ele foi avisado diretamente pelo Deputado Luis Miranda de que havia um pedido de propina no Ministério da Saúde, e ele não tomou nenhuma providência. Ausência de tomada de providências é crime, crime de prevaricação. E ele, então, tem que ser julgado por esta Casa.

Esse peso não pode ficar nas costas do Presidente desta Casa somente. Ele tem que distribuir essa responsabilidade pelo conjunto dos Parlamentares que vão se pronunciar pela abertura de um processo de impedimento do Presidente da República.

Por essa razão, venho a esta tribuna pedir ao Presidente Arthur Lira que divida com esta Casa essa responsabilidade para que possamos processar por crime de responsabilidade, crimes comuns, o Presidente da República.

Documento 92/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:20
Publ.: DCD - 08/07/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Elevação dos índices inflacionários. Reajuste nos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, demais colegas Deputados e Deputadas, a cada dia que passa com esse Governo a vida do povo fica mais difícil e mais cara, Deputada Jandira Feghali.

O País inteiro sofre com a crise sanitária, com a incompetência desse Governo no combate à COVID-19 nas medidas de prevenção, de cuidado e de diminuição do risco, mas também vivemos uma crise econômica. Alguns vivem outra realidade, mas é uma pequena parcela.

Mas a grande maioria do povo brasileiro está sentindo os efeitos econômicos no dia a dia da sua vida.

Ontem, houve mais um aumento da gasolina, mais um aumento do *diesel*, mais um aumento do gás, já não bastasse a energia elétrica, que vai aumentar mais de 50%.

E isso afeta o seu bolso, cidadão; o seu bolso, cidadã; o bolso do trabalhador, que é justamente quem sente os reflexos desses aumentos, porque isso também, meu amigo, vai impactar o aumento ainda mais do feijão, do arroz, da alimentação em geral. Ora, quem sente mais no bolso? É justamente o trabalhador que ganha menos - porque praticamente tudo que ele recebe, ou a maior parte do seu salário, vai para a alimentação da sua família -, é quem leva para dentro de casa o arroz e o feijão.

Parece que o Governo finge que não é com ele e mudou até o Presidente da PETROBRAS, alguns meses atrás, dizendo que a vida ia melhorar. Não adianta simplesmente mudar uma peça, se a peça principal é omissa, é incompetente, como disse o próprio Presidente, em 2019: "*Eu não manjo nada de economia*". Ele não manja de economia e não sabe nem um pouco governar. Ele é omissa, porque sua política não está atentando, não está se preocupando, é uma política que desdenha do sofrimento do trabalhador e da trabalhadora; da família que perdeu renda; da família que perdeu seu emprego; da família que usa o transporte público; da família que está se virando hoje para comprar o botijão de gás, que praticamente está 10% do valor do salário mínimo. É justo? Com certeza não.

Para isso só há uma solução: a mudança definitiva de Governo. Chega deste Governo incompetente e ao mesmo tempo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 93/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:32
Publ.: DCD - 08/07/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governador Wilson Miranda Lima pelo caos da saúde

pública no Estado do Amazonas, especialmente no tocante à epidemia de coronavírus. Necessidade de intervenção do Ministério da Saúde no Estado.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Estado do Amazonas recentemente foi notícia no mundo todo pelo que enfrentamos com a COVID, principalmente no início do ano de 2021. Infelizmente, nós vimos aqui o descaso por parte do Governo do Estado, em que centenas de milhares de pessoas foram a óbito por falta de oxigênio. Artistas e empresas se mobilizaram, ajudaram o povo de Manaus, em especial, e do interior do Estado do Amazonas. Mas nós não vimos um movimento claro do Governo do Estado.

Neste momento, é importante saber que o Governador está retendo vacinas para fazer mutirão, interrompendo o Programa Nacional de Imunizações, contrariando as orientações do Ministério da Saúde e da OMS de não aglomerar, para fazer efeito e fato político.

Fora isso, Sr. Presidente, a saúde no Amazonas continua no caos. Nós temos mais de 100 mil pessoas na fila de espera do sistema de regulação, em espera para fazer exame, consulta com especialista ou cirurgia. O Amazonas pede socorro. É inaceitável que uma pessoa que teve uma fratura tenha que esperar mais de 3 anos para fazer uma cirurgia.

E isso não é por falta de recurso. O Governo do Estado, nos últimos 2 anos, teve um acréscimo de receita, em números reais, de cerca de 5 bilhões de reais. Infelizmente, o caos perdura. Também não houve falta de recurso durante o período agudo da pandemia, em que milhares de pessoas no Estado do Amazonas vieram a óbito por falta de leitos, por falta de oxigênio, por falta de UTI, por falta de um espaço digno para recebê-las.

Como V.Exas. podem ver, nós vivemos aqui o caos na saúde pública do Estado do Amazonas. Os Municípios têm buscado fazer o seu trabalho, mas o que depende da média e da alta complexidade continua a padecer. É necessário que o Ministério da Saúde intervenha. No dia de hoje, nós ainda não temos uma única UTI no interior do Estado, um Estado com dimensões continentais, de mais de 1,5 milhão de metros quadrados. O Amazonas pede socorro.

Era isso, Sr. Presidente. Peço que a minha fala seja divulgada nos canais da Câmara.

Muito obrigado. Um forte abraço a todos! Boa tarde!

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:40
Publ.: DCD - 08/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Distorções da política econômica adotada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Presidente, pela gentileza.

Cumprimento os Deputados e as Deputadas.

Quero debater a economia real. Estou vendo o meu amigo Deputado Enio Verri. A política macroeconômica é uma criatividade deste Governo, é uma contabilidade criativa. O crescimento do PIB é um crescimento pela alta dos preços dos produtos primários que nós exportamos - na verdade, minério, proteína animal, proteína vegetal. Isso tem causado dois grandes problemas ao País.

O primeiro, evidentemente, é que tem aumentado o preço dos alimentos, a inflação do preço dos alimentos para o povo brasileiro. É uma política que, para além da questão técnica, não usa as variáveis macroeconômicas para ajudar o povo brasileiro. O Ministro Paulo Guedes é insensível, porque deveria ajudar o povo brasileiro a ter alimentação em abundância. Há mais de 100 milhões de brasileiros com dificuldades de alimentação e 30 milhões passando fome neste País. É uma vergonha!

A segunda questão grave é que todos esses produtos não são mais tributados. A famosa Lei Kandir - e eu apresentei aqui várias proposições - está roubando dos subnacionais os seus impostos, em especial o ICMS.

Então, essa política está totalmente equivocada, totalmente equivocada, sem falar que, evidentemente, é mais fácil ser exportador do que semimodificar ou industrializar os produtos brasileiros dos setores primário e semimodificado. A nossa política tem horror a uma nova indústria para o País, tem horror às indústrias brasileiras. E um país não se faz nação sem a agregação de valores. Nós precisamos

agregar valores na economia brasileira.

Portanto, como se trata de uma contabilidade criativa, de um faz de conta, o PIB não gera nenhuma oportunidade para o povo brasileiro, não tem deixado aqui tributos e também não tem contribuído para a alimentação do nosso povo e, menos ainda, para a retomada da geração de emprego e renda, porque esse é um setor muito mecanizado.

Portanto, nós precisamos tratar da economia real - e o Ministro Paulo Guedes está aqui na Casa -, ou seja, garantir, neste momento, ao povo brasileiro um auxílio financeiro permanente de 600 reais. Ou o cidadão tem trabalho, tem salário, ou o cidadão tem que ter uma renda básica universal. É o mínimo que pode fazer o Estado brasileiro, uma economia que já foi a sexta do mundo durante o Governo Lula. Essa é outra questão. O crescimento do PIB de um ponto e pouco não corresponde à queda de 25% do PIB por causa do aumento do dólar. Então, o tombo da economia brasileira é enorme. Este Governo não tem competência para governar este País.

Por isso, nós apresentamos, na semana passada, o superpedido de *impeachment*. Além da incompetência no campo da saúde pública, da vacinação em massa e também da economia, este é um governo que cometeu mais de 20 crimes de responsabilidade.

Peço, Presidente, que V.Exa. possa divulgar, no programa *A Voz do Brasil*, o nosso pronunciamento.

Documento 95/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:48
Publ.: DCD - 08/07/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Arthur Lira por votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Realização de nova manifestação no País pelo afastamento do Presidente da República. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Desestruturação do Estado brasileiro e desrespeito à vida dos brasileiros pelo Chefe da Nação.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a V.Exa. que transmita ao Presidente Lira este apelo que faço:

paute o *impeachment*. Esse é o clamor que vem das ruas.

No dia 29 de maio, eu pude ir às ruas com uma multidão, com todo o respeito, com o uso de máscara adequada e álcool em gel, com todo mundo mantendo um certo distanciamento. Retornamos às ruas no dia 19 de junho. Agora, nesse dia 3 de julho, com a corrupção escancarada pela CPI do Senado, que está prestando um grande serviço ao explicitar a corrupção - e trata-se de corrupção com compra de vacinas -, o apelo foi muito maior. E qual foi o apelo? Se antes, Presidente, o clamor era por vacina no braço, comida no prato e auxílio emergencial de 600 reais, agora o "Fora, Bolsonaro!" foi unanimidade, devido à corrupção.

Então, se tínhamos clareza de que Bolsonaro era um Presidente genocida, sabermos agora que, além de genocida, ele é corrupto. E qual foi o diferencial nas ruas? Foi o recado ao Deputado Lira: "*Lira, paute o impeachment, senão você também passará a ser cúmplice do genocídio*".

O Deputado Lira sentar em cima do pedido de *impeachment*, um pedido muito ampliado, é expressar um autoritarismo sem fim, é expressar desrespeito a um conjunto de Deputados e à população, que clama por que seja pautado o pedido. Com a atitude, ele se configura cúmplice desse genocídio.

O que é urgente deve vir antes. Já privatizaram a ELETROBRAS, e agora serão os Correios! Que prioridade há em privatizar os Correios?

Então, nós temos que frear esse desmonte do Estado brasileiro, frear o desrespeito à vida do povo brasileiro, que está abandonado, com desemprego, miséria e fome, sofrendo com a lentidão, ainda, das vacinas.

Aqui nesta Casa, há muitos cúmplices desse fenômeno da miséria e da fome, que não é uma situação da pandemia, agravou-se na pandemia.

Há aqui a negação de uma agenda que reconheça e enxergue o povo brasileiro e vá ao seu encontro com programas e políticas públicas.

Presidente, solicito divulgação da nossa fala nos meios de comunicação da Casa.

Fora, Bolsonaro!

Publ.: DCD - 08/07/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Distribuição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de 150 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 no País. Repúdio às narrativas e ataques contra o Presidente da República. Gestão exitosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, boa tarde a todos.

Hoje eu posso anunciar que nós chegamos à distribuição de 150 milhões de doses de vacinas. Há muita narrativa contrária ao Governo Bolsonaro. Assim, nós temos que colocar a verdade, para que o povo brasileiro a escute. Em nenhum dia, desde que esta pandemia foi anunciada, o Governo Bolsonaro deixou de trabalhar para a população. Hoje nós alcançamos a marca de 150 milhões de vacinas distribuídas: da primeira dose, são 80 milhões de doses aplicadas; da segunda dose, são 30 milhões. Hoje nós temos 17 milhões e 300 mil pessoas recuperadas no Brasil pelo SUS, fruto do trabalho do Governo Bolsonaro.

A população não pode acreditar em narrativas que tentam destruir o trabalho brilhante de um Governo que pensa e só tem pensado no povo. Nós vacinamos 20 dias após a primeira vacina ser oferecida ao mundo, no Reino Unido. Nós não podemos esconder esta informação do povo brasileiro em nenhum momento, porque tentam atacar o Presidente Bolsonaro de todas as formas.

Até agora nada, absolutamente nada pega o Governo Bolsonaro. É tanta mentira que parte, inclusive, da boca de Parlamentares que querem induzir o povo ao erro, dizendo que não há trabalho, que nada foi feito neste Governo e que nada será feito! Existe uma plantação de mentiras sem tamanho! Nós estamos aqui para falar a verdade. Os dados estão aí para ninguém ficar inventando número fictício para tentar induzir a população ao erro.

Nós estamos trabalhando bastante, e não apenas na saúde. Em momento de pandemia, qual é o único país no mundo que apresenta um PIB positivo? O Brasil. Qual é o único país que está reduzindo o desemprego? O Brasil. Qual é o único país que está correndo a 400 quilômetros por hora na infraestrutura? O Brasil. Aliás, nós estamos recuperando os canteiros de obras deixados pelo Partido dos Trabalhadores durante muitos anos - obras de 20 anos foram abertas,

mas estavam esquecidas.

Foi feito o aporte inicial de recursos, mas nunca mais se fez absolutamente nada. Era roubalheira em cima de roubalheira!

Esta aí agora o Governo Bolsonaro. Nós estamos inaugurando obras de anos atrás, sim! Graças a Deus isso está acontecendo, porque este Governo honra o compromisso feito com a população. São obras no Pará, em Amazonas. Em todos os lugares deste País, nós estamos inaugurando obras e mais obras. No Ministério da Infraestrutura e no Ministério do Desenvolvimento Regional, estamos fazendo avançar aquilo que prometeram lá atrás, mas não cumpriram. Aliás, cumpriram, sim, porque os processos criminais que tramitam na Justiça brasileira, praticamente em todas as regiões, mostram o trabalho até sujo feito pelo Governo anterior. Aos poucos, nós estamos limpando essa sujeira.

Se Deus quiser, o Presidente Bolsonaro, em 2026, entregará um Brasil muito melhor do que o que pegou em 2019!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 97/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-16:16
Publ.: DCD - 08/07/2021 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contentamento com a recuperação da saúde pelo Deputado Gilberto Nascimento. Relevância de proposições aprovadas pela Casa em prol da retomada do crescimento econômico do Brasil. Apoio ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre a criação das debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Deputado Gilberto Nascimento, que preside os trabalhos. Aproveito este momento para fazer um reconhecimento a V.Exa. Nós todos, paulistas, acompanhamos com muita preocupação o drama recente vivido por V.Exa. na sua saúde. Todos nós estamos vibrando pelo seu pleno restabelecimento, Deputado Gilberto Nascimento. Agradecemos muito seu jeito cortês, seu jeito delicado, que marca sua trajetória nesta Casa. Saudamos V.Exa, eu, particularmente, que o conheço há tanto tempo. Festejamos

este momento.

Neste momento desafiador que nós estamos vivendo agora, entre tantas questões, não há dúvidas, no meu ponto de vista, de que uma questão central é a retomada do crescimento, e esta Casa tem tomado iniciativas importantes nesse sentido.

Menciono rapidamente a retomada que poderemos ter a partir do novo Marco Regulatório do Saneamento, a importância da nova Lei do Gás, que já gera um conjunto de iniciativas, e a nova Lei de Licitações Públicas. Saúdo também as novas regras de recuperação judicial. Saúdo o protagonismo que teve esta Casa no auxílio emergencial, no PRONAMP, com um conjunto de outras medidas no período mais agudo da pandemia.

Mas precisamos mais do que nunca olhar pra diante. E é assim que nós hoje teremos a oportunidade de analisar o PL 2.646/20, de autoria do Deputado João Maia, presente aqui no plenário. Esse PL estabelece uma nova modalidade, as debêntures de infraestrutura, para ampliarmos o investimento em setores como transporte, energia, mobilidade urbana e também saneamento, setores estratégicos por impactarem na produtividade do País, na medida em que geram oportunidades de trabalho, emprego e renda e, portanto, virtuosos no aquecimento da economia. O aquecimento da economia se faz, é lógico, pela ampliação do consumo, mas investimentos duráveis é que fazem a sustentabilidade da retomada, e é isso o que preconiza exatamente o PL 2.646, ao apresentar a proposta de debêntures de infraestrutura.

Então, quero desde já agradecer o trabalho de todos, o diálogo permanente que temos tido com todas as Lideranças partidárias, e saudar mais uma vez o Deputado João Maia.

Espero que hoje nós possamos nos dedicar a esse tema, deliberar sobre ele e dar uma contribuição à retomada do crescimento do País.

Documento 98/200

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-16:24
Publ.: DCD - 08/07/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação das taxas de juros do Plano Safra 2021-2022, lançado pelo Governo Jair Bolsonaro. Inexistência de ações específicas para a agricultura familiar no

âmbito do Plano Safra. Expectativa de aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19, e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nesta tribuna não subiu ninguém da base do Governo para elogiar ou comentar o Plano Safra 2021-2022 anunciado pelo Governo Bolsonaro, há poucos dias, para o ano agrícola 21/22, de julho agora a julho do ano que vem.

O Plano Safra é o momento mais importante da agricultura brasileira, quando são anunciados os recursos, as políticas públicas para o setor, e a base do Governo não veio aqui para defendê-lo. E por que será que a base do Governo não veio defender o Plano Safra? Porque aumentaram os juros para os grandes proprietários. Sim, quem produz comida neste País, quem exporta, quem aquece o setor da agropecuária brasileira vai pagar mais caro por financiamento. O grande proprietário, o médio proprietário, o pequeno proprietário, todos tiveram os juros elevados nos seus créditos de custeio e de investimento.

Em segundo lugar, o Plano Safra deste ano não tem o plano específico da agricultura familiar. Aliás, desde o golpe dado injustamente contra a Presidenta Dilma, nós não temos mais sequer o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A agricultura brasileira, pela sua diversidade, não é só produto *commodity* de exportação. A agricultura de alimentos deste País, em todas as áreas, precisa de um plano específico, e isso não existe mais. O que foi apresentado significa menos subvenções e juros mais altos.

Esse plano agrícola precisava dar um estímulo especial para a nossa agricultura familiar e à assistência técnica e extensão rural, para que houvesse extensionistas no campo, junto a quem vai produzir. Ele precisava oferecer uma especificação melhor sobre o seguro agrícola, para realmente dar segurança a quem que produz alimentos em um momento em que, não havendo estímulo, o preço sobe para o consumidor.

Por fim, Sr. Presidente, queremos que nossa proposta aqui aprovada, a Lei Assis Carvalho, que coloca recursos na agricultura familiar - o que o Governo não faz -, para a compra pública com juros subsidiados maior para a agricultura familiar, possa também ser aprovado no Senado,

porque nós já a aprovamos aqui.

O Governo Federal não aposta na agricultura.

Documento 99/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD 17:32
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Redução, pelo Governo Federal, do número de beneficiários e do valor do auxílio emergencial. Contestação às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito da recuperação da economia brasileira. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Propósito do Governo Federal de extinção do Programa Bolsa Família. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com as camadas menos favorecidas. Reajuste nos preços do gás de cozinha e dos alimentos no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em grande esquema de corrupção, segundo dados da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Queda dos índices de aprovação do Presidente da República, diante do fracasso de sua gestão, de sua incompetência e, principalmente, pela forma desastrosa de condução da crise sanitária.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Deputado Marcelo Freixo, que me cedeu o tempo da Liderança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero tratar de um tema que diz muito respeito à minha região, Deputado Fontana, mas incide diretamente na vida dos brasileiros e brasileiras. Na última segunda-feira, o Presidente da República anunciou a prorrogação por mais 3 meses do auxílio emergencial. O auxílio emergencial hoje é de 150 reais, 250 reais e 375 reais - 250 reais quando tem mais de uma pessoa na família e 375 reais para a mãe solteira ou que não tem companheiro. Na verdade, o auxílio é de 150 reais por pessoa. O auxílio que nós aprovamos nesta Casa, Líder Molon, de 600 reais, o Governo, em dezembro, suspendeu. Passou janeiro, fevereiro, e em março foi editada a Medida Provisória nº 1.039, passando a vigorar o novo auxílio a partir de abril.

Qual é a realidade que está hoje incidindo diretamente na queda da renda dos brasileiros? Em 2020, Sras. e Srs. Parlamentares, foi pago de auxílio emergencial 295 bilhões de reais. Este ano, com essa tal prorrogação que o Governo Bolsonaro fez, sabem quanto o País vai



pagar, a União vai pagar? Serão 63 bilhões de reais! Das 68 milhões de pessoas que recebiam o auxílio, 22 milhões de brasileiros não têm sequer direito aos 150 reais. E agora vem Paulo Guedes a esta Casa fazer festa, dizendo que a economia brasileira está se recuperando e que este ano vai crescer 4,5%, 5% do PIB.

Qual é a realidade hoje vivida pela maioria da população brasileira? As pessoas estão perdendo a renda, há 14,9 milhões de pessoas desempregadas, 19 milhões de pessoas que estão sem procurar emprego, além de 6 milhões de pessoas desalentadas, que não sabem o que fazer.

O pior é que a fome se alastrou no Nordeste. Em cada capital do Nordeste, meus queridos Parlamentares, vemos gente nas ruas pedindo esmola, frente à omissão, o genocídio patrocinado por esse Governo, que não tem um olhar minimante humano para aquelas famílias que precisavam tanto do Bolsa Família e do auxílio emergencial. E está dizendo agora sabem o quê? Que, depois da prorrogação dos 3 meses, ele vai aprovar um novo programa social. Aí vai acabar com o único programa permanente, que é o Bolsa Família, criado pelo ex-Presidente Lula, no Governo do PT. Acaba com o auxílio emergencial e vai fazer um único programa de 300 reais por família.

É exatamente esse o destino, em um Governo que não tem gestão, não tem compromisso algum e não tem programa que garanta a sobrevivência das famílias brasileiras. Não tem! E ele vem para cá, como veio hoje para as Comissões, falar que o Brasil retoma o leito do crescimento econômico. Crescimento econômico para chegar aonde, se não vai haver consumo? Se não têm renda, como as pessoas vão consumir? É óbvio. Esse crescimento serve a quê, a quem? Só se for aos barões, aos bilionários que tiveram renda extraordinária na pandemia.

Portanto, esse crescimento cantado em verso e prosa pelo Ministro Paulo Guedes hoje aqui não tem incidência nenhuma na vida real da população brasileira, Deputado Odair. V.Exa. é de Minas Gerais, e grande parte do seu Estado está no Semiárido, onde as pessoas vivem em desespero, com um auxílio de 150 reais, que não dá sequer para comprar um botijão de gás.

Esses dias, Deputado Fontana, tomei um susto quando a minha cunhada, no interior, foi comprar um botijão de gás, e estava custando 115 reais, foi comprar 1 quilo de arroz, e estava custando 6,90 reais. Um tubo de óleo, como dizem lá, está custando 9 reais, 10 reais. Um quilo de carne de segunda categoria, como se diz no Nordeste, está custando 38 reais.

Esse é o legado de um Governo que está deixando o País em

frangalhos, que não tem política econômica voltada para os pequenos, que só sabe patrocinar essa patifaria que faz com a saúde pública brasileira. O Governo é a síntese de quatro crises: a crise do desemprego, da falta de emprego; a crise social, da fome; a crise provocada pela pandemia, mas não só por ela; e agora a CPI do Senado revelando dados assustadores. O Governo Federal está envolvido no maior antro de corrupção já visto na história do Brasil, segundo os dados da CPI da COVID-19 no Senado Federal. É esse Governo que a população brasileira está repudiando. É esse Governo, Deputado Alessandro Molon, que a população rejeita. É por isso que o desespero grassa fortemente dentro do Governo, pois já se percebe que ele não traz nenhuma esperança para o período após a crise da pandemia.

Dizem que após a pandemia as coisas vão melhorar. Como melhorar? O Ministro da Economia que vem aqui não fala uma palavra sobre a questão do emprego! Não apresenta um plano para nada! E vem dizer que a economia, que o Brasil precisa levantar voo. Aquele voo que ele disse da reforma da Previdência, que era um boeing que ia levantar voo, que ia chegar em um porto seguro, naufragou! E o Governo, hoje, ostenta os piores índices de aprovação por conta da sua incompetência, da sua má gestão e, principalmente, da forma errada como conduziu a maior crise sanitária da história deste País!

Não comprou vacina porque não quis! Não negociou a vacina! E todo mundo está vendo o que está acontecendo na pandemia. Disse que não era crise, não era pandemia, era uma gripezinha. E o Brasil hoje está sofrendo as consequências de uma crise fruto da irresponsabilidade governamental!

O Governo tem que cair! Ele não serve ao País, Deputado Fontana! A sociedade democrática brasileira não pode aceitar isso, porque nós estamos numa encruzilhada histórica! A democracia brasileira pode não se sustentar até 2022. Claro que vai haver eleição...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 100/200

75.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021-
CD 17:40

Publ.: DCD - 08/07/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Ameaça, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de não reconhecimento do resultado das eleições presidenciais de 2022, no caso de não adoção do voto impresso. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Relação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção praticada pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de imunizantes. Fatores determinantes da elevação dos índices de rejeição do Presidente da República. Luta da Oposição em prol da democracia, da ética na política e da preservação de direitos sociais.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero retomar o ponto a que há pouco se referia o Deputado José Guimarães, Vice-Líder da Minoria, exatamente o desespero que toma conta do Presidente da República. Desespero ao perceber que caminha para uma derrota eleitoral. E hoje, mais uma vez, ameaçou não reconhecer o resultado das eleições, alegando que as urnas eletrônicas, sem o voto impresso, serão fraudadas. Fez pior: disse que nas eleições com urna eletrônica a fraude é uma constante.

Esqueceu-se de dizer que foi através dessas urnas, Deputado Bohn Gass, que ele chegou a esta Casa, e nesta Casa ficou por 28 anos! Esqueceu-se de dizer que foi por meio dessas urnas que foi eleito, 3 anos atrás, lamentavelmente. Mas que, ao ser eleito, não viu da parte da Oposição o questionamento ao resultado das eleições. Nós lamentamos o resultado, mas não dissemos que houve fraude nas urnas para tentar explicar a vitória eleitoral dele.

Infelizmente, o povo brasileiro caiu em uma narrativa falsa, que hoje começa a descobrir como uma farsa. A farsa do combate à corrupção, e do combate à corrupção que jamais foi a tônica de Bolsonaro. A prova disso são as denúncias que vêm todos os dias à tona, não apenas envolvendo o patrimônio familiar, não apenas envolvendo as práticas de seus gabinetes antes da posse como Presidente da República, mas chegando à compra de vacinas, que hoje é o tema da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal.

Agora há pouco a testemunha Roberto Dias recebeu voz de prisão, porque a CPI já percebe a tentativa de mentir, de enganar, de impedir a apuração dos fatos de um Governo que deixou seu povo morrer com o objetivo de dificultar a compra de vacinas para oferecer facilidades - a facilidade do dólar em cada dose; a facilidade da vacina, Deputada Adriana, como há pouco conversávamos, que foi oferecida por 10 dólares e depois comprada por 15 dólares. É uma vacina com tecnologia pior do que vacinas mais baratas, uma vacina não testada, uma vacina insegura, Deputado José Guimarães, para proteger a vida

do nosso povo, e que o Governo Bolsonaro correu para comprar, porque seria o último dia de uma vida remediada para os envolvidos na negociata. Há pressa de desviar o dinheiro público, sujo de sangue do povo brasileiro, para encher os bolsos de alguns que com isso queriam lucrar.

Agora, vemos na CPI Senadores governistas, que o tempo inteiro fizeram propaganda da cloroquina, posarem de defensores da vacina, quando nunca o foram. Ao contrário, colaboraram para fazer propaganda de um remédio falso. E eu cheguei a alertar alguns colegas até da Casa, que insistiam em receitar cloroquina pela TV *Câmara*, que um dia a justiça poderia chegar a eles, porque o sistema de comunicação da Casa não pode servir para se receitar remédio sem eficácia, Dr. Henrique Fontana, V.Exa. que é, além de excelente Parlamentar, médico.

É isso o que explica a queda intensa nas pesquisas que foram divulgadas ontem. O Governo tem uma variação negativa de 48,2%, a maior de toda a história desse Governo. Desde o princípio, a avaliação do Governo nunca foi tão ruim. A avaliação pessoal do Presidente é negativa para 62,5% da população, ou seja, 2 em cada 3 brasileiros acham o Presidente da República ruim ou péssimo; 2 em cada 3 brasileiros repudiam o comportamento de Bolsonaro como Presidente da República. O mais importante em 2022 para 45% dos entrevistados é derrotar Bolsonaro, é impedir que ele seja eleito, porque coloca em risco a vida do povo, coloca em risco o futuro da nossa democracia. Ele coloca em risco o pão em casa, o Bolsa Família, os direitos sociais, os direitos trabalhistas, o desenvolvimento do País, Deputado Odair Cunha. E é por isso que o povo brasileiro está entendendo que derrotar Bolsonaro é a sobrevivência do País. Impedir que Bolsonaro seja eleito é salvar a vida de brasileiros. Impedir que Bolsonaro seja eleito é garantir a sobrevivência da nossa democracia, Líder Danilo Cabral.

De acordo com pesquisa CNT/MDA, 62% dos brasileiros dizem que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum - seis em cada dez brasileiros dizem que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum - e 57,2% desaprovam a gestão da pandemia.

É por isso que o desespero bate. É por isso que o Presidente ameaça com o voto impresso, com o não reconhecimento dos resultados. Ele já sabe que vai perder. Ele será derrotado nas próximas eleições, para que o País possa ser devolvido aos brasileiros, Líder Danilo Cabral, e sejam retomadas as tradições democráticas do nosso povo, como tanto defendia Miguel Arraes, do nosso PSB, o nosso partido, que tem procurado cumprir, ao lado dos outros, o legado, a ordem, a determinação, o apelo de Eduardo Campos: *"Não vamos desistir do Brasil"*.

Nós da Oposição estamos aqui de pé porque não desistimos do Brasil, não desistimos da democracia, não desistimos da ética na política, não desistimos dos direitos sociais, do Bolsa Família, do respeito aos profissionais de educação. Hoje à tarde, eu via V.Exa. lutando para que sua emenda sobre garantia dos direitos dos profissionais da educação fosse acolhida na Comissão da PEC 32, a respeito da reforma administrativa. A nossa luta é pela educação pública de qualidade, pelo direito à saúde, pelo direito à vacina, pelo direito à prosperidade, ao emprego e à renda, para que as pessoas possam sustentar suas famílias com trabalho digno.

É isso que o povo brasileiro quer, e não um Presidente descontrolado, desequilibrado, que ameaça a democracia e faz a ameaça de não reconhecer a voz do povo transcrita nas urnas.

Fora, Bolsonaro!

Documento 101/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/07/2021- CD 18:28
Publ.: DCD - 08/07/2021 - BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Solicitação, pelo PT, de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós concordamos com a quebra do interstício. Portanto, o PT vota "sim".

Mas nós queremos aproveitar para registrar que o PT quer que seja votada a medida provisória do auxílio emergencial. No Brasil, muitas pessoas estão passando fome! O preço dos alimentos está aumentando! As micro e pequenas empresas não têm o apoio que precisam. E o Bolsonaro quer prorrogar por apenas 3 meses o auxílio emergencial de 150 reais!

No ano passado, já tínhamos os 600 reais para as pessoas que

precisavam, o que ajudou o comércio. Se o comércio consegue vender nas cidades, a indústria produz. Isso gera emprego. Neste momento, vamos manter esse valor pífio, com o botijão do gás de cozinha custando 100 reais, com a gasolina custando 7 reais em alguns lugares, com o *diesel* muito alto, com os alimentos muito caros? Nós precisamos dar mais apoio para as pessoas que necessitam de ajuda. Nós queremos votar o auxílio emergencial, porque a prorrogação desse valor pífio é muito pouco. Essas pessoas precisam dos 600 reais em todo o período de pandemia. O PT tem exatamente essa proposta e quer votá-la.

Votamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 102/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 08/07/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Determinação, pela CPI da Covid, da prisão de suspeito de fraude na compra de vacinas contra o coronavírus. Importância da celeridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB também orienta o voto "sim".

Quero dizer que o Brasil acompanha atônito o que acaba de acontecer no Senado Federal com a prisão daquele servidor - aliás, não podemos chamá-lo de servidor, porque servidor é aquele que serve à Nação. Uma pessoa agora está sendo apontada como suspeita de roubar vacinas.

Sr. Presidente, o que nós temos no Brasil são pessoas morrendo! A vacinação precisa acontecer de forma mais rápida. E observamos uma pessoa suspeita de mentir perante o Brasil numa Comissão Parlamentar de Inquérito sair algemada! Olhem só como está o nosso Brasil, infelizmente! Nós precisamos de investimentos na economia, de vacinação rápida. Muita gente está passando fome neste País. Quando

observamos isso, ficamos muito tristes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 103/200

75.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021-
CD 18:36

Publ.: DCD - 08/07/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debate de assuntos pertinentes à sua Pasta, e na Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Distanciamento entre o Brasil visto sob a ótica de Paulo Guedes e a realidade do País. Quadro de fome, desemprego e insegurança alimentar reinante no Brasil. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e de materiais de construção. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição da subvenção econômica destinada ao auxílio das famílias de baixa renda na aquisição de gás liquefeito de petróleo - Desconto Gás. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Promessa do Ministro Paulo Guedes de implementação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Contrariedade à aprovação das propostas governamentais de reforma administrativa, e de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro, notadamente quanto ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aprovação pela Casa dos Projetos de Lei de nºs 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privadas de liberdade; e 12, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.279, de 1996, para a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em grande escândalo de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Envolvimento do Presidente da República e seus filhos no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários. Gastos exorbitantes de recursos públicos pelo Presidente Jair Bolsonaro no gozo de férias, e reajuste nos seus próprios vencimentos. Defesa da extinção de supersalários no serviço público. Determinação, pela CPI da Covid, da prisão



do Sr. Roberto Dias envolvido em denúncias de corrupção na compra de vacinas. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito da denúncia do Deputado Luis Miranda de superfaturamento da compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Realização de manifestações no País contra o Governo Federal. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do superpedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a todos aqueles que estão presentes no plenário e também no sistema remoto.

Hoje, ao longo de todo o dia, esteve aqui presente o Ministro Paulo Guedes, Ministro da Economia, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por meio de requerimento de minha autoria, para falar sobre diversos assuntos relacionados à Pasta da Economia, e agora à tarde à Comissão da PEC 32, que trata da reforma administrativa.

Particularmente, Presidente, eu não sei em que Brasil o Ministro Paulo Guedes está vivendo, porque ele vem trazendo uma ideia fantasiosa de Brasil, típica de alguém que não sai das quatro paredes dos gabinetes de Brasília. Não conhece o Brasil real do interior do Acre, do interior da Paraíba, do interior do Amapá, do interior do Rio Grande do Sul. O Brasil real, Presidente, infelizmente, é um Brasil duro, é um Brasil em que as pessoas estão sofrendo muito, Deputado Enio Verri. É um Brasil de 15 milhões de brasileiros que estão desempregados, é um Brasil em que a fome está voltando - já voltou na verdade. É só ir aos supermercados e vê que as pessoas estão pedindo, às residências, aos sinais. As pessoas estão passando fome no nosso País. É o Brasil que voltou para o Mapa da Fome. É o Brasil da insegurança alimentar. Inclusive, 15% das pessoas que estão na informalidade encontram-se em situação de insegurança alimentar; 3,7% das pessoas que têm emprego formal também estão em situação de insegurança alimentar. Imaginem os desempregados: 22,7% dos desempregados também estão passando fome, estão em situação de subnutrição em nosso País.

Enquanto isso, nós temos uma fila imensa do Bolsa Família, e o auxílio emergencial é baixo.

Quero aqui corroborar a opinião do meu Líder Bohn Gass, que acabou de fazer um apelo a V.Exa., Presidente Arthur Lira, para trazemos para cá a MP do auxílio emergencial, a fim de que ele volte aos 600 reais.

O que nós estamos vendo é que todo mundo está sofrendo com a alta dos alimentos. Por exemplo, o feijão teve aumento de 69%; o arroz teve aumento de 61%; a carne teve aumento de 25%, e isso pode variar. O preço do material de construção também aumentou no País.

Olhem o que aconteceu com o gás de cozinha! Já existe um acumulado durante a pandemia de 30%.

Hoje mesmo tivemos a notícia de pessoas que morreram porque se utilizaram de álcool para produzir seus alimentos. E nós tivemos o aumento de 6%, no início da semana, para o preço do gás de cozinha. Para os combustíveis à gasolina, esse aumento foi de 6,3%, no início da semana; para o *diesel*, de 3,7%. E o que diz o Ministro Paulo Guedes? Isso é problema dos preços internacionais. Quer dizer que o Governo não vai fazer nada?

Nós estamos aqui, foi colocada na pauta, foi votada a urgência da tarifa social do gás, projeto do Deputado Carlos Zarattini, e eu tenho um projeto com o mesmo teor. E nós queremos que ele seja aprovado. O Governo precisa olhar para essa situação. São pessoas que precisam do gás de cozinha para sobreviver.

A energia elétrica teve 52 % de aumento, e ainda privatizaram a ELETROBRAS. E quem vai pagar a conta, todos nós sabemos, é o consumidor.

O Ministro não consegue dar respostas. As universidades estão para fechar, e o Ministro não estabeleceu prazo para a recomposição dos orçamentos dessas instituições. Leis que foram aprovadas aqui no Congresso Nacional, como o descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Ministro não diz se vai cumprir. Uma lei complementar aprovada por este Congresso Nacional, a Lei da Internet para os alunos e professores, também o Ministro não fala se vai cumprir. Então, para que se tem Ministro da Economia?

Enquanto isso, está aí a pauta dos Correios, que só interessa ao mercado, não interessa aos pequenos Municípios, que são servidos pelo Correio. Está aí a pauta da reforma administrativa, que é um verdadeiro massacre aos servidores públicos e ao serviço público, que precisa chegar com qualidade ao cidadão brasileiro.

Então, Sr. Presidente, eu considero que essa vinda do Ministro Paulo Guedes à Câmara dos Deputados só demonstra uma coisa: esse Governo é um fracasso. Esse Governo, além de ter fracassado na economia, é um Governo que fracassou na pandemia, porque, graças às omissões, graças ao negacionismo, graças à falta de empatia do Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, nós tivemos 530 mil mortes neste País.

Ele despreza a vida das pessoas e dos familiares dessas pessoas que morreram. Ele negou a vacina - 80 *e-mails* da PFIZER não foram respondidos. Apostou na imunidade coletiva, um total erro.

Eu fico feliz quando vejo esta Casa aprovar, como nós aprovamos aqui, a priorização das grávidas, das puérperas e das lactantes no PNI, ao mesmo tempo em que nós também aprovamos a quebra de patentes para produzir vacina, insumos e medicamentos, mas, infelizmente, esta não foi a ação do Governo. Pelo contrário, o Presidente saiu espalhando o vírus pelo Brasil, cometendo crimes contra a saúde pública em vários Estados da Federação, infelizmente.

Agora, o pior disto tudo é a sina deste Governo. Além da cloroquina, da ivermectina, nós temos agora a propina da vacina. Um Governo que dizia que não roubava e não deixava roubar está metido em um grande escândalo de corrupção. Nós estamos vendo a ex-cunhada do Presidente da República dizer que ele é o pai dos esquemas de rachadinha e que ensinou aos filhos.

Nós estamos vendo os gastos exorbitantes, em plena pandemia, do Presidente da República com férias nababescas; o aumento do próprio salário do Presidente da República, de pouco mais de 30 mil para 41 um mil; nós estamos vendo supersalários. É importante votarmos a questão dos supersalários para a Câmara dos Deputados dar uma demonstração de que nós não compactuamos com privilégios. Isto sim é a verdadeira reforma administrativa que nós queremos.

Nós vimos agora a prisão do Sr. Roberto Dias, na CPI da COVID, um cara que pediu 1 dólar por vacina de propina. A vida das pessoas, a vacinação das pessoas foi transformada em um negócio pelo Governo do nosso País. Isto é um verdadeiro absurdo! O Presidente, que ficou sabendo dessas maracutaias que estavam acontecendo no Ministério da Saúde, nada fez. Inclusive, indicou, segundo o Deputado Luis Miranda, a participação do Líder do seu Governo.

Por isso, as pessoas estão tomando as ruas. Por isso, foram milhares de pessoas, já foram três manifestações de rua, e vão crescer cada vez mais. As pessoas não aguentam mais este Governo do Bolsonaro.

Por esta razão, eu quero fazer um apelo aqui. Presidente Arthur Lira, um Presidente que sempre teve posições firmes - V.Exa. sempre teve posições firmes ao longo da sua vida -, este Governo é desaprovado por 63% dos brasileiros, dois terços dos brasileiros desaprovam este Governo. Foi apresentado, na semana passada, um superpedido de *impeachment*, apontando 23 crimes do Presidente Bolsonaro.

Então, Presidente Arthur Lira, não seja cúmplice deste descaso com o povo brasileiro. Abra o pedido de *impeachment*, decida pelo menos. Se vai decidir contrariamente, pelo menos decida!

O mais importante de tudo isso, para finalizar a minha fala, é que a esperança está de volta. Estão aí as pesquisas mostrando que o ex-

Presidente Lula, depois de ter sido perseguido e absolvido em praticamente todos os processos, é o líder das pesquisas, pode ganhar essa eleição no primeiro turno.

As pessoas lembram que o Lula tirou mais de 40 milhões de pessoas da miséria. Elas lembram que o Presidente Lula gerou mais de 20 milhões de empregos, que o Brasil tinha crescimento, que o Brasil tinha democracia, que o Brasil respeitava as instituições, não tirava direito de ninguém, não, e o Brasil era respeitado no exterior.

Sr. Presidente, eu peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 104/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 08/07/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Agradecimento ao Ministério da Saúde pela inclusão de bancários e trabalhadores dos Correios no Plano Nacional de Imunização.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta o voto "sim". O projeto é meritório.

Queria também aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Ministério da Saúde, que incluiu os bancários e os trabalhadores dos Correios no Plano Nacional de Imunização. Esta conquista é parte da luta dos bancários, dos trabalhadores dos Correios, dos sindicatos, das categorias que vieram inclusive aqui a esta Casa fazer pressão para aprovação do direito dos trabalhadores de se vacinarem.

E quero cobrar de Prefeitos e Governadores que cumpram isso imediatamente, que não haja protelação. Cabe agora aos Municípios e aos Estados adotar as providências para que esses trabalhadores sejam vacinados. Eles estão lá na ponta, correndo o risco de adoecer, atendendo ao público. Os trabalhadores dos Correios estão levando correspondências, mercadorias e os bancários estão atendendo aos

clientes.

Documento 105/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD 19:16	
Publ.: DCD - 08/07/2021 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Acerto da iniciativa do Governo Federal de prorrogação do auxílio emergencial. Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 89, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, relativa à instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com vista ao não recolhimento do Diferencial de Alíquota - DIFEL e do ICMS pelas pequenas e microempresas optantes pelo imposto Simples Nacional. Apelo aos Líderes partidários de assinatura do requerimento de apreciação da matéria em regime de urgência. Apoio à privatização de empresas estatais, e à destinação dos recursos oriundos às áreas de educação, saúde e segurança pública. Tramitação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2021, sobre a inserção do art. 175-A na Carta Magna, para a aplicação, de 70% dos recursos obtidos com outorgas onerosas de obras e serviços e da infraestrutura de modais de transportes, no desenvolvimento do próprio setor. Sugestão do orador para a aplicação de tais recursos na construção de casas populares. Importância do avanço do programa governamental de privatização.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, é importantíssimo avançarmos agora com propostas inteligentes para ajudar o Brasil a sair dessa crise.

Decisão acertada a de renovar o auxílio emergencial neste momento. Mas, paralelamente, temos que ajudar e seguir apoiando as micro e pequenas empresas do País. São 17 milhões: 7 milhões de microempresas e 10,9 milhões de MEIs. Temos que especificamente identificar onde estão os pontos que atrasam a vida dessas empresas.

Recentemente, aprovamos aqui a modernização do Regimento. Temos que aplaudir o Presidente Arthur Lira, pois isso tem possibilitado votações extremamente importantes para o País avançar.

Acabo de apresentar, Presidente, o PLP 89/21. Vejam só o que acontece com as micro e pequenas empresas brasileiras.

Todos sabemos que o ICMS, um tributo estadual, é caracterizado pelo



crédito e pelo débito que são gerados nas empresas. Às micro e pequenas empresas não compensam esses créditos. Vejam o que tem acontecido em alguns Estados, como Minas Gerais. Essas empresas, além de terem que pagar esses tributos, quando adquirem produtos, elas têm que pagar um tal de DIFAL - Diferencial de Alíquota, que inventaram. E aí nós estamos colocando uma carga enorme em cima dos micro e pequenos empresários. Eles já não geram crédito e ainda têm que pagar esse DIFAL, o que tem feito com que essas empresas fechem as portas. Isso, somado à pandemia, é um caos para o pequeno e o micro empreendedor brasileiro!

E, no momento em que precisamos gerar empregos, essa proposição que apresento é simples e eficaz.

Ela proíbe a cobrança da DIFAL. Há outros mecanismos. As micro e pequenas empresas que estão começando já recolhem o SIMPLES, federal e estadual. É uma covardia que isso tenha sido implementado em alguns Estados. Portanto, poderíamos exigir como contrapartida que cada empresa dessa gere pelo menos um emprego formal. São 17 milhões de empresas, minha gente. É uma proposta simples e inteligente para ajudar essas empresas neste momento de crise e fazer o Brasil avançar, porque são as micro e pequenas empresas que geram a ampla maioria dos empregos neste País.

Nós precisamos estimular os nossos jovens a empreender. Foi assim que fizemos na Medida Provisória nº 1.040, que teve um relatório, Líder Igor Timo, trabalhado e ampliado pelo Deputado Marco Bertaiolli, simplificando a vida das empresas. Foi um avanço votá-la na semana passada.

Eu faço um apelo para os nobres Líderes, o Deputado Hélio, o Líder Igor e a todos os Líderes desta Casa, no sentido de que assinem o requerimento de urgência. Vamos votá-lo, vamos trazê-lo ao plenário e vamos corrigir essa irregularidade que está fazendo com que as micro e pequenas empresas de todo o País paguem mais tributos do que as grandes empresas. É um verdadeiro absurdo que precisa ser corrigido. É momento melhor não há de apoiar quem gera emprego e ajudar na reconstrução do País.

Vamos avançar também, Presidente, na questão das privatizações. Muita gente entra com um discurso, com outro discurso, mas vamos fazer um discurso simples aqui que o povo entende. O que está acontecendo no Brasil? Há 14 milhões de desempregados. Vamos bater nas costas do desempregado e falar assim com ele: *"Olhe aqui, você não tem casa não, não é?"* Ele diz: *"Não". "E emprego? Também não, não é? Está tendo dificuldade até de comprar o alimento, não é? Mas você é sócio da ELETROBRAS e da PETROBRAS"*. Ele pergunta: *"Mas o que eu ganho com isso?"* Você fala para o cidadão

que ele vai ganhar uma gasolina de 6 reais no lombo. De vez em quando, vão ter alguns políticos roubando e, de vez em quando, vão ter supersalários desses gerentes para você pagar, de 140 a 160 mil.

Não é isso que eu quero. Eu quero um país que remunere bem os professores, que invista na segurança pública, na saúde pública, que já é um grande desafio. Em relação aos setores estratégicos, nós temos que fiscalizar. As agências reguladoras existem para fiscalizar. E vamos dar ao povo esse patrimônio.

É urgente que o Presidente da República encaminhe uma proposta para cá com essas diretrizes. No Senado Federal, tramita a PEC 01, um número bem sugestivo, que diz que 70% dos recursos dessas privatizações devem ser investidos em infraestrutura. Deixo aqui uma proposta. Vamos pegar esse dinheiro do povo e investir 1 milhão em casas populares. Vamos estartar a construção civil neste País, vamos iniciar as obras. Há 60 milhões de contratos prontos para o competente Ministro Tarcísio tirar do papel. Vamos pegar 30% e devolver ao povo em auxílio emergencial. É isso que o Brasil precisa fazer, apoiar essas propostas, avançar nas privatizações, mas dessa forma, com uma regulação clara, porque hoje muitas dessas empresas não estão servindo ao povo brasileiro, mas, sim, ao interesse dos seus próprios funcionários.

Diga-se de passagem, aqueles setores que avançaram na privatização, como o da telefonia, ampliaram e melhoraram muito. É isso que nós precisamos fazer. O País tem um caminho a seguir. A Alemanha já mostrou o caminho. Tivemos, no passado, o Muro de Berlim, que mostrou para o mundo inteiro um projeto liberal, de um lado, e um projeto socialista, do outro. Eu, quando ainda era criança, cansei de ver nos jornais pessoas pulando do lado socialista para o outro lado, e nunca vi ninguém do lado de lá querendo pular para o lado socialista. Isso perdurou até que derrubaram o muro. O mundo inteiro olhou para a Alemanha e se perguntou: "*Será que eles vão dar conta de consertar o lado oriental depois dessa quebradeira?*". E o Parlamento de lá modernizou suas regras, assim como o Presidente Arthur liderou aqui a modernização das regras, o que nos possibilita hoje votar os projetos aqui nesta Casa. Estamos no caminho certo. Lá eles privatizaram 14 mil empresas e deram ao povo o dinheiro que era deles. E, hoje, a Alemanha é essa potência que é.

Eu acredito muito neste País, porque o Brasil tem um clima que a Alemanha não tem, tem um território que a Alemanha não tem e soube avançar bastante num setor extremamente importante, que é o setor do agronegócio, aprendendo a cultivar terras não férteis. Devemos muito ao mineiro Alysson Paulinelli essa conquista.

Portanto, o Brasil tem todas as condições de avançar. Mas vamos

seguir no caminho certo, vamos deixar os exageros e as discussões agora em segundo plano e vamos aprovar o que é preciso neste Parlamento para fazer o País crescer. E, é claro, devemos voltar o olhar para as pequenas e microempresas, cuidando delas, porque as pequenas e microempresas de hoje serão as grandes empresas de amanhã.

Vamos tirar essa carga do lombo do pequeno empreendedor brasileiro! Vamos votar já o PLP 89, de 2021! Peço o apoio de todos, pela Maioria.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 106/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 08/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de números econômicos fantasiosos decorrentes da reforma administrativa. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Quadro de insegurança alimentar, desemprego e fome vigente no País. Protesto contra a apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do Presidente da República em escândalo de corrupção.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ouvindo alguns Líderes desta Casa e vendo o que é a presença do Ministro Paulo Guedes na Comissão Especial da reforma administrativa, acho impressionante o esculacho que está chegando ao povo brasileiro, por meio de uma lógica da enganação, da farsa, como tenho dito nesta tribuna, do Estado mínimo.

Paulo Guedes apresentou números falsos, o que, aliás, é parte de medidas de austeridade que têm sido aplicadas para o povo - e não é de agora. É a farsa dos números fantasiosos da economia que o

Governo promete para o povo com as reformas. Paulo Guedes falou em economizar, em 10 anos, 300 bilhões de reais com o desmonte do Estado brasileiro, a partir da destruição dos serviços públicos, que está expressa na reforma administrativa deste Governo.

E é impressionante que haja esta pauta agora, totalmente antipovo. Num momento em que estamos precisando de mais SUS, de mais serviço público, essa é a pauta que o Governo às vezes finge dizer que não é dele, mas que está colocada nesta Casa, pauta que se soma a um conjunto de privatizações, como a da ELETROBRAS, que já está se traduzindo no aumento da conta de luz para o povo brasileiro, e como a privatização dos Correios, uma empresa pública lucrativa, que, em 2020, teve um lucro de mais de 1,5 bilhão de reais e que querem entregar para o mercado. Isso é entregar a logística brasileira para o mercado, para o capital, infelizmente num cenário dramático.

Esse esculacho do povo brasileiro chega com um processo de 20 milhões de pessoas com fome no Brasil, de metade dos brasileiros infelizmente vivenciando algum nível de insegurança alimentar.

Na Região Nordeste, em quase 20% dos domicílios, as pessoas estão experimentando, mais uma vez, novamente, a fome. A taxa de desemprego no Brasil está chegando a um nível que nos últimos anos não verificamos, Sr. Presidente, batendo 14%, e cerca de 30% dos desempregados são jovens que não têm nenhuma perspectiva de vida. Para esses jovens é que vai chegar, também, o desmonte dos serviços públicos, porque são eles e suas famílias que usam o SUS, que usam a escola pública, que precisam de segurança pública. Aliás, o braço armado do Estado chega também ao corpo desses jovens, negros, periféricos, das favelas brasileiras.

Não tenho dúvida de que nesse cenário esta Casa não deveria estar se debruçando sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, para destruir os serviços públicos; sobre a privatização da ELETROBRAS; sobre a privatização dos Correios; sobre a Lei do Gás; sobre a privatização do saneamento. Tínhamos que estar apresentando soluções para a crise que o povo está vivendo na pele. O auxílio emergencial tinha que estar sendo de pelo menos 600 reais, Sr. Presidente, e tinha que haver vacina para todo mundo. Isso infelizmente é algo que o Presidente Arthur Lira insiste em não perceber.

O povo não aguenta mais a política de morte de Bolsonaro. É fundamental neste momento abrir um processo de *impeachment*, para interromper as dezenas de crimes que hoje estão na conta do Governo Bolsonaro, agora cada vez mais envolvido com escândalos de corrupção.

Então, o que se vê é o povo com fome, é o povo na fila do SUS morrendo de COVID, é o povo morrendo com o braço armado do Estado, é o povo desempregado, é o Governo brasileiro negociando vacina, é, infelizmente, esta Casa querendo fazer privatizações em vez de aprovar medidas populares.

É lamentável o cenário que vivemos, dramático.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 107/200

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021-19:40 CD
Publ.: DCD 08/07/2021 - CÂMARA DEPUTADOS	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE- DEM -TO DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Gratidão à Casa pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Inconformismo com o ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal, pelo Poder Executivo, de ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 14.172, de 2021, oriunda do Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Retomada das aulas presenciais. Defesa de extensão ao setor educacional da nova geração de Internet móvel (tecnologia 5G). Apelo por implementação da Lei nº 14.172, de 2021, nos Estados e Municípios brasileiros.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu gostaria de reforçar a gratidão pela votação, hoje, da PEC dos Pioneiros, relativa ao meu Estado do Tocantins, matéria importante que reconhece atos administrativos. Houve decisões que foram muito lesivas a servidores, a pessoas que mudaram sua vida e foram para o nosso jovem Estado do Tocantins, acreditando no futuro e na possibilidade de construção do Estado, e esta Casa, hoje, devolve direitos a esses servidores, a esses cidadãos brasileiros que acreditaram no nosso Tocantins. Agradeço enormemente ao Presidente Arthur Lira, a toda a bancada do Tocantins

e, em especial, ao restante da Câmara dos Deputados.

Quero agora falar sobre a educação. Esta Casa votou o PL 3.477/20, transformado na Lei nº 14.172, de 2021, que apoia Estados e Municípios na garantia do acesso à Internet, a equipamentos de qualidade.

Todos nós sabemos das consequências, dos resultados, principalmente para a educação, desse período de pandemia, em que as escolas ficaram fechadas. Houve aumento da desigualdade, porque, enquanto alguns brasileiros têm acesso a uma boa Internet, a equipamentos e a plataformas educacionais, a grande maioria não tem acesso à Internet, não tem acesso às plataformas educacionais. Portanto, o que já era ruim, em termos de distância entre os resultados das escolas públicas e das escolas privadas, ficou ainda pior, com ainda maiores consequências para a vida educacional dos nossos estudantes.

Esta casa, então, votou o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que prevê a liberação de 3,5 bilhões de reais para serem distribuídos aos alunos mais carentes, de acordo com o CadÚnico, nos projetos educacionais de cada Estado e de cada Município. O Senado também votou o projeto, mas ele foi vetado e voltou ao Congresso, para apreciação. Aí, após muito debate, construiu-se um acordo para a aprovação do PL 3.477/20, que se transformou na Lei nº 14.172, de 2021. Só que, infelizmente, o Governo enviou para o STF uma ação, pela AGU, com pedido de inconstitucionalidade. E eu gostaria de dizer o tamanho do equívoco em relação à educação que esse pedido é.

Primeiro, quando a lei foi construída, pensou-se, sim, em fontes de recursos, e foram apontadas possibilidades. Eu gostaria de lembrar uma delas, que é o recurso do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, fundo que, desde foi criado, em 2001, reuniu mais de 32 bilhões de reais. Mas essa não foi a única fonte apresentada. Podem ser usados recursos do Ministério de Educação, do Ministério das Comunicações e de outras fontes do próprio Governo Federal.

Mais do que isso, há o compromisso desta Casa e do próprio Governo. Quero lembrar que este Governo votou o FUNDEB, que marca, pela primeira vez, a garantia na Constituição do financiamento permanente para a educação básica e que assegura a ampliação da complementação da União, que nunca tinha passado de 10% - hoje nós vamos chegar a 13%, com dinheiro novo para Estados e Municípios, para atendimento, em especial, à educação infantil.

Então, eu gostaria de fazer um apelo: que o Congresso e o próprio Governo possam avaliar a situação e entender que a Lei nº 14.172 tem

uma importância estratégica. Se esta Casa votou e existe uma grande mobilização para entender a educação como prioridade, como essencial, como explicar a oposição a uma lei que busca garantir o acesso à Internet, à conectividade, que busca dar apoio a Municípios e Estados para que os alunos que não têm Internet nem nenhum atendimento possam melhorar o seu resultado de educação?

A nossa expectativa é que retornemos às aulas. A nossa expectativa é que, a partir de agosto, com as condições sanitárias, com os protocolos respeitados e, logicamente, com a vacinação avançando, como tem avançado em muitos Estados e Municípios, as escolas possam reabrir, as aulas possam ser retomadas. Em muitos lugares, a retomada já começou, dentro da possibilidade e da organização existentes. Independente disso, a Internet e a acessibilidade vieram para ficar.

É por isso que eu também gostaria de reforçar que este País está dando um passo importante com o leilão do 5G, que vai levar Internet de qualidade, 5G, para os Municípios maiores, para as capitais, e vai melhorar a qualidade do 4G.

Mas eu quero dizer que nós precisamos ter a garantia de que as escolas e as universidades serão atendidas. Sabemos que a cidade será atendida. Obviamente, existe a portabilidade e a possibilidade de o 5G chegar às nossas escolas. Nós, porém, queremos a garantia de que realmente as escolas serão alcançadas, monitoradas. Mais do que nunca, que todos possam acompanhar a situação, para que o 5G esteja presente dentro da educação.

Mas uma vez, quero fazer um apelo para que a Lei nº 4.172 possa sair do papel e possa chegar diretamente a Estados e Municípios. É a nossa tarefa, é a nossa responsabilidade garantir educação para mais de 44 milhões de brasileiros, que esperam que este País entenda a escola e a educação como prioridade e cumpra a essencialidade da educação, com financiamento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 108/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:12
Publ.: DCD - 09/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Equívoco das Forças Armadas brasileiras de proteção do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, diante de sua conivência com a omissão do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Pedido à Casa de criação da CPI da Vacina.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente!

Nobres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, eu quero falar um pouco sobre o posicionamento das Forças Armadas em relação ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID-19.

Em primeiro lugar, as Forças Armadas não podem e não devem embarcar na aventura do bolsonarismo. O bolsonarismo é tudo de ruim. É uma pauta que não cabe no século XXI; é um Governo marcado por incompetentes, e agora, cada dia mais, por corruptos. E o Bolsonaro é aquele péssimo funcionário, aquele ex-militar, expulso, que tem horror à democracia, horror à disciplina. Não tem a mínima empatia pelo povo brasileiro, pelos mais pobres, pelos trabalhadores.

Portanto, é um equívoco. As Forças Armadas têm um papel escrito na Constituição Cidadã de 1988.

Portanto, não devem, em momento algum, proteger alguns integrantes que compõem esse desgoverno, protegê-los de seus erros.

Pelo contrário, as Forças Armadas erraram em não mandar para a ativa o ex-Ministro Pazuello, que é o grande responsável, junto com o seu chefe, porque o Ministro se curvou ao chefe Bolsonaro, pelas mais de 500 mil vidas perdidas e pela total incompetência. Ele era o gestor responsável, portanto tem que ser responsabilizado, sim, pela corrupção.

É uma vergonha! Em um primeiro momento, falavam em negacionismo, mas não era negacionismo: era negócio! Era a busca de ganhos ilícitos, de propina, para comprar vacinas!

Portanto, Sr. Presidente, chegou a hora de esta Casa também instalar a CPI das Vacinas. Eu sou autor de um pedido de CPI e peço apoio aos demais colegas, porque a Casa precisa participar desse debate e responsabilizar, por omissão e por irregularidade, os atores na questão da compra das vacinas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 109/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:16
Publ.: DCD - 09/07/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Equívoco das Forças Armadas brasileiras de proteção do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, diante de sua omissão no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Apoio à atuação do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava lendo matéria de uma querida amiga, Ester Neves, que diz que, por natureza, nós seres humanos não podemos ser cúmplices das obras infrutíferas. Devido à natureza corruptível do homem, toda organização humana é vulnerável.

Digo isso, Sr. Presidente, porque as forças militares têm um papel relevante, e não é possível que, ao tomar uma decisão numa CPI da qual o Brasil e o mundo estão acompanhando... Aqueles que vêm depor na audiência e que falam mentira nesta audiência não podem, de forma nenhuma, ser protegidos por essa grande organização das nossas forças militares, que têm a função de defender o nosso País de forças inimigas e de ataques.

Neste momento, nós queremos apoiar o Senador Omar Aziz, porque não disse nenhuma impropriedade. Cumpriu o seu papel, enquanto Presidente da Comissão, porque Pazuello veio mentindo desde o primeiro momento, e Pazuello é das Forças Armadas.

Portanto, as Forças Armadas devem proteger a si, também, e garantir que sejam imparciais, e não defender aqueles que têm prejudicado a Nação, uma nação que tem 523 mil pessoas mortas. Houve morosidade do Governo Bolsonaro, que fez com que as vacinas não chegassem a tempo. Se não fosse isso, nós poderíamos ter diminuído essas mortes.

Sr. Presidente, não dá mais para sermos ameaçados, seja de um lado, seja de outro. Respeitamos as forças militares, mas que as forças

militares possam disciplinar os seus, aqueles que têm cometido desvios, os quais são verdadeiros e estão sendo investigados pela CPI.

Peço divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 110/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:20
Publ.: DCD - 09/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 529 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Inconsistência do discurso governista sobre a classificação do Brasil em 3º lugar no ranking mundial de vacinação contra a coronavírus. Nota assinada pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, a respeito da declaração do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, sobre o envolvimento de militares em casos suspeitos de irregularidades no âmbito do Ministério da Saúde. Quadro de fome e pobreza vigente no País.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia a todos os Deputados e Deputadas que estão conosco nesta sessão de Breves Comunicados!

Quero repetir um dito popular do interior do nosso País, que os pescadores costumam repetir: "*Em cada enxadada, uma minhoca*". Parece o Brasil de Bolsonaro. Na CPI, qualquer depoimento é uma surpresa, e surpresas negativas, a cada dia.

O Brasil já enterrou praticamente 529 mil pessoas, seres humanos, pais e mães de famílias, pessoas que deixaram a vida antes da hora, porque, se estivessem vacinadas, estariam conosco. E vemos nesta Casa, neste Parlamento, parte daqueles que apoiam o Governo continuar enganando a população, dizendo: "*Nós somos o terceiro, entre os que mais vacinaram no mundo*". Nós somos o 87º país em termos de vacinação, porque nós somos a sexta maior população do mundo e temos que contar os vacinados de modo proporcional ao número dos nossos habitantes, não em função do número de vacinados. A população é muito grande, o País é continental. O

planejamento teria que atender a todos, e não é isso o que acontece no Brasil.

Então, olhamos as nossas Forças Armadas, que têm uma função específica, escrita na Carta Constitucional, fazerem nota e colocarem em polvorosa a população brasileira, por não concordarem com que a verdade seja dita. Portanto, acho que este Parlamento - e esta Casa, especialmente, que não está diretamente realizando a CPI - tem por obrigação o respeito à democracia. Pelo Estado de Direito, o Presidente da Casa e a Mesa Diretora desta Casa têm que se pronunciar, apoiando aquilo que está sendo feito efetivamente para que o Brasil saia desses solavancos.

Nós precisamos continuar a nossa caminhada, a de um País mais jovem, um País promissor, um País que produz muito, que não pode ter a sua população à mercê de um desgoverno. A população, hoje, na sua grande maioria, não tem acesso às condições mínimas até de alimentação, isto é, a população está passando fome. No Estado de Mato Grosso, o Estado que mais produz grãos neste País, as pessoas estão precisando de uma cesta básica ou de um cobertor para sobreviver. Isso é muito dolorido!

A população não tem os bens mínimos para a sobrevivência, e o Governo vem fazendo esses tantos desmandos!

Portanto, Sr. Presidente, é hora de esta Casa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 111/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:24
Publ.: DCD - 09/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agressões à democracia e desrespeito ao povo brasileiro pelo Presidente Jair Bolsonaro. Tentativa do Presidente da República de partidarização das Forças Armadas brasileiras. Nota intimidatória do Ministro da Defesa a respeito da declaração do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, sobre o envolvimento de militares das Forças Armadas brasileiras em denúncias de

corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente Cássio Andrade, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos.

Quero cumprimentar toda a população brasileira que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

O Governo Bolsonaro tem significado talvez o maior conjunto de atrasos, de agressões à democracia e de desrespeito ao povo brasileiro de toda a história do Brasil. E um dos grandes impactos negativos - impacto que está, seguramente, entre os mais graves, Deputado Helder Salomão - é a tentativa de partidarização das Forças Armadas brasileiras. Mais grave do que a tentativa de Bolsonaro é o encontro de Bolsonaro com um grupo de militares que, penso eu, felizmente, ainda representam minoria nas Forças Armadas, que fazem hoje das Forças Armadas uma espécie de braço bolsonarista.

As Forças Armadas, por exemplo, quando editam uma nota como a de ontem, assinada pelo Ministro da Defesa, estão claramente atuando na seara da política partidária, estão claramente atuando na seara da defesa do Governo Bolsonaro e, nesse sentido, da defesa do indefensável. Quando o Senador Aziz diz que existem militares, infelizmente, envolvidos com a corrupção do Governo Bolsonaro hoje, ele está dizendo a mais pura verdade.

Os indícios de envolvimento em corrupção do Ministério da Saúde e diversos dos seus quadros na compra de vacinas, dentre eles o Coronel Marcelo Blanco, são extremamente sólidos.

O processo de corrupção na compra de vacinas foi construído e ocorreu durante a gestão de um general que não entende nada de saúde, que foi colocado no Ministério da Saúde para militarizar o Ministério. E daí nasceu, ao que tudo indica, um processo em que se atrasava a compra de vacinas que estavam disponíveis para pressionar pela propina de 1 dólar por dose comprada.

Isso é vergonhoso para as Forças Armadas e para o Brasil! E o que se espera é que os Comandantes das Forças Armadas ajam para investigar e punir os militares que estão envolvidos com corrupção, não para fazerem notas intimidatórias contra o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

57.2021.B Sessão Outro Evento 08/07/2021-09:32

Publ.: DCD - 09/07/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de união entre o Governo Federal e os Poderes da República para superação das crises sanitária e política instaladas no País. Reajuste nos preços de combustíveis e de tarifas de energia elétrica. Reflexos da crise política sobre a população de baixa renda.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, nobres Deputados e Deputadas. É um prazer falar sob a Presidência de V.Exa.

Presidente, hoje é um dia de preocupação para todos nós.

Já estou no terceiro ano de mandato nesta Casa e confesso que estou vendo o País passar por um momento difícil. Esperamos que as autoridades, esperamos que o Governo e todas as nossas instituições se unam neste momento difícil que estamos passando. Com essas acusações trocando de lado, não vamos a chegar a lugar nenhum. O Presidente insiste em continuar afrontando os Poderes. Acho que o momento é de união de todos nós, do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, para juntos tirarmos o País desta situação dura em que nós nos encontramos.

Além da grave crise sanitária que estamos passando, agora estamos vivendo mais um momento político delicado no nosso País. Além de todas essas dificuldades que estamos enfrentando politicamente, acirram-se os ânimos a cada dia. É momento de serenidade, momento de sabedoria, é um momento de entendimento. O Presidente da República tinha que estar buscando isso constantemente.

Eu vejo que a cada momento, a cada dia, a cada semana, novas crises estão se formando politicamente no nosso País. O Presidente tem essa grande missão e essa grande responsabilidade de buscar resolver este difícil momento que o País está passando, mas continua jogando gasolina na fogueira.

O que vai acontecer daqui para frente não sabemos. A população mais vulnerável é que está pagando por esses dias difíceis que estamos passando: aumento no preço dos combustíveis, aumento da tarifa de energia elétrica e de outras tarifas. Enfim, a população mais necessitada é que está pagando por essa crise política que agora está

se instalando mais uma vez no nosso País.

É necessário esse entendimento e essa sabedoria para sairmos deste momento; e esse entendimento, essa sabedoria e essa tranquilidade passam, essencialmente, pelo Presidente da República, que tem que buscar esse entendimento, para que realmente possamos sair deste momento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade. Um abraço. Tenha um bom-dia.

Muito obrigado.

Documento 113/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:36
Publ.: DCD - 09/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Exemplos de inversão de valores no País, demonstrados no afastamento da ex-Presidenta Dilma Rousseff por razões políticas; na condenação judicial do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; na tentativa do Governo Jair Bolsonaro de desqualificação da denúncia apresentada pelo servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, de superfaturamento na compra de vacinas; e na nota assinada pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras de ameaça ao Congresso Nacional e ao Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, diante da declaração do Parlamentar sobre o envolvimento de militares em supostos esquemas de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Prática dos crimes de corrupção e genocídio pelo Presidente da República.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares e todos que acompanham esta sessão da Câmara dos Deputados, o que tem acontecido no Brasil, nos últimos anos, é uma completa inversão de valores.

A ex-Presidenta Dilma foi afastada do cargo, foi impedida, sem ter cometido nenhum crime de responsabilidade. O último a admitir isso publicamente foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que disse que Dilma foi afastada unicamente por questões políticas. O ex-Presidente Lula foi condenado sem culpa, sem prova, sem crime, foi preso e, felizmente, hoje todos os seus processos estão

sendo anulados, porque houve parcialidade no âmbito da Operação Lava Jato. Ou seja, quem não comete crime é preso. Enquanto isso, muita gente que tem cometido irregularidades, crimes de corrupção, está andando solta por aí.

Agora a inversão de valores se aprofundou no Governo Bolsonaro. O servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, denunciou o suposto superfaturamento e, em vez de o Governo anunciar que iria investigar a denúncia, anunciou a investigação do servidor que fez a denúncia. Depois disso, veio a denúncia sobre a propina de 1 dólar por dose de vacina, por meio do representante da empresa, e o Governo ainda tenta desqualificar as denúncias.

Ontem, o Presidente da CPI, Senador Omar Aziz, fez um alerta. Há uma denúncia de que alguns militares estão envolvidos em supostos esquemas de corrupção no Governo Bolsonaro. Mais uma vez vemos a inversão de valores: em vez de os Comandantes das Forças Armadas se juntarem ao Senador Omar Aziz e promoverem uma profunda investigação dos envolvidos em supostos esquemas de corrupção no Governo Bolsonaro, os Comandantes das Forças Armadas emitem uma nota de ameaça ao Congresso Nacional e a um Senador.

Volto a dizer, há uma completa inversão de valores hoje, sob a égide de um Presidente genocida e corrupto. Vamos resistir e vamos derrotar o fascismo.

Documento 114/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:40
Publ.: DCD - 09/07/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância dos ensinamentos do Profeta Muhammad. Desrespeito à vida pelo Presidente Jair Bolsonaro. Saudação à comunidade muçumana no País. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 10.941, de 2018, sobre a instituição do Dia Nacional da Comunidade Muçulmana no Brasil.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o islã é uma religião com mais de 1.300 anos, extraordinária, respeitável em todo o planeta. No seu Alcorão, Muhammad - que a paz esteja com ele, que a paz seja com ele -, deu conselhos sobre pandemias. E olha que fazem muitos e

muitos anos. O que disse o profeta Muhammad? Ele deu orientações.

Ele disse: *"Se você vir um surto de peste em uma terra, não entre nela; mas, se a praga eclodir em um lugar enquanto você estiver nele, não deixe esse lugar"*. Vejam só o que disse o profeta Muhammad.

E disse mais: *"Quem está doente não deve ser colocado com quem está saudável"*. *Faça uso de tratamento médico, pois Alá não fez uma doença sem indicar um remédio para ela, com exceção de uma doença, a velhice"*.

Por que estou extraindo do texto do Alcorão, do Livro Sagrado do Alcorão, estas orientações do profeta Muhammad.? Porque o negacionismo e o "negocionismo" estão em voga no nosso País. A comunidade muçulmana, portanto, tem orientações através do Alcorão. E por este motivo, Sr. Presidente, não podemos correr riscos de jogar a vida na lata de lixo, como faz o Presidente Bolsonaro e sua trupe.

É fundamental que tenhamos efetivamente, sob todos os aspectos, o respeito à vida, porque mais importante do que a economia é a vida, mais importante do que os interesses escusos é a própria vida.

Quero saudar, portanto, a comunidade muçulmana. Inclusive, Sr. Presidente, sou autor do Projeto de Lei nº 10.941, de 2018, que cria o Dia Nacional da Comunidade Muçulmana, a partir dos primeiros muçulmanos que chegaram na Bahia, os malês, que fizeram a luta pela liberdade.

A minha saudação a todos os líderes e a todos os participantes, a partir da mesquita que temos em São Bernardo do Campo, em defesa da vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 115/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:44
Publ.: DCD - 09/07/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação de membros das Forças Armadas brasileiras nas estruturas do Governo Jair Bolsonaro, em desacordo com a missão constitucional da instituição. Envolvimento do Governo Federal em esquema de corrupção na compra de vacinas, e no contrabando de madeiras de lei extraídas de terras

públicas e de reservas ambientais. Cumplicidade do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, no crime de genocídio praticado pelo Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha fala hoje começa com um adágio popular aqui no Nordeste: "*Quem com porcos se mistura, farelos come*". É um adágio popular que cai como uma luva nesta quadra da política nacional, por incrível que pareça.

O papel constitucional das Forças Armadas está bem definido. Elas são uma instituição de Estado, servindo ao povo brasileiro, tendo como comandante supremo o Presidente da República. As Forças Armadas não devem permitir, jamais, que a política entre nos quartéis, em hipótese nenhuma, sob pena de aviltar princípios basilares de uma instituição de defesa da nossa soberania. Tais princípios são a disciplina e a hierarquia.

No momento, membros das Forças Armadas admitem estar, como nunca estiveram - nunca -, dentro das estruturas do Governo Bolsonaro, um governo completamente mergulhado em corrupção. E o pior é que este Governo, na compra de vacinas, em plena pandemia, desvia dinheiro público. Este Governo também está contrabandeando madeira de lei extraída via grilagem de terras públicas e madeira extraída de áreas de preservação permanente.

Com tais credenciais, este Governo jamais poderia atrair inúmeros oficiais das Forças Armadas. Por que eu digo isso? Porque os militares serão parte, serão sócios deste Governo, terão que conviver com milicianos, estarão próximos dos Bolsonaros. O ex-Ministro Pazuello, ainda na ativa, foi o pior Ministro da Saúde, foi cúmplice do genocídio, ao não ter comprado vacinas em tempo hábil, condenando à morte centenas de milhares de brasileiros por conta da corrupção, por conta da incompetência no comando de uma Pasta que deveria estar combatendo o coronavírus.

Aí eu me lembro de mais um adágio popular: "*Devagar com o andor, que o santo é de barro*". Como, depois de tudo isso, os Comandantes das Forças Armadas querem estar acima das críticas do povo brasileiro, contra o Poder Legislativo? Vocês não podem se intrometer e não podem querer definir o que nós devemos fazer enquanto...

(Desligamento automático do microfone.)

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:48
Publ.: DCD - 09/07/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência, no âmbito do Governo Mauro Carlesse, de projeto de desenvolvimento do Estado de Tocantins. Denúncia de compra superfaturada de leitos hospitalares e outros equipamentos pelo gestor estadual. Crise da área de saúde pública tocantinense. Baixa vacinação contra a Covid-19 no Estado de Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar do Estado do Tocantins, que foi criado na Constituição de 1988. Era parte do Estado de Goiás, que já havia construído na região muitas obras, alguns hospitais. Nós somos cortados pela Belém-Brasília. O Estado é comprido. Hoje nós temos doze hospitais regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador que hoje governa o Tocantins foi eleito Deputado Estadual. Ele veio de São Paulo, não é tocantinense. O que ele fez? Ele juntou todas as suas economias e comprou o mandato de Presidente da Assembleia Legislativa, porque sabia que existia um processo contra o Governador da época, que corria o risco de perder o mandato.

Dito e feito: ele comprou a Presidência da Assembleia ainda no mês de junho, e a mudança da Presidência da Assembleia seria no começo do ano seguinte.

Sr. Presidente, esse Governador não tem nenhum projeto para o Estado do Tocantins. Nós estamos, hoje, nesta crise da pandemia, com 12 hospitais regionais - a maioria deles, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, sem condição de funcionamento, sem leitos de UTI. O Governador, aproveitando o dinheiro da pandemia, superfaturou camas, ou seja, leitos hospitalares, um escândalo denunciado no Brasil inteiro.

Hoje, nós temos apenas três hospitais regionais com UTIs, e o Tocantins é um dos Estados com piores índices de vacinação, é um Estado onde morrem milhares e milhares de pessoas por falta de médicos, por falta de UTIs. E o Governo Estadual, agora, entrou na onda do Governo Federal e começou a privatizar o Estado...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 117/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-09:56
Publ.: DCD - 09/07/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da inclusão, pelo Ministério da Saúde, de bancários e funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS; do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Reajuste nos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Protesto contra a desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE; da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN; e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Ministério da Saúde incluiu os bancários e os trabalhadores dos Correios entre os grupos prioritários na vacinação contra a COVID-19, exatamente na linha do Projeto de Lei nº 1.180, de minha autoria, e do Projeto de Lei nº 1.192, ambos de 2021, que incluem os grupos prioritários para o recebimento da vacina, até porque se trata de profissionais da saúde, profissionais dos Correios, profissionais bancários, que prestam serviços essenciais à população. E aí se incluem o mototaxista, o taxista, ou seja, é uma medida importante para trabalhadores que não pararam durante a pandemia.

A Câmara devia ter adiantado esse projeto. A minha parte eu fiz. E, hoje, o Ministério da Saúde reconheceu isso, o que eu comemoro como um grande feito, porque os meus colegas bancários e os companheiros trabalhadores dos Correios estão trabalhando na linha de frente e precisam do amparo e da proteção da vacina.

Por outro lado, Presidente, nós estamos vivendo dias difíceis no nosso País.

O Ministro Paulo Guedes está nesse projeto de passar a boiada. Agora ele busca, vergonhosamente, vender os Correios. Mais do que isso, ele está vendendo a ELETROBRAS. E, como vai passar a boiada, atrás vem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a PETROBRAS. Quer dizer, vende a mãe e entrega a velha. Há um projeto para entregar ao mercado a gestão pública, o patrimônio público. Porém, cuidar do serviço dele, disso ele não cuida. Olhem o preço da gasolina, passou de 6 reais. O preço do *diesel* passou de 5 reais; o do gás está além de 100 reais. E quem tem que pagar a conta é o povo. Como concordar?

Na mesma linha desse projeto de passar a boiada segue o Rio Grande do Sul. Agora vão entregar a CEEE. Vai-se a CEEE. Lamentável. Nós vamos resistir, até a última gota deste sangue, em defesa da CEEE. Depois entregarão a CORSAN - a boiada vai passando -, o BANRISUL.

Comprar a vacina, isso não compraram. Quando compraram, isso foi feito com propina. Graças a Deus, conseguimos suspender a compra dessa Covaxin, porque era uma negociata muito ruim para o País, com o dinheiro público sendo jogado pelo ralo.

Então, quero fazer essa denúncia grave, Presidente, porque o Ministro Paulo Guedes é o chefe de todo esse processo de desmonte e de desvalorização do patrimônio público. Está sendo feita uma política antipovo, infelizmente.

Documento 118/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:16
Publ.: DCD - 09/07/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Nota assinada pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, em repúdio à declaração do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, acerca do envolvimento de militares em suposto esquema de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de reação do Presidente do Senado Federal contra a tentativa do Ministro da Defesa, General Braga Neto, de intimidação da CPI da Covid. Defesa de investigação, pela CPI, de civis e militares envolvidos nos crimes de genocídio e corrupção.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia de ontem marcou uma situação que, no meu modo de entender, é da mais extrema gravidade.



O Ministro da Defesa e os três comandantes das Forças Armadas fizeram uma nota de repúdio ao Senador Omar Aziz, Presidente da CPI da COVID-19, que está fazendo um trabalho importante para o País a respeito das investigações deste genocídio que está acontecendo no Brasil e, agora, da transformação da vacinação em negócio. Obviamente, no meio disso, nós estamos vendo integrantes da ativa e também da reserva das Forças Armadas serem investigados.

O conteúdo da nota é como se o Presidente da Comissão tivesse falado das Forças Armadas como um todo, sem separar o joio do trigo. Eu gostaria de me reportar à fala do Presidente Omar Aziz. Ele disse: *"Eu vou dizer uma coisa, as Forças Armadas, os bons das Forças Armadas devem estar muito envergonhados com algumas pessoas que hoje estão na mídia, porque fazia muito tempo que o Brasil não via membros do lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatrua dentro do Governo. Fazia muitos anos!"* Esta foi a fala do Presidente.

Portanto, a nota, que foi desproporcional, denota a politização, infelizmente, do Ministério da Defesa. O Ministro Braga Netto foi colocado lá pelo Presidente Bolsonaro para politizar as Forças Armadas brasileiras. O Ministro Braga Netto, ao manifestar esse tipo de posição, fez crer que as Forças Armadas tivessem seus corruptos e seus genocídios de estimação.

As Forças Armadas não têm corruptos nem genocidas de estimação. Todo militar sabe que quartel não combina com política.

Em junho do ano passado, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, o Sr. Mike Mullen, apareceu com o Presidente Trump na Igreja St. John nos atos do *black lives matter* e pediu desculpas à nação por ter participado de algo que ele considerou um ato político.

Portanto, o Presidente do Senado precisa tomar uma posição firme sobre esta situação. Não dá para o Sr. Braga Netto tentar intimidar a CPI.

Todo o nosso apoio à CPI!

Que sejam investigados civis e militares que estiverem envolvidos em genocídio e corrupção!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:20
Publ.: DCD - 09/07/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Denúncia do Deputado Bibó Nunes sobre a intenção do cozinheiro Eduardo Lazzari e da Sra. Eva Otelakoski de envenenamento do Presidente Jair Bolsonaro. Excelência da gestão do Presidente da República e dos seus Ministros de Estado. Resultados econômicos expressivos alcançados pelo Brasil, em meio à epidemia de coronavírus. Ódio da Esquerda ao Presidente da República.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer vê-lo presidir os trabalhos. Desejo muito sucesso a V.Exa.

Eu fiquei estarecido com a denúncia do Deputado Bibó Nunes, do Rio Grande do Sul, a respeito de um cozinheiro chamado Eduardo Lazzari, que está intencionando envenenar a comida do Presidente. Aliás, o Presidente vai fazer uma visita ao povo gaúcho, em três oportunidades: a Caxias do Sul, a Bento Gonçalves e a Porto Alegre, para mais uma "motociata". De acordo com a denúncia feita pelo Deputado Bibó Nunes, Eduardo Lazzari induz, nas redes sociais, que vai colocar veneno na comida do Presidente.

Eu fico imaginando o que passa na cabeça de um sujeito como este. Será que esse é o ódio do bem, de que tanto se fala nessas narrativas de esquerda?

Aqui, ele vem acompanhado de Camila Leite, que também induz a um atentado contra a vida do Presidente. Mais abaixo, Eva Otelakoski, um nome possivelmente de origem europeia, também induz ao envenenamento do Presidente da República.

Vejam o ódio que causa fazer o bem à população! O Presidente Bolsonaro vem fazendo um trabalho magnífico. Com seus Ministérios, sua equipe de Ministros e toda a sua equipe, vem fazendo o melhor para o Brasil.

Em meio a uma pandemia sem precedentes como esta, o Brasil vem obtendo resultados econômicos muito expressivos, não só internamente, mas, principalmente, externamente, quando

comparamos os resultados que estamos obtendo, em face de outras economias muito mais fortes que a do Brasil. O dólar está caindo, as ações e a Bolsa de Valores estão batendo cada vez mais recordes. Isso é sinal de muito trabalho, um trabalho que inspira confiança nos investidores, que dizem: "O Brasil é um lugar bom e agora está sendo governado por um homem bom". Empresário que não acredita no país não coloca seu dinheiro nele; vai colocá-lo em qualquer outro lugar, pois não quer perder dinheiro.

A Esquerda tem um ódio mortal do Presidente da República! Ela está praticamente convocando sua militância a matar o Presidente da República. Isso é inadmissível.

Eu espero que a assessoria do Presidente faça algo judicialmente contra essas pessoas que estão com esta intenção de matá-lo.

Presidente, desejo-lhe muita saúde. Que Deus continue o abençoando!

Muito obrigado.

Documento 120/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:24
Publ.: DCD - 09/07/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Liderança do Estado de Mato Grosso do sul na vacinação contra a Covid-19. Congratulações a servidores da área da saúde e autoridades políticas sul-mato-grossenses.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., os Deputados e as Deputadas estão vendo no noticiário que o Estado de Mato Grosso do Sul está liderando a campanha de efetivação das vacinas no Brasil. Neste momento, eu quero fazer uma homenagem às autoridades políticas responsáveis pelo protagonismo deste avanço significativo na vacinação dos sul-mato-grossenses. Homenageio também todos os servidores e as servidoras do SUS, nosso Sistema Único de Saúde, os enfermeiros, aqueles que estão na ponta vacinando os irmãos e as irmãs de Mato Grosso do Sul.

Aqui em Mato Grosso do Sul, aconteceu um fato político que deveria inspirar o Governo Federal. Houve uma sinergia de esforços, uma

conjugação de lideranças positivas em favor da população formada pelo Governador Reinaldo Azambuja; pelo Secretário Estadual de Saúde, Geraldo Resende; e pelos Prefeitos das 79 cidades que compõem Mato Grosso do Sul. Eles se uniram à Capital, sob a liderança do Prefeito Marquinhos Trad e do Secretário Municipal de Saúde, José Mauro, todos de mãos dadas. É verdade, houve algumas intercorrências, duas, que, no entanto, não chegaram a afetar o conjunto da obra.

Sr. Presidente, isso significa dizer que, quando a liderança se imbuí de um propósito construtivo, de união, da conjugação e da harmonia de esforços, nós conseguimos concretizar objetivos maiores. Assim, neste momento, cabe-me enaltecer os servidores e as servidoras do Sistema Único de Saúde de Mato Grosso do Sul.

Quando a vacina chega aqui, a logística de distribuição imediatamente é acionada, e as vacinas são aplicadas nos braços dos sul-mato-grossenses. Nós já estamos com quase 26% da população vacinada. Portanto, às autoridades políticas, aos servidores e às servidoras do SUS, parabéns! Continuemos assim! Vamos vacinar 100% da população de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja reverberada no programa *A Voz do Brasil* esta homenagem justa que faço ao SUS e às autoridades políticas de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

Documento 121/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:28
Publ.: DCD - 09/07/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza difamatória de declarações do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, a respeito das Forças Armadas brasileiras.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de me pronunciar nesta sessão hoje.

Eu gostaria de deixar claro para todos os colegas Deputados que a democracia brasileira precisa existir e funcionar dentro de princípios de

respeito. Esses princípios de respeito começam basicamente entre nós, seres humanos, políticos, pessoas, cidadãos de maneira geral. Mas, acima de tudo, esses princípios de respeito precisam acontecer com as instituições brasileiras.

Eu preciso deixar clara minha indignação e gostaria, sim, que este pronunciamento não apenas fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*, mas também ganhasse todas as casas possíveis. Nós não podemos aceitar que um Senador da República que deve à Justiça - infelizmente, ele deve à Justiça -, o Senador Omar Aziz, como Presidente dessa CPI que nos envergonha, já que é uma CPI que tem cartas marcadas e não quer chegar à verdade, tenha se dirigido de forma desrespeitosa às Forças Armadas.

Por favor, eu gostaria de pedir aos colegas Deputados e aos colegas Senadores que demonstrassem seu repúdio e sua indignação a essa postura moleque. O Senador Omar Aziz demonstrou que é um moleque que não merece o respeito de um Senador da República! Ele se rebaixou ao nível mais sujo que pode haver no nosso País ao fazer essa difamação. Eu espero que ele seja processado pelo Ministério da Defesa, porque é um absurdo o que ele fez. Se nós queremos a verdade, temos que investigar a fundo para onde foi o dinheiro, e nós sabemos que isso não está acontecendo.

Hoje é dia 8 de julho. Ontem foi um dia muito triste para mim. Eu me pronunciei nas redes sociais, mas não foi suficiente. Hoje eu agradeço a V.Exa., Presidente, a possibilidade de me pronunciar e deixar clara minha indignação máxima com a postura adotada pelo Senador Omar Aziz e por aqueles que se somaram a ele. Esta situação me preocupa muito, porque outros Senadores, como o Senador Renan Calheiros e o Senador Randolfe Rodrigues, também se somaram a ele, além de outros, cujos nomes eu não vou ficar citando aqui agora.

Por favor, as Forças Armadas merecem respeito. Elas são o grande poder moderador da República. Que fique muito claro o posicionamento do Deputado General Girão, um militar da reserva que muito se orgulha de ter participado das Forças Armadas!

Documento 122/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:32
Publ.: DCD - 09/07/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota assinada pelo Ministro da Defesa, general Braga Neto, e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, intimidatória do Congresso Nacional e do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, por declarações a respeito do suposto envolvimento de militares em denúncias de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro. Solidariedade ao Senador Omar Aziz. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2021, sobre o impedimento da ocupação, por militares da ativa, de cargos de natureza civil na administração pública nos três níveis da federação.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero repudiar a nota escrita ontem pelo Ministro da Defesa, o General Braga Netto, e pelos Chefes das três Forças.

E por que quero repudiar? Porque eles quiseram constranger o Senador Omar Aziz, e constranger o Parlamento é inaceitável em tempos de democracia. O que ontem os militares deveriam ter feito era reprovar toda forma de corrupção praticada por civis e por militares.

A CPI do Senado está a investigar a corrupção no Ministério da Saúde na compra de vacinas, em que se estabeleceu um dólar por dose de vacina como propina. E, pasmem, senhores, isso aconteceu na gestão um general, o General Pazuello, e da cena do crime outro militar também participou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nós precisamos fazer é aprovar uma PEC impedindo militares da ativa de exercer cargos nos Governos. Assim como nenhum membro do Poder Judiciário e nenhum membro do Ministério Público, nenhum militar na ativa deveria poder participar de cargos civis, e este Governo tem 7 mil militares exercendo cargos civis.

Pasmem, senhores, o maior genocídio, o maior trauma que este País já viveu, com mais 530 mil mortos pela pandemia, se deu sob a coordenação de um militar, o General Pazuello, então Ministro da Saúde. E os militares estão no Governo exercendo cargos e obtendo benefícios. Vejam os salários dos Ministros militares: salários de 60 mil reais ou mais! Temos que dar um paradeiro nisso.

Deixo aqui toda a minha solidariedade ao Senador Omar Aziz, o nosso repúdio a essa nota que foi emitida. Somos a favor da aprovação da PEC que impede militares de exercer cargos civis e que exista uma quarentena para aqueles que exerçam funções tipicamente de Estado.

Repito: venho aqui repudiar a nota assinada pelo Ministério da Defesa e pelos Chefes das três Forças no dia de ontem.

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:36
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 530 mortes no Brasil pela Covid-19. Defesa da investigação de denúncias de envolvimento de membros das Forças Armadas brasileiras em esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Imediata abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Há segmentos do nosso Parlamento que não se conformam com a democracia, que têm um saudosismo das salas escuras de tortura, que têm um saudosismo do arbítrio que vitimou este País na ditadura militar e que acham, inclusive, que as Forças Armadas são um poder, um poder moderador, o que elas não são. Tentam aqui negar atuação de representantes das Forças Armadas em um processo que está provocando indignação a todo o País, um processo de corrupção no Ministério da Saúde - corrupção!

São quase 530 mil mortos no Brasil, e quem parte sempre é amor de alguém. Quase 530 mil pessoas se foram. E o que vimos é que no Ministério da Saúde houve o retardo da compra de vacinas para estimular um processo de corrupção, com a indicação de participantes das Forças Armadas no esquema que ali foi construído. E não se quer que isso seja pontuado? E não se quer que nós tenhamos a investigação profunda desse esquema de corrupção? E o Presidente da República continua dizendo: "*No meu Governo não há corrupção*"?

Ele alega que não foi efetivada a corrupção no contrato com a Covaxin. Ora, então temos um roubo ia ser cometido e que foi descoberto e, assim, foi impedido de se concretizar. Mas o fato é que o roubo estava em curso. Pergunto: o ladrão deixou de ser ladrão? A CPI impediu que esse contrato pudesse se efetivar e está mostrando as relações corruptas deste Governo, de um Presidente que exerceu a prática de "rachadinha" - passada de pai para filho, ao que parece -, que gastou milhões do Erário público com suas próprias férias, que lambuza a República de leite condensado. É isso o que nós estamos vivenciando.

Somos contra a corrupção e temos que avançar no processo de *impeachment*, para que este País possa se reencontrar. Não é à toa

que mais de 63% da população brasileira rejeita este Governo, rejeita o Governo da inflação, o Governo do desemprego, o Governo da fome, o Governo da corrupção, o Governo da morte.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 124/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:40
Publ.: DCD - 09/07/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Principais pontos da entrevista concedida pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Sistema Liberal de Comunicação, no Estado do Pará.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Cássio Andrade, meu amigo. É muito bom vê-lo aí presidindo os trabalhos, motivo de orgulho para nosso povo do Estado do Pará.

Sr. Presidente, quero repercutir aqui a entrevista dada pelo ex-Presidente Lula no dia 3 de julho, sábado próximo passado, em que ele falou para o Sistema Liberal de Comunicação, no jornal *O Liberal* e em rádio. A entrevista teve grande repercussão no Estado do Pará, foi longa, de cinco páginas. Eu, então, selecionei alguns pontos que gostaria de repercutir dessa entrevista do Presidente Lula.

Primeiro, ele falou sobre a CPI da COVID e da importância de apurarmos essas denúncias de corrupção em torno da compra de vacinas. Mas ele falou também da importância de apurarmos o que chamo de incapacidade ou a falta de agilidade na aquisição das vacinas, porque isso teve uma repercussão muito grande. E o próprio Presidente Lula disse que, sendo comprovados atos de corrupção e de negligência no trato da coisa pública, isso poderá, sim, levar ao *impeachment* do Presidente da República. Esse é um posicionamento claro e firme do Presidente Lula.

O Presidente Lula falou também sobre a necessidade que o Brasil tem - ele teve essa vivência - de um Presidente, de um Governo que dialogue com os Governadores, que dialogue com os Prefeitos e Prefeitas deste País, na busca de entendimentos e na busca de implementação de programas e políticas públicas.

Achei muito importante o que disse o Presidente Lula sobre isso.

Lula lamentou o plano de privatização, ou de privatizações, vou falar no plural, do atual Governo, que, inclusive, leva a nós do Congresso para este debate: PETROBRAS, Correios, ELETROBRAS - um absurdo! Ele se posicionou contrariamente a isso.

Lula também falou sobre a Amazônia. Disse que a Amazônia não pode ser vista como um santuário, mas também não pode ser vista como uma fronteira aberta para a depredação. Falou de sua potencialidade industrial e do uso dos recursos do solo já degradado.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 125/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:44
Publ.: DCD - 09/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota assinada pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, de intimidação ao Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, por declarações sobre o envolvimento de membros da instituição em esquema de corrupção no âmbito do Governo Federal. Omissão do Presidente da República sobre a denúncia do Deputado Luis Miranda, a respeito da compra superfaturada de vacinas pelo Ministério da Saúde. Prática de corrupção e genocídio pelo Governo Jair Bolsonaro. Solidariedade à CPI da Covid e ao seu Presidente, Senador Omar Aziz.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste dia de grave crise política que nós estamos vivendo quero lançar um repúdio à nota das Forças Armadas. O Brasil não comporta mais tuítes ameaçadores e golpistas contra o Supremo Tribunal Federal ou notas golpistas e intimidadoras contra a CPI da COVID, que faz um trabalho de desvendamento da corrupção havida no Ministério da Saúde, quando comandado por um general que mentiu descaradamente na CPI, o General Pazuello, assim como pelo Coronel Elcio Franco, que também mentiu na CPI. Ao longo de toda a denúncia do Deputado Luis Miranda, apareceram os nomes de vários coronéis, em um jantar, que estavam lá junto com corruptos ligados ao Líder do Governo na Câmara, que ainda não se pronunciou.

Eu quero lembrar que o Presidente da República ainda não desmentiu o Deputado Luis Miranda e disse que havia corrupção e iria encaminhar o caso para a Polícia Federal. Os Coronéis Alex Lial Marinho, Marcelo Blanco, Marcelo Bento Pires, Roberto Criscuoli, todos eles estão sendo citados em denúncias de corrupção.

O papel das Forças Armadas é o de defender fronteiras, não o de serem tutores da Nação. Foram 21 anos de ditadura militar. Basta! O Sr. Jair Bolsonaro quer arrastar as Forças Armadas, que são instituições de Estado, para servi-lo em um golpe de Estado. Há corrupção no Governo, e eu me esqueci de citar outro coronel, Guilherme Hudson, que recolhia toda a "rachadinha" da família Bolsonaro e do gabinete de Bolsonaro.

Então, o que as Forças Armadas deveriam estar fazendo era defender a Amazônia neste momento, era impedir essa privatização criminosa dos Correios e da ELETROBRAS. Era isso que eles deveriam fazer.

Essa politização serve para manter um Governo que pratica o genocídio de 530 mil pessoas no País e visa desviar a atenção da investigação da corrupção.

Então, quero parabenizar a CPI, O Senador Omar Aziz foi corajoso nessa questão. E nós defendemos essa posição.

Investigação...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 126/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:48
Publ.: DCD - 09/07/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota assinada pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, de intimidação ao Congresso Nacional e ao Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, por declarações sobre o envolvimento de membros da instituição em esquema de corrupção no âmbito do Governo Federal. Protesto contra a interferência das Forças Armadas

brasileiras no processo político do País.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a possibilidade de falar neste momento e cumprimento todos os Deputados e Deputadas.

Gostaria de usar este tempo para me manifestar sobre essa situação que foi criada ontem, com a emissão dessa nota dos comandantes militares e do Ministro da Defesa se opondo à atuação da CPI, particularmente à do Presidente da CPI, Senador Omar Aziz, dessa forma criticando não só o Senado, mas todo o Congresso Nacional

Eu não vejo sentido uma interferência das Forças Armadas no processo político do País. As Forças Armadas têm que se manter na sua função de defesa do País, de defesa do território brasileiro e de defesa do povo. Porém, elas se intrometem de forma indevida no processo político. Ora, se os militares resolveram participar de forma massiva desse Governo, que é um Governo de desastre nacional, e se uma parte deles se envolve na corrupção, isso tem que aparecer e tem que ser criticado. Ora, que não se metessem nisso! São mais de 6 mil militares participando desse Governo Bolsonaro. Então, se ocorrem, como ocorreram, irregularidades, isso tem que ser investigado, denunciado e demonstrado.

E falou bem o Senador Omar Aziz: "*A banda podre das Forças Armadas*". Ele não se referiu às Forças Armadas como um todo. Portanto, essa banda podre tem que ser investigada, sim, tem que ser devidamente analisada e expurgada.

O que nós estamos defendendo aqui é que o processo político continue. Repudiamos fortemente essa intromissão. Não cabe aos comandantes militares entrarem no processo político; eles têm que se ater às suas funções. Discordamos veementemente disso e vamos defender a atuação da CPI, vamos defender que essa investigação seja feita, porque essa CPI trata exatamente de avaliar a atuação do Governo, que levou à morte mais de meio milhão de brasileiros e de brasileiras.

É isso que ocorreu, e o nosso País não pode assistir a isso continuar ocorrendo, ainda mais quando sabemos que houve superfaturamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

57.2021.B Sessão Outro Evento 08/07/2021-10:52
Publ.: DCD - 09/07/2021 - NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota assinada pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, de intimidação ao Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, por declarações sobre o envolvimento de membros da instituição em esquema de corrupção no âmbito do Governo Federal. Desvio da missão constitucional das Forças Armadas brasileiras. Envolvimento de militares em denúncias de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Elevação dos preços de alimentos, de combustíveis, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica no País. Quadro de fome vigente no Brasil. Defesa da abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem tivemos uma demonstração de como é perigoso quando as instituições de Estado deixam suas tarefas essenciais, passam a fazer política e a servir a interesses de governos de plantão.

A nota de repúdio divulgada pelos comandantes das três Forças Armadas, criticando publicamente as posições do Presidente da CPI da COVID, o Senador Omar Aziz, mostra um desvio na função das Forças Armadas, que cumprem um papel estratégico na garantia da soberania do Estado brasileiro e não deveriam atuar politicamente em favor de determinado Governo para defenderem a imagem do Presidente da República, atacada após a voz de prisão a um possível operador de propinas para a compra de vacinas dentro do Governo Federal.

Historicamente, as Forças Armadas sempre tiveram, junto à opinião pública, uma reputação melhor do que, por exemplo, a do Congresso Nacional, mesmo depois da tragédia provocada pelo golpe de 64 no País. Analistas chegaram a dizer, inclusive, que a presença maciça de militares no Governo Bolsonaro faria uma mediação na visão de mundo extremista e sectária do Presidente.

Na prática, ocorreu o contrário. Bolsonaro levou as Forças Armadas para a baixa política quando operou por 28 anos como Deputado Federal. E hoje, com a infeliz anuência de vários destes generais, faz as Forças Armadas serem alvos de suspeitas, como naquele contrato superfaturado para a compra de cerveja e picanha, e agora têm membros do seu quadro envolvidos em corrupção, propina e

incompetência generalizada, que tomou conta do Ministério da Saúde em meio à pandemia.

Em meio a esse caos, o brasileiro não consegue sobreviver com o preço da conta de luz, da gasolina e do gás, que sobe toda hora, e com os alimentos tão caros. O nosso povo começa a morrer de fome. Para se ter uma ideia, vários itens da cesta básica subiram 50%, 60%, 70% no último ano.

Esta não é a preocupação do Governo Bolsonaro, que pensa apenas em se salvar e usar seus Ministros e instituições de Estado como subordinados que devem prestar obediência irrestrita em meio às denúncias de corrupção. É lamentável este momento que vivemos do Governo Bolsonaro. Por isso, é importante a abertura logo de um processo de *impeachment*.

Peço que esse discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 128/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:56
Publ.: DCD - 09/07/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da crise política instalada no País. Omissão da Câmara dos Deputados na investigação de crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República. Indignação da oradora com a não abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Solidariedade à CPI da Covid, particularmente ao seu Presidente, Senador Omar Aziz, diante de ameaças dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, aqueles que nos acompanham pela Internet e pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, estamos todos perplexos diante do agravamento da crise política que se instalou no País e, mais do que isso, diante do fato desta Casa se manter silente, omissa.

A omissão também se expressa em não cumprir aquilo que a Constituição estabelece à Presidência da Casa, no sentido de apurar os crimes de responsabilidade do mandante da República.

Esta Casa nos deixa indignados e também humilhados se compararmos a atitude que ocorre no Senado Federal, particularmente pela CPI da Pandemia, pela CPI da Corrupção. Esta Casa tem quase 200 processos de *impeachment* requeridos pela sociedade civil brasileira e nada faz para cumprir suas responsabilidades constitucionais.

Queremos nos solidarizar com a CPI do Senado, em particular com o Senador Omar Aziz, que tem demonstrado muito compromisso com o seu cargo, em particular com as funções que exerce hoje como Presidente da CPI. S.Exa. não se deixa dobrar, não se intimida diante de ameaças das próprias Forças Armadas, que tenta inibi-lo, tenta colocar receio por meio de ameaças claras publicadas pelos Comandos Militares contra aquilo que deveríamos louvar, que é a coragem, que é a responsabilidade, que é a competência como Presidente. S.Exa. e os outros membros da CPI estão conduzindo uma investigação das graves denúncias contra o nosso País, contra a vida do nosso povo.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Andrade. PSB - PA) - Deputada, V.Exa. tem que liberar o seu microfone.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Eu estou apelando mais uma vez ao Presidente Arthur Lira para que se mexa, para que reaja, para que se pronuncie e diga o que vai fazer, ou se não tem coragem, ou se tem compromisso com o Presidente Bolsonaro ao não encaminhar aquilo que é do seu dever, da sua responsabilidade.

Portanto, a nossa solidariedade ao Senador Omar Aziz, e, ao Presidente da Câmara, a cobrança insistente, contundente, reiterada para que faça aquilo que a Constituição lhe manda e determina, lhe designa como responsável de apurar a verdade sobre os crimes contra a democracia, contra aquilo que é de interesse público, que é a...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Repúdio à nota assinada pelo Ministro da Defesa e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, de intimidação à CPI da Covid, particularmente ao seu Presidente, Senador Omar Aziz, por declarações sobre o envolvimento de membros da instituição em esquema de corrupção no âmbito Ministério da Saúde. Questionamento sobre as razões da decisão do Exército brasileiro de manutenção, por 100 anos, do sigilo da gestão do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Indignação do orador com a omissão do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, sobre a nota divulgada pelas Forças Armadas brasileiras.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa., quero dizer que o motivo da minha fala, hoje, é repudiar a nota do Ministério da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas. Lamento essa postura! Quero prestar aqui minha solidariedade aos membros da CPI da saúde no Senado, principalmente ao Presidente, o Senador Omar Aziz, e ao Relator, o Senador Renan Calheiros.

Entendo que a fala do Presidente Omar Aziz foi cirúrgica, pois falou da banda podre que está envolvida em corrupção. Ele não generalizou. Agora, o lamentável é o Ministro da Defesa, em ato articulado logicamente pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, e os Comandantes das Forças Armadas fazerem uma nota, e essa nota ter o tom, para o Brasil e para o mundo, de uma ameaça.

Chega de mensagens no Twitter! Nós já tivemos o tuíte do ex-Comandante do Exército que desencadeou o golpe da Presidente Dilma. As Forças Armadas deveriam se preocupar com o mar de lama de corrupção da família Bolsonaro.

E agora está sendo descoberto, com profundidade, que o Ministério da Saúde é um grande esgoto - e me refiro a essas figuras envolvidas, para não generalizar. Infelizmente, isso envolve vários integrantes das Forças Armadas, em especial, do Exército.

É por isso que nós ficamos com a dúvida: por que o Exército definiu que não se poderia quebrar o sigilo da gestão do Ministro trapalhão, o General Pazuello, durante 100 anos? É muito estranho isso!

Nós temos de apurar os fatos, sim! E todos nesta Casa, independentemente de partido, de bloco de oposição ou de situação - e é claro que respeitamos o conteúdo de fala de cada Parlamentar -,

deveriam falar sobre isso. A nota de ontem foi um recado da antessala de um golpe.

O Brasil não suporta isso! O mundo não suporta isso! Nós queremos fazer a defesa do Estado Democrático de Direito!

Lamento a posição covarde, pusilânime do Presidente do Senado, o Sr. Rodrigo Pacheco, ex-integrante da OAB Nacional. É lamentável!

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa, por favor.

Muito obrigado.

Documento 130/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Câmara dos Deputados e ao Ministério das Relações Exteriores, por realização de negociações junto a países estrangeiros com vista à liberação do acesso a estudantes brasileiros. Aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19, de gestantes, puérperas, e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidades, ou privados de liberdade.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para expressar a angústia e o sofrimento de milhares de jovens brasileiros que estão enfrentando uma situação complicada. Eles tinham um sonho, uma perspectiva de estudar fora do País, inclusive, muitas vezes, tendo seus cursos custeados pelo poder público. No entanto, diante das restrições que os países estão impondo para a entrada de brasileiros, esses estudantes não conseguem ter o acesso liberado.

Eu tenho sido procurada, Sr. Presidente, por diversos alunos, alunos que iriam fazer um mestrado, por exemplo, na França, ou um doutorado na Alemanha e que, infelizmente, diante das restrições impostas pela pandemia, não conseguem concretizar seus sonhos.

Nós estivemos ontem conversando com integrantes do Ministério das

Relações Exteriores, especialmente com a nossa embaixadora chefe da assessoria parlamentar, a Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, que nos trouxe o esforço que o Itamaraty tem feito para justamente suprir essas questões e esses entraves junto às embaixadas e aos respectivos países também.

Mas é importante que a Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria de Relações Internacionais, liderada pela nossa grande e competente Deputada Soraya Santos, que também está ao lado dos nossos estudantes nesse esforço, consiga minimizar as dificuldades que os nossos estudantes têm sofrido ao não conseguirem entrar nesses países e, conseqüentemente, terem seus sonhos frustrados.

Por isso, eu faço aqui um apelo às nossas frentes parlamentares de cooperação internacional, para que nós façamos um grande movimento também liderado pela Câmara, pelo Congresso, junto com o Itamaraty, para que possamos encontrar soluções para permitir a entrada dos estudantes brasileiros nesses países.

Muito obrigada pela gentileza, Sr. Presidente.

E vamos daqui a pouco votar o nosso projeto, Deputada Erika Kokay, que inclui as lactantes no rol prioritário de vacinação.

Vivam as nossas mães e os nossos estudantes brasileiros!

Muito obrigada.

Documento 131/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	APARTE DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19, de gestantes, puérperas, e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidades, ou privados de liberdade. Suspeição das eleições presidenciais de 2022 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Realização de ampla investigação de denúncias de corrupção no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente. Apoio à apuração de denúncias de envolvimento de militares em atos de corrupção. Exclusão dos militares da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com certeza, nós iremos aprovar a reivindicação justa das lactantes, grávidas e puérperas, para que possam ter prioridade na imunização. Nós já aprovamos a urgência e hoje devemos aprovar o mérito dessa proposição, que faz justiça, ao dar às lactantes prioridade na imunização, que se estende aos bebês que ainda estão sendo amamentados. É uma ode à vida!

E nós precisamos fazer essa ode à vida, porque estamos vivenciando o som das marchas fúnebres neste País. Nós vamos ver agora a tentativa recorrente do Presidente da República de colocar sob suspeição as eleições, porque sabe que será derrotado. Haja vista as pesquisas e as ruas.

Nós fomos às ruas, nós estamos indo às ruas, e as pessoas vão arrancando um grito que estava engasgado na garganta da madrugada para que este País possa acolher o conjunto do seu povo, para que este País possa fazer o luto dos seus períodos traumáticos da escravidão, do colonialismo, da ditadura, para que possamos romper esse pacto letal entre o patriarcado e o racismo, que é tão estruturante no nosso País.

Por isso, temos que traçar uma ode à vida. E isso significa investigarmos, com muita profundidade, todas as denúncias de corrupção. Precisamos investigar sim a gestão do Sr. Pazuello, uma gestão que estamos vendo que não foi só baseada na necropolítica, ao impedir que tivéssemos acesso à vacina - e dezenas de milhares de pessoas poderiam estar entre nós, se o Brasil tivesse adotado uma postura de enfrentamento à COVID-19 -, mas também porque fez tudo isso para que pequenos grupos pudessem se locupletar, a partir de um sistema de corrupção que está permeando o conjunto do Ministério da Saúde.

Mas não é só no Ministério da Saúde. Recentemente, ex-Ministro do Meio Ambiente, que fez uma política antiambiental neste País que perpassa a sua própria gestão, esteve envolvido com extração ilegal de madeira, envolvido com o crime. É um governo criminoso o que estamos vivenciando.

E vêm alguns aqui dizer: "*Ah, os militares não podem ser investigados*". Têm que ser investigados, sim. Têm que ser investigados e não podem ter salário de 60 mil reais, quando o Governo diz que está elaborando uma proposta de "deforma" do Estado, a PEC 32/20, para conter privilégios. E, num verdadeiro escárnio, num desdém, num verdadeiro atentado contra a dignidade do povo brasileiro, contra o povo brasileiro, num momento em que diz que é preciso atacar os privilégios, preserva os próprios militares. Além disso, o Presidente da República se

organiza para tentar contestar os resultados eleitorais que lhe imporão uma derrota.

Nós estamos vivenciando, neste momento, uma proposta de "deforma" do Estado, com a entrega do Estado à iniciativa privada, com o rompimento da estabilidade que assegura que tenhamos um servidor servindo ao público, e não ao gestor de plantão. E, no mesmo momento, o Presidente da República coloca o salário de 60 mil reais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 132/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:12
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reflexos da elevação dos índices inflacionários sobre a população de baixa renda. Agravamento do desemprego no País. Vinculação entre a crise socioeconômica brasileira e a incompetência do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Alcance da marca de 527 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Tentativa do Presidente da República de acobertamento do escândalo de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Fatores determinantes do empenho do Presidente Jair Bolsonaro na retomada do voto impresso nas eleições brasileiras.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e cumprimentar os nobres colegas Parlamentares.

De forma muito rápida, quero comentar os dados de hoje da economia. A inflamação acumulada nos 12 últimos meses passa de 8%. A inflação sobre o preço do arroz e do feijão, que atinge os mais pobres, passa da casa de 60% nos últimos 12 meses.

O índice que calcula o aluguel passa da casa de 38%, nos últimos 12 meses, ou seja, a inflação estoura. Acompanhado a isso, mais de 40 milhões de habitantes sobrevivem com uma renda de até 89 reais por mês. O número de desempregados chega a 15 milhões, fora aqueles que desistiram de procurar emprego ou que gostariam de trabalhar

mais e, graças à reforma trabalhista, não conseguem ter uma renda melhor ou emprego melhor. Se somarmos esses grupos, passamos da casa dos 30 milhões de pessoas.

Estamos vivendo uma crise nunca vista, por incompetência de Paulo Guedes e de Jair Bolsonaro. Somam-se a isso 527 mil mortos, por conta da pandemia, da COVID-19. Ao mesmo tempo em que tudo isso ocorre, nós estamos vendo o Presidente da República querendo esconder um escândalo no seu Ministério da Saúde. Aliás, o Ministério da Saúde era loteado: uma parte por Parlamentares de um partido político; e outra parte por membros das Forças Armadas, conforme está sendo provado, há muito tempo.

Com tudo isso acontecendo, com pessoas morrendo, com denúncias de suborno, com o País empobrecido, graças a uma incompetência gigantesca do Presidente da República, qual é a pauta que o Presidente apresenta para si e faz o debate com a sociedade? O voto impresso. Ele não só quer desviar a atenção da população brasileira - se é que isso é possível, nesse caos em que vivemos -, como quer também induzir uma justificativa para que ele não aceite a sua derrota nas urnas. Defender o voto impresso é defender a corrupção. Afinal de contas, a pessoa vai lá, vota, leva o comprovante impresso do voto e recebe o dinheiro dos políticos corruptos, que se mantêm no poder, por meio de práticas ilegais e imorais.

Temos que denunciar o que Bolsonaro está fazendo. Não basta apenas denunciar todas as mortes e a crise por que ele é responsável. Temos que denunciar que ele olha para o Brasil como uma fazenda a ser entregue nas mãos do grande capital para destruir a nossa Nação.

Não podemos admitir isso!

Todos às ruas!

Documento 133/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:16
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ANGELA AMIN-PP -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados



de liberdade. Aprovação de projeto de lei análogo pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Associação ao pronunciamento da Deputada Luisa Canziani sobre as dificuldades de estudantes brasileiros para acesso a países estrangeiros diante da epidemia de coronavírus. Discussão do assunto em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Congratulações à Deputada Luisa Canziani pelo empenho na realização de audiência, destinada ao debate do Projeto de Lei nº 21, de 2020, relativo ao estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil. Defesa de aprovação de requerimento de tramitação da matéria em regime de urgência.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estão presentes *on-line*, eu gostaria de reforçar a importância do projeto de lei que se encontra na pauta do dia de hoje, que garante às lactantes a imunização. A ciência já mostrou a relevância do gesto manifestado pela Deputada Erika Kokay e pelas demais Parlamentares, que destacaram a importância, em primeiro lugar, da amamentação e, em segundo lugar, da proteção da mãe que sem dúvida tem como objetivo a boa nutrição das nossas crianças. Já foi demonstrado que a imunização da mãe garante a imunização da criança. Nós teremos uma geração, sem dúvida, diferenciada.

Quero informar que em Santa Catarina, a partir de um projeto de lei de autoria do Deputado João Amin, já foi garantido no nosso Estado que todas as lactantes fossem beneficiadas com essa prioridade, neste momento que é de intranquilidade para todas nós.

Mas gostaria de reforçar aqui a colocação da Deputada Luisa Canziani. S.Exa. traz sua preocupação com aquele jovem adulto que está em busca, através dos instrumentos legais do Brasil, do conhecimento nacional e internacional, das bolsas da CAPES e do CNPq, com a dificuldade que tem esse profissional para se dirigir ao país onde realmente deseja buscar seu aperfeiçoamento, com a não autorização para esse deslocamento.

É de fundamental importância que esta Casa e os órgãos de Governo, que têm essa responsabilidade, atuem para minimizar o impacto do não conhecimento, principalmente na educação brasileira. Eu entendo que isso é de fundamental importância. Eu já recebi esse apelo, participei de uma audiência ontem sobre a CAPES na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e coloquei essa preocupação.

Todavia, gostaria de reforçar ainda mais uma atitude da Deputada Luisa Canziani, que é a realização de audiência pública, hoje à tarde, sobre inteligência artificial. É de fundamental importância que nós

possamos não única e exclusivamente aprovar o regime de urgência do projeto que trata desse tema, mas também aprofundar o debate sobre ele. Com a nossa responsabilidade, vamos garantir uma política nacional de inteligência artificial, garantir os avanços e também sanar as preocupações que esse mecanismo pode trazer à sociedade.

Esta audiência, Deputada Luisa - eu gostaria de cumprimentá-la -, é de fundamental importância para que, neste plenário, nós possamos tomar a atitude mais importante, com relação a esse tema, no avanço do conhecimento e na busca das tecnologias necessárias, para que o Brasil avance. Acho que é realmente um momento importante. Gostaria de cumprimentá-la e de lhe dizer que estarei lá, hoje à tarde, participando ativamente, que já estou estudando o projeto de lei, para que nós tenhamos a política nacional de inteligência artificial, garantindo o desenvolvimento e esse conhecimento à sociedade brasileira.

Parabéns, Deputada Luisa!

Documento 134/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:48
Publ.: DCD - 09/07/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa de governistas de desmoralização da CPI da Covid e de sua Presidência. Apoio aos trabalhos investigatórios realizados pelo órgão.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, mais uma vez quero prestigiar V.Exa. no exercício da Presidência dos trabalhos e quero aproveitar a oportunidade desta segunda rodada de conversas, deste meu pronunciamento, para me posicionar sobre o ocorrido ontem na CPI da COVID, no Senado Federal.

Sinceramente, eu acho perigoso que, em nome da defesa dos investigados do Governo Bolsonaro, busque-se a tentativa de desmoralizar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, historicamente, tem sido um grande instrumento, em diversas situações e em diversos cenários.

Eu diria a V.Exas. que, se o Presidente da Comissão não mostrar autoridade, se o Presidente da Comissão não exigir que se cumpra o

juramento de falar a verdade, a CPI pode dar no que muitas vezes a opinião pública diz que dá: em nada.

Não, a CPI não deve julgar antecipadamente as coisas, mas investigar. É uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O seu Presidente tem poderes, sim, para determinar a prisão de alguém que descumpra as regras.

Portanto, não acho saudável que Parlamentares, na ânsia de defender o Governo, de defender os acusados, tentem desmoralizar a CPI e a sua Presidência.

Achei muito produtiva e salutar a posição do Presidente do Senado ao dizer que o Presidente da CPI tem autoridade, tem autonomia e tem poderes. S.Exa. não iria descredenciá-lo.

Sei que talvez a maior parte dos Parlamentares da Câmara dos Deputados esteja concordando com o meu raciocínio de que Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento muito importante. O povo brasileiro tem o direito de saber das coisas! Eles não têm os instrumentos que nós Parlamentares temos, que uma CPI tem!

Portanto, manifesto aqui minha defesa e solidariedade. Eu não entro nessa de tentar descredenciar a CPI e o Presidente do Senado. Pelo contrário, temos que ir a fundo, doa a quem doer.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e em *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 135/200

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-12:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Deterioração da imagem do Brasil junto à comunidade internacional, diante de ações autoritárias, racistas, fascistas e antidemocráticas do Presidente Jair Bolsonaro e seu governo. Realização de ampla investigação de denúncias de superfaturamento da compra de vacinas pelo Governo Federal. Fatores determinantes dos baixos índices de avaliação do Presidente da República e seu governo. Vinculação entre a crise econômica e o atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Imediata aprovação de pedido de impeachment do

Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, sociedade brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, a imagem do Brasil no exterior está cada vez pior. Houve um tempo em que o Brasil era celebrado internacionalmente. Hoje, o Brasil se tornou motivo de preocupação internacional, porque muitos têm dito que o Presidente Bolsonaro e seu Governo são um perigo não apenas para o Brasil, são um perigo para todo o planeta. Aqui estão efetivamente em curso ações autoritárias, racistas, com características de fascismo, está havendo organização de milícias, desrespeito à tradição democrática do nosso País. Isso é muito grave!

O Governo agora se esforça para minimizar ou tentar esconder os gravíssimos problemas relacionados a corrupção, justamente sobre algo indispensável neste momento: aquisição de vacinas para salvar vidas. Há denúncias de superfaturamento em compra de vacinas. Há denúncias de propina. A situação, portanto, é grave e precisa ser apurada profundamente. O Presidente da República, em vez de determinar a investigação dessas denúncias, tenta esconder os fatos e desviar a atenção da população brasileira.

Mas o povo está atento. Todas as pesquisas indicam que este é o momento em que o Governo Bolsonaro e o Presidente Bolsonaro estão com os piores índices de avaliação. Não é para menos, houve aumento do preço do gás de cozinha, aumento do preço dos combustíveis - gasolina, óleo *diesel* -, aumento do preço dos alimentos, aumento de tudo. E o Governo promove o desemprego, a fome, o desrespeito às recomendações sanitárias.

A nossa economia vai sofrer mais do que outras economias, porque o processo de vacinação está lento. O povo brasileiro não aguenta mais. É hora de elevarmos o tom pelo *impeachment* desse Presidente, pelo afastamento do Presidente da República, que está envolvido sim em práticas ilegais, em crimes contra o povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 136/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/07/2021-
	CD	13:04
Publ.: DCD - 09/07/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada pela gentileza, Sr. Presidente.

Quero dizer que hoje a Câmara dos Deputados pode dar uma demonstração histórica de compromisso com as nossas crianças, com as nossas mães, com as nossas famílias e, conseqüentemente, com o futuro do nosso País.

Eu gostaria muito de dedicar este relatório especialmente às nossas mães Deputadas que estão amamentando - Deputada Talíria Petrone, Deputada Sâmia Bomfim, Deputada Chris Tonietto, Deputada Áurea Carolina - e também às Deputadas que ganharam os seus filhos nesta legislatura - Deputada Bruna Furlan, Deputada Renata Abreu e Deputada Greyce Elias.

Em nome das nossas Deputadas, em nome do movimento Lactantes pela Vacina, peço licença, Presidente, para me dirigir diretamente ao voto.

"II - Voto da Relatora.

Conforme as disposições da Lei nº 6.259, de 1975, cabe ao Ministério da Saúde promover a coordenação das ações de vigilância epidemiológica, inclusive as ações de vacinação. As medidas estabelecidas pelo Ministério devem ser observadas pelas entidades federais, estaduais, distritais, municipais públicas e privadas.

No contexto da pandemia da COVID-19, o art. 13 da Lei nº 14.124, de 2021, determinou que a aplicação das vacinas contra a COVID observaria o previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação e que este plano seria elaborado, atualizado e coordenado pelo Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde, por meio da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, preparou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, que trouxe diversas diretrizes para o processo de imunização da população, além

de critérios de priorização de grupos.

No entanto, a listagem criada pelo Ministério deixou de abarcar grupos que, por diversas razões de cunho epidemiológico e de justiça, têm de ser priorizados. As gestantes, puérperas e lactantes representam um caso bem peculiar.

Inicialmente, o Ministério editou nota técnica, na qual destacou que, com a circulação descontrolada da COVID e o aumento do número de mortes maternas pela doença, era provável que o perfil risco-benefício na vacinação de gestantes fosse favorável.

Diante disso, decidiu recomendar a vacinação contra a COVID de todas as gestantes e puérperas, que foram incluídas nos grupos prioritários para a vacinação.

Porém, após a ocorrência de um evento adverso grave com possível associação causal com a vacina AstraZeneca/FIOCRUZ em uma gestante, optou-se pela interrupção temporária da vacinação das gestantes e puérperas sem comorbidades, bem como pela interrupção do uso da vacina AstraZeneca/FIOCRUZ em gestantes e puérperas com comorbidades.

Essa decisão foi, na nossa visão, equivocada, já que gestantes e puérperas estão em risco aumentado de formas graves de COVID-19, bem como complicações obstétricas, tais como parto prematuro e mortalidade materna.

Embora no dia 6 de julho o Ministério da Saúde tenha voltado a recomendar a vacinação de gestantes e puérperas sem comorbidades, cremos que é importante garantir na lei o direito dessas mulheres, para que elas não fiquem mais à mercê de mudanças.

Às lactantes também deve ser garantido o direito de vacinação como prioridade. A sua imunização não apenas permite que os anticorpos produzidos pelas mães passem para os bebês, por meio da amamentação, como também diminui a chance de a mãe que retorna ao trabalho pegar a doença e contaminar o filho.

Em carta enviada a esta Casa, o Movimento de Mães Lactantes pela Vacina destacou que elas não desejam se sobrepor a qualquer outro grupo, mas necessitam ser incluídas na listagem de prioridade por entenderem que *'...a proteção da maternidade e da infância devem ser critérios sociais a serem levados em consideração no nosso país. As mulheres que amamentam são consideradas grupo vulnerável socialmente e são objeto de diversas políticas públicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente prega, ainda, a proteção do*

Estado em absoluta prioridade para crianças e adolescentes.'

A priorização de crianças e adolescentes com deficiência permanente e com comorbidade, além daquelas privadas de liberdade, também é uma situação que merece destaque."

Eu gostaria de fazer uma referência muito especial ao meu grande amigo e companheiro de bancada Deputado Aliel Machado, que inclusive nos trouxe essa solicitação e que faz uma luta muito grande para incluirmos as nossas crianças e os nossos adolescentes com deficiência permanente e com comorbidade.

"A ANVISA já autorizou o uso de um dos imunizantes que fazem parte do Programa Nacional de Imunização para pessoas com mais de 12 anos. No entanto, o Plano de Operacionalização ainda não passou a englobar como grupo prioritário os adolescentes com comorbidade. É preciso proteger essas pessoas que, em razão de uma condição específica de saúde, são mais suscetíveis à pandemia. Com a redação proposta no projeto principal, permitimos que, se o uso das vacinas for autorizado para pessoas com menos de 12 anos no futuro, automaticamente as crianças com deficiência permanente ou comorbidade sejam contempladas prioritariamente.

Diante de todo o exposto, reiteramos que cada um dos projetos de lei examinados é bem-intencionado do ponto de vista da saúde pública, pois visa a aprimorar o processo de vacinação contra a COVID-19, que é a causa da maior crise sanitária da história recente do nosso País." E faço referência aos projetos que foram apresentados pelos Deputados Marcelo Ramos, Alexandre Padilha, Túlio Gadêlha, Sâmia Bomfim, Lauriete, e também pelo Deputado Aliel Machado. "Entretanto, em razão do fato de o Projeto de Lei nº 2.112, de 2021 ser completo e contemplar os objetivos de todos os apensados, e para conferir celeridade na conversão desta matéria em lei, acreditamos que, no momento, é mais adequado aprovar apenas a proposição principal, que é oriunda do Senado, para que a matéria possa seguir diretamente à sanção presidencial.

Destacamos, por fim, Sr. Presidente, que todos os projetos são considerados adequados e compatíveis com as normas orçamentárias e financeiras.

Quanto à constitucionalidade, os projetos de lei são compatíveis com o texto constitucional e visam a assegurar o cumprimento do direito à saúde, previsto e garantido pelos arts. 196 a 200 da Carta Magna. Em relação à juridicidade da matéria, informamos que as proposições inovam o ordenamento jurídico e estão de acordo com os princípios do Direito. Os projetos de lei sob exame obedecem também à boa técnica

legislativa. (...)"

Parto para a conclusão do meu voto, Sr. Presidente.

"III - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, e rejeição dos apensados: Projeto de Lei nº 1.405, de 2021; Projeto de Lei nº 1.865, de 2021; Projeto de Lei nº 2.113, de 2021; Projeto de Lei nº 2.162, de 2021; e Projeto de Lei nº 936, de 2021."

Além disso, a Comissão de Finanças e Tributação também é pela adequação financeira e orçamentária do projeto principal e de seus apensados.

"Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto principal e dos apensados (...)."

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu peço aos colegas apoio a este projeto, sem deixar, obviamente, de agradecer ao nosso Presidente Arthur Lira a sensibilidade, demonstrando o seu comprometimento com as nossas famílias, com as nossas mães, com as nossas crianças. Por isso, se nós estamos aqui, isto se dá graças à liderança e à disposição do Presidente Arthur Lira e de uma bancada feminina que mobiliza absolutamente tudo que envolve questões para o desenvolvimento das nossas famílias, para o desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos jovens. Portanto, peço aos colegas apoio a este projeto tão importante.

Deputada Erika Kokay, ressalto também a sua liderança para trazer este movimento para a Câmara dos Deputados. A Deputada Erika Kokay foi a primeira Parlamentar nesta Casa que levantou essa bandeira e que levantou essa voz em prol das nossas lactantes, crianças, jovens, adolescentes.

Muito obrigada.

Peço apoio, enfim, ao Projeto de Lei nº 2.112, de 2021.

Documento 137/200

76.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021-
CD 13:20

Publ.: DCD - 09/07/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade. Empenho do Governo Federal na vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Tentativa de incriminação do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Sinais de recuperação da economia brasileira. Redução do número de óbitos decorrentes da epidemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente Cássio Andrade, é uma satisfação estar nesta sessão.

Eu sou totalmente a favor. Lactante tem que ser vacinada o quanto antes, é prioridade. Além de gerar bem-estar e segurança à mãe, também protege o filho que está por nascer. Eu fico mais feliz ainda com essa medida de aprovarmos como prioritárias as lactantes.

E hoje o Brasil é o terceiro país que mais vacina no mundo. O governo é um exemplo para os demais países, no tratamento com relação à COVID-19. Sobrarão milhões de vacinas que o Governo comprou, contradizendo os urubus de plantão, com olhos na nuca, contra tudo e a favor de nada, sempre criticando e criticando; e o Governo, empenhando-se ao máximo. Há denúncias infundadas, sem fundamento algum. Vejam a CPI do circo, que ai está, olhem como se refere ao tratamento que o Governo dá à COVID-19! Tentam acusar o Presidente de todas as formas irresponsáveis. É como se acusassem alguém de homicídio e não apresentassem sequer um corpo ou uma vítima.

Mas, felizmente, nós seremos exemplo para o mundo, depois que passar esta pandemia, porque a estamos vencendo muito bem. No mês passado, houve mais de 180 mil empregos formais. Pela décima primeira vez, já se aumenta a expectativa de PIB no Brasil. O preço da gasolina e do gás, com certeza, em breve retornará ao normal. O Governo Federal não tem a ver com o ICMS. São tantas as acusações que se faz!

O número de mortes está reduzindo a cada dia. Os "especialistas em saúde", entre aspas, diziam que, nesta época do ano, nós teríamos mais de 5 mil mortos ao dia! Estamos com menos de mil, chegamos a 600. Os urubus de plantão, que não amam o seu país, preferem mortos, contanto que ofendam e coloquem a pecha de incompetência no Governo Bolsonaro. Eles não são verdadeiros brasileiros.

A saúde vai muito bem. A prioridade de vacinação a toda lactante é

mais um motivo para comemorarmos a bela situação: a de que nós, Parlamentares, nos preocupamos com a saúde dos brasileiros e, agora, com a das lactantes.

Esta é uma bela iniciativa, e eu sou totalmente favorável.

Grato, nobre Presidente.

Documento 138/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	13:24
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade. Congratulações às integrantes do movimento Lactantes pela Vida.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu começo a minha fala mostrando esta camiseta e fazendo uma homenagem muito especial a este movimento que adentra esta Casa, neste dia de hoje, mas que a adentrou antes, com a sua capacidade de luta. Lactantes pela Vacina, V.Exas. sabem o que significa isso? O exercício dessa condição que a maternidade possibilita, o exercício pleno de uma humanidade que pressupõe olhar o outro e sentir a alegria e a dor do outro como se fossem a sua própria alegria e dor. Este é um movimento por nossos bebês, é um movimento por nossos meninos e meninas, é um movimento de uma profunda generosidade, essa generosidade que nós temos a condição de exercer e que nos faz humanos.

A coragem destas mães lactantes fez com que fossem a todos os lugares, que adentrassem todas as mídias, que se comunicassem com o conjunto de Parlamentares para dizer: "*Nos escutem! Nos escutem!*" Rompamos uma invisibilização provocada pela ausência de posição do Governo, que, desde o início, deveria ter considerado lactantes como prioridade no processo de imunização, porque nós estamos falando do ato de amamentar, e é a amamentação que vai levar a imunização aos nossos pequenos e às nossas pequenas, que são prioridade absoluta no nosso País.

Por isso, eu faço as minhas homenagens a este grupo de mulheres que se colocaram em marcha, que se colocaram em movimento para sensibilizar esta Casa, na perspectiva de considerarmos que lactantes têm que ser prioridade no processo de imunização.

Mas aqui falamos também das grávidas e das puérperas, porque nós temos um percentual de mortes de grávidas no Brasil que é bastante superior ao percentual de morte do conjunto da população brasileira, o que nos dói sobremaneira, porque quem parte, diz o poeta, sempre é amor de alguém.

Quero parabenizar a nossa Relatora, a Deputada Luisa Canziani, que agarrou essa reivindicação, que agarrou essa possibilidade de aqui estarmos recebendo as lactantes e dizendo: *"Levem para casa a vitória que é de vocês, levem-na para casa, porque vocês ganharam corações nesta Casa"*.

E quero parabenizar o Senador Jean Paul Prates, do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. S.Exa. é o autor desta proposição. Nós vamos aprovar aqui esta proposição e nós vamos encaminhá-la à sanção, para que faça justiça.

Por isso, viva o movimento Lactantes pela Vacina! Viva esse movimento em defesa da vida, da solidariedade, da generosidade, em defesa da própria coragem, orgulho de cada uma de vocês!

Documento 139/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	13:28
Publ.: DCD - 09/07/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, às Deputadas Luisa Canziani, Jaqueline Cassol, Erica Kokay e à Casa pela votação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade. Congratulações às mães presentes no plenário.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria pedir a V.Exa. que seja

agregado o meu tempo de Liderança, por favor.

Este é um daqueles momentos felizes que justificam todo o nosso mandato.

Quero cumprimentar as autoras do projeto, na pessoa da Deputada Jaqueline Cassol, e a Deputada Luisa Canziani.

A Deputada Erika Kokay fez uma fala aqui que me tocou. Este Plenário tem a obrigação de apontar as divergências, porque a democracia é resultado do dissenso. Mas, muitas vezes em que temos uma pauta como esta, Deputada Carmen, nós nos esquecemos de fazer elogios à Liderança, ao empenho de um Parlamentar, como a Deputada Erika Kokay fez.

Deputada Luisa Canziani, quando vemos jovens como V.Exa., vemos que o Brasil tem jeito, pelo seu comprometimento, a alegria com que fez essa articulação, com as camisetas, com as mães, com as Lideranças. Foi ao Presidente Arthur Lira. Isso não é fácil, porque é uma demanda partidária.

Queria cumprimentar as mães que se fazem presentes neste plenário. Falavam com elas que temos hoje ferramentas de tecnologia, temos tanto acesso, Deputado General Peternelli, Deputada Angela Amin, Deputada de referência na área tecnológica, e nunca estivemos tão sozinhos. Mas na hora em que vemos movimentos que se multiplicam na Internet na luta por um bem maior - para mudança na legislação, para garantia de direito -, vemos o papel da tecnologia.

Essas mães que se fazem presentes representam um grande movimento de mães lactantes que ultrapassou o País. Ele começou - no Brasil, saiu da Bahia e foi contaminando todos os grupos de mães do país - na Espanha e foi contaminando vários outros países.

Esta Casa, Presidente, é a ouvidoria da sociedade. Quando vemos a sociedade representada de forma positiva, trazendo o clamor contra o que está acontecendo na ponta... Isso é a essência, Deputada Carmen Zanotto, do nosso mandato. Presidente, este é um tema muito importante.

Deputada Carmen Zanotto, seguindo a esteira do que foi dito pela Deputada Erika Kokay, ao elogiar a Deputada Luisa Canziani, quero falar da Comissão da COVID, que foi instalada nesta Casa para tratar de todos os projetos de lei inerentes à COVID, da qual V.Exa. faz parte. E, ao cumprimentá-la, cumprimento todos os membros dessa Comissão. Há pouco tempo, discutia com V.Exa. um projeto que tratava da prioridade, e V.Exa. afirmava: "*Mas, quando temos*

prioridade demais, nós perdemos a prioridade".

Presidente, esse projeto traz uma questão muito simples. Quando há conflitos até de artigo constitucional, o que se sobrepõe é a vida. E o que se sobrepõe, neste momento, é o direito urgente de se vacinarem as mães lactantes. É urgente para a defesa não só da vida delas pelo indicador, mas também na transmissão dessa defesa através do leite.

Esse projeto, Deputada Luisa, abarca os menores de idade com comorbidade. É lógico que gostaríamos que o plano nacional pudesse regulamentar cada detalhe. E a pandemia veio dar luz a tudo isso. Mas este Parlamento nunca deixou de chamar a atenção para assuntos prioritários e colocá-los na pauta.

Eu lembro aqui, Deputada Carmen Zanotto, que, quando se discutia a vacinação por idade, causou-me estranheza que pessoas que faziam, por exemplo, diálise três vezes por semana estavam seguindo critérios por idade -- pessoas que entravam três vezes por semana em hospitais!

É lógico que compete a cada gestor da ponta. É lógico, Deputada Luisa, que há muitos Prefeitos que já fizeram e deram essa prioridade, como foi o caso da cidade da Bahia.

E esperamos que, com esta votação aqui, Deputada Angela Amin, esses gestores possam olhar e ir além da regulamentação.

É lógico que o seu relatório, Deputada Luisa Canziani - quero parabenizá-la por isso -, traz o tom da responsabilidade. Ninguém está substituindo o papel do médico. É ele que tem que prescrever, é a assinatura e a responsabilidade. O que estamos fazendo nesta Casa é garantir o direito à vida dessas mães e das crianças. Por isso, sim, o projeto é urgente, é prioritário.

Essa é uma daquelas pautas com que nós fechamos a semana com muita serenidade, com o dever cumprido.

Parabenizo as mães que se fizeram representar. Parabenizo a sociedade pela sua mobilização, que fez chegar esse clamor a esta Casa. Parabenizo, mais uma vez, a Câmara dos Deputados, que por unanimidade não fugiu ao cumprimento do seu dever.

Deputada Luisa, volto a dizer: que relatório lindo! Que capacidade de mobilização tem V.Exa.! Eu ouvia V.Exa. falar aqui neste plenário, com aquele seu jeito meigo, mas muito assertiva. Eu vejo V.Exa. há uma semana se mobilizar de Liderança em Liderança, perturbando o tempo todo o Presidente Arthur Lira, que imediatamente pautou esse projeto,

com essa capacidade de mídia que os jovens trazem.

Este projeto está sendo votado na data de hoje, porque V.Exa. foi competente para emitir um parecer tão lindo como este, mas foi competente, de corpo e alma, no engajamento para valer esse direito. Deputada Luisa Canziani, que as mães lactantes possam olhar V.Exa. como muitos jovens querem olhar, com muita noção de moral e cívica, com muita consciência do que é o papel de cada político. Esta é a política que acredito, porque acredito muito no Parlamento. É através da política que mudamos as realidades.

Volto a dizer: política vem de *polis* que significa cidade. Que modelo de cidade queremos viver e deixar para os nossos filhos e netos? Consciência cívica na sociedade. Parlamentares conscientes como V.Exa. é a receita do bolo, não para infringir a lei, mas para mudar a lei e garantir esse direito.

Parabéns, Deputada Luisa Canziani! Parabéns a este Parlamento, aos meus pares! Parabéns à sociedade civil, através das mães representadas, e aos autores deste projeto, na pessoa da Deputada Jaqueline Cassol e dos Líderes de cada partido! Faço um agradecimento também particular ao Deputado Arthur Lira, Presidente desta Casa, que não se furtou em pautar esse projeto na data de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 140/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/07/2021- CD	13:44
Publ.: DCD - 09/07/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade. Ocupação, pelo Brasil, do primeiro lugar no ranking mundial de mortes maternas e de recém-nascidos pela Covid-19. Perplexidade ante a suspensão, pelo Ministério da Saúde, da vacinação de mulheres grávidas não portadoras de comorbidades. Congratulações aos autores de proposições apensadas ao Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, especialmente à bancada do PT proponente do Projeto de Lei nº 1.865, de 2021. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da Covid-19 no País.

Compra superfaturada de vacinas pelo Ministério da Saúde,

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

É muito importante esse projeto. Precisamos, inclusive, denunciar que a mortalidade materna por COVID-19, no Brasil, é 2,5 vezes maior do que a taxa nacional. O Brasil é o país com o maior número de mortes maternas causadas pela COVID-19, Presidente. No ano passado, foram registrados 560 casos de morte materna por COVID. Este ano, em pouco mais da metade do ano, o número já é mais do que o dobro: 1.156 casos.

Mas o Brasil não é só campeão em morte materna, é também o primeiro lugar em morte de recém-nascidos em função da pandemia da COVID. É muito clara a proteção que os anticorpos presentes no leite materno da mãe imunizada podem garantir para o recém-nascido, para o lactente.

E o que fez o Ministério da Saúde? Pasmem: suspendeu a vacinação de grávidas sem comorbidades. Felizmente, mais uma vez, alguns Estados e Municípios, por iniciativa desses entes federados, já retomaram a imunização de gestantes e puérperas.

Quero aqui parabenizar o nosso Senador Jean Paul Prates, do PT do Rio Grande do Norte, pelo PL em análise neste momento. E resalto que, além de esse PL garantir às gestantes, puérperas e lactantes a condição de grupo prioritário na vacinação contra a COVID, ele também assegura essa prioridade para crianças e adolescentes com deficiência permanente ou com comorbidades e para aquelas privadas de liberdade. Trata-se de outros grupos extremamente preocupantes que foram lembrados nesse projeto que ora está sendo analisado.

Quero também parabenizar os autores, Parlamentares e Deputados, dos projetos apensados, destacando o Projeto de Lei nº 1.865, de 2021, da bancada do Partido dos Trabalhadores, do qual eu sou um dos coautores.

E quero lembrar, Presidente, que na "CPI do Genocídio", hoje, a ex-Coordenadora do PNI disse que deixou o cargo por força da politização que tomou conta do Ministério da Saúde. E acusa o Presidente Bolsonaro de ter atrapalhado a vacinação ao criticar as vacinas, ao boicotar medidas necessárias e ao dificultar a aquisição das vacinas em tempo hábil.

É impressionante como o Governo Bolsonaro é o principal responsável por esse genocídio, é o principal responsável pelo fato de o Brasil ser o

campeão em mortes maternas por COVID, é o principal responsável pelo fato de o Brasil ser o campeão em mortes de recém-nascidos por COVID. E não se para de cometer crimes de responsabilidade neste Governo, como a corrupção absurda que a "CPI do Genocídio" está mostrando em relação à compra de vacinas superfaturadas.

Obrigado, Presidente.

Documento 141/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	14:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ANGELA AMIN-PP -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade. Congratulações aos Parlamentares envolvidos na votação e aprovação da matéria. Homenagem ao genitor da oradora pela dedicação à causa dos portadores de deficiência. Aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de projeto de lei sobre a imunização de gestantes, lactantes, puérperas e crianças.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que o nosso partido e o bloco nos dão de colocar aqui, mais uma vez, a importância deste projeto de lei.

Cumprimento o Senador Jean Paul, a Deputada Erika Kokay, a Deputada Jaqueline Cassol, e em especial, a Deputada Luisa Canziani, que realmente fez um trabalho de conciliação. Nisso entraram a Deputada Soraya Santos, a Deputada Carmen Zanotto. Nós discutimos um processo que realmente garantisse a segurança da gestante, da lactante e da puérpera, para fazer com que, realmente, a vacina adequada viesse a ser aplicada.

Gostaria de, neste momento, fazer uma homenagem àqueles que propuseram a vacinação do deficiente físico, especialmente ao meu pai. O meu pai não tem nenhum filho, nenhum neto, nenhum bisneto com deficiência, mas dedicou os 30 últimos anos da sua vida à pessoa com deficiência. Por isso, Sr. Presidente, rendo esta homenagem a ele, que, realmente, com a sensibilidade de um cidadão humilde, fez com que a diferença pudesse ser, sem dúvida, levada ao tratamento dos

deficientes do Município de Indaial.

Deputada Luisa Canziani, parabéns! Parabéns, Deputada Carmen! Parabéns à nossa jurista, a Deputada Soraya Santos, que, no final, deu ao projeto, sem dúvida, o acabamento necessário.

Gostaria de, mais uma vez, cumprimentar a Deputada Erika Kokay, o Senador Jean Paul e a Deputada Jaqueline Cassol e fazer nossa homenagem às crianças do Brasil, que ganham com esta medida, porque a lactante, ao ser vacinada, sem dúvida, leva à criança a imunidade.

Eu também gostaria de dizer, com muito orgulho, que, no nosso Estado, já há 1 mês, as lactantes estão sendo vacinadas, devido a um projeto de lei do Deputado Estadual João Amin, que fez com que lá essa prioridade viesse a ser real na vida das gestantes, das lactantes, das puérperas e, em especial, das crianças.

Muito obrigada.

Documento 142/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	14:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade. Consternação com o registro de 530 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à atuação do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Quero registrar aqui a nossa orientação a favor do projeto. A Minoria vota "sim".

Quero também registrar o nosso pesar pelas 530 mil mortes de brasileiros pela COVID-19, entre as quais há 1.716 mortes maternas.

Realmente, é um absurdo que se precise de um projeto de lei para tratar de um tema dessa natureza! Esta necessidade mostra a falência do Ministério da Saúde, a falência deste Governo Federal no enfrentamento da pandemia, assim como em todas as políticas. Nós chegamos a tal ponto que mesmo Parlamentares da base do Governo vêm publicamente pedir saída de Ministros e criticar abertamente os absurdos que esse Governo tem cometido, um atrás do outro.

O Ministério da Saúde abdicou de fazer o enfrentamento da pandemia, e o Presidente Bolsonaro - quem está falando isso não sou eu, foi a ex-coordenadora do PNI que o disse hoje na CPI do genocídio - atrapalhou a vacinação, boicotou as medidas necessárias, inviabilizou a aquisição de vacinas no momento certo e ainda permitiu a corrupção que aconteceu, com um grupo se digladiando no Ministério da Saúde para ver quem iria ficar com a comissão da compra de vacinas, em detrimento da vida e da saúde da população brasileira.

Muito obrigado.

Documento 143/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	14:16
Publ.: DCD - 09/07/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, à bancada feminina, ao movimento Lactantes pela Vacina e ao Deputado Aliel Machado pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada pela gentileza, Presidente.

Um ditado diz que a gratidão é a memória do coração. Eu preciso expressar minha gratidão ao Presidente Arthur Lira por liderar esta pauta; minha gratidão às nossas companheiras da bancada feminina, as Deputadas Soraya Santos, Angela Amin, Jaqueline Cassol; minha gratidão ao Deputado Aliel Machado, cuja articulação possibilitou que as crianças com deficiência e doenças raras também pudessem ser vacinadas; e, obviamente, minha gratidão ao movimento Lactantes pela

Vacina, em nome da Rose, do Estado do Paraná.

Hoje a Câmara dos Deputados, Deputada Erika Kokay, literalmente vestiu a camisa das nossas mães, das nossas crianças, a camisa daquele que é o bem maior de todos nós: a vida.

Muito obrigada.

Documento 144/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD 14:16
Publ.: DCD - 09/07/2021 - RAFAFÁ-PSDB -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade.

O SR. RAFAFÁ (PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, num momento histórico para o Brasil, as lactantes, agora incluídas junto com as crianças com comorbidades e deficiências, também terão a prioridade de ser vacinadas. Esta é uma bandeira que eu já defendia na Paraíba. Agora, com estas Deputadas maravilhosas, o Brasil avança na imunização, e nós lembramos que, quando as lactantes são vacinadas, uma vacina vai para dois, ou até três, quando os filhos são gêmeos.

A felicidade transborda em meu coração por vocês, mães de todo o nosso Brasil!

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Documento 145/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD 14:24
Publ.: DCD - 09/07/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Adoção, pelo Governo Jair Bolsonaro, de medidas de combate à corrupção e transparência na administração pública. Esclarecimento de denúncias sobre o envolvimento do nome do orador em esquema de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Pedido ao Supremo Tribunal Federal de garantia do depoimento do orador à CPI da Covid.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, vim falar um pouco sobre o momento pelo qual nós estamos passando no País. Há um grande debate na CPI da pandemia sobre a conduta do Governo. Eu quero dizer que o combate à corrupção está no DNA do Governo Bolsonaro.

Uma das principais ações do Governo Federal foi a criação e a implementação de Núcleos de Integridade, a fim de aprimorar e fortalecer o controle do *compliance* dos atos praticados pela administração pública, atuando diretamente no acompanhamento de todas as fases do controle das modalidades prévia, concomitante e *posteriori*, em conformidade com os mandamentos constitucionais do art. 70, da Carta da República.

No que se refere ao Ministério da Saúde, ainda nos primeiros meses de 2019, foi instituída a Diretoria de Integridade - DINTEG, com o apoio dos servidores destacados da CGU, para aprimorar ou fortalecer o controle interno da Pasta. Ademais, em 29 de junho de 2020, foi celebrado o Acordo de Cooperação nº 2, de 2020, entre Ministério da Saúde, CGU e TCU.

Na mesma linha, em 15 de outubro de 2020, foi celebrado o Acordo nº 6, de 2020, da Pasta da Saúde com o Conselho Nacional do Ministério Público, a fim de viabilizar acesso em tempo real de todos os procedimentos administrativos e fases de instrução processual, quanto à licitação, negociação, compra ou qualquer modalidade de adimplemento contratual.

O Governo Bolsonaro, portanto, tomou todas as providências para ser mais transparente. Os processos são automaticamente disponibilizados aos órgãos de controle. Independentemente de o órgão pedir ou não acesso - como era o procedimento anterior -, o Governo automaticamente disponibiliza o acesso.

Quanto às declarações que envolveram a minha pessoa feitas à CPI pelo Deputado Luis Miranda... Disse o Deputado Luis Miranda: "*O Presidente olhou uma foto dele, Barros - minha foto, portanto -, em uma das matérias da Global, inclusive essa empresa não recebeu dinheiro desse contrato, mas esse grupo econômico faz negócio com o Ministério da Saúde*". De fato, ele fornece preservativos femininos. E

disse depois: *"Volto a afirmar que todas as minhas conversas com Ricardo Barros foram republicanas, e não vou me pronunciar sobre fatos que não posso provar"*.

Não tenho nenhuma questão com o Deputado Luis Miranda. Ele fez o que achou que deveria, e eu estou procurando uma oportunidade de ir à CPI para esclarecer os fatos que envolvem o meu nome.

Muitos já foram esclarecidos pelas próprias pessoas interessadas. Primeiramente, o Sr. Francisco Maximiano, da Global, empresa que forneceu ao Ministério da Saúde quando eu era Ministro e não entregou os produtos à época, já fez um termo de reconhecimento de dívida, parcelou e está devolvendo os recursos ao Ministério da Saúde. Vou lembrar que economizei 5 bilhões de reais nos 2 anos em que fui Ministro, justamente pela ação de redução de preços de medicamentos que foi feita durante o nosso mandato e pela revisão de vários contratos administrativos também.

Então, em nota ao *Fantástico*, o Sr. Francisco Maximiano disse que, segundo sua defesa, *"o último contato de Maximiano com Ricardo Barros foi há 3 anos, quando era Ministro da Saúde"*.

Quanto à questão da emenda, disseram: *"O Deputado fez a emenda da Covaxin"*. A emenda foi feita incluindo a Índia naquele rol de 11 agências seguradoras que estavam contempladas na medida provisória relatada pelo Senador Randolfe - ele acatou as emendas lá no Senado. O Presidente da CPI, Omar Aziz, fez a mesma emenda, propondo que a Índia entrasse na medida provisória. Eu fiz a emenda, o Renildo Calheiros, irmão do Relator da CPI, fez essa mesma emenda, Orlando Silva, Alice Portugal, Jandira Feghali, Daniel Almeida, Perpétua Almeida e Gonzaga Patriota, todos propuseram que, obviamente, a Índia entrasse na medida provisória, simplesmente porque é a maior produtora de vacinas do mundo.

Quanto ao caso Regina Célia, que disseram que eu indiquei para o Ministério, de fato, durante o meu mandato, fiz uma nomeação dela que reduziu o seu salário à época, mas ela foi nomeada fiscal de contrato pelo Ministro Marcelo Castro. Ela teve cargos de nomeação, já que é servidora desde 95, quando eram Ministros José Serra, Humberto Costa, José Gomes Temporão, Alexandre Padilha, Arthur Chioro, Marcelo Castro, Gilberto Occhi, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. Ela declarou todos esses nomes no seu depoimento e disse, quando perguntada se tinha relação comigo, *"não tenho relação alguma"*.

O Sr. Roberto Dias, que ontem, na CPI, também respondeu, *"conheço o Deputado Ricardo Barros, tenho relacionamento com ele e com diversos Parlamentares do Paraná"*, disse, ao responder se chegara ao

Ministério por indicação de Ricardo Barros: "*Não, cheguei por indicação de Abelardo Lupion, que entregou o meu currículo ao Ministro Henrique Mandetta, ainda na transição do Governo*". Portanto, Roberto Dias é do Paraná, foi nomeado pela minha esposa, Governadora Cida Borghetti, Diretor-Geral da Secretaria de Infraestrutura, na qual o ex-Deputado Abelardo era Secretário e, portanto, levou com ele alguém da sua equipe. Antes, ele era Diretor da COHAPAR também indicado por Abelardo Lupion, que era Presidente da COHAPAR. Portanto, é uma relação de muitos anos, e ele era um profissional concursado da COHAPAR. Eu espero que ele possa provar que, de fato, não tem nem nada a ver com o problema que foi levantado relacionado à Davati Medical.

Hoje, encaminhei ao Supremo Tribunal Federal, já que minha oitiva foi cancelada ... Ela seria hoje na CPI, mas foi cancelada e transferida para o dia 20. Eu não fui notificado oficialmente dessa transferência, porque dia 20 é dia de recesso. Obviamente, a CPI não pode marcar a minha oitiva no recesso. Então, pedi ao Supremo Tribunal Federal que seja concedida segurança em caráter liminar, para determinar que o meu depoimento perante a CPI seja realizado imediatamente após a sessão da CPI,

quando intimada dessa liminar, ou em outra data que V.Exa. entenda razoável, desde que até o dia 16 de julho, sexta-feira, o último dia que trabalharemos aqui antes do recesso, garantindo que o depoimento seja realizado antes do recesso parlamentar.

Eu já fui citado inúmeras vezes na CPI. A todas as pessoas que vão lá, o Relator pergunta se têm relação comigo, os Senadores perguntam se têm relação comigo. Todos negaram, mas eu mesmo não tive a oportunidade de fazer esclarecimentos.

Então, aproveito esta oportunidade para falar do esforço do Governo Bolsonaro no combate à corrupção, das medidas concretas que ele tomou em favor do *compliance*, e para dizer que espero que ou o Supremo Tribunal Federal, ou o Presidente Omar Aziz, a quem eu também estou oficiando hoje administrativamente para que conceda a marcação da minha data de oitiva antes do recesso parlamentar, portanto, até sexta-feira que vem... Espero que a CPI, que os Senadores possam aceitar a remarcação da minha data - originalmente marcada para o dia 8, quando, portanto, já tinham condições de me ouvir - para antes do recesso parlamentar, para que eu possa dar os esclarecimentos e seguir trabalhando por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

76.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021-
CD 14:32

Publ.: DCD - 09/07/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância da atuação de movimentos sociais no enfrentamento das crises sanitária, econômica, social e institucional reinantes no País. Apoio à atuação do Centro Acadêmico 12 de Maio, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará; da Frente Cearense em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde; da Associação Brasileira de Médicas e Médicos da Democracia; da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares e do Coletivo Rebento. Saudação à médica Teresinha Monte.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, minhas saudações a V.Exa., às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados.

Eu gostaria de registrar o momento que nós estamos vivendo no País, que é também o momento, Deputada Erika Kokay, de reorganização das forças democráticas do País. Este é um momento de organização, de estruturação. É o momento de as forças que defendem a democracia, que defendem a vida, que defendem a ciência se organizarem, se mobilizarem. Fortalecer os movimentos sociais é a melhor receita, Sr. Presidente, para este momento de crise que nós vivemos: de crise sanitária sem precedente; de crise econômica, pelo desemprego - são mais de 17 milhões de desempregados; de crise institucional, produzida, todos os dias, pelo próprio Presidente da República.

Nesse sentido, Deputada Erica Kokay, alguns movimentos importantes se organizam no País. Eu queria registrar o que tem acontecido no Ceará. Primeiro, um movimento importante de uma geração de médicos que militaram no Centro Acadêmico 12 de Maio do Ceará se organizou para alinhar a militância do movimento estudantil agora também ao movimento profissional. Aquelas bandeiras que foram vivenciadas por esse conjunto de médicos, na década de 80, na década de 90, nos anos 2000, isso está se fortalecendo. Esse grupo de médicos do CA 12 de Maio que militam hoje em várias áreas da prática médica do Ceará se organizou novamente.

Outro movimento importante tem sido a Frente Cearense em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde, uma frente em defesa da vida organizada e liderada por representantes de várias profissões, tais como assistentes sociais, médicos, enfermeiros, economistas. Essa

frente tem sido importante nesse processo.

A outra, Deputada Erika Kokay, é a Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia, liderada pelo Presidente Arruda Bastos, ex-Secretário de Saúde do Estado do Ceará. Esse grupo tem tido um papel importante, articulando-se nacionalmente - são médicos. E isso é muito importante, porque hoje esses movimentos que nós estamos vivenciando são também um antídoto contra essa postura omissa que o Conselho Federal de Medicina tem tido nessa questão, inclusive da pandemia.

Então, quero saudar a Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia, bem como a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares. São médicos que se dedicam à aliança com movimentos populares, médicos que se dedicam ao fortalecimento do trabalho junto aos vários assentamentos rurais, médicos formados pela ELAM, em Cuba, que fazem uma militância importante no Brasil.

E há o Coletivo Rebento, que também tem construído uma agenda importante no Ceará. Inclusive, o grupo nasceu a partir de uma chapa que disputou uma eleição no Centro Acadêmico 12 de Maio. Hoje, o compromisso dessa geração de médicos faz com que esse Coletivo Rebento, em Fortaleza, tenha feito uma agenda importante de resistência contra o autoritarismo, contra o negacionismo, inclusive apresentando uma chapa - muito bem votada - para o Sindicato dos Médicos, liderada pela querida médica Liduina Rocha e pelo querido Roberto da Justa. E aqui eu também queria saudar a nossa querida Teresinha Monte, uma médica que tem a vida toda dedicada à defesa do SUS e da ciência.

Então, esses movimentos que estamos presenciando hoje de organizações da sociedade civil construindo respostas à crise que estamos vivendo é a certeza de que, a partir dessa organização social, nós vamos construir uma resposta a esse momento. É a resposta ao momento em que o Presidente da República nega as vacinas, em que o Presidente da República nega a ciência, em que o Presidente da República é o paladino do mau exemplo em relação ao enfrentamento da pandemia, inclusive tirando máscara de criança e fazendo aglomeração, Deputada Erika. E estamos vendo agora como este Presidente se comportou frente à sua missão, inclusive na questão da vacina. A CPI está mostrando isso.

O Coletivo Rebento, então, fez um manifesto ressaltando a importância da defesa de um programa amplo de vacinação e do isolamento social; e a importância do investimento que nós temos que fazer em ciência, tecnologia e inovação no País.

Portanto, eu quero parabenizar esses vários movimentos e as

iniciativas dos médicos, dos profissionais de todas as categorias.

Reafirmo, neste momento, que o nosso mandato aqui é uma aliança a esses movimentos, para fortalecer não só a democracia representativa aqui, mas a democracia participativa.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o Coletivo Rebento, a Frente Cearense em Defesa do SUS e da Vida, a Associação de Médicas e Médicos pela Democracia, a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares e dizer que esses movimentos são a certeza de que nós vamos lutar para fortalecer o SUS, a vida, a ciência e a democracia.

Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 147/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD 14:48
Publ.: DCD - 09/07/2021 - TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de retirada de pauta, de ofício, do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes. Defesa da construção de novo texto da proposição. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre a instituição do novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, é indiscutível a urgência desta matéria que visa alterar a Lei nº 14.151, de 2021. A lei, que tem só um artigo, estabelece, sem qualquer alternativa, o trabalho remoto, o *home office*, para todas as gestantes

do País, enquanto durar esse período de pandemia que vivenciamos.

Antes de tudo, solicito que o requerimento seja retirado de pauta de ofício, para construirmos um acordo e votarmos, na semana que vem, um novo texto. Em sendo assim, poderemos também aprovar o mérito, a partir de um acordo construído com a Deputada Erika Kokay, representando o PT, juntamente com a bancada feminina, com a qual temos dialogado.

Eu tenho certeza de que juntos iremos construir um texto que vai promover algumas melhorias na Lei nº 14.151, de 2021.

Eu trago aqui alguns dados preocupantes e que foram os principais motivos para que nós pudéssemos apresentar a proposta de uma nova regulamentação. Por incrível que pareça, as mulheres têm concentrado 65,5%, quase dois terços, das demissões formais em empregos celetistas, durante a pandemia. Esses são dados do CAGED, demonstram a nossa preocupação. Além disso, 54,3% das mulheres não podem exercer a sua função de forma remota, uma vez que atuam no setor de serviços.

No que tange à vacinação, 362 mil grávidas foram vacinadas com a primeira dose e pouco mais de 17 mil, com a segunda dose. Estimamos que há aproximadamente 1 milhão de gestantes no País.

Uma das alterações na lei que sugerimos é para que haja, por exemplo, o direito de retorno ao trabalho presencial para as vacinadas. Este projeto não proíbe o afastamento, muito pelo contrário, Sr. Presidente. O afastamento já existe, e este projeto de lei continua a assegurar-lo, nós apenas retiramos do empregador a incumbência de remunerar a empregada que não pode exercer o trabalho remoto.

A remuneração terá o valor de 100% do seguro-desemprego a que teria direito, nos termos do BEm - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Prevemos ainda acordos coletivos, para assegurar e regulamentar a suspensão desses contratos de gestantes.

O empregador poderá ainda adotar medidas para manter o emprego da gestante, tais como antecipação de férias, banco de horas, adiantamento do recolhimento do FGTS. A licença-maternidade será integralmente respeitada.

Aprovamos o Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, que será encaminhado à sanção do Presidente, prevendo exatamente a inclusão desse grupo como prioritário na vacinação, o que é muito justo. Essa vacinação tem que ocorrer, porque vai assegurar a retomada econômica do nosso



País.

A Lei nº 14.151, de 2021, determina o afastamento das gestantes, sem dar nenhuma chance, mesmo àquelas que queiram trabalhar, como é o caso das vendedoras, das comissionadas, trazendo-lhes perda de renda e gerando grande insegurança jurídica para o setor que emprega neste País. E eu fico muito preocupado com a empregabilidade e com os impactos que essa lei pode causar no grupo das mulheres, em médio e longo prazo, durante toda essa pandemia que vivenciamos.

Então, é indiscutível a urgência deste projeto.

Espero que possamos juntos aqui fazer a modernização, a atualização dessa lei, em busca de mecanismos que deem garantias ao empregador, que vem sofrendo tanto ao longo desta pandemia com perda de receita, com demissão de empregados. E isso é notório, todo mundo sabe do que eu estou falando. Não é justo que o empregador tenha de pagar essa conta.

É preciso encontrar meios e mecanismos para que os projetos já aprovados aqui por nós, a exemplo da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, que instituiu o BEm, que tem uma dotação orçamentária de quase 10 bilhões de reais, possam, por exemplo, embasar esse tipo de afastamento.

Não é justo que os empresários, os empregadores, num período tão difícil, em que há queda de receita de todos os segmentos, de todos os tipos de negócio, tenham de arcar com esse custo, sem que o serviço seja prestado.

Então, eu faço este apelo a esta Casa para que, na próxima semana - e quero aqui mencionar o empenho da bancada feminina, por meio da Deputada Celina Leão e da nossa colega Deputada Erika Kokay, e também o de todos os demais Líderes que assinaram este requerimento de urgência -, possamos construir esse texto e chegar a um substitutivo que promova melhorias nesta lei.

O nosso texto não é o ideal para todos os lados, eu reconheço isso, mas pode e certamente será melhorado. Eu tenho certeza, Deputado General, de que nós iremos construir isso ao longo desses próximos dias e, na terça-feira, aprovaremos este requerimento e também o mérito desta matéria.

Eu solicito à Presidência que retire, de ofício, este requerimento de urgência, para que possamos na semana que vem apreciá-lo, formando esse acordo que vai beneficiar os empregadores deste País e, ao mesmo tempo, assegurar às gestantes o direito à estabilidade, ao

trabalho e à renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 148/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	15:12
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à retirada de pauta do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes. Participação da bancada do PT na construção do texto do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, para inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidade ou privados de liberdade.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Deputado Tiago Dimas se referiu a uma construção que fizemos acerca de um projeto que mexe nos direitos e nas condições das trabalhadoras grávidas. Uma das estabilidades mais justas que nós temos é a das grávidas. Nós solicitamos a ele que fosse retirada a urgência. Temos toda a disposição de assumir as preocupações dele, mas sem que seja tirado nenhum direito das trabalhadoras grávidas.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que, na matéria das lactantes, nós tivemos durante todo o tempo, na bancada do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, a atuação muito militante e muito dedicada da nossa Presidenta, Gleisi Hoffmann, que esteve todo o tempo construindo, discutindo, enfim, apoiando a reivindicação que esta Casa aprovou, com o que fez justiça.

Documento 149/200

76.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021- CD	15:12
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER



Sumário

Iminência do alcance de 600 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Equívoco do corte de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS. Dificuldades no atendimento aos pacientes pós-Covid na rede de saúde pública. Inconsistência de declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a subnotificação do número de óbitos pela Covid-19. Descumprimento, pelo Presidente da República, das medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Apelo à Presidência e aos Líderes partidários de apreciação conjunta, em regime de urgência, das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 22, de 2011, a respeito da política remuneratória e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; e 14, de 2021, acerca do estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a concessão de aposentadoria especial à categoria.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria, inicialmente, chamar a atenção para uma situação que o Brasil está vivendo e à qual nós precisamos todos estar muito atentos.

Infelizmente, a condução da pandemia foi muito inadequada. Não é à toa que nós temos hoje a possibilidade de chegar a 600 mil mortos no Brasil, o que é uma tragédia sem precedentes na história do nosso País. Sr. Presidente, nós vamos ter grandes desafios, que já estão postos no curso desta pandemia, durante e também depois. Se não conseguirmos quebrar essa história do limite, do teto de gastos, o Brasil não vai conseguir dar os passos de que precisa, muito fundamentalmente, no que diz respeito à saúde do povo brasileiro. O nosso SUS vem sofrendo cortes de verbas. Neste segundo ano de pandemia, principalmente de janeiro até aqui, o Governo diminuiu e muito o fluxo de repasses para o seu financiamento, na pandemia, e, obviamente, também para o financiamento da saúde, o que tem um agravante muito complexo: grande parte das pessoas que tiveram COVID estão "sequeladas", e essas sequelas precisam de cuidado pós-COVID. Nós temos dificuldades no pré-COVID, que é o atendimento nos prontos-socorros especializados, e temos também dificuldade no pós-COVID.

Estamos vivendo um momento de muitos escândalos com relação a vacinas e de outros tantos com relação aos testes, que foram praticamente abandonados à medida que o tempo foi passando. Pouco ouvimos falar hoje em testagem, pouco ouvimos falar em pronto-socorro especializado em COVID. Isso também é um grande problema.

Sr. Presidente, as sequelas estão matando as pessoas. As sequelas da

COVID estão matando as pessoas: são doenças do coração, são doenças renais, hepáticas - das doenças respiratórias nem se fala. Esses mortos não estão indo para a conta da COVID.

Quando ouço o Presidente da República dizer que há subnotificação do número de mortes por COVID, eu até acho que ele deve estar morando em outro país, em outra realidade, porque o que há realmente é subnotificação do número de mortes, e não hipernotificação, melhor dizendo, como ele pensa que estava existindo. Há subnotificação no que diz respeito ao número de pessoas que morrem em casa, que morrem por outras situações que não são registradas.

Em Feira de Santana, por exemplo, a minha cidade, o número de mortes é muito menor do que o número de mortes do controle que está sendo feito pelo Estado. Talvez não estejam contabilizando os pacientes que são transferidos para outras cidades, principalmente para a capital.

Essa realidade tem que ser enfrentada com mais recursos, com mais atenção à saúde, com mais educação, com mais esporte, com mais assistência social.

Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um ponto que acho crucial para que possamos fazer esse enfrentamento de forma adequada. O Brasil merece uma atenção básica melhor, o Brasil merece uma atenção básica que possa refletir nesta pandemia e precisa de mais recursos, para que essa atenção básica seja mais qualificada. O nosso SUS precisa de mais dinheiro, o nosso SUS precisa de mais atenção da nossa Casa Legislativa e do Poder Executivo.

Um dos pontos relacionados à atenção básica - inclusive, temos na Casa duas medidas que podemos juntar, fazer com que sejam apreciadas da forma mais rápida possível - é o da situação dos agentes comunitários e dos agentes de combate às endemias do Brasil. Hoje, duas Propostas de Emenda à Constituição, a de nº 22 e a de nº 14, estão sendo apensadas, e alguns requerimentos estão sendo processados na Mesa. Neste momento eu queria pedir que concentrássemos o esforço das Lideranças partidárias para que essas medidas possam, conjuntamente, ser apreciadas o mais rapidamente possível na Câmara dos Deputados. As duas PEC, a 22 e a 14, visam melhorar as condições profissionais dos agentes comunitários e dos agentes de combate às endemias, homens e mulheres que, no dia a dia, contribuem e muito para a atenção básica do nosso País.

A meu ver, Sr. Presidente, eles precisam de recomposição salarial, eles precisam de qualificação em suas carreiras, eles precisam inclusive de readequação para este novo momento da pandemia.

Neste novo momento de pandemia e no pós-pandemia, a figura das agentes comunitárias e dos agentes comunitários, das agentes de combate às endemias e dos agentes de combate às endemias vai ser fundamental. Esses homens e mulheres fazem o trabalho de construção de uma atenção básica mais qualificada, que pode nos ajudar a construir também este instante de tratar das pessoas que ficaram "sequeladas" com a pandemia.

Essa atenção inicial, primária, é fundamental.

Que possamos ter condições de ver o Brasil enfrentar, de forma mais contundente, essas dificuldades todas que estão sendo postas na nossa saúde com a COVID-19. Já basta o que aconteceu com as vacinas, que o Governo deixou de comprar no momento certo. O Presidente da República não encarou os comandos da ciência como deveria encarar um Chefe de Estado e acha engraçado tirar máscaras de crianças, acha engraçado propor, promover aglomerações, acha engraçado sair por aí comemorando não sei o que em reuniões de motociclistas - e quero dizer do respeito que tenho pelos motociclistas, mas não é hora de fazer nenhuma aglomeração desnecessária. O Presidente da República tem forçado as pessoas a irem para as ruas lutar contra todas essas mazelas que estão se acumulando neste péssimo enfrentamento que está sendo feito à pandemia no nosso País.

Para que nós possamos corrigir essa caminhada, precisamos, sim, de mais atenção à saúde. É claro, nós sabemos, que precisamos de mais UTIs, de mais ações diversas de alta complexidade, de mais leitos amarelos, de mais atenção médica de alta complexidade, mas não podemos esquecer que a porta de entrada da saúde no Brasil é a atenção básica. Essas agentes e esses agentes comunitários e de combate às endemias precisam, sim, que esta Casa se debruce sobre essas importantes matérias que estão para ser votadas, a PEC 14 e a PEC 22. Elas precisam ser apreciadas, merecem a nossa atenção, a nossa urgência e, acima de tudo, o nosso aceno positivo, a fim de que essas categorias tenham a garantia de que vão ter as condições para corrigir gradativamente os grandes erros de condução que foram cometidos neste processo de pandemia e, historicamente, no processo da saúde.

Vivam os agentes comunitários! Vivam as agentes comunitárias! Vivam os agentes de combate às endemias! Vivam as agentes de combate às endemias! Viva a atenção básica! Viva o nosso SUS!

Salve o povo brasileiro!



76.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -08/07/2021-
CD 15:36

Publ.: DCD - 09/07/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação da Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privados de liberdade. Aprovação, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 3.932, de 2020, de autoria da oradora, acerca do afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta Câmara tomou hoje uma decisão muito importante, a de garantir, quanto à vacinação, prioridade para as mulheres que acabaram de ganhar bebês, para as mães que ainda estão amamentando seus filhos e para as grávidas, assim como para adolescentes e jovens que precisam de apoio, de acompanhamento.

Isso me faz lembrar, Sr. Presidente, da importante decisão que a Câmara e o Senado tomaram. Foi aprovado projeto de nossa autoria, que se transformou na Lei nº 14.151, que dispõe sobre o afastamento das grávidas do trabalho presencial.

É muito importante esse reconhecimento da Câmara, porque o Brasil foi o país em que mais morreram grávidas durante a pandemia - 77% das grávidas que morreram no mundo eram brasileiras. Isso ressalta a importância da decisão de imediato afastamento das grávidas do trabalho presencial.

Acontece que, infelizmente, quando o Governo Federal sancionou a lei, ele não a regulamentou. O Governo cruzou os braços e deixou que as pequenas e médias empresas se responsabilizassem sozinhas pelo pagamento às grávidas.

Graças ao esforço da nossa líder da bancada feminina, a Deputada Celina Leão, o Governo se reuniu aqui conosco, para conversar conosco. Ela fez uma cobrança ao Governo, a de que o Governo precisa ajudar as pequenas e as médias empresas a assumirem essa responsabilidade, porque estamos em um momento de exceção, em um momento de pandemia. O Congresso colocou à disposição do

Governo Federal todo o orçamento necessário para suprir as necessidades do País durante a pandemia. Então, o Governo pode pagar de forma integral o salário das grávidas. O Governo pode, sim, ajudar as pequenas e as médias empresas. O que não pode é este Parlamento retroagir e votar uma lei para prejudicar uma conquista das mulheres, uma conquista das grávidas, que têm, por lei, direito ao afastamento do trabalho presencial durante o período da pandemia.

Há uma discussão a respeito de as grávidas vacinadas poderem voltar ao trabalho ou não. Eu penso que a decisão deve ser de cada médico que acompanha a sua paciente. Não serei eu, leiga no assunto saúde, que vou tomar essa decisão. É preciso, nesse caso, ouvir os especialistas.

A Câmara tem que ter sensibilidade para cuidar das grávidas, porque já morreram muitas durante a pandemia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 151/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:00
Publ.: DCD - 14/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção e incapacidade de comando do País pelo Presidente Jair Bolsonaro, segundo pesquisa do Instituto Datafolha. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito de denúncias de superfaturamento da compra de vacinas pelo Ministério da Saúde.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Parlamentares que compõem esta Casa, hoje quero me referir a dados da última pesquisa Datafolha, divulgada no fim de semana e também ontem. Essa pesquisa indica que 70% dos brasileiros acreditam que há corrupção no Governo Bolsonaro. Repito: 70% dos brasileiros acreditam que há corrupção no Governo Bolsonaro.

Parlamentares da base aliada têm dito que essa é uma narrativa apenas da Oposição, e eu quero dizer que, se é uma narrativa da Oposição, podemos considerar que 70% do povo brasileiro é oposição a este Governo.

É fundamental percebermos que está efetivamente em curso um processo que coloca o Governo cada vez mais numa situação difícil, numa enrascada. Dos entrevistados, 63% acham que há malfeitos na saúde, que há corrupção na saúde: superfaturamento na compra de vacinas, propina de 1 dólar por dose em contrato com uma empresa intermediária, conforme denúncia feita não só por pessoas ouvidas na CPI da COVID, mas também por servidores do Ministério da Saúde. Sessenta e quatro por cento dos brasileiros acreditam que Bolsonaro sabia do caso. O povo brasileiro, portanto, está atento.

O Presidente diz que não pode tomar providências em relação a tudo que fica sabendo. Como não tomar providências sobre um assunto como esse, um assunto que diz respeito a superfaturamento, a propina na compra de vacinas? Ele foi avisado. O povo está de olho, 63% dos brasileiros admitem que o Presidente é incapaz de liderar o País.

Esses são alguns dados da pesquisa.

O Governo faz de conta que não vê o movimento que ocorre na sociedade brasileira. Além de incompetente, é um Governo que está envolvido nesse tipo de caso. Ele admite, confessou que não tem como falar sobre tudo que chega até ele.

Eu quero chamar atenção para os dados dessa pesquisa, dados muito sérios! Não se trata de narrativa só da Oposição, a percepção é também da sociedade brasileira. Vou repetir: a percepção não é só da Oposição, é também da sociedade brasileira.

Vamos em frente!

Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 152/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:04
Publ.: DCD - 14/07/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Eficácia das vacinas contra a Covid-19, demonstrada na redução do número de casos e de óbitos decorrentes da doença viral no Brasil. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do

Governo Federal em denúncias de superfaturamento na compra de imunizantes. Elevação dos índices inflacionários, dos preços de combustíveis e de alimentos. Agravamento da crise econômica brasileira. Escalada da fome no País. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a queda do número de casos de COVID e de mortes, nos últimos dias, demonstra claramente a eficácia da vacinação, que está salvando vidas!

Imaginem se o Presidente tivesse tomado tempestivamente a decisão de comprar vacinas. Jamais chegaríamos a esta situação, com mais de meio milhão de brasileiros mortos. Mais de 530 mil brasileiros se foram! Quantos poderiam ter sido salvos? E vejam que o Brasil foi um dos primeiros países a ser procurado pelos produtores de imunizantes.

Então, como não chamar de genocida um Presidente que não cumpriu o dever de defender a saúde do seu povo? Pior: ao ser confrontado com a suspeita de corrupção na compra de vacinas, confrontado por um Deputado da sua base, que lhe deu a oportunidade de agir de forma exemplar, Bolsonaro não levou o caso para a direção da Polícia Federal, tratou-o com Pazuello. Preferiu falar para a raposa tomar conta do galinheiro.

Bolsonaro também teria dito que isso era coisa do Deputado Ricardo Barros. Passou recibo. Ele soube de algo gravíssimo e, inadvertidamente, entregou de bandeja o Líder do Governo na Câmara dos Deputados aos leões. Ao jogar a suposta lambança sobre a compra de vacinas no colo do Deputado Ricardo Barros, ele suja definitivamente o seu Governo.

As pesquisas dos últimos dias dão conta da percepção da sociedade sobre o que ainda resta deste Governo. Mas o pior está por vir! Não vai ser sem a presença e o estímulo do Estado nacional que a crise econômica será vencida. A carestia quanto aos combustíveis e aos alimentos vai aumentar, a inflação também, e a economia vai estar cada vez pior, e a fome vai se alastrar na antessala das eleições. É isso que resta a Bolsonaro.

Nós estaremos aqui firmes, combatendo esse genocida, que não nos representa.

Hoje, afirmamos com muito mais certeza: fora, Bolsonaro!

Sumário

Insurreição do povo cubano contra o regime ditatorial implantado naquele país. Prática de genocídio pelo governo de Cuba, demonstrada na recusa de vacinação do seu povo contra a Covid-19. Proibição do acesso da população à Internet pelo governo cubano. Incoerência do discurso da Esquerda contra a ditadura e o genocídio, e a favor dos regimes ditatoriais implantados na Venezuela e em Cuba. Solidariedade ao povo cubano.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, quero expressar a minha felicidade ao vê-lo comandando esta sessão.

Estamos acompanhando com satisfação esse evento tão importante que está acontecendo num país chamado Cuba. O povo cubano, Deputado Carlos Jordy, há mais de 60 anos é governado por genocidas. Também o povo venezuelano, há mais de 20 anos, é governado por genocidas. O povo de Cuba tomou coragem e saiu às ruas nesse final de semana, clamando por liberdade, clamando pelo direito de manifestar-se, brigando por comida. O povo de Cuba foi às ruas brigar por vacina! E, vejam, Cuba tem tradição na área da saúde. Muitos brasileiros, inclusive, já estudaram em Cuba. O país está preferindo vender vacina a vacinar o seu povo. Vejam o absurdo. Isso é genocídio! Isso mata a nação, mata os sonhos das crianças do país, que sabem que vão crescer sem a liberdade de usar a Internet. A Internet para o povo de Cuba, para os poucos que podem usá-la, foi cortada nesse final de semana, porque o Governo não aceita manifestação contra ele, Sr. Presidente.

O que mais me chama a atenção, Presidente Gilberto, é ver que os Parlamentares que aqui usam a tribuna para falar de ditadura, de genocídio, para falar de democracia são os mesmos que apoiam a ditadura cubana, são os mesmos que apoiam a ditadura venezuelana, são os mesmos que apoiam os massacres e as prisões dos manifestantes nas ruas de Cuba! É muita hipocrisia.

Estamos aqui para fazer esse registro e declarar a nossa solidariedade ao povo cubano, que muito já sofreu. Foi governado durante quase 90% desse tempo pela família Castro, que, aliás, deveria trocar de nome. Não deveria ser família Castro e sim família "Castr", porque castrou o direito do povo cubano durante mais de 60 anos, castrou a liberdade, castrou o direito do cidadão de estudar onde quer, de

trabalhar onde quer, de viajar, de sair pelo seu país.

Sr. Presidente, somos realmente muito solidários. Quero pedir a este Parlamento que possamos manifestar aos organismos internacionais o nosso apoio à liberdade do povo de Cuba.

Não à ditadura cubana! Não à ditadura venezuelana! Não aos genocidas que governam Cuba por 60 anos e são idolatrados por muitos que...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 154/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:16
Publ.: DCD - 14/07/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falta de ética e moral do Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do Presidente da República diante da escalada da fome e do alcance da marca de 550 mil mortes no País, em decorrência da Covid-19. Contrariedade à comparação de Cuba com o Governo Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero falar algo com certa tristeza, não pelo Governo Bolsonaro, porque por esse, infelizmente, hoje, temos repúdio, mas pelo Brasil.

O Governo está se desmanchando de tal forma que não há mais defesa. Ele desmancha, do ponto de vista moral, do ponto de vista ético, do ponto de vista físico. Como pode um Presidente ir ao cercadinho e falar para os que o apoiam aqueles absurdos? Estava vendo um vídeo do Presidente, quando disse que ele era igual ao cocô daquelas pessoas que estavam lá. E uma eleitora dele disse: "*Presidente, faz cocô aqui, seria tão legal*". Vejam o que é um presidente de um país como o Brasil! Pode ser isso?

A pessoa está se desmanchando. E o pior: desmancha o Brasil, pois os exemplos são muitos. O povo brasileiro está passando fome. Será que

o Presidente não está vendo isso? Não vai socorrer os brasileiros?

Morreram, no Brasil, quase 550 mil pessoas, Deputada Erika Kokay, e o Presidente diz que é uma gripezinha. E daí, ele não é coeiro. Que sujeito!

Ele não tem um pingo de moral, de ética, Deputado Célio Moura.

O Presidente agora está se desmanchando fisicamente, danou a soluçar, tem insônia, pesadelos. Agora, até a esposa dele foi citada nas mensagens obtidas do telefone do Domingueti, um cabo da Polícia Militar mineira, envolvido na venda de vacina, que se juntou a um reverendo, amigo da Primeira-Dama. No telefone de um cabo da polícia militar há mensagem do próprio Presidente, envolto no caso da corrupção das vacinas.

Portanto, desintegra-se moralmente este Governo. E com ele se desintegram também os seus apoiadores. Aqueles que acreditavam que isso era um mito estão vendo agora que é um "minto".

Por isso, alguns têm mesmo que tentar falar de Cuba. Coitados! Cuba é um país que tem um povo que resiste, que está sendo perseguido, inclusive pelos Estados Unidos, há décadas e décadas, e que tem uma história belíssima. Não se pode compará-la a esse sujeito. Bolsonaro é hoje um delinquente, abandonado pelos seus próprios apoiadores. Fora, Bolsonaro! Essa é a única coisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 155/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:20
Publ.: DCD - 14/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Razões da insurreição do povo cubano contra o regime comunista implantado naquele país. Proibição, pelo governo de Cuba, do acesso da população à Internet. Contradição do discurso da Esquerda de comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas e contra a ditadura, e o apoio às restrições à liberdade e à repressão impostas ao povo cubano pelo regime ditatorial implantado naquele país. Solidariedade ao povo cubano. Apoio da Esquerda a

governos totalitários.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, pela deferência.

Acredito que todos estejam vendo a onda de manifestações e protestos que vem acontecendo em Cuba. Um país que há anos é dominado por uma ditadura comunista, um país onde o comunismo deu certo, assim como na Venezuela: restrições de liberdades individuais, o povo passando fome, todos iguados por baixo, enquanto os dirigentes do partido vivem gozando de regalias, enriquecendo e viajando até mesmo para países capitalistas.

O que nós vimos foi uma onda de manifestações em que o povo estava armado, armado de celulares para expor tudo que vem acontecendo na ditadura comunista de Cuba, que há anos reprime os cidadãos e os forçam a viver na miséria. O que eles estavam reivindicando era a saída desse regime, que é tão adorado pelos partidos de esquerda no Brasil, reivindicando comida, porque já não há mais comida, vacina, remédios e também acesso à Internet, porque, diante dessa exposição de todas as mazelas sociais de Cuba, o Presidente cubano vem cortando a Internet, para proibir que o mundo saiba as mazelas que há naquele regime comunista. Essa revolução digital que vem acontecendo lá não pode parar, deve ter um fim o regime comunista de Cuba.

O que nós estamos vendo, aqui no Brasil, são esses Parlamentares do PT, do PSOL e demais partidos comunistas, que vivem atacando o Presidente, falando de genocida, de totalitarismo, de ditadura, apoiando todas as restrições de liberdade, de garantias individuais em Cuba, apoiando todo o massacre que vem acontecendo. O Partido dos Trabalhadores fez um comunicado de apoio ao Governo de Cuba. Isso é lamentável! E é uma verdadeira hipocrisia por parte desses que vivem a criar narrativas, falácias contra o Governo Bolsonaro, contra o Presidente Bolsonaro.

Toda a solidariedade ao povo cubano, que vem se rebelando contra essa mentira que é o comunismo, que dominou durante tantos anos o seu país, a exemplo do que ocorre com a Venezuela. Temos que apoiar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) - Chegou a hora de o Brasil e o resto do mundo expressarem o seu apoio aos ativistas cubanos, que

têm se rebelado contra todas essas mazelas que vêm sendo praticadas pelo comunismo. Total repúdio aos partidos de esquerda que neste momento estão apoiando governos totalitários como o de Cuba.

Documento 156/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:24
Publ.: DCD - 14/07/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Artigo Pátria amada, Brasil, de Rogério Cerqueira Leite, a respeito da privatização das águas no Brasil e do domínio do Rio de Janeiro por milicianos e traficantes.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, eu, na verdade, assumi a tribuna para fazer referência a um artigo brilhante que foi escrito pelo famoso Físico Rogério Cerqueira Leite.

Ele começa o seu artigo com, eu diria, um chamamento provocativo: *Pátria amada, Brasil (se sobrar alguma coisa)*. O que me estimulou também nesse texto é que eu tenho dito que a COVID provocou a maior tragédia nacional em todos os tempos. E agradeço porque ele diz que a diferença entre tragédia e genocídio é que tragédia não é uma escolha, o genocídio é uma escolha. E ele se refere evidentemente ao Presidente da República.

Esse é um senhor de 90 anos de idade, que fez o ITA, fez doutorado em Paris e vai fazendo assim, em traços rápidos, o desenho atual do Brasil.

Ele fala:

"A condenação sistemática de meios de proteção contra o vírus também constitui crime contra a humanidade. (...) A febre neoliberal culminou com a aprovação da medida provisória que autoriza a privatização da ELETROBRAS", sancionada pelo Presidente da República.

Mas ele continua: *"Apenas países de pouca importância econômica fizeram algo similar. Nos Estados Unidos da América,"* - a Meca para muita gente aqui, inclusive para o Presidente da República - *"por exemplo,"* - e ele fala dos Estados Unidos - *"onde até usinas nucleares*

são privadas, as hidroelétricas são estatais".

Ele fala, portanto, com razão, que o Brasil vendeu as águas. Portanto, vendeu a vida, exatamente porque as hidroelétricas controlam o fluxo desse bem tão precioso.

Ele fala também do Estado do Rio de Janeiro, que já foi a Cidade Luz, está na mão de milicianos, traficantes e outros meliantes.

E assim vai descrevendo... Mas eu quero aqui terminar falando rapidamente de Cuba.

Por miserável subserviência aos Estados Unidos, o Brasil passa a hostilizar China, Rússia, países vizinhos e outros. E o Brasil, ao se solidarizar com os norte-americanos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - ...contra Cuba, que é o que provoca a fome e a miséria naquele país.

Documento 157/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:40
Publ.: DCD - 14/07/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Recusa, pela Fundação Nacional das Artes - FUNARTE, de concessão de patrocínio ao tradicional Festival de Jazz do Capão, na Chapada Diamantina, Estado da Bahia. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República, diante do seu negacionismo no combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cultura brasileira está sendo mais uma vez pisada por este Governo Federal.

A Fundação Nacional de Artes - FUNARTE está nas mãos de inimigos da cultura. Ela negou o patrocínio da Lei Rouanet a um tradicional festival de jazz da Chapada Diamantina, na Bahia, e ainda ofende a religião citando Deus como argumento. É claro que Deus nada tem a

ver com a censura fascista deste Governo, que promove o genocídio de seu próprio povo. Mortes ocorrem em razão do descontrole da pandemia, que já atingiu 534 mil vítimas, porque ele brincou com isso desde o início.

O motivo real dessa negação de apoio da FUNARTE foi a publicação de um cartaz em que a organização do festival afirma: "*Não podemos aceitar o fascismo, o racismo e nenhuma forma de opressão e preconceito*".

Sr. Presidente, nós precisamos ter nesses postos alguém que verdadeiramente tenha conhecimento. É um deboche o que fazem conosco. A FUNARTE fez uma clara confissão do seu desconhecimento, do seu deboche, do seu preconceito e da sua ideologia. Não há nenhuma inspiração da música como arte divina, como disse o absurdo parecer.

O Festival de Jazz do Capão, na Chapada Diamantina, recebe desde 2017 o apoio tanto da Secretaria de Cultura da Bahia quanto da Lei Rouanet. Já participaram desse festival representantes estrangeiros, além de artistas de renome que nós temos.

Sr. Presidente, eu quero concluir pedindo a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Quero dizer à FUNARTE e aos seus dirigentes que o *jazz* nasceu entre 1890 e 1910 em New Orleans. Eles não sabem disso, mas é uma improvisação do *swing*. Eles não sabem disso, mas o *jazz* tem suas raízes na música negra americana. É daí que nasce também o *black*, que nasce o *negro spiritual*. Vão estudar, que é melhor!

Documento 158/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-14:48
Publ.: DCD - 14/07/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos financeiros causados pela epidemia de coronavírus ao setor de bares, restaurantes e similares. Apelo ao Governo Federal por abertura de linhas de crédito com juros subsidiados ao setor, e extensão do auxílio emergencial aos trabalhadores do ramo. Reiteração do pedido de celeridade no processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são públicas e notórias as dificuldades enfrentadas por diversos segmentos da economia com as restrições da pandemia da COVID-19. Muitas delas, a maioria, são necessárias para preservar os cuidados recomendados pela Organização Mundial de Saúde, para evitar os aumentos de casos e superlotações de UTIs, enfim, para preservar vidas.

Quero fazer referência aqui a bares, restaurantes e similares por serem pontos de aglomeração, em certos casos, com exagero. Esse foi um dos setores mais penalizados durante a pandemia. Uma estimativa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL revela que 75% dos estabelecimentos que retornaram às atividades não conseguiram ainda recuperar os prejuízos financeiros enfrentados. A entidade estima que passam de 60 bilhões de reais os valores perdidos pelo setor.

Aqui na Bahia, na minha cidade de Guanambi, por um período longo, esse setor ficou sem poder exercer suas atividades, inclusive muitos estabelecimentos fecharam as portas, precisaram demitir funcionários, etc. Só agora estão retornando, como confirmam os dados da ABRASEL, mas ainda sem fôlego financeiro.

Daí eu destaco e deixo aqui o registro da minha solicitação ao Governo Federal, no sentido de agilizar a liberação para o setor de linhas de crédito em caráter emergencial, sem juros e sem burocracia. E sugiro que, analisando o Orçamento, seja aumentada a abrangência do auxílio emergencial, a fim de contemplar as categorias que trabalham no setor, uma vez que já perderam renda com o fechamento de muitos estabelecimentos. Por fim, reitero a necessidade de que a vacinação seja acelerada para salvar vidas e a economia.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e peço que o nosso pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 159/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:12
Publ.: DCD - 14/07/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sucesso da motociata realizada em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, em

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Imprecisão de pesquisas eleitorais.
Tentativa da CPI da Covid de incriminação do Presidente da República.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Nobres colegas, é uma grande satisfação estar nesta sessão novamente.

Hoje, com muito orgulho, vou falar da cavalgada de aço dos gaúchos, que foi a maior "motociata" proporcional no Brasil, uma demonstração de que a população gaúcha e brasileira apoia finalmente, fielmente, com todo o carinho, com todo o amor o nosso Presidente Bolsonaro. Não existe a menor dúvida quanto a esse apoio.

Foram milhares, centenas, um número impressionante de motocicletas em todos os lugares. Em algumas ruas, levava-se de 50 minutos a 1 hora sem parar; em outras, de 1 hora a 1 hora e 15 minutos sem parar. E o melhor, o grande diferencial foi que ousamos e criamos a cavalgada aquática, a "motociata" aquática, com mais de 400 *jet skis*, barcos e lanchas, numa demonstração de carinho, amor e apoio ao Presidente Bolsonaro, ovacionado em todos os lugares por que passava.

Aí eu questiono essas pesquisas, como a do Datafolha, que, em 2018, faltando 4 dias para a eleição, disse que Bolsonaro perderia para qualquer um no segundo turno -- em 2018, 4 dias antes da eleição. Quem acredita nessas pesquisas? Quem acredita nessas acusações em que tentam imputar um homicídio a Bolsonaro sem corpo e sem vítima? É uma CPI do ódio, uma CPI circense! Nós abafamos isso em Porto Alegre com a cavalgada de aço da gauchada, demonstrando um verdadeiro amor ao nosso Presidente. Foi uma verdadeira pesquisa nas ruas, nas águas. Todos pagaram o próprio combustível, a própria alimentação, o próprio transporte com orgulho, com sentimento telúrico de amor a terra, sentimento ufanista de amor ao País como nunca visto em nenhuma "motociata".

É o amor do gaúcho, que ama demais o seu Estado, ama demais o seu País e ama demais o Presidente, que é patriota e está aí para colocar o nosso Brasil no seu devido lugar de respeito, credibilidade e orgulho para todos.

Grato, nobre Presidente.



58.2021.B

Sessão Outro Evento

13/07/2021-15:16

Publ.: DCD - 14/07/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso repetitivo da Esquerda de envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Natureza vexaminosa da atuação da CPI da Covid. Defesa de adoção do voto auditável nas eleições brasileiras. Necessidade de votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos. Pedido aos Parlamentares de apoio ao Projeto de Lei nº 356, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal, para o estabelecimento de nova hipótese de cometimento de crime, em caso de censura de redes sociais; e a inserção de dispositivo na Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), com vista à tipificação como crime eleitoral da censura de redes sociais com tal fim.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, colegas Deputados.

Eu gostaria de deixar claro aos colegas que nos antecederam, exceto ao Deputado Bibó Nunes, que nós lamentamos esse discurso repetitivo e vazio de comprovação, de vontade, infelizmente para eles, de conseguir demonstrar que o nosso Presidente Jair Bolsonaro teve algum envolvimento com algum tipo de suspeita que possa ter havido em relação à compra das vacinas.

O engraçado é que, em uma hora, queriam que comprássemos a vacina com rapidez e, em outra hora, queriam que a vacina não fosse comprada com rapidez. Nós não conseguimos entender isso. Essa CPI, a cada dia que passa, envergonha-nos.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir antecipadamente que o nosso pronunciamento constasse no programa *A Voz do Brasil*.

Eu gostaria também de fazer um comentário sobre a segurança das eleições. O que se questiona não é se a urna eletrônica é passível ou não de fraude. Nós sabemos que todo o sistema eletrônico, todo o sistema que usa, em um ou outro momento, a rede mundial de computadores para transmitir algum tipo de sinal, de imagem ou de dados, é passível de ser provado. Quem nega isso daí está querendo negar a própria existência divina. Quem nega isso está querendo mentir que não tem um buraco na sua barriga, que é o seu umbigo.

Não é possível um negócio desse! Isso é inegável, é inquestionável!

Eu lamento muito que autoridades da República, especialmente do Tribunal Superior Eleitoral -- TSE, estejam querendo negar isso aí. Políticos, em um passado não muito distante, questionavam as urnas eletrônicas quanto à sua segurança e hoje já são a favor, dizendo que elas são seguras.

Ora, temos um voto que pode ser auditável! A questão é esta, meus colegas: o voto precisa ser auditável. Eu lamento muito que as autoridades do TSE e do próprio Supremo estejam chamando Presidente de partido, que não são donos das nossas almas. O Presidente de partido não é o dono da alma do Deputado. É o Deputado que vai atrás do voto. A legenda é um aluguel de que nós precisamos ainda no Brasil antes que a democracia seja fortalecida. Então, Sr. Presidente, nós temos um projeto de lei, sim, que precisa ser respaldado, ser respeitado e ir à votação.

Por último, eu gostaria de comentar que as redes sociais, as *big techs* que fazem a administração das redes sociais, precisam ser fiscalizadas, precisam parar de censurar as pessoas sem nenhuma razão.

Nós temos um PL sobre isso e vamos tocar adiante. Peço o apoio dos colegas Deputados para que nós possamos fazer valer a nossa vontade. Espero que esse pessoal que está querendo censurar as pessoas seja devidamente repreendido ou, no caso, multado. Outros países, como a Polônia, já fizeram isso muito bem. Uma *big tech* que censure alguém lá sem razão, sem um motivo justo, é multada, e a multa é bastante alta.

Muito obrigado. Estamos em luta pelo Brasil.

Documento 161/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:36
Publ.: DCD - 14/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de Representação ao Ministério Público Militar contra o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar, Carlos de Almeida Baptista Junior, por ameaças à democracia e intimidações à CPI da Covid e ao seu Presidente, Senador Omar Aziz. Defesa de retorno dos militares aos quartéis. Envolvimento de membros das Forças Armadas brasileiras em

denúncias de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro, diante de sua omissão sobre a denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda a respeito da compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, a respeito das contínuas ameaças do Presidente da República à democracia e à realização das eleições de 2022; e da intervenção dos militares no processo político. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria comunicar ao Plenário que nós demos entrada a uma representação no Ministério Público Militar contra o Ministro da Aeronáutica. Depois da nota do Ministério da Defesa, ele reincidiu, ameaçando a democracia brasileira e intimidando a CPI e o Presidente da CPI ao dizer que tem poder para isso, que homem armado não precisa ameaçar.

Lugar de militar é no quartel, é defendendo as nossas fronteiras. Não é poder moderador! Isso já foi vencido pela Constituição Federal de 1988. A ditadura durou 20 anos. Voltem aos quartéis!

Sabem por que eles estão indignados? Porque apareceu corrupção no Ministério da Saúde, com o envolvimento de pastores, cabos da PM e coronéis, às pencas. É verdade! Há gente, sim, metendo a mão na massa ali.

É óbvio que o Deputado Luis Miranda, que era da base do Governo, não foi ao Palácio da Alvorada alertar Bolsonaro à toa. Ele é do Governo. E Bolsonaro não tomou nenhuma decisão, não fez nada! Ele, simplesmente, prevaricou no cargo.

E mais: ontem, no *Roda Viva*, isso ficou absolutamente claro. Foi perguntado ao Deputado Luis Miranda sobre a conversa com o Pazuello, inclusive indicando quem meteu o dedo na cara de Pazuello. Alguma jornalista disse que foi o Presidente da Câmara. Ele não falou nada, disse apenas: "*Pergunte ao Pazuello*". Então, há muita coisa para ser investigada.

O que não pode é Bolsonaro dizer que, se não for do jeito dele, com a urna impressa, não haverá eleições em 2022. Isso tem nome: golpe de Estado! Isso precisa ser reprimido. O Supremo Tribunal Federal e esta Casa não podem permanecer em silêncio depois dessa intervenção militar, depois da declaração do Ministro da Defesa e das ameaças contínuas à democracia e às instituições feitas por Jair Bolsonaro, que ontem foi rezar um Pai Nosso no STF. Mas sabemos que isso tudo é

cinismo.

O processo de *impeachment* por crime de responsabilidade justifica-se por tê-lo Bolsonaro praticado mais uma vez ao ameaçar as eleições. Deputado Arthur Lira, saia da covardia e retire o processo de *impeachment* já!

Documento 162/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:44
Publ.: DCD - 14/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Identificação de cepa colombiana do coronavírus no Estado de Mato Grosso, após o jogo entre as seleções do Equador e Colômbia pela Copa América. Superação da marca de 530 mil mortes no País pela Covid-19. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela doença viral, e a omissão na compra tempestiva de vacinas. Exigência de concessão, pelo Governo Federal, de auxílio pecuniário às famílias atingidas pela epidemia de coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e demais pares que nos acompanham nesta sessão de breves comunicados, quero dizer da minha tristeza ao ver a nova cepa colombiana já identificada em Mato Grosso. Após um jogo da Copa América no Estado, a cepa foi identificada. Aqui foi realizado o jogo entre Colômbia e Equador.

O Brasil, que ainda não controlou a pandemia, não pensou duas vezes em fazer a Copa América e em colocar Estados como o nosso - um Estado continental, um Estado com muitas possibilidades - em uma situação em que o vírus se espalha sem controle. E aí vimos que o povo que vive aqui, assim como atletas, foram contaminados. Então, temos de cuidar da situação de mais de 530 mil mortos no Brasil, que deixam familiares, os quais precisam de apoio e atendimento, assim como todos os demais que ainda estão hospitalizados ou em vias de serem contaminados.

Enquanto isso, ficamos a analisar o que aconteceu de fato no Brasil, para que, no fim de 2020 e no início de 2021, pudéssemos ter vacina no território nacional, fazendo com que muitas dessas perdas não acontecessem. São 330 mil mortes que ocorreram em 2021, situação que poderíamos ter evitado. Cada um de nós conhece uma família que perdeu aquele que era o gestor da casa, o provedor ou a provedora. E,

além disso, da questão de serem provedores, nós temos o amor de filhos e de filhas, dos esposos e das esposas que foram perdidos durante essa pandemia.

Nesse sentido, Sr. Presidente, ainda é tempo de esta Casa continuar focada nessa discussão. O Presidente da República, que é o responsável por todo o território, tem que responder pelo que aconteceu no País.

Todos os que perderam familiares e amigos não podem, em momento algum, ficar omissos. Nós temos que ir às ruas, nós temos que discutir, nós temos que exigir que as famílias que ficaram desprovidas tenham o atendimento do Governo. Nós temos que fazer com que o Governo e todos aqueles que se enveredaram pela corrupção, que não compraram a vacina ou que queriam propina possam responder, de forma direta, pelo mal que causaram ao País e a toda a população.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos continuar na luta, usando máscara e fazendo todo o esforço para controlar essa pandemia que o Governo não conteve.

Documento 163/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:44
Publ.: DCD - 14/07/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Superação da marca de 534 mil mortes no País pela Covid-19. Manifestação de solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Homenagem póstuma ao Promotor de Justiça Emerson Oliveira Andrade, da Comarca de Canindé, Estado de Sergipe, falecido em decorrência da Covid-19. Queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do Presidente da República em corrupção. Sanção presidencial da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Propósito do Governo Federal de desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Compromisso do orador com a defesa da soberania nacional. Apoio ao movimento realizado por eletricitários em frente ao Palácio do Planalto contra a privatização do setor elétrico nacional.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar, neste momento, para V.Exa., os demais colegas, todos os Parlamentares e a população brasileira, a

nossa total solidariedade às mais de 534 mil vítimas da COVID-19.

Ontem, novo e jovem, foi a despedida de Dr. Emerson, um grande promotor do Ministério Público, que atuava, atualmente, na Comarca de Canindé. Antes de ter a COVID, ele estava preocupado com o Município, com os problemas sociais e de abastecimento de água. Fez reuniões conosco, envolvendo os movimentos sociais populares, a gestão do Estado e do Município. Um promotor exemplar nos deixa em decorrência da COVID-19. Deixo nossa homenagem a todo o Ministério Público de Sergipe, em nome de Dr. Emerson, uma perda para a Justiça e para todos aqueles que acreditam no Ministério Público coerente, correto e constitucional.

Sr. Presidente, registro ainda que a popularidade de Bolsonaro caiu. Bolsonaro está envolvido com corrupção. As pesquisas mostram que mais de 70% da população brasileira sabe que o Presidente está envolvido em corrupção. É fato que parte da história de Bolsonaro e de sua família está ligada às milícias e à corrupção. Bolsonaro abandonou a política econômica e a entregou à agiotagem financeira. Hoje quer sancionar a privatização do setor elétrico, que o povo pagará com a conta de energia mais cara. Assim quer fazer com os Correios! Assim quer fazer com as grandes empresas, importantes e estratégicas para a soberania nacional.

Nosso repúdio ao Governo Bolsonaro! Nosso compromisso em defesa da soberania nacional e o nosso respeito, em especial, aos eletricitários, que lutam hoje e farão um ato em frente ao Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, em protesto à sanção da privatização do setor elétrico.

Sr. Presidente, solicito a divulgação desses dois temas no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 164/200

58.2021.B	Sessão Outro Evento	13/07/2021-15:52
Publ.: DCD - 14/07/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação aos temas do primeiro congresso virtual da União Nacional dos Estudantes sob o slogan A Educação UNE pelo Brasil. Transcurso do 31º aniversário de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Redução



significativa dos índices de mortalidade e trabalho infantis no País. Apresentação, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de requerimento de realização de audiência pública para debate do surgimento de monilíase na lavoura de cacau no Estado do Acre.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos ouvem através dos meios de comunicação da Casa, queria registrar alguns fatos hoje.

Inicialmente, quero saudar a realização do primeiro congresso virtual da União Nacional dos Estudantes, para o qual eu fui convidada, que tem como mote *A Educação se UNE pelo Brasil*. Quero dizer que a educação se une por vacina para todos também, une-se por um auxílio emergencial digno, une-se contra a entrega do patrimônio nacional, une-se aos servidores contra a PEC 32, une-se ao Brasil contra a destruição da educação brasileira, que recebeu um corte de 18% no orçamento de 69 universidades, numa tentativa de, dessa forma, inviabilizá-las. Hoje e sempre, a UNE esteve com o Brasil pela democracia. Por isso, afirmo que hoje o Brasil está com a UNE em todas essas lutas.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar a passagem dos 31 anos do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que é um marco no Brasil de uma legislação em defesa da criança após a Constituição Federal de 1988. A Constituição transformou a criança, para protegê-la, em prioridade absoluta da política pública brasileira e deu a ideia de que criança é sujeito de direito. E o Estatuto veio no sentido de consolidar tudo isso. Por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje nós podemos comemorar o fato de que, sem dúvida nenhuma, houve uma diminuição da mortalidade infantil e uma redução significativa do trabalho infantil.

Novas lutas, novas batalhas se colocam para a defesa integral da vida e da dignidade da criança brasileira. E nós estamos ao lado dessa luta.

Por fim, Sr. Presidente, quero destacar que apresentei na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, um requerimento para que realizemos uma audiência pública para discutir o surgimento de casos de monilíase na lavoura do cacau do Acre. O Governo da Bahia tomou as medidas preventivas imediatas necessárias para impedir a chegada ao nosso Estado dessa praga tão devastadora para a cultura do cacau e do cupuaçu. Mas é preciso que o Brasil discuta e tome as medidas de defesa, já que no Brasil não existia essa praga, que é tão devastadora para o cacau, um produto tão importante para o nosso

País, para a fabricação do nosso chocolate.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez: fora, Bolsonaro, destruidor...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 165/200

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	18:40
Publ.: DCD - 14/07/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Constantes violações constitucionais e ameaças à democracia no País. Afronta ao Senado Federal, em especial ao Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz, pela recente nota assinada pelo Ministro da Defesa, general Braga Neto, e pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras. Agressões ao Congresso Nacional por parte do Presidente da República e de membros do Supremo Tribunal Federal. Reação de entidades, partidos políticos e Parlamentares contra as ameaças do Presidente Jair Bolsonaro à realização das eleições presidenciais de 2022. Investigação, pela CPI da Covid, de denúncias de irregularidades na compra de vacinas pelo Governo Federal. Indeclinável dever do Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro no caso de comprovação, pela CPI da Covid, do seu envolvimento em crimes de responsabilidade. Desestruturação do Estado brasileiro e prática de corrupção pelo Presidente da República. Agravamento da pobreza e da extrema pobreza no País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente e colegas, ocupo a tribuna pela Minoria, por deferência do nosso Líder Marcelo Freixo.

Quero, Presidente, em primeiro lugar, trazer à tribuna acontecimentos que, desde a quinta-feira da semana passada, nós temos acompanhado. Foram muitos os acontecimentos no País, acontecimentos extremamente preocupantes e graves, podemos assim dizer.

Este País passou 21 anos sob um regime autoritário, um regime de

torturas e de morte de muitas lideranças políticas que lutaram por democracia no Brasil e pela liberdade de organização e manifestação. O nosso partido, o PCdoB, o PSB, o PDT, muitas lideranças que hoje conformam outros partidos, como o PSOL, como a REDE, que estão compondo a Minoria, perderam muitos companheiros e companheiras.

Nós conquistamos uma democracia ainda de baixa intensidade e que neste momento ainda se vê permanentemente ameaçada. A todo momento vemos violações constitucionais, perseguições a ativistas, a professores, a pesquisadores, a cientistas, a artistas, vemos censuras, censuras absurdas, pela quebra da laicidade do Estado, pela partidarização das decisões do Governo, inclusive na arte, como ocorreu ontem com o Festival de Jazz do Capão.

As notícias que vieram à tona de quinta-feira até hoje, até ontem, são profundas, porque elas envolvem inclusive estruturas do Estado brasileiro. A nota do Ministro da Defesa, dos três comandantes militares, afronta o Senado da República, através do Senador Omar Aziz, que foi afrontado, agredido por essa nota. Da mesma forma, nós vimos outras agressões partirem do próprio Presidente da República, a vários Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao próprio Congresso Nacional, como também temos visto o próprio Presidente da República dizer que nós não teremos eleições se as condições dele não forem estabelecidas.

Ora, eu vi muitas reações a essas atitudes, reações que demonstram que o Brasil não aceita mais esse tipo de galhofa, esse tipo de manifestação, que não tem mais força no Brasil, porque o Brasil ficou muito tempo acumulando forças e consciência para preservar a sua democracia e preservar o funcionamento das instituições. Vi muitos Parlamentares reagirem, inclusive o Deputado Marcelo Ramos, que aqui está sentado, e outros Parlamentares. Vi muitas instituições reagirem, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a CNBB. Várias denominações religiosas reagiram, vários partidos reagiram, partidos vários que compõem a Minoria e vários partidos que compõem o centro político do País. Muitas lideranças nacionais reagiram, porque hoje não cabe mais esse tipo de bravata, de que não haverá eleição. Quem determina se vai haver eleição ou não não é o Presidente da República, é a Constituição brasileira, é a determinação dos Constituintes, da Constituição e do que o povo brasileiro escolheu, que é este regime, que tem eleições regulares, por sufrágio universal e secreto. Portanto, não cabe esse tipo de formulação, de ameaça ou de agressão. Isso quer dizer que não cabem golpes, agressões, e essa não deve ser a nossa pauta.

A pauta do Brasil hoje é esclarecer o que está acontecendo com o povo brasileiro, o que acontece com a lisura, ou não, deste Governo, ao tratar dos recursos públicos, o que acontece na pandemia, na qual

já morreram 534 mil pessoas, por um trato indevido, não só do ponto de vista sanitário, mas também do ponto de vista da não lisura na compra das vacinas que poderiam ter salvado essas vidas. Hoje o que a CPI apura são graves comportamentos do Governo, e essas apurações podem nos levar a uma situação em que crimes de responsabilidade estejam absolutamente comprovados, e a Câmara terá que responder. Há limites. O Deputado Arthur Lira é o Presidente da Câmara e, em algum momento, terá que decidir o que fazer com as provas. Ele sabe disso. Ele está me olhando dali e sabe disso. Em algum momento o poder dele também terá limite. Se as provas caem aqui na Câmara com clareza, cristalinas, nós temos que deferir a Comissão do *impeachment*, que também é uma comissão que investiga e também é uma comissão que traz a este plenário a definição do impedimento deste Governo, porque até janeiro de 2023 com um governo que despreza a vida, que despreza a ciência,

que desconstrói o Estado brasileiro, que leva à extrema pobreza, que aumenta a pobreza e que não dá perspectivas a este País, além de desviar dinheiro público, de fazer corrupção, de fazer com que este País leve para o ralo milhões, bilhões, ganhando dinheiro em cima da morte do povo brasileiro, não temos como aguentar.

Considero que a nossa pauta é esta. Não podemos desviar a pauta para discutir a autodeterminação do povo cubano, não podemos desviar a pauta para discutir o que devemos fazer com a democracia brasileira, porque esta tem que fincar os seus pés, com a solidez construída pela luta do povo brasileiro. A discussão agora, além de manter as eleições, além de manter a democracia brasileira, além de respeitar a Constituição, é apurar o que a CPI está apurando, é fazer a defesa da vida, a defesa do emprego, a defesa do Brasil e, aí sim, apurada a corrupção, fazer o *impeachment*, porque esta é a nossa pauta central e é sobre esta pauta que devemos nos debruçar neste momento.

Viva a democracia brasileira! Viva a vida do povo brasileiro! Viva a vacina! Viva a solidez das instituições brasileiras!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 166/200

77.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021-
CD CD 18:48

Publ.: DCD - 14/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Deliberação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2021, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, a respeito da vedação, aos militares da ativa, da ocupação de cargo de natureza civil na administração pública nos três níveis da federação. Não reconhecimento de forma contundente, pela Constituição Federal de 1988, de crimes cometidos pelos militares na Revolução de 1964. Violação histórica dos direitos humanos no País, por séculos de escravidão, por agressões aos direitos dos povos indígenas, aos povos originários e por ditaduras militares. Intimidação ao Poder Legislativo, por parte do Ministro da Defesa e da cúpula das Forças Armadas brasileiras, por investigação de denúncias de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, colegas, o que me faz hoje subir a esta tribuna caminha no sentido do que foi apresentado aqui pela Deputada Jandira Feghali. Vai começar a tramitar nesta Casa uma PEC que limita o papel dos militares na política, PEC de autoria da Deputada Perpétua Almeida. Parece-me que, nesta conjuntura, é fundamental que esta Casa a discuta e delibere sobre ela.

A nossa Constituição tem muitos méritos. A Constituição de 1988 marca uma virada importante, abre um caminho para consolidar uma ainda frágil democracia, mas a nossa Constituição infelizmente também tem problemas, também tem limites, e talvez o mais grave dos limites da Constituição de 1988 seja o de não ter encarado, de forma contundente, um passado que deveria estar no lixo da história, o de ter fechado os olhos para o que foi a ditadura civil, empresarial e militar de 1964, o de ter optado por uma transição "lenta, gradual, segura", entre aspas, e o de não ter reconhecido de forma contundente os crimes cometidos na história por militares. Estamos falando de crimes contra as liberdades democráticas, de crimes contra os direitos humanos, estamos falando de violações sexuais, estamos falando de tortura, de assassinato, de impor para intelectuais, para militantes, para comunistas, para lutadores a morte e o exílio.

Infelizmente, o Brasil ainda não enterrou definitivamente o que foram os anos que se iniciaram em 1964. Aqui do lado, na Argentina, mais de 200 militares foram responsabilizados pelos crimes cometidos durante o período ditatorial naquele país. Aqui, não. Aqui optamos por uma transição lenta, gradual, segura, que, na verdade, provoca insegurança para a nossa democracia.

O Brasil foi fundado, lamentavelmente, sob violência política e violência, por séculos de escravidão, de violações aos indígenas, aos povos originários e aos seus territórios, por pelo menos duas ditaduras, e o período mais nefasto da história, que fez com que agentes do

Estado enfiassem ratos em vaginas de mulheres, não foi plenamente superado.

Pode um Ministro da Defesa intimidar o Poder Legislativo, que investiga este Governo envolvido em esquemas de corrupção? Pode a cúpula das Forças Armadas intimidar o Poder Legislativo com nota? Não pode.

Esta Casa precisa não só aprovar a PEC de sua autoria, que será protocolada, Deputada Perpétua, como também precisa se manifestar contundentemente contra uma história que não queremos que volte a chegar ao corpo daquele que luta.

Não à ditadura!

Documento 167/200

77.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/07/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 14/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transformação da corrupção em projeto de poder pelos governos petistas. Narrativas e falácias da imprensa, aliada à Oposição, contra o Presidente Jair Bolsonaro e o seu governo. Maculação da imagem do Senado Federal pela CPI da Covid. Utilização do órgão para fins político-eleitorais, e como instrumento de oposição ao Governo Jair Bolsonaro. Divulgação pela imprensa, de forma sensacionalista, do suposto esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Apoio maciço das ruas ao Presidente Jair Bolsonaro. Caráter difamatório do discurso de Deputada sobre a suposta determinação, pelo Governo Federal, de repressão a manifestantes, de censura a jornalistas e de ataques à democracia. Insurreição do povo cubano contra a ditadura comunista implantada naquele país. Aplausos da Esquerda à repressão ao povo de Cuba. Prática de corrupção pelos governos petistas. Apoio do orador ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós sabíamos que, após a eleição do Presidente Bolsonaro, seria muito difícil governar o Brasil e que seria muito difícil conduzir as políticas que foram endossadas pela maioria do eleitorado naquele sufrágio, pois nós mudaríamos totalmente o prisma da política brasileira. Nós sabíamos disso porque o Brasil passou anos

comandado por uma quadrilha que operou governos corruptos durante anos no País, fazendo da corrupção um projeto de poder e permitindo que as políticas públicas se voltassem para a locupletação e o enchimento dos seus bolsos e dos bolsos dos seus companheiros de partido. Isso fez com que houvesse uma verdadeira inversão de valores na cultura brasileira, levando o brasileiro a se sentir, muitas vezes, envergonhado de ser brasileiro. Mas o brasileiro disse "sim" nas urnas ao projeto de Jair Bolsonaro.

Diante dessa oposição que está incomodada com o novo modelo do Brasil, nós temos também uma imprensa, ou grande parte dela, que agora está em abstinência, porque perdeu a teta para mamar, perdeu o dinheiro que era enviado pelos Governos passados para que falasse bem dela. E o que nós temos hoje? A imprensa, aliada à Oposição, ambas, como agente do caos no Brasil, criando narrativas e falácias a todo momento, diariamente, contra o Presidente Bolsonaro e contra o Governo Bolsonaro.

Eu ouvi aqui a Deputada Jandira, por exemplo, dizer que a CPI da COVID estaria fazendo um bom trabalho, que estaria investigando diversos crimes de responsabilidade, jogando a bola para o Deputado Arthur Lira para que, em algum momento, esses pedidos sejam aceitos.

Essa CPI é uma vergonha! O que está acontecendo no Senado está manchando a imagem daquela instituição. Estão utilizando um aparato investigativo, um instrumento do Senado Federal, para fins político-partidários. A CPI deveria estar sendo utilizada para investigar os crimes cometidos durante a pandemia, não apenas os supostos crimes no Governo Federal, mas também os desvios que estão sendo operados nos Estados e nos Municípios, com recursos federais, recursos que estão sendo enviados para sanar o grave problema da COVID, no âmbito tanto sanitário, como econômico.

No entanto, esta CPI está sendo utilizada para fazer oposição ao Governo Bolsonaro e, assim, manchar e desconstruir sua imagem.

A mídia sensacionalista, obviamente, pega todos esses fatos como se fossem realmente investigações sérias contra o Presidente Bolsonaro. O maior caso de corrupção denunciado por essa CPI não teve 1 real gasto no suposto esquema do superfaturamento da Covaxin. A narrativa, é óbvio, já está criada, e a imprensa, com abstinência, utiliza este fato, de forma sensacionalista, para atacar o Governo e fazer o Presidente sangrar.

Eles sabem que o Presidente não cai. Sabem que o Presidente Bolsonaro continua forte nas ruas, forte com a população - basta ver como se dão as manifestações contra o Presidente Bolsonaro. Ele

continua com o apoio maciço das ruas. Porém, querem fazer com que haja um desgaste para 2022.

Eu ouvi aqui a mesma Deputada dizer que o Governo tem feito uma verdadeira repressão a manifestantes, uma censura aos jornalistas e ataques à democracia. Quando começou a falar, eu juro que pensei que ela fosse fazer um mea-culpa sobre Cuba. Mas não, ela estava falando sobre o Governo Bolsonaro.

O que ocorre em Cuba hoje é uma verdadeira ditadura. Sempre houve ditadura, desde que os irmãos Castro tomaram conta do país, desde 1959, mas hoje o povo de lá se rebela, se insurge contra a ditadura comunista de Cuba. As pessoas estão indo às ruas pedir alimento, vacina e liberdade contra a repressão de direitos humanos que ocorre em Cuba há anos. E o que acontece por parte da Esquerda neste momento? Ela aplaude a repressão ao povo cubano. E o que eles alegam? Alegam que estariam sendo orientados pelos Estados Unidos.

Em que mundo vocês vivem? Não é possível que vocês acreditem realmente nesta narrativa. Não estamos mais na Guerra Fria! Hoje o Governo americano é um governo de esquerda. O povo de lá está se rebelando, se insurgindo contra as arbitrariedades da ditadura comunista, mas a Esquerda nunca fará um mea-culpa quando se trata de uma ditadura de esquerda. Aliás, uma ditadura de esquerda é uma ditadura do bem. A ditadura de esquerda não é uma ditadura: é uma democracia para eles. A única ditadura ruim é a ditadura de esquerda. Querem dizer que aqui no Brasil, onde o Presidente Bolsonaro anda com a Constituição embaixo do braço, haveria uma ditadura ou censura.

Vejam só, em Cuba, o que estão fazendo com os jornalistas e com a imprensa é calá-los para que eles não possam reproduzir toda a iniquidade, toda a maldade e toda a crueldade que acontecem naquele país. Aqui no Brasil, a ABRAJI faz uma nota contra o Presidente Bolsonaro simplesmente porque ele manda uma jornalista calar a boca enquanto ele está sendo interrompido. Vale destacar que são os jornalistas que perderam o respeito, jornalistas que, como eu disse, estão em abstinência, que estão totalmente aparelhados pela Esquerda e que querem, o tempo inteiro, atacar o Presidente Bolsonaro e desgastar o Governo até 2022.

Eu digo que o Presidente Bolsonaro é uma pessoa levantada por Deus para estar no comando desta Nação, que, tão sofrida, precisava de um líder para colocar ordem na casa. Ainda que todos da imprensa e da Oposição estejam criando narrativas e atacando o Presidente, ele se manterá firme e forte até 2022. Ele tem a oração do povo brasileiro. Ele é um Presidente que teme a Deus, um Presidente que defende a família, um Presidente que já recebeu até uma facada, uma facada que

tentou tirar sua vida para que ele não pudesse estar hoje na Presidência do Brasil.

Portanto, não será nenhuma narrativa, nenhuma falácia por parte de uma imprensa sedenta por bilhões que foram retirados dela e de uma oposição que faz o *modus operandi* de atacar o Presidente o tempo inteiro, imputando a ele crimes de corrupção, quando não há nenhum crime de corrupção... O brasileiro lembra como era a corrupção nos Governos do PT: mensalão, cuecão, todo tipo de corrupção. O povo brasileiro não quer isso de volta. O povo brasileiro quer o Brasil no caminho que vem percorrendo, um caminho com políticas públicas voltadas para o cidadão, sem desvios, protegendo nossa liberdade.

Muito obrigado.

Documento 168/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:00
Publ.: DCD - 15/07/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Gravidade da epidemia de coronavírus no Brasil e no mundo. Vinculação entre as mortes decorrentes da Covid-19 no País e o atraso do Governo Federal na aquisição de vacinas contra a doença. Investigação, pela CPI da Covid, de denúncias de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje vou falar sobre os números da pandemia no mundo, e quero fazer referência a dados muito tristes, porque a pandemia é, de fato, uma situação que trouxe muitas mortes, muito sofrimento em todo mundo e prejuízos para a nossa economia.

Já são 188 milhões de casos no mundo e 4 milhões de mortes. Nós não estamos falando de uma situação qualquer: são 4 milhões de mortes. Os Estados Unidos ainda lideram, com 607 mil mortes. Em segundo lugar, está o Brasil, com 536 mil mortes. Em terceiro lugar, está a Índia, com 411 mil mortes. É preciso lembrar que o Brasil tem 212 milhões de habitantes. A Índia tem uma população seis vezes maior do que a do Brasil, com 1 bilhão e 380 milhões de habitantes. Os Estados Unidos têm uma população de 328 milhões, maior em mais de 100 milhões do que a população brasileira.

O Brasil está entre os 70 países que mais vacinaram. Portanto, a

explicação para esses graves problemas que o Brasil vive em relação ao número de casos e ao número de mortes tem a ver com o atraso na compra das vacinas. Hoje, o Ministério da Saúde, tardiamente, encaminha uma resposta à CPI da COVID admitindo que a cloroquina não tem eficácia, mas o Governo, esse tempo todo, pregou a eficácia do tratamento precoce, o que provocou, Deputado Leo de Brito, a morte de mais de 400 mil brasileiros, que poderiam ter sido salvos, caso as vacinas tivessem sido adquiridas no tempo certo.

Então, é preciso que nós digamos, sim, que está em curso, no Brasil, um genocídio.

O pior é que agora nós descobrimos que as vacinas não foram adquiridas no tempo certo, porque houve interesses - que agora estão sendo investigados - no superfaturamento da vacina Covaxin e pedido de propina na compra da vacina da AstraZeneca, um dólar por dose - denúncia que também está sendo investigada.

Vidas brasileiras estão sendo perdidas porque o Governo, em vez de fazer o que tem que fazer, está envolvido em corrupção.

Documento 169/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:08
Publ.: DCD - 15/07/2021 - HEITOR FREIRE-PSL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perplexidade da sociedade brasileira diante da veiculação de imagens das agressões físicas praticadas pelo DJ Iverson de Souza Araújo, o DJ Ivis, contra sua esposa, Pamella Holanda. Aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres durante a epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.418, de 2019, de autoria do orador, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006, com vista à decretação da prisão preventiva em casos de reincidência.

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, o Brasil inteiro, nos últimos dias, mostrou-se chocado com as imagens da agressão do DJ Iverson de Souza Araújo, mais conhecido como DJ Ivis, à sua esposa, Pamella Holanda, mãe de sua filha. As imagens foram publicadas em vídeos na Internet, e, de fato, as cenas são chocantes, são revoltantes. Esse covarde bate na sua esposa na frente de sua própria filha, uma bebezinha de apenas 9 meses. Essa, infelizmente, é uma realidade que muitas

mulheres ainda sofrem, eu ainda escuto muitos relatos no Ceará, no nosso Nordeste.

Sinceramente, eu não consigo entender por que esse indivíduo não está preso. E também não consigo entender por que aquelas pessoas que presenciaram as agressões não chamaram a polícia para prender aquele indivíduo, aquele monstro, de imediato, em flagrante. Não adianta nós termos as mais belas leis ou nos vincularmos aos mais protetivos tratados internacionais se a impunidade ainda persiste. Os relatos de violência doméstica, seja ela física, seja ela psicológica, Sr. Presidente, têm aumentado na pandemia de forma exponencial. Esse não é um caso isolado. Isso é um absurdo. Nós temos que mudar essa situação de insegurança para milhares de mulheres que, infelizmente, ainda vivem e sofrem com essa triste realidade. Desde o ano passado, eu venho solicitando que não se calem. Nós temos a Central de Atendimento à Mulher, no número 180. Não somente a mulher, mas qualquer pessoa que saiba da existência de qualquer agressão deve ligar para o número 180 e informar.

Em 2019, Sr. Presidente, eu protocolei o Projeto de Lei nº 3.418, que decreta prisão preventiva em casos de reincidência. Em casos de reincidência de violência doméstica, a prisão preventiva já seria decretada de imediato. Ou seja, o tal DJ Ivis já estaria atrás das grades. Por isso, Sr. Presidente, eu peço apoio para que o Projeto de Lei nº 3.418 avance, para que possamos salvar mais vidas e mais mulheres possam ser salvas dessa triste realidade.

Peço que as autoridades, que a polícia cearense, com a qual já entrei em contato, resolvam esse caso e coloquem esse monstro atrás das grades o quanto antes.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado nos veículos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 170/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:20
Publ.: DCD - 15/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o ajuizamento, pelo Governo Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.926, de 2021, da Lei nº 14.172, de 2021, sobre a

garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Boa tarde a todas e a todos os que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados.

Nós terminamos agora a reunião da Comissão de Educação, e eu gostaria de fazer um pequeno relato aqui de uma situação que muito me constrange no Parlamento brasileiro. Nós, a bancada da educação, como educadores, fizemos um esforço muito grande, com o apoio de praticamente toda esta Casa, para aprovarmos uma lei a fim de que pudéssemos liberar 3,5 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST para garantir conexão à Internet aos estudantes que estão no CadÚnico e aos educadores das escolas públicas do Brasil, para que neste momento triste de pandemia nossos estudantes não fiquem tão atrasados em relação à construção do conhecimento. Sabemos que o Brasil está grandes passos atrás... Se olharmos o agronegócio e outras frentes, vamos perceber a presença da tecnologia com muita força. A tecnologia do 5G está chegando, e a educação está lá atrás nesse processo.

Esta Casa aprovou essa lei, o Senado a aprovou, mas, infelizmente, o Presidente da República a vetou. Depois de uma discussão com a própria Liderança do Governo, houve um acordo para a derrubada do veto - isso foi acordado com o Governo. Então, o veto foi derrubado, e a lei foi promulgada, publicada.

Fizemos reuniões com o CONSED, com a UNDIME, com a presença do MEC, buscando organizar as condições para que fosse, de fato, implementada a Lei nº 14.172, de 2021, publicada no Diário Oficial da União, um acordo das duas Casas Parlamentares.

Aí nós vemos, com muito espanto, que o Governo apresenta a ADI 6.926, que questiona e visa impedir o repasse de 3,5 bilhões para as escolas terem acesso à Internet, para a educação pública ficar, de fato, conectada, com alunos com mais condições de acessar a Internet. Imaginemos um país com 50 milhões de estudantes em que parte deles está sem conexão!

Então, eu gostaria de chamar a atenção desta Casa para a atitude desrespeitosa que é a orientação do Ministério da Economia à AGU sobre a entrada dessa ADI no Supremo Tribunal Federal para que

esses recursos não possam ser levados aos nossos estudantes.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço a esta Casa que pense bem no que aconteceu.

Documento 171/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:24
Publ.: DCD - 15/07/2021 - ALÊ SILVA-PSL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa, pela CPI da Covid, de incriminação do Presidente Jair Bolsonaro. Votos de pronto restabelecimento da saúde ao Presidente da República. Não identificação do mandante do atentado contra o então presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALÊ SILVA (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Brasil.

Presidente, peço a V.Exa. que faça constar estas minhas declarações nos Anais da Casa e determine a divulgação desta fala nos meios de comunicação da nossa Câmara.

Eu venho aqui de pronto denunciar a CPI do Senado, essa CPI que insistem em dizer que é uma CPI da COVID, mas que, na realidade, já está sendo conhecida por todos, pelo grande público, como a CPI da enganação, a CPI da palhaçada. Os integrantes da CPI, que são pessoas que já são investigadas - tudo aqui está ao contrário -, ficam o tempo todo procurando tipos penais inexistentes na nossa legislação pátria para serem imputados ao Governo Federal, ficam o tempo todo instigando, querendo criar tipos penais, ou seja, crimes impossíveis. Investigam uma suposta compra que não existiu, um suposto desvio de recursos públicos de uma compra que não existiu.

E não há que se falar em compra de vacinas nessa quantidade que estão dizendo, porque, graças a Deus, o Brasil tem laboratórios que estão dando conta da grande demanda de vacinas aqui no nosso País. Um deles já fabricou, pelo menos, 70 milhões de vacinas. Então, não há que se falar em tentar inventar tipos penais.

Outro detalhe também muito importante é que não há que se falar em atraso no fornecimento de vacinas. As vacinas passaram a ser aplicadas a partir do momento em que se teve o mínimo de confiança

na eficiência dessa medicação, que está sendo usada em grande massa. Então, temos que ter todo esse cuidado, e todo esse cuidado foi tomado, inclusive com a participação do Congresso Nacional, quando aprovou uma legislação específica que autorizou o Governo Federal a adquirir essas vacinas.

Então, eu peço bom senso ao Senado Federal para analisar esse assunto. Essa CPI está gerando altos custos para o pagador de imposto, que não está mais concordando em pagar.

No mais, dou meus votos de melhoras ao nosso Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Que ele tenha uma boa recuperação!

E vem aqui de novo a grande indagação: quem mandou matar Bolsonaro?

Presidente, desejo-lhe tudo de bom.

Obrigada.

Documento 172/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:40
Publ.: DCD - 15/07/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 e aos sequelados pela doença. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de vacinas contra o coronavírus. Realização de novas manifestações no País pelo impeachment do Presidente da República. Divulgação pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de disparos em massa de notícias falsas promovidos pela chapa presidencial Bolsonaro/Mourão, e por Parlamentares participantes do chamado gabinete do ódio. Atuação da oradora em defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e da preservação das empresas públicas.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero registrar o momento dramático que o Brasil vive, manifestando, mais uma vez, solidariedade a todas as vítimas da COVID, a todas as pessoas que estão carregando sequelas diante do

que está acontecendo e àqueles e àquelas que carregam o luto.

Mais difícil ainda é depararmos com o fato de que o Governo, não apenas por convicções, deixou de comprar a vacina, mas também por estar envolto em corrupção, conduta que a CPI da COVID no Senado está mostrando todos os dias, inclusive com a citação, ontem, dos disparos em WhatsApp por um senhor que é cabo da PM de Minas Gerais, e que não se sabe por que estava envolvido em negociação de vacinas.

A vacina demorou a chegar ao Brasil. Quatro em cada cinco vítimas poderiam estar vivas se tivessem sido vacinadas. A compra da vacina atrasou porque houve corrupção. Esta questão é extremamente grave para o Brasil, e nós não podemos nos calar. No dia 24, iremos novamente às ruas com máscara, álcool em gel e com os cuidados necessários, porque o povo precisa se levantar, e um Parlamento como a Câmara dos Deputados precisa oferecer uma resposta: a resposta é a análise dos pedidos de *impeachment*.

Sr. Presidente, eu também quero destacar que ontem o Ministro Alexandre de Moraes trouxe a público os disparos em massa feitos pela chapa Bolsonaro/Mourão, como também os feitos do grupo de Parlamentares desta Casa que participam do "gabinete do ódio". Nós não podemos aceitar que a moral das pessoas seja atacada por esses que não fazem a boa política, que é um serviço público, a boa política de dedicar-se ao Brasil e à Constituição.

Manifesto aqui meu protesto veemente aos "gabinetes do ódio", às *fake news*, às mentiras, à corrupção, ao genocídio! Nós estamos em defesa do Brasil, dos brasileiros e das brasileiras. Estamos contra a pobreza. Estamos em defesa do SUS e das empresas públicas, porque o que nós estamos verificando no Brasil é que, na lista de privatizações depois da ELETROBRAS, está a privatização dos Correios. Como aceitar que o Brasil seja desmontado, ao mesmo tempo que tudo isso está em curso? Este Governo de imorais não pode permanecer!

Sr. Presidente, peço que minhas palavras, favoráveis ao *impeachment*, contra a corrupção e em defesa da vida, sejam divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.



Sumário

Tentativa, pela CPI da Covid, de desgaste da imagem do Governo Jair Bolsonaro. Empenho do Governo Federal na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Contestação às denúncias contra o Presidente da República, por suposta prática de corrupção na compra de imunizantes contra o coronavírus. Repúdio à atuação de membros da CPI da Covid.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Sem revisão da oradora.) - Sim, também isso.

Sr. Presidente Gilberto Nascimento, eu gostaria de falar um pouquinho sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID, mais conhecida no Brasil como a "CPI do circo", a "CPI da mentira", a "CPI da construção de falácias". Esta CPI é uma estratégia, infelizmente, absurda, traçada apenas para tentar desgastar o Governo e o Presidente Bolsonaro. É uma CPI que, todos os dias, intima pessoas que nada têm a ver com o motivo das investigações, mas não traz Governadores e Prefeitos que receberam grandes fortunas, grandes recursos do Governo Federal, para investirem em políticas públicas contra a COVID.

Realmente, não estão interessados em ouvir as verdades. Tentam apenas contar um lado da história. Mas todos nós brasileiros que temos um pouco de consciência e nos acostumamos a verificar as políticas públicas adotadas por este Governo sabemos o que não é verdade. A CPI, com os requerimentos de convocação, ouve apenas um lado, não convoca os especialistas, não dá margem para que o Governo realmente fale a verdade e o que está acontecendo.

Nós entendemos que a CPI da COVID é uma CPI de *fake news*, uma CPI de estratégias de baixo calão, uma CPI que tenta desconstruir a todo tempo um Governo que vem lutando todos os dias contra as amarras dos últimos desgovernos.

O Governo tem dado o máximo para hoje atingir já 40% da população com a primeira dose da vacina. Logo, logo estarão sendo vacinados todos os brasileiros que desejarem. O Governo investiu muitos recursos para que tivéssemos as ações necessárias, e hoje o índice de mortalidade cai a todo momento - 0,88%.

Nós ficamos muito tristes ao ouvir falas que tentam criminalizar um Governo que é incorruptível. Como podem acusar o Presidente Bolsonaro de corrupção em vista de uma vacina que nem foi comprada? Esta é a maior palhaçada da história do Brasil!

Como Parlamentar representante do povo brasileiro e Líder neste Governo e no Congresso, envergonha-me a fala de muitos Senadores que têm utilizado a CPI como palco, como circo, para gastar o tempo do povo brasileiro e colocar cortinas nas coisas que realmente deveriam ser vistas e discutidas neste País. Nós temos tanta política pública importante e tantos projetos importantes a discutir na Câmara e no Senado (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Eu acho que houve um problema no equipamento de V.Exa., Deputada. O microfone está desligado.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) - Olá, Presidente. O som voltou?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Sim, Deputada. V.Exa. tem 30 segundos para concluir, por favor.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) - Há tantas coisas importantes para o povo brasileiro, portanto nós não podemos perder tempo, porque tempo é vida, tempo é emprego, tempo é dinheiro, tempo é futuro.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e peço a V.Exa. que minhas palavras sejam divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 174/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-13:56
Publ.: DCD - 15/07/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Câmara dos Deputados de votação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, relativo à alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Pedido ao Senado Federal de votação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Protesto contra a redução do número de beneficiários e do valor do auxílio emergencial. Apelo ao Ministério da Educação de liberação de recursos às escolas com vista à retomada das aulas presenciais.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, eu faço mais um apelo à Câmara e ao Senado para que olhem para a enfermagem brasileira. O Senado está com o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que cria o piso salarial e a carga horária para a enfermagem. Na Câmara, temos o Projeto de Lei nº 2.295, aprovado pelo Senado, mas engavetado há 21 anos. Isso é vergonhoso! O projeto está engavetado há 21 anos!

É hora de o Congresso Nacional reconhecer o valor e a importância da enfermagem brasileira. O Senado e a Câmara precisam votar este projeto em regime de urgência. A enfermagem espera isso! A população brasileira também espera que o Congresso Nacional reconheça a importância desses profissionais. Chega de apenas dar tapinhas nas costas e fazer elogios! Nós queremos é a aprovação do projeto da enfermagem brasileira.

Sr. Presidente, eu aproveito para manifestar meu repúdio ao corte de 2 milhões de pessoas do auxílio emergencial em plena pandemia. Além de diminuir o valor do auxílio emergencial, o Governo Bolsonaro deixou essas pessoas literalmente sem nada. Elas precisam ser incluídas imediatamente no auxílio emergencial. O povo está passando fome!

Faço também um apelo para que o Ministério da Educação libere os recursos para a preparação do retorno às aulas. Segundo denúncia da *Folha de S.Paulo*, o Ministério está retendo 1 bilhão e 200 milhões de reais. Este dinheiro é para preparar as escolas para retornarem às aulas. Nós não aceitaremos que este dinheiro não seja aplicado nas escolas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 175/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-14:04
Publ.: DCD - 15/07/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Liberdade de Pensamento. Apoio à iniciativa do Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo, de retirada, do acervo da instituição, de livros sobre pedofilia, guerrilha e

comunismo. Inadmissibilidade de interferência no Estatuto dos Militares. Necessidade de investigação pela CPI da Covid da aplicação, pelo Consórcio Nordeste, de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde! Como é bom saber que São Paulo está ocupando essa cadeira tão valorizada!

Meu amigo, eu procuro destacar também as datas históricas, e hoje é dia 14 de julho, o dia da liberdade de expressão, o Dia da Liberdade de Pensamento.

Eu quero dizer para cada um dos colegas e para aqueles que nos assistem que, realmente, nós temos que ter liberdade de falar e de pensar. É claro que, se alguém falar alguma coisa que seja contra a lei, deve assumir a responsabilidade dos seus atos. Isso aprendemos desde criancinha com os nossos pais, com aqueles que nos criaram. Eles fazem isso daí conosco. Então, liberdade de pensamento é importante.

É claro que todos nós temos que ter liberdade de pensamento. O militar tem que ter liberdade de pensamento. Nós também fazemos parte sociedade. Não existe sociedade civil, porque não existe sociedade militar. A sociedade é uma só. A sociedade é a sociedade brasileira.

Não queiram dividir o nosso Brasil mais do que nós já estamos divididos, por uma ideologia nefasta, uma ideologia que foi rejeitada nas eleições. Pelo amor de Deus!

Eu ouvi uma colega falar sobre a Fundação Palmares. A Fundação Palmares está fazendo uma limpeza em livros que tratam de pedofilia, em livros que tratam de guerrilha, de orientação de como fazer guerrilha, em livros que falam sobre o comunismo. Olhem, o comunismo não é o nosso regime de governo, é a democracia. Então, não tem que ter livro de comunismo. Quem quiser comprar um livro de comunismo que vá atrás, mas não numa instituição do Governo Federal, está certo?

Então, o trabalho que o nosso Diretor Sérgio está fazendo lá é fenomenal. A Fundação Palmares está fazendo uma boa limpeza, e nós precisamos disso. Muito obrigado à Fundação Palmares pelo trabalho de limpeza que está fazendo, muito bem feito, apesar de todas as reações!

Queria também dizer que o Estatuto dos Militares afeta os militares. Então, não vamos mexer nisso daí, está certo? A sociedade é uma só,

e o profissionalismo nosso dentro das Forças Armadas é muito forte. O Deputado que me antecedeu talvez esteja querendo reescrever a Constituição. Então, vamos puxar uma Constituinte. Fazemos uma nova Constituição, mas, por enquanto, o Estatuto dos Militares está muito claro, e o Comandante da Aeronáutica, o Comandante do Exército e o Comandante da Marinha têm todo o direito de se expressar. E é bom que se expressem, porque, sim, as Forças Armadas são o poder garantidor. Não adianta você querer ser soberano se você não tem Forças Armadas que sejam fortes.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que a CPI do circo, essa CPI do vagabundo, do moleque e do saltitante, essa CPI tem que parar com essas palhaçadas. É muita palhaçada! E, o pior de tudo, se ela quiser saber a verdade, tem que convocar o Consórcio do Nordeste. O Dr. Carlos Gabas tem que ser chamado. O dinheiro que foi embora no começo da pandemia, 50 milhões - 48 milhões e 800 mil, quase 50 milhões -, nunca vai voltar. A CPI tem que investigar, sim, o Consórcio do Nordeste.

Peço divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 176/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-14:08
Publ.: DCD - 15/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio às narrativas da Esquerda e da imprensa contra o Presidente Jair Bolsonaro. Falta de sustentação jurídica de pedidos de impeachment do Presidente da República. Propósito dos adversários do Presidente Jair Bolsonaro de utilização da CPI da Covid para desgaste de sua imagem perante a opinião pública. Inconsistência da denúncia de existência de esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Existe um ditado muito famoso que diz: "*Uma mentira contada mil*



vezes, *torna-se realidade*", um ditado de Joseph Goebbels, um nazista famoso por fazer a propaganda do regime nazista. Esse ditado é muito utilizado pela Esquerda brasileira, por parte da imprensa brasileira, que tenta, a todo momento, atacar o Governo, criando narrativas diariamente, para poder desgastar o Presidente.

Eu disse isto ontem aqui. A intenção deles não é fazer o Presidente cair, porque eles sabem que o Presidente não cai. O Presidente Bolsonaro não sofre processo de *impeachment* porque *impeachment* é coisa séria. Apesar de tantos processos que a Oposição vem trazendo para criar narrativas -- frise-se --, esses pedidos de *impeachment* não têm sustentação jurídica, não têm fundamento. Esses pedidos são totalmente descabidos, são criados somente para alimentar a mídia com abstinência, pois em outros tempos recebia muitos bilhões para poder falar bem do Governo.

E o que nós temos visto com essa CPI, a que toda hora vêm os membros da Oposição para atacar o Governo, dizendo que há casos de corrupção, e render homenagem a Renildo Calheiros, mais sujo do que pau de galinheiro, a Omar Aziz, que é acusado, indiciado, investigado por desviar 260 milhões da saúde do Amazonas, e a tantos outros.

Olhem o que nós temos aqui: pela primeira vez, eu vejo a imprensa falando uma verdade. O *Estadão* divulgou hoje: "*Congresso vai usar a CPI como cerco a Bolsonaro até o ano eleitoral de 2022*". E diz: "*A estratégia traçada por adversários de Bolsonaro para aumentar ainda mais o seu desgaste não se resume, porém, apenas às investigações sobre ações e omissões no combate à pandemia. Assim que os senadores encerrarem os trabalhos desta comissão, a CPMI das Fake News será retomada. A ideia é deixar o Presidente sangrando até a campanha eleitoral de 2022*".

O *Estadão* falou isso hoje. Isso é a comprovação de que há uma mídia que está em conluio com a Oposição, operacionalizando agentes do caos para fazer o Presidente cair. E há mais, a Oposição vem sempre à tribuna para atacar o Governo e dizer que é um caso execrável de corrupção, um caso grave de corrupção do Governo Bolsonaro, o caso da Covaxin. Hoje mesmo, na CPI, a Diretora da Precisa disse que o Governo tentou reduzir o preço da Covaxin. Mais do que isso, nenhuma dose dessa vacina foi comprada.

Vivemos um momento de narrativas que estão sendo construídas contra o Governo, mas o Presidente Bolsonaro tem o apoio da população e é um homem ungido por Deus.

Sumário

Convicção da maioria da população brasileira no envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Quadro de desemprego reinante no País. Desestruturação das redes de proteção social e ambiental pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a sua paciência.

Gostaria de iniciar minha manifestação colocando o seguinte: as últimas pesquisas, que aconteceram recentemente, demonstram que o conjunto da sociedade brasileira, que 70% da sociedade brasileira acredita que este Governo iria, de fato, trabalhar no desvio de recursos na aquisição da vacina Covaxin e também no combate à pandemia.

Não somos nós da Oposição que estamos dizendo isso. Eu até gostaria de me solidarizar com os Deputados bolsonaristas que querem tapar o sol com a peneira. Como é que se justifica o Paulo Guedes, Ministro incompetente, que nada entregou durante todos os meses deste Governo? Temos hoje carestia dos combustíveis, carestia dos alimentos e essa carestia atinge exatamente aqueles mais vulneráveis da nossa sociedade, aqueles que vivem na sombra, nas franjas da sociedade.

O desalento, o desemprego, a destruição dos sistemas de proteção social e de proteção ambiental foram a palavra de ordem deste Governo, a devastação da Floresta Amazônica. Tudo isso são verdades que aconteceram e que a população tem olhado de maneira tranquila e tem se manifestado sobre este desgoverno.

Sinceramente, digo isso com tranquilidade e sei que é o mesmo que gostaria de dizer cada um dos brasileiros e brasileiras que estão no desalento, que estão enfrentando o desemprego, que já viveram nessa economia que foi a sexta maior do mundo.

Hoje o que se verifica é a retirada de benefícios e de direitos do mundo do trabalho, a retirada de renda do mundo do trabalho. É isso o que se vê neste desgoverno.

Por isso digo: Fora, Bolsonaro!

Documento 178/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-14:44
Publ.: DCD - 15/07/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa dos governistas de desmoralização da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Inquietação dos bolsonaristas diante da queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro; da elevação dos índices de aprovação à candidatura do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial; das manifestações populares contra o Governo Federal; e do lançamento da terceira via à Presidência da República.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, observamos que, no País e aqui, na Câmara, vivemos um momento de acirramento político.

Isso é normal. Mas observo que o grupo bolsonarista anda muito nervoso, em especial com a CPI do Senado. Esse grupo tenta desmoralizá-la.

Outro fator que deixa o bolsonarismo nervoso são as pesquisas de opinião. Diversas pesquisas de vários institutos mostram Bolsonaro caindo e o ex-Presidente Lula subindo. Isso também tem preocupado o bolsonarismo.

Observo igualmente que este é outro fator que deixa os bolsonaristas com os nervos à flor a pele: as manifestações de rua promovidas pelas esquerdas.

Existe, além disso, uma rachadura no bolsonarismo. Há o pessoal que tenta construir uma terceira via.

Quero dizer que a tentativa de desmoralizar a CPI do Senado se deve ao fato de ela estar buscando provas de envolvimento do Governo Bolsonaro em corrupção no caso de compra de vacinas.

A queda dele e a ascensão de Lula decorrem do péssimo Governo que ele está fazendo.

Desculpem-me os que pregam a terceira via. Ela faz parte do processo

democrático, mas seria mais uma vez uma incerteza. Contam a favor de Lula os bons governos que ele fez. Pode-se dizer o que for, mas aqueles períodos foram os melhores deste País para todo mundo, para o grande, para o médio, para o pequeno. Então, não há por que se assustar, não há por que se desesperar, não é preciso se matar, não é preciso se enforcar, não é preciso se mudar do País. Se Lula vencer as eleições, terá vencido por merecimento. E isso faz parte do processo democrático.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 179/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-14:56
Publ.: DCD - 15/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância do papel exercido pelas empresas estatais e pelos bancos oficiais. Geração, nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de milhões de empregos por meio do Programa de Sustentação do Investimento - PSI, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Defesa da criação de programa de reindustrialização do Brasil. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em escândalo de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Apelo à Casa de rejeição do Projeto de Lei nº 591, de 2021, do Poder Executivo, sobre a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. (privatização dos correios).

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, sempre muito gentil, obrigado pelo carinho. Cumprimento os nobres colegas, os Deputados, as Deputadas, e o povo brasileiro.

Quero tratar aqui deste tema muito importante para o futuro do País: as empresas públicas. Temos empresas superimportantes, como ELETROBRAS, PETROBRAS, os bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, os bancos regionais. São instrumentos, Deputada Erika Kokay, de política nacional, de política de soberania e de estratégia nacional para a retomada do crescimento econômico.

No Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, geramos 22 milhões de novos empregos. De 2008, ano de crise

mundial, até 2014, o Programa de Sustentação do Investimento, o PSI, via BNDES - o Governo Bolsonaro dizia muito que havia uma caixa-preta nesse banco, e não comprovou nada -, foi responsável pela geração de 15 milhões de novos empregos.

Sempre é possível melhorar, ter novas ideias, fazer aperfeiçoamentos ao longo do tempo. Mas, de fato, não dá para o Brasil abrir mão de empresas tão estratégicas num processo de retomada econômica, em especial no pós-pandemia. O Brasil tem perdido todas as suas indústrias. O Deputado Marcelo Ramos tem trabalhado em relação a esta pauta, sobre um programa capaz de reindustrializar o Brasil, um programa, na verdade, capaz de repensar uma nova indústria, inteligente, 4.0, para o nosso País. Estas empresas são importantes, empresas do setor de petróleo, do setor de energia, de logística.

Ontem participei de um ato em defesa dos Correios, uma empresa, Deputada Erika Kokay, que é orgulho nacional. É a empresa que goza de maior prestígio, de maior credibilidade entre os brasileiros. É uma empresa que, em 2020, faturou 1,5 bilhão. Por que privatizar, entregar para a iniciativa privada uma empresa tão importante na área de logística? O Ministro Paulo Guedes e este desgoverno de Bolsonaro têm que gostar do País, têm que ter empatia pelo nosso povo, empatia pelas nossas empresas. Não podemos admitir que uma empresa com mais de 100 mil funcionários, uma empresa de logística, num país do tamanho do Brasil, seja privatizada e entregue para os mesmos do mercado financeiro.

Acho que esse é um enorme equívoco. Num mundo em que comercialização acontece pelas plataformas digitais, o papel dos Correios é extremamente importante para as nossas micro e pequenas empresas.

Eu quero, portanto, fazer um apelo a esta Casa. Não é hora disso. Este Governo não tem mais legitimidade, está terminando, está envolvido em escândalo de corrupção, no caso de compra de vacinas. Apelo para a Câmara no sentido de que não aprove esse projeto de privatização dos Correios.

Documento 180/200

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-15:00
Publ.: DCD - 15/07/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de inclusão, em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19, dos trabalhadores em empresas de saneamento básico. Saudações aos membros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe - SINDISAN. Não privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO. Inadmissibilidade de desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Solidariedade aos funcionários da estatal.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, registro o meu total apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras das empresas de saneamento no Brasil, que lutam pelo direito à vacina, porque estão, no dia a dia, enfrentando a pandemia.

Em nome dos sindicatos e em favor de toda a luta nacional contra a privatização do sistema de água e saneamento no Brasil, quero saudar especialmente os nossos companheiros de Sergipe que fazem o SINDISAN, um sindicato de luta, um sindicato guerreiro, que tem o compromisso do Governo do Estado e da direção desta importante empresa de Sergipe, a DESO, de que não será privatizada e vai ser uma empresa que leve água e saneamento para toda a população.

Fazemos o apelo para que haja, na vacinação, prioridade para os trabalhadores e as trabalhadoras da área de saneamento. São fundamentais para o povo brasileiro e para a saúde pública.

Registro ainda, Sr. Presidente, minha solidariedade e o meu total apoio à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios do Brasil. Hoje, em Aracaju, houve um ato em defesa dos Correios, essa empresa que é lucrativa, essa empresa que faz parte da história do povo brasileiro, da cultura brasileira. Existe a ameaça de ser privatizada porque Bolsonaro deixou toda a economia a serviço do sistema financeiro, sob a coordenação de Paulo Guedes. Nosso repúdio à ameaça de privatização dos Correios!

Sr. Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa este pronunciamento sobre o nosso compromisso em defesa dos Correios, em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios, uma categoria que merece todo o nosso respeito e apoio.

Muito obrigado.

Sumário

Ameaça do Presidente Jair Bolsonaro de não reconhecimento do resultado das eleições de 2022. Aversão do Presidente da República ao regime democrático. Apoio de Jair Bolsonaro à ditadura militar, à tortura e à violência de Estado. Inexistência, no âmbito do Congresso Nacional e do País, de clima a favor da realização de golpe de Estado. Necessidade de vacinação em massa da população do Estado do Rio de Janeiro contra a Covid-19; de combate ao desemprego e de redução dos índices inflacionários no País. Inexistência de motivos para a suspeição, pelo Presidente da República, da segurança das urnas eletrônicas de votação. Descompromisso do Presidente Jair Bolsonaro com a democracia, com a liberdade e com a vida. Manifestação do Presidente Arthur Lira em defesa da democracia. Mediocridade da atuação do então Deputado Jair Bolsonaro. Rejeição de partidos políticos à filiação do Presidente da República aos seus quadros.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, nessas duas últimas semanas, Deputada Fernanda Melchionna, Deputado Henrique Fontana, Deputada Natália Bonavides, a imprensa ficou perguntando para diversos Deputados e Deputadas qual a opinião deles sobre a possibilidade de um golpe. Todos nós fomos questionados sobre isso, Deputado Milton Coelho.

E, para diversos veículos de comunicação, eu respondi que essa não é a nossa pauta, mas a razão da pergunta feita por diversos jornalistas não era uma invenção, não era um delírio dos jornalistas, Deputado Helder Salomão. Era simplesmente pautado nas falas do Presidente da República, que disse que não entregaria a faixa presidencial, que não aceitaria o resultado da eleição. São sucessivas ameaças à democracia emitidas por esse senhor que ocupa temporariamente a Presidência da República.

Jair Bolsonaro nunca teve compromisso com a democracia. Jair Bolsonaro sempre defendeu a ditadura civil militar, sempre defendeu a tortura, sempre defendeu a violência de Estado. Nunca foi um homem honrado em relação à democracia, nunca - nem ele, nem seus filhos.

Mas agora ele ocupa a Presidência da República eleito e só tem uma preocupação: criar instabilidade permanente em todas as instituições. Não à toa, a sua base é investigada por crime contra a ordem. Ameaça o Supremo, ameaça o Congresso, fala de Ato Institucional nº 5. O tempo inteiro faz ameaças.



Este plenário é um dos lugares mais sagrados para a democracia, porque em qualquer ditadura a primeira Casa fechada é o Parlamento, como já aconteceu. Eu quero dizer que este Parlamento tem uma história de resistência. A figura que está aqui na frente não é a do Ustra, não é a do Geisel, não é a do Médici. A figura que está aqui na frente é a do Ulysses Guimarães.

Deputado Danilo, Deputado Bira, não existe a pauta do golpe. Nós queremos debater a fome. Nós queremos debater as mortes. Nós queremos debater a saúde pública. Nós queremos debater o valor do auxílio. Nós queremos debater emprego. Essa é a pauta do País, essa é a pauta que interessa à população brasileira.

Não existe golpe, porque não há empresário sério neste País que esteja debatendo o golpe, não há veículo de comunicação defendendo o golpe, não há nenhum setor da sociedade defendendo o golpe. Não existe a situação de 1964 repetida neste momento. Não há conjuntura internacional que nos leve a ter o golpe como assunto. A ideia de golpe ou o assunto golpe só interessa a uma cabeça doente e sem compromisso com a democracia, como é a do Presidente da República.

Nós -- e quando digo "nós" não estou falando da Esquerda, Deputado Marcelo Ramos; estou falando de todos que têm compromisso com a democracia -- não podemos aceitar que a crise da democracia, que o golpe, que a ruptura política seja assunto. Não é.

O Rio de Janeiro, neste momento, pela primeira vez na história, Deputada Natália, tem mais gente morrendo do que nascendo. Isso nunca aconteceu no Rio de Janeiro. Esse é um assunto concreto, assim como é assunto concreto a necessidade de a vacina chegar aos lugares mais pobres, o desemprego estrutural, a inflação, que ameaça principalmente os mais pobres. Essa é uma pauta que nos interessa, e não o que Bolsonaro quer, não o que ele está fazendo neste momento. Isso é chantagem.

Mas há uma razão de ser: o Governo Bolsonaro não tem o que entregar, o Governo Bolsonaro não tem o que oferecer à população. Ele não consegue falar dos resultados do seu Governo. Então, ele precisa falar da desconstrução, da destruição. A grande ameaça é essa, e não que nós teremos um golpe e não teremos eleições.

Bolsonaro, quando fala de voto impresso, não está querendo uma eleição mais limpa. A urna eletrônica elegeu Bolsonaro diversas vezes, elegeu a ex-mulher, elegeu todos os seus filhos. Foi a mesma urna eletrônica. Ele nunca reclamou, nunca fez um questionamento sobre a urna eletrônica -- nunca. A urna eletrônica elegeu Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Bolsonaro. O questionamento sobre a urna

eletrônica não tem o menor sentido. Não há uma queixa, não há uma reclamação, não há uma denúncia sequer de fraude oficializada.

O que ele quer não é uma eleição limpa. O que ele quer é a não eleição, porque sempre foi um ditador, porque nunca foi uma pessoa comprometida com a vida, com a democracia e com a liberdade. Estamos falando em liberdade.

Nesse sentido, Deputadas e Deputados, quero chamar a atenção das reações das instituições.

O Deputado Arthur Lira, que defende o Governo em vários momentos e com quem temos embates sérios, deu uma declaração importante - muito importante! -, diferenciando-se deste Governo, chamando a atenção das Forças Armadas, Deputada Carla Zambelli, porque não cabe às Forças Armadas se meter em questionar o que diz respeito ao procedimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não foi nenhum líder da Esquerda, foi o Deputado Arthur Lira que veio a público falar da importância da democracia, dizer que as instituições são sólidas e se diferenciar das Forças Armadas - e foram os representantes do Supremo Tribunal Federal e os representantes do Senado Federal.

Bolsonaro, mais uma vez, Deputado Danilo, meu Líder, ficou isolado, porque não existe possibilidade de golpe neste País, e esse não é assunto. Vamos falar do que nos interessa.

Jair Bolsonaro não serviu ao Exército, foi colocado para fora, foi um mau militar. O Exército disse: "*Você não serve para o Exército*". Como Deputado, foi mesquinho. Como Deputado, foi medíocre, andava pelos cantos, sem conversar com ninguém. Nunca apresentou nada que prestasse, nunca teve participação com o mínimo de dignidade, de decência e de espaço. Foi um Deputado útil que guardou grandes memórias no Parlamento.

Agora, na Presidência da República, ele não tem partido político. O pior, Deputados: nenhum partido político quer o Presidente da República. Digam-me um lugar do mundo, Deputada Gleisi Hoffmann, em que o Presidente da República não é aceito, não é desejado em nenhum partido político. Acabou de ser enxotado do Patriota, porque ele desagrega, destrói, não constrói nada, não representa algo bom. E ele é também um Presidente ruim, como foi um militar ruim, como foi um Deputado ruim. Por isso nenhum partido o deseja. É muito sintomático que ele não tenha lugar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 182/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	18:12
Publ.: DCD - 15/07/2021 - ARTHUR OLIVEIRA MAIA-DEM -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.136, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 6.259, de 1975, e 14.124, de 2021, com vista à obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida de controle de surtos, epidemias e pandemias de doenças imunopreveníveis.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha questão é no sentido de fazer um apelo para que seja votada a urgência, que está na pauta de hoje, do Projeto de Lei nº 1.136, de 2021, que estabelece a obrigatoriedade da vacinação em fins de semana.

No momento em que, mais do que nunca, o Brasil precisa acelerar a vacinação, urge que esta Casa, a exemplo do que fez o Senado da República, vote também essa lei, para que os Estados e os Municípios venham a ter a obrigatoriedade de efetuar a vacinação.

A maior contribuição que esta Casa poderia dar hoje seria a aprovação da urgência e também do projeto, para que o Presidente da República sancione a lei e possamos, de fato, acelerar de maneira virtuosa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Arthur, eu quero acatar a solicitação de V.Exa. Até o fim dos trabalhos, vamos colocar em votação a urgência. Mas lembro que não temos como votar hoje o projeto, porque não há nem Relator designado ainda. A urgência vamos apreciar no momento oportuno. Já havia uma solicitação da assessoria do Senador Chico Rodrigues, que é o autor do projeto sobre esse tema.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Parabéns, Presidente!

Documento 183/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 15/07/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 827-A, de 2020, sobre o estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência em saúde pública decorrente da Covid-19, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante na desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público urbano; à concessão de liminar em ação de despejo tratada na Lei nº 8.245, de 1991; e o estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, quero cumprimentá-lo e todos os Parlamentares.

Quanto ao relatório, nós vamos tratar aqui exatamente se vamos aprovar o relatório que já foi deliberado no Plenário da Câmara ou se vamos acatar a modificação que foi feita pelo Senado da República.

Mas eu vou ler rapidamente aqui o relatório, para que possamos deliberar.

"I - Relatório

O Projeto de Lei nº 827, de 2020, de autoria do Deputado André Janones e das Deputadas Natália Bonavides e Professora Rosa Neide", além de vários outros projetos apensados, mais de 20, na verdade, "foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado à revisão do Senado Federal em 19 de maio de 2021. Naquela Casa, sofreu alterações de mérito, razão pela qual retorna à apreciação da Câmara dos Deputados, que deverá se manifestar exclusivamente sobre a emenda que alterou os arts. 1º, 2º e 3º do projeto de lei, para excluir imóveis rurais da proteção conferida aos ocupantes contra medidas que resultem em desocupações coletivas promovidas pelo poder público, por determinação judicial ou por meios próprios durante a pandemia do coronavírus.

Em 25 de junho de 2021, a matéria retornou à Câmara dos Deputados

e foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação (...); Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e Constituição e Justiça e de Cidadania (...). Em razão da distribuição a mais de três Comissões de mérito, determinou-se a criação de Comissão Especial para analisar a matéria, conforme o inciso II do art. 34 do Regime Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria tramita em regime de urgência, estando pronta para apreciação pelo Plenário.

É o relatório.

II - Voto do Relator

A emenda do Senado Federal propõe preservar os imóveis rurais da limitação temporal excepcional imposta pelo Projeto de Lei nº 827, de 2020, em razão da pandemia do coronavírus, ao direito do respectivo proprietário de reaver o imóvel do poder de quem o detenha ou possua indevidamente. Na justificativa, o autor da emenda, o Senador Luis Carlos Heinze, argumenta *'que a suspensão irrestrita de medidas destinadas à proteção da posse e da propriedade têm o condão de trazer insegurança jurídica e social e violência no campo'*, e ultrapassa o propósito de proteção de vulneráveis, já que os imóveis rurais apresentam realidades e particularidades sociais e econômicas completamente distintas dos imóveis urbanos, especialmente porque se destinam a atender às demandas por alimentos e evitar a crise de desabastecimento.

Com isso, o projeto de lei, na parte em que impede a desocupação ou remoção forçada de pessoas das casas ou terras que ocupem até 31 de dezembro de 2021, alcançará tão somente casas e terrenos urbanos, afastando a proteção conferida aos ocupantes de imóveis rurais de ver assegurada a moradia e os meios de produção enquanto uma grave crise sanitária atinge o País.

De início, vê-se que a emenda não apresenta vícios constitucionais a obstar sua regular tramitação. Encontra-se preenchido o pressuposto da juridicidade, não se vislumbrando violação aos princípios do ordenamento jurídico pátrio. Quanto à técnica legislativa, a emenda guarda adequada consonância com os comandos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto à admissibilidade e compatibilidade financeira e orçamentária da matéria, não se vislumbra qualquer desrespeito às normas vigentes, em especial em relação à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de

2000, à Lei do Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária da União.

No mérito, ainda que se reconheça a distinção entre a função social de imóveis urbanos e rurais, preciso esclarecer que o projeto de lei em apreço não tem por escopo definir a posse ou a propriedade de bens, mas proteger pessoas", seres humanos "- proteção expressa no direito de acesso aos meios de subsistência, à moradia e à saúde, que são pressupostos do direito a uma vida digna."

Estamos falando isso em tempos de pandemia, em que o resguardo desse direito pode significar a diferença entre a vida e a morte.

"Observa-se que o projeto de lei em apreço não possui como fim último impedir os despejos e remoções forçadas de indivíduos e famílias que ocupam imóveis rurais irregularmente. Quer-se, em verdade, que as soluções adotadas para sanar os eventuais conflitos sobre a posse ou propriedade, sejam elas jurídicas, sejam administrativas, sejam do âmbito da esfera privada, especialmente neste momento excepcional, em que medidas sanitárias se fazem necessárias para conter o avanço do vírus, levem em consideração a necessidade de preservação da vida e da saúde da população envolvida."

No Brasil, passa de 530 mil o número de mortes decorrentes da pandemia. Daqui a pouco votaremos justamente se vamos garantir, também para quem mora no campo, o direito a essa proteção excepcionalíssima até 31 de dezembro deste ano.

"O próprio conceito de desocupação ou remoção forçada coletiva, constante do art. 3º do projeto de lei, expressa este objetivo:

Considera-se desocupação ou remoção forçada coletiva a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias ou comunidades, incluídos povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos ribeirinhos e outras comunidades tradicionais, promovida de forma coletiva e contra a sua vontade, de casas ou terras que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis as formas adequadas de proteção de seus direitos, notadamente, a garantia de habitação, sem nova ameaça de remoção, viabilizando o cumprimento do isolamento social; (...) a proteção contra intempéries climáticas ou outras ameaças à saúde e à vida; o acesso aos meios habituais de subsistência, inclusive acesso à terra, seus frutos, infraestrutura, fontes de renda e trabalho.

Trata-se de medida de natureza humanitária, destinada a proteger pessoas em situação de vulnerabilidade social e que não deve ser frustrada por simples presunção de que todo imóvel rural se destina à produção de alimentos para justificar uma suposta integridade do

interesse social, afinal, muitas famílias ameaçadas de despejo também são produtores rurais. Não há como negar a condição de vulnerabilidade dessa parcela que precariamente ocupa imóveis rurais num país historicamente concentrador de terras, marcado por conflitos e sem mediação política que consiga conciliar adequadamente as necessidades da população do campo e de suas forças produtivas.

O Censo Agropecuário de 2017 revelou que a concentração de terras continua sendo uma tendência que traz como consequência a redução das áreas ocupadas pela agricultura familiar e menor número de postos de trabalho nas pequenas propriedades. O desemprego no meio rural também é uma realidade e a renda das famílias das áreas rurais representa pouco mais da metade do recebido em áreas urbanas.

Enquanto a solução para os problemas fundiários no Brasil não avança, mesmo considerando o seu potencial para desafogar as necessidades de moradia e a produção de alimentos, busca-se com a presente proposição ao menos evitar os riscos de agravamento desses problemas em meio à crise sanitária, econômica e social que atravessamos.

O Conselho Nacional de Saúde já tem se manifestado, em reiteradas ocasiões, favoravelmente à suspensão dos despejos, reconhecendo, na condição de espaço de controle social com legitimidade e responsabilidade em defender a vida das pessoas, a saúde coletiva e sanitária, que o "despejo aumenta a contaminação por COVID-19, porque as pessoas despejadas vão ocupar as ruas que passarão a ser suas moradas", e essa situação é a mesma para quem se abriga na cidade ou no campo.

Desta forma, entende-se que o tratamento distinto pretendido pela emenda, que considera tão somente o tipo de imóvel que os cidadãos ocupam para definir a proteção merecida, não se coaduna com o propósito do projeto de lei ora em análise, de assegurar o direito à moradia durante a pandemia. Diferentemente do alegado, a expressa previsão legal da suspensão dos despejos coletivos em áreas rurais não gera insegurança jurídica, pois não afeta a disputa pela posse ou propriedade. Antes, desencoraja ações violentas, garantindo, mesmo que transitoriamente, uma trégua em nome da solidariedade e da paz social tão necessárias para o enfrentamento do inimigo comum - o coronavírus.

Diante do exposto, pela Comissão Especial, votamos pela adequação financeira e orçamentária; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição da Emenda Única do Senado Federal."

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu gostaria, antes de devolver a palavra para deliberação, apenas de lembrar que nós temos a oportunidade de aprovar uma medida de proteção, garantindo que aqueles que moram no campo sejam tratados com equidade com relação àqueles que moram na cidade.

Faço questão de lembrar que, uma vez que no debate da votação aqui na Câmara num primeiro momento, foram aventadas várias questões que não correspondem à realidade. Portanto, em primeiro lugar, este projeto de lei aprovado vai garantir a segurança contra despejos, seja via medida judicial, seja impedindo concessão de medida liminar de despejo ou qualquer outra medida, para ocupações que aconteceram antes de março de 2020.

Então, não cabe dizer que este projeto vai estimular a realização de qualquer tipo de ocupação neste momento, porque a lei não protege ocupações que tenham acontecido posteriormente a março de 2020. Essa medida só vai valer até o dia 31 de dezembro de 2021, ainda que isso possa não ser um marco de finalização da pandemia.

Já tivemos um momento em que ela parecia refluir, e ela voltou com muita força, matando muitos brasileiros.

É preciso registrar que, no ano de 2021, morreram mais brasileiros do que durante todo o ano de 2020, pela COVID-19.

Faço questão de realçar este ponto em particular: não estamos mexendo no direito de propriedade, não vamos garantir o direito de que nenhuma ocupação que aconteça depois de março de 2020 possa ser abraçada pelos direitos que esta lei, que é temporária, urgente por causa da pandemia, possa garantir.

Peço a todos os Parlamentares que possamos manter o texto que já aprovamos na Câmara, porque seria bastante estranho aprovarmos uma lei mais generosa, mais solidária, mais inclusiva, que foi restringida na votação do Senado, e agora votarmos contra o que já votamos aqui.

Este é meu pedido como Relator, pois debati com todos os segmentos, juntamente com os autores da lei, e vários deles participaram. Buscamos deixar esta lei mais a generosa possível, sem prejudicar, por exemplo, na parte dos aluguéis, os proprietários de aluguel único que dependiam daquela renda. Fizemos todas as adaptações, inclusive tornando esta lei menos abrangente na garantia dos direitos do que a que tínhamos aprovado em 2020. Já tínhamos aprovado uma lei que regia as relações privadas em tempo de pandemia, uma lei que era mais generosa no atendimento da questão dos alugueis. Agora,

aprovamos, garantindo o direito daquele proprietário de apenas um imóvel de não ser prejudicado por uma lei que beneficia àqueles que não têm dinheiro para pagar seu aluguel neste momento.

Rejeitar a emenda do Senado é dizer ao povo brasileiro que está no campo ou na cidade que todos somos iguais. Se mantivermos o texto do Senado, estaremos fazendo uma afirmação muito negativa de que o interesse, ainda que transitório, da questão fundiária - que é um problema histórico do nosso País - se sobrepõe ao direito à vida, à saúde, à proteção das pessoas.

Este é o meu pedido, em nome do povo brasileiro mais vulnerável, que é aquele que mora em áreas de assentamentos precários, e da saúde: rejeitemos esta emenda e aprovemos o que aprovamos na Câmara. Estaremos apenas sendo coerentes com aquilo que votamos pouco tempo atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 184/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	18:52
Publ.: DCD - 15/07/2021 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 827-A, de 2020, sobre o estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência em saúde pública decorrente da Covid-19, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante na desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público urbano; à concessão de liminar em ação de despejo tratada na Lei nº 8.245, de 1991; e o estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente.

Colegas Deputadas, colegas Deputados, eu queria fazer mesmo um apelo para que hoje os votos de V.Exas. sejam no sentido de manter exatamente o mesmo texto que nós já votamos e aprovamos aqui na Câmara.

Deputados e Deputadas, o Senado cometeu uma grave injustiça ao alterar esse projeto de lei. Ele retirou da proteção que é prevista neste

projeto da suspensão temporária dos despejos os agricultores e as agricultoras familiares, justamente um setor da nossa população que empobreceu muito durante a pandemia. Essas pessoas muitas vezes não tiveram nem como vender seus produtos, aquilo que plantaram, a macaxeira, o feijão. Não tiveram nem como vender seus produtos numa feira.

Nós aprovamos aqui a Lei Assis Carvalho I. Essa lei foi quase integralmente vetada pelo Governo Federal. Essas pessoas não tiveram nada daquilo que aqui aprovamos de fomento, de inclusão produtiva, de política de crédito para os agricultores na pandemia, e, mais grave, sequer tiveram a flexibilização no pagamento das dívidas rurais.

Colegas, enquanto grandes empresas tiveram a possibilidade de ter flexibilização no pagamento dívidas, os agricultores não. E são essas pessoas agora que, por estarem endividadas, podem correr o risco de perder um pedaço de terra, mas, no meio da pandemia, isso está sendo justamente a fonte de sustento. Essas pessoas não têm salário fixo. Essas pessoas não têm contracheque. Essas pessoas dependem do que plantam na terra para se alimentar.

É absolutamente injusto - e nós temos aqui a oportunidade de reparar essa injustiça - que sejam injustamente desprotegidas essas populações, essas populações que tanto empobreceram e que agora sofrem uma discriminação com essa alteração do Senado.

Deputados e Deputadas, nós estamos falando aqui de um setor da população que coloca comida na nossa mesa. Nós sabemos que a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da alimentação do povo brasileiro.

E eu repito: quando nós tratamos desse setor em relação à suspensão do despejo não se trata só de proteger a moradia. Trata-se aqui de subsistência, de segurança alimentar.

Eu lembro o que o Relator Deputado Camilo Capiberibe já trouxe: isso é uma medida temporária, provisória, que vai durar somente até o final do ano. Aliás, antes disso, ainda vai passar por um trâmite de veto, de apreciação pelo Congresso desses vetos, de forma que serão poucos meses, Deputados e Deputadas, que essa medida vai valer.

Termino, então, fazendo este apelo: que mantenhamos o texto que nós aprovamos, que votemos aqui hoje exatamente aquilo que aprovamos há algumas semanas e que estejamos de acordo com o relatório do Deputado...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 185/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	18:56
Publ.: DCD - 15/07/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 827-A, de 2020, sobre o estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência em saúde pública decorrente da Covid-19, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante na desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público urbano; à concessão de liminar em ação de despejo tratada na Lei nº 8.245, de 1991; e o estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias, ressaltados os destaques. Perseguição do Governo Federal aos trabalhadores rurais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB é contrário à emenda do Senado. A emenda do Senado piora muito o projeto. Aliás, traz uma discriminação explícita em relação aos rurais e aos camponeses. É incompreensível isso! Em que país nós estamos? Que República é esta? Nós vamos ter dois pesos e duas medidas? Vale para os urbanos e não vale para os rurais?

Não dá para entender. Não dá para aceitar. Os rurais têm sido sistematicamente perseguidos pelo atual Governo. Por exemplo, o Bolsonaro vetou o auxílio emergencial para os rurais. E, agora, vem essa emenda do Senado, piorando esse texto.

Nós não concordamos. O PSB orienta "não" e cumprimenta a autora, a Deputada Natália, e o Deputado Camilo Capiberibe pelo brilhante relatório em relação a esta matéria.

Portanto, o PSB orienta "não" à emenda do Senado, em respeito à igualdade dos povos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Mais uma vez, Deputado

Bira, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa. e à orientação de cada partido, eu queria participar ao Plenário que fiz, pessoalmente, essa negociação com a Deputada Natália Bonavides.

Nós tratamos das questões de quem perdeu renda, do valor dos aluguéis, de quem tinha imóvel próprio, para não haver justamente abusos e se permitirem questões de calote por pessoas que não tenham sofrido com a pandemia. A Deputada sabe disso.

Houve toda a lisura no processo. O assunto do rural nunca entrou na discussão do texto. Peço aqui testemunho do Deputado Capiberibe, porque eu chequei com ele aqui em cima e perguntei. O Deputado Capiberibe não me fez menção a rural.

É injusta essa crítica neste momento, quando nós tivemos toda a boa intenção de aprovar esse projeto, inclusive contra a orientação de partes de partidos e do Governo com relação a isso. A Deputada Natália sabe.

Então, com todo o respeito ao posicionamento de V.Exa., eu só queria fazer esse esclarecimento

Documento 186/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 14/07/2021-
	CD	19:20
Publ.: DCD - 15/07/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma iniciativa que foi apresentada pelo ex-Deputado, colega ditoso desta Casa, hoje Senador Jorginho Mello, que, como V.Exa. disse, "dispõe sobre medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social".

Peço a autorização de V.Exa. para ir direto ao voto do Relator.

"II - Voto do Relator

(...)

Adentrando na análise do mérito do projeto, constata-se a conveniência e urgência da matéria apreciada, tendo em vista a grave situação enfrentada pelos brasileiros beneficiários do INSS, expostos a contaminação pelo coronavírus, quando convocados às agências para a realização da chamada 'comprovação de vida', num momento em que ainda é alta a circulação do vírus no Brasil, e com apenas 13% da população imunizada com as duas doses exigidas para a ampla proteção.

Cumprе ressaltar que, segundo o INSS," e dados divulgados pela imprensa, "até meados de junho, dos 36 milhões de segurados, 23 milhões já haviam realizado a prova de vida, faltando ainda 12 milhões e 300 mil brasileiros, que correm o risco de terem seus créditos bloqueados nos próximos meses. Portanto, é indispensável que tal medida seja tomada rapidamente como forma de se interromper de maneira imediata a exposição dos beneficiários ao vírus e que sejam apresentadas alternativas para que a comprovação de vida seja realizada de maneira segura, efetivando assim os direitos constitucionalmente consagrados à saúde e à vida.

Para contextualizar, a prova de vida é um procedimento obrigatório para todos os segurados do INSS, devendo ser realizada anualmente nas instituições financeiras, por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria ou por qualquer meio definido pelo INSS que assegure a identificação do beneficiário, nos termos do que prevê o § 8º do art. 69 da Lei nº 8.212, de 1991.

A comprovação de vida é um procedimento criado para que o segurado do INSS comprove que está vivo, de modo a dar continuidade ao recebimento do benefício. Tal mecanismo foi pensado para aumentar a segurança do Sistema do Seguro Nacional diante de eventuais fraudes, que repercutem negativamente sobre o déficit da Previdência Social. Todavia, não há justificativa para que, num momento tão grave de crise sanitária de importância internacional, a prevenção a possíveis fraudes esteja acima da preservação de vida de milhões de brasileiros, com o risco de corte do benefício a que fazem jus, valores esses que garantem a própria subsistência e de sua família.

Em razão da pandemia e do conseqüente e indispensável distanciamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (...), o procedimento da comprovação de vida havia sido suspenso em março de 2020, porém, voltou a ser obrigatório a partir de 1º de junho de 2021, dia em que a média de mortes causadas pela COVID ainda se mantinha num patamar elevado. (...) Resta claro, portanto, que o momento atual ainda não é o mais propício para expor os brasileiros, e neste caso específico tendo por maioria idosos, a uma exposição facilmente substituída por outros mecanismos de certificação de vida, principalmente em razão da circulação de novas variantes da COVID-19.

Com o retorno do procedimento presencial da prova de vida, aposentados e pensionistas vêm se submetendo a aglomerações em transportes públicos e

principalmente nas agências bancárias responsáveis pela checagem, quando não logram êxito no procedimento remoto, para que não tenham o pagamento do benefício bloqueado. Convocados às agências por vezes lotadas, em razão da redução de pessoal para que se cumpram as medidas sanitárias nessas instituições, permanecem por horas expostos a um vírus potencialmente mais mortal para idosos, repito, os mais atingidos pela medida.

Ocorre que a própria legislação já prevê sistemas diversos para que se realize o procedimento diverso do presencial, como a prova de vida em domicílio e a prova de vida digital, e que neste último caso deveria, em razão da pandemia da COVID-19, ter seu sistema modernizado para propiciar que o maior número possível de brasileiros utilizasse este recurso. Aqui não se questiona a necessidade da provação de vida, mas sim o retorno da obrigatoriedade, por vezes com a necessidade da presença física, como condicionante para que o cidadão não tenha seu benefício bloqueado. Em razão da crise sanitária, a crise econômica ganha contornos cada vez mais dramáticos. (...)

Importante frisar que a lei já prevê mecanismos para punir eventuais fraudes ao Sistema de Seguro Nacional. O § 3º do art. 115 da Lei 8.213/1991, determina a inscrição em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal dos créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial. (...)

Destaque-se também que o art. 68 da Lei nº 8.212/1991 já determina o envio da relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na Serventia, pelo Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais ao INSS. Isto posto, resta claro que a possibilidade de fraude fica reduzida pelos mecanismos que a inibem já previstos em lei, não havendo, portanto, repetimos, razão que justifique a promoção de aglomerações em agências bancárias, impossibilitando o ainda necessário distanciamento social.

(...)

É importante ressaltar que a maioria dos atendimentos é realizado nas agências bancárias. Em razão da pandemia, os bancos trabalham em regime de contingência e com horário reduzido, o que por diversas vezes acaba por gerar aglomerações que deveriam ser evitadas. (...)

Como já frisado anteriormente, o público-alvo do procedimento da prova de vida é a população idosa. O art. 230 da Constituição Federal determina que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (...)"

Aqui, Sr. Presidente, relato um caso que aconteceu com um familiar de um ex-colega desta Casa, conhecido aqui por todos certamente, o ex-Deputado

Federal do nosso partido, do PSB, candidato a Vice-Presidência da República, Beto Albuquerque.

"Conforme amplamente noticiado, no último 24 de junho, o pai do ex-Deputado Federal pelo PSB, Beto Albuquerque, morreu pesadamente aos 85 anos, vítima da COVID-19. O Sr. Telmo Lopes de Albuquerque estava isolado em casa por meses, tendo começado a manifestar sintomas da doença após uma ida ao banco para fazer a prova de vida do INSS. Ele foi à agência acompanhado da esposa, que também fora contaminada, e infelizmente veio a falecer no dia 09 de julho, após um período internada. Esses são casos dos quais tomamos conhecimento. Quantos outros podem ter ocorrido e quantos mais esperamos ocorrer para que tomemos providências?

(...)

As medidas aqui também propostas ajustam a legislação do ponto de vista permanente, não só em relação ao período transitório.

"As medidas trazidas pelas proposições buscam desburocratizar e simplificar procedimentos relativos aos beneficiários do INSS, reforçando novamente a necessidade de extrema atenção e cuidado que o Estado e toda a sociedade devem à população idosa (...)

Em que pese a pertinência dos mecanismos trazidos pelas proposições, de modo a desembaraçar procedimentos de comprovação de vida, acreditamos que o mais acertado (...)"

Aqui estamos fazendo uma proposta, Presidente, fruto de um entendimento, de uma conversa, de um diálogo com o Governo. Destaco também a interlocução feita com o Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, e com aqueles que fazem o próprio Executivo. De modo a desembaraçar, apresentamos uma proposta alternativa.

"(...) para o momento atual é promover novamente a suspensão do tal procedimento até 31 de dezembro de 2021, esperando que o máximo possível de brasileiros já esteja imunizado pela vacinação."

Quero louvar a iniciativa das propostas que foram apresentadas e também as apensadas a este projeto de lei do Senador Jorginho Mello, propostas apresentadas pelas Deputadas Norma Ayub e Celina Leão e pelos Deputados José Airton Félix Cirilo e José Guimarães.

"Por fim, louvamos a iniciativa dos autores das propostas apensadas, que não se furtaram de sua competência para apresentar solução ao óbice criado e que põe em risco, por um lado, a segurança sanitária e a vida do segurado do INSS, e por outro, sua renda, de caráter indispensável para sua subsistência e de suas famílias.

III - Conclusão do voto.

Pelo exposto:

Pela Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, e de seus apensados: Projeto de Lei nº 2.466, de 2020; Projeto de Lei nº 2.700, de 2020; Projeto de Lei nº 629, de 2021; e Projeto de Lei nº 2.418, de 2021, na forma do substitutivo anexo.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, não vemos qualquer implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária das proposições, e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, e de todos os apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 385, de 2021, e dos seus apensados: Projeto de Lei nº 2.466, de 2020; Projeto de Lei nº 2.700, de 2020; Projeto de Lei nº 629, de 2021; Projeto de Lei nº 2.418, de 2021, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família."

Sr. Presidente, este é o relatório.

Aqui apresento rapidamente - não sei se é necessária ou dispensável - a leitura de todo o Substitutivo. Mas a questão central é o que ficou ajustado na redação do art. 1º do Substitutivo, cujo inteiro teor passo a ler:

"Art. 1º Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2021, a comprovação de vida para os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exigida nos termos do § 8º do art. 69 da Lei nº 8.212/91, em razão da emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

Art. 2º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 68-A e com as seguintes alterações:

"Art. 68-A. A lavratura de procuração pública e a emissão de sua primeira via para fins exclusivos de recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo INSS são isentas do pagamento das custas e dos emolumentos."

'Art. 69.

§ 7º Para fins do disposto no caput deste artigo, o INSS poderá realizar recenseamento para atualização do cadastro dos beneficiários, abrangidos os



benefícios administrados pelo INSS, observado o disposto no § 8º deste artigo.

§ 8º Aqueles que receberem benefícios realizarão anualmente, no mês de aniversário do titular do benefício, a comprovação de vida, preferencialmente por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria, ou outro meio definido pelo INSS que assegure a identificação inequívoca do beneficiário, implementado pelas instituições financeiras pagadoras dos benefícios, observadas as seguintes disposições:

I - a prova de vida e a renovação de senha serão efetuadas pelo beneficiário, preferencialmente no mesmo ato, mediante identificação por funcionário da instituição financeira responsável pelo pagamento quando não realizado por atendimento eletrônico com uso de biometria;

II - a prova de vida poderá ser realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado junto ao INSS;

III - os órgãos competentes deverão dispor de meios alternativos que garantam a realização da prova de vida de beneficiários com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos ou com dificuldades de locomoção, inclusive por meio de atendimento domiciliar quando necessário;

IV - as instituições financeiras deverão, obrigatoriamente, envidar esforços a fim de facilitar e auxiliar os beneficiários com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos ou com dificuldades de locomoção, evitando ao máximo o seu deslocamento até a agência bancária e, caso ocorra, deverá dar preferência máxima de atendimento, diminuindo o tempo de permanência dentro do recinto, evitando assim expor o idoso a aglomeração;

V - quando a prova de vida for realizada junto à instituição financeira, essa deverá enviar as informações ao INSS, bem como divulgar de forma ampla junto aos beneficiários todos os meios existentes para efetuar o procedimento, em especial os remotos para evitar o deslocamento dos beneficiários; e

VI - o INSS poderá bloquear o pagamento do benefício encaminhado às instituições financeiras até que o beneficiário realize a prova de vida, permitida a liberação do pagamento automaticamente pela instituição financeira.

(...)

Art.

76.

§ 1º O documento de procuração deverá ser revalidado, anualmente, nos termos de norma definida pelo INSS.

§ 2º Na hipótese de pagamento indevido de benefício a pessoa não autorizada,

ou após o óbito do titular do benefício, a instituição financeira é responsável pela devolução dos valores ao INSS, quando do descumprimento das obrigações a ela impostas por lei ou por força contratual.'

Art. 3º O art. 124-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

'Art. 124-A. 124-A.

.....
.....

§ 4º As ligações telefônicas visando à solicitação dos serviços referidos no § 1º deverão ser gratuitas, a partir de telefone fixo ou móvel, sendo consideradas de utilidade pública.'

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

É o relatório, Sr. Presidente.

Eu quero, mais uma vez, agradecer o diálogo que nós firmamos, Deputado General Peternelli, com o próprio Governo para que pudéssemos apresentar uma alternativa com senso de urgência. Agradeço também ao Presidente Arthur Lira e ao Colégio de Líderes por colocarem essa discussão na pauta de hoje, tendo em vista que já está em curso um procedimento inclusive de suspensão de alguns benefícios em função da imposição da prova de vida. E acho que é muito importante que esta Casa possa dar a sua contribuição para que preservemos a vida dessas pessoas, que necessitam hoje, por força da lei, fazer a prova de vida, e suspendamos isso até o final deste ano, até dezembro de 2021.

É o relatório, Sr. Presidente.

Documento 187/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD 19:36
Publ.: DCD - 15/07/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional. Apensação à proposição principal do Projeto de Lei nº 2.418, de 2021, de autoria do orador.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero registrar que a Minoria parabeniza o Deputado Danilo Cabral.

Quero dizer aos meus pares que um dos projetos apensados é de minha autoria, o Projeto de Lei nº 2.418, de 2021, que preserva vários critérios importantes e amplia vários critérios para a prova de vida.

O projeto é muito importante, pois corrige injustiças que foram cometidas, principalmente, quando foram suspensos alguns benefícios. São muito sérios os critérios apensados no projeto relatado pelo Deputado Danilo Cabral.

Eu faço esse registro, em nome da Minoria, parabenizando todos os autores dos projetos apensados, especialmente o meu, o PL 2.418, Sr. Presidente.

Parabéns, Deputado Danilo Cabral!

Muito obrigado.

Documento 188/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD 19:36	
Publ.: DCD - 15/07/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários pela aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria só 15 segundos para cumprimentar o Deputado Danilo Cabral e também ressaltar que esse foi um projeto consensuado com os partidos de oposição. Poderíamos ter escolhido um dos projetos dos nossos partidos, mas fomos buscar esse do Senador Jorginho Mello, pela importância do tema.

Então, quero agradecer a sensibilidade dos Líderes e parabenizar a

Casa pela aprovação.

Obrigado.

Documento 189/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	19:36
Publ.: DCD - 15/07/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós da bancada do PT concordamos em não fazer o debate nem apresentar requerimentos, mas a orientação é importante que seja dada. Por quê? Houve uma insensibilidade do Governo Federal, mantendo a exigência da prova de vida, da presença física. Com isso, várias pessoas chegaram a se contaminar pelo coronavírus.

Parabenizando o Deputado Danilo Cabral, quero fazer referência ao pai e à mãe do nosso ex-colega Deputado Beto Albuquerque. Houve uma insensibilidade. É preciso um projeto de lei.

Eu também sou autor, junto com o Deputado Henrique Fontana e com o Deputado José Guimarães, que falou há pouco de projetos que vão na mesma linha de suspender a prova de vida, porque esse foi um espaço de contaminação para a morte. E o Governo Federal permitiu isto: mortes.

Então, é muito justo que nós aproveemos este projeto.

Documento 190/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 15/07/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Acerto da apresentação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Rapidamente, Sr. Presidente, quero só que nos lembremos do Sr. Telmo e da D. Vanir, que são o pai e a mãe do nosso colega ex-Deputado Beto Albuquerque e do Gelson Albuquerque, meu colega enfermeiro, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, que inspirou o Senador Jorginho Mello a apresentar esse texto.

Então, não há nada mais justo do que fazermos uma homenagem, porque o falecimento dos dois, do Sr. Telmo e da D. Vanir, se deu com 15 dias de diferença, depois de terem ido fazer a prova de vida para receber os seus direitos.

Documento 191/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 15/07/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional. Agradecimento à Presidência pela inclusão da matéria na pauta.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço 15 segundos apenas para agradecer a V.Exa. a priorização que nos deu com a inclusão dessa proposta na pauta.

Agradeço ao conjunto dos pares, a todos os Deputados, que, de forma unânime, aprovaram essa proposta.

Faço um agradecimento especial ao Líder Ricardo Barros e ao

Deputado General Peternelli, também por suas palavras aqui. E nos colocamos à disposição para que possamos aprimorar, caso necessário, essa proposta.

A Câmara dá uma resposta muito importante para a sociedade brasileira, que neste momento enfrenta todas essas dificuldades da pandemia.

Obrigado a todos os pares por essa proposta.

Documento 192/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 15/07/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Deputado Beto Albuquerque diante do falecimento dos seus pais. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 8.212 e 8.213, de 1991, com vista à adoção de medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aproveitar o momento e também registrar os meus pêsames ao Deputado Beto Albuquerque, cujos pais faleceram, como se disse há pouco. O Deputado é um lutador do nosso País. Eu lamento muito a morte de seus pais. Ele transforma o luto em luta, inspirando a aprovação desse projeto, tão bem relatado pelo Deputado Danilo Cabral.

À família do Deputado Beto Albuquerque, os sentimentos de todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 193/200

78.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2021- CD	20:52
Publ.: DCD - 15/07/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 1.360, de 2021, referente à criação de mecanismos de coibição e prevenção da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, ressalvados os destaques. Congratulações à Relatora Carmen Zanotto e à Casa pela aprovação da propositura. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à regulamentação da modalidade de educação bilíngue de surdos. Necessidade de avanço nas ações de combate à violência praticada contra idosos. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a pacientes internados em decorrência do novo coronavírus. Agressão de DJ à mulher.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, então, Presidente Marcelo Ramos. Seria uma honra compartilhar o tempo de Liderança com V.Exa, que é um quadro que tanto se destaca no nosso partido.

Eu pedi para agregar o tempo de Liderança porque não é um simples encaminhamento. Nós temos que fazer um balanço aqui neste plenário do que estamos realizando.

Quando falamos de pandemia, Sr. Presidente, nós vemos uma luz muito grande no que acontece nos bastidores, no silêncio e nessas vozes. Eu queria começar dizendo que o meu partido, é claro, encaminha "sim". Todos nós vamos encaminhar a favor da proteção, da tutela da criança, principalmente das crianças que sofrem violência das pessoas em que mais confiam. O caso do Henry Borel nos chocou há muito tempo. Chocou a todos. Chocou-nos, por exemplo, o caso Nardoni. Se não fosse um trabalho incrível da perícia da Polícia Federal de São Paulo, que trouxe um conjunto probatório, nós não teríamos chegado aos responsáveis por esse crime tão bárbaro, que foi cometido por um pai e uma madrasta.

Esta casa está de parabéns, Deputado Gilberto, não só pela construção do coletivo, como a Relatora, a Deputada Carmen Zanotto, fez com tanta emoção.

Deputada Carmem Zanotto, V.Exa. representa o que há de mais belo numa mulher, que nasce com o útero que traz o sentido da vida. V.Exa. não é mãe natural, mas o é pela sua profissão, por suas características biológicas. A sua voz estava embargada, quando falava em defesa das crianças que mal sabem explicar o que está acontecendo, das que

sofrem violência das pessoas em quem elas mais confiam.

Quero parabenizar todas as Deputadas autoras e coautoras dessa iniciativa.

Esta Casa, só esta semana, deu algumas respostas à sociedade. Quando falamos que votamos e aprovamos, com uma grande margem, foram 433 votos - repito, 433 votos -, Deputado Rafafá, no direito de comunicação, com a criação de uma escola bilíngue, tendo Libras como língua principal. Nós temos que lembrar das crianças de 3, 4, 5 anos que sequer conseguiam se comunicar. É a mesma situação do Henry Borel, que, apesar de confiar no seu pai, tinha medo das ameaças que poderia sofrer do namorado da sua mãe e se calava, pois não sabia se expressar.

Esta Casa não tem se furtado, e nós precisamos avançar. Queria agradecer muito aos Deputados que contribuíram para a construção do texto. Se a palavra "objeto" incomoda porque pode gerar dúvida, vamos agregar valor e retirar a palavra, mas esta Casa está votando o conjunto, mulheres e homens, homens e mulheres, na defesa das crianças e no combate à violência doméstica.

Precisamos, sim, para ontem, trazer o protocolo, porque recebemos diariamente imagens de idosos que também sofrem violência patrimonial, são espancados, são retirados da sua dignidade. Trata-se do mesmo protocolo que fizemos para a política da defesa da mulher, como a Lei Maria da Penha, que é a terceira lei mais completa no mundo na defesa da mulher. Estamos estendendo agora esse protocolo para as crianças. Precisamos, sim, Deputado Gilberto, avançar também na defesa dos idosos. Isso porque a pandemia deu luz ao que se passa quando o agressor está dentro de casa.

Está de parabéns este Parlamento! Nós votamos aqui todas as matérias para salvar a vida na emergência do combate à pandemia. E votamos, semana passada, por exemplo, o direito à videochamada para quem está na UTI e se sente abandonado, para dar voz, comunicação, àquele paciente que se sente abandonado, ao mesmo tempo em que seu parente se sente impotente, Deputada Paula, de ver o que se passa naqueles bastidores. Este Plenário está de parabéns porque está trabalhando no enfrentamento da crise econômica, da crise pandêmica, mas não está se furtando, Deputado Marcelo Ramos, a trazer matérias que levam dignidade à defesa da vida, à defesa da honra, pela vida com dignidade. Não se trata da simples defesa da vida. Nós temos, ainda este ano, que votar uma matéria estendendo também isso aos idosos.

Eu estou aqui para encaminhar pelo meu partido: "sim". "Sim" à dignidade das crianças; "sim" à dignidade dos homens e mulheres

desta Nação. No direito material, que está segurado no art. 5º da Constituição, que diz que somos iguais perante a lei, precisamos ter normativas aplicáveis, fiscalização, avanços legislativos e protocolos, para que não convivamos com essa barbaridade.

Hoje mesmo nós assistimos e ouvimos nossa Coordenadora dar um basta à violência que foi cometida por um DJ a uma mulher. Imaginem a doença que estamos enfrentando na sociedade: só com as imagens de espancamento veiculadas, subiu para mais de 300 mil o número de seguidores dessa pessoa. Estão vibrando com essa doença. Nós somos o quinto país mais violento do mundo. Não podemos mais...

Eu quero dizer que saio esta semana feliz deste Parlamento, feliz por ser um agente de transformação. O que nós somos aqui é representação da sociedade. Volto a dizer: "política" vem de *pólis*, que significa "cidade". Que modelo de cidade e sociedade, Deputado Gilberto, nós queremos ter? Nós temos que ter a defesa incondicional da dignidade da criança. Precisamos ser a voz das pessoas que não conseguem se expressar por si sós.

O PL vota "sim".

Agradeço a Deus por estar Parlamentar e poder votar uma matéria com esta dignidade.

Agradeço a Deus pelo colegiado desta Casa ter votado "sim" à videochamada e "sim" à escola bilíngue, por todas as vezes que ele votou "sim" para garantir, proteger e tutelar aqueles que mais necessitam.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 194/200

14.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/07/2021-
	CD	13:04

Publ.: DCN - 16/07/2021
- TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise sanitária brasileira. Quadro de desemprego e insegurança alimentar vigente no Brasil. Elevação dos índices inflacionários, reajuste nos preços de alimentos e de tarifas de energia elétrica. Insuficiência dos recursos alocados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022, para enfrentamento da grave crise socioeconômica brasileira. Inexistência de

previsão de aumento do valor do salário mínimo. Protesto contra a aprovação de vultosos recursos para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o Fundo Eleitoral; a liberação de verbas de emenda do Relator para sustentação da base eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro; e de recursos do chamado orçamento secreto para fortalecimento dos currais eleitorais do Presidente da República. Declaração de voto do PSOL contrário à aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sras. e Srs. Parlamentares, não é novidade que a situação do Brasil é dramática e que a vida para o povo está insuportável, diante da maior crise sanitária que nós já experimentamos, que as gerações vivas já experimentaram, com mais de meio milhão de mortes, com o luto chegando às famílias.

Infelizmente, esse quadro sanitário agudiza e amplia a condição do Brasil de um país profundamente desigual. Chegamos ao recorde de quase 15 milhões de desempregadas e desempregados. Estamos falando de um Brasil com mais de 6 milhões de desalentados, com 30% da força de trabalho brasileira ou subocupada ou desocupada. Estamos falando de 50 milhões de pessoas vivendo sob insegurança alimentar. Faltam itens nutricionais na mesa de 50 milhões de brasileiras e brasileiros, e boa parte são famílias chefiadas por mulheres, mães de família espalhadas pelas periferias brasileiras. Estamos falando de uma inflação que chega ao colo dos mais pobres e é de quase 9% para aqueles que ganham até 1.600 reais. Isso é um supermercado mais caro, isso é uma conta de luz mais cara, isso é um aluguel mais caro, isso é a impossibilidade de colocar comida na mesa, de comprar fralda, de alimentar as famílias.

Nessa situação dramática, o Congresso Nacional deveria aprovar iniciativas de saída para a crise, deveria apontar diretrizes orçamentárias que permitissem ao Brasil, ali na frente, aprovar um orçamento que tire o povo do buraco, aonde chegou por responsabilidade de Bolsonaro, da base do Governo na Câmara e de setores, sim, do centro, que sustentam essa política de austeridade.

Como assim, senhores e senhoras, nós, no meio dessa crise econômica que chega ao trabalhador, seguimos no Congresso Nacional aprovando diretrizes orçamentárias que contêm o teto de gastos? Teto de gastos é um instrumento que inviabiliza recursos e investimentos que poderiam tirar o povo da crise em que está colocado. Como assim não ter previsão para aumento real do salário mínimo, em momento em que o trabalhador não consegue comprar o que precisa, tem que escolher se compra o gás ou o arroz, se compra

o feijão ou o óleo, em que não consegue comprar fralda?

Senhoras e senhores, dinheiro para obra, temos; dinheiro para aumentar fundo de campanha, temos, e vejam que somos daqueles e daquelas que defendem financiamento público de campanha, mas é absurdo o tamanho desse aumento, de quase 4 bilhões de reais; dinheiro para emenda de Relator-Geral que sustenta a base eleitoral de Bolsonaro, o orçamento secreto de Bolsonaro, para fortalecer seus currais eleitorais Brasil afora, temos - infelizmente, mas não com a digital do Partido Socialismo e Liberdade.

Do nosso ponto de vista, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estamos votando nesta Casa não está à altura dos tempos dramáticos que o Brasil enfrenta, não está à altura da necessidade urgente de enfrentar um cenário em que o povo brasileiro está desesperado! O desespero chega com o desemprego, com a informalidade do trabalho. O desespero chega com o auxílio emergencial de 150 reais, que não dá para comprar nem metade de uma cesta básica para colocar comida na mesa das mães trabalhadoras brasileiras. Só um bujão de gás está custando mais de 100 reais. Ontem, eu o comprei, aqui em casa, por 120 reais.

Infelizmente, é uma LDO que não está à altura dos tempos dramáticos do Brasil. Por isso, o PSOL vota contrariamente às diretrizes orçamentárias que estamos aprovando nesta Casa, porque precisamos de um orçamento para o povo, precisamos de diretrizes orçamentárias que ajudem o povo a sair da miséria e do desespero neste momento tão dramático.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 195/200

14.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/07/2021-
	CD	13:12
Publ.: DCN - 16/07/2021	JOÃO DANIEL-PT -SE	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022). Necessidade da destinação de recursos orçamentários para ações de enfrentamento da crise socioeconômica vigente no Brasil. Defesa de vacinação em massa dos brasileiros contra a Covid-19 e de retomada do auxílio emergencial. Solidariedade ao povo

brasileiro diante da crise econômica reinante no País.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares desta sessão do Congresso Nacional, acho fundamental debatermos e aprovarmos o Orçamento de 2022, as diretrizes desse Orçamento.

Nós pensamos, junto com a bancada de Sergipe, em importantes projetos que devem estar no Orçamento Geral da União, como, por exemplo, o do Canal de Xingó, uma obra estruturante, em relação à qual já existem todos os estudos, os projetos. Depende exclusivamente do Governo Federal. É uma obra de tão grande volume que os Estados de Sergipe e Bahia não terão condições de fazê-la. É uma obra da União. É uma obra fundamental.

Nós precisamos destinar recursos para programas como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos, referente à agricultura familiar. É uma prioridade de todos os agricultores e agricultoras, dos movimentos sindicais e populares. Ele garante preço digno aos produtos da agricultura familiar, nas áreas de reforma agrária, com doação para comunidades pobres, associações, entidades filantrópicas. Hoje, milhares de pessoas e de famílias estão passando fome, encontram-se em estado de miséria. É fundamental que possamos garantir recursos para esse programa.

Nós temos prioridade. A reforma agrária foi abandonada, desde o Governo Temer. Só falam em titulação, em regularização, não falam em obra de infraestrutura, de abastecimento de água, em estradas, liberação de créditos de implantação, de créditos de habitação. É lamentável que o Governo Bolsonaro, assim como o Governo Temer, tenha desprezo pelos mais pobres e, em especial, pela reforma agrária no Brasil. É fundamental resgatarmos um programa que garanta infraestrutura, apoio para todas as áreas de reforma agrária, para assentados, para posseiros, por meio de crédito fundiário, banco da terra, para qualquer beneficiário de política agrária em nosso País.

O que vemos no Orçamento é que o Governo prioriza o pagamento de juros ao sistema financeiro, os grandes acordos em jogo neste momento no País. Pesquisas indicam hoje - a verdade demora, mas, ainda bem, não falha - que mais de 70% dos brasileiros sabem que Bolsonaro governa para os ricos, que a prioridade dele são os ricos.

O Orçamento precisa considerar os pobres deste País. Precisa aumentar o salário mínimo, que movimenta grande parte da economia dos Municípios e dos Estados no Brasil. Precisamos discutir programas sociais, financiamento e crédito para as pequenas empresas, para a agricultura familiar. Estes são investimentos prioritários, investimentos

em obras de infraestrutura, para que possa haver uma retomada da economia. Precisamos garantir vacina para todos. Precisamos garantir o auxílio emergencial. Precisamos garantir a retomada da economia deste País e considerar também a saúde pública, com um Governo que não despreze a vida.

Sr. Presidente, deixo registrada, nesta sessão do Congresso Nacional, a nossa homenagem, mais uma vez, a todas as famílias e pessoas que passam por dificuldades, que foram atingidas por esta política econômica, que provocou neste País a volta da miséria, e, em especial, aos que perderam e continuam perdendo queridos parentes e amigos para a COVID-19.

A nossa esperança é...

(Interrupção do som.)

Documento 196/200

14.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021- CD	16:12
Publ.: DCN - 16/07/2021	RICARDO BARROS-PP -PR	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidenta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senadora Rose de Freitas; ao Relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022, Deputado Juscelino Filho; e aos Líderes do Governo, Senador Eduardo Gomes e Deputado Cláudio Cajado, pela aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022. Agradecimento ao Supremo Tribunal Federal pela concessão ao orador de acesso aos dados da CPI da Covid relativos à sua pessoa. Disposição do Parlamentar para depoimento perante ao órgão. Inconsistência de denúncias sobre o seu envolvimento em suposta compra superfaturada da vacina Covaxin. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro na vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, em primeiro lugar, parabênizo a Senadora Rose de Freitas; o Relator, nosso companheiro Deputado Juscelino Filho; o nosso Líder do Governo no Congresso, o



Senador Eduardo Gomes e o Líder do Governo na Comissão de Orçamento, o Deputado Claudio Cajado, pela aprovação da LDO. Não conseguimos aprová-la no ano passado, e hoje a aprovamos a tempo para que o orçamento venha ao Congresso, com a visão que os Parlamentares têm sobre essa questão. Então, parabênizo a todos por essa importante aprovação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero agradecer o Supremo Tribunal Federal, que me deu acesso a todos os dados que a CPI da Pandemia tenha sobre a minha pessoa. A CPI já citou o meu nome mais de 110 vezes. Todos os depoentes que lá foram negaram unanimemente qualquer relação do meu nome com a compra da Covaxin. Então, eu estou absolutamente tranquilo. Por isso quero ir à CPI.

Faço de novo aqui um apelo para os Srs. Senadores que me convidaram para estar lá, no dia 8 de julho. Já que não posso ser convocado pela CPI, aceitei o convite, coloquei-me à disposição, e em razão da negativa de todos que foram ouvidos de que eu não tinha relação com essa questão, passa-se, então, a não ter mais interesse na minha fala, embora tenham me atacado durante todo esse período.

O direito à defesa é inerente à nossa Constituição, e eu gostaria de ter oportunidade de ir à CPI para esclarecer os fatos, e responder a qualquer dúvida que exista.

Se o colega, o Sr. Deputado Luis Miranda, disse que eu teria envolvimento na compra da Covaxin, independentemente da confirmação ou não do Presidente Bolsonaro dessa conversa, a CPI que tome por verdade que eu tenho envolvimento. Que ela investigue, mas vai chegar à conclusão que não tenho envolvimento e encerremos esse episódio.

O que é inaceitável é a CPI repetir uma narrativa que não se sustenta, que não teve nenhum indício, que ninguém confirmou, e querer insistir que eu teria envolvimento com a compra da vacina Covaxin. Aliás, como disseram os depoentes, não há nenhum problema na compra da Covaxin. Está tudo absolutamente em ordem. Talvez isso tenha feito com que o ambiente da CPI ficasse tumultuado, porque eles perderam a narrativa principal que tinham nesse momento.

Nós queremos vacinar todos os brasileiros. É isso que o Presidente Bolsonaro quer fazer, e é isso que nós vamos fazer, se a CPI deixar de atrapalhar.

Obrigado, Sr. Presidente.

79.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021-
CD 19:00

Publ.: DCD - 16/07/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Governador Camilo Santana; ao Secretário da Saúde, Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho; e ao Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Inácio Arruda, pelas iniciativas exitosas de combate à epidemia de Covid-19 no Estado do Ceará.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, gostaria de registrar que esta semana tive a oportunidade de participar uma reunião com o Governador do Ceará, Camilo Santana. Foi o momento em que tive a oportunidade de parabenizar o Governador Camilo pelo belíssimo trabalho que vem fazendo, com muita dedicação, com muita serenidade, com muita determinação, no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Aproveito também para registrar o trabalho - e pude manifestar isto ao Governador Camilo - de dois grandes Secretários: o Dr. Cabeto, o Secretário de Saúde, e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, o ex-Deputado, nosso ex-colega e ex-Senador Inácio Arruda. A soma do trabalho dessas duas Secretarias, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Saúde, tem feito do Ceará exemplo importante no enfrentamento da pandemia.

Desde o início da crise, por meio da criação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, o Ceará tem tomado as medidas necessárias, por mais duras e impopulares que sejam, para combater a pandemia.

Um estudo, Sr. Presidente, realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo - USP aponta que o *lockdown* aplicado pelo Governo do Estado do Ceará durante a primeira onda do coronavírus reduziu a mortalidade em 26%. O impacto disso é muito importante. Vidas importam - vidas salvas.

A revista *Science*, uma das principais divulgadoras científicas do mundo, cita o Ceará como exemplo de Estado resiliente no combate à pandemia e afirma que as ações locais realizadas pelo Estado tiveram

sucesso em prevenir ainda mais mortes pela doença, mesmo diante das grandes dificuldades de lidar com a pandemia.

Outro item importante que eu queria ressaltar, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é a transparência. Tem sido fundamental o Portal da Transparência do Estado do Ceará. Por mais de uma vez foi registrado pela Transparência Brasil a experiência, por exemplo, da plataforma Integrasus, que hoje informa a população e a imprensa sobre a disseminação do vírus no território cearense.

Isso é muito importante, porque é uma medida que utiliza a tecnologia da informação, que utiliza a saúde digital, como apoio à tomada de decisão. É a construção da inteligência para a tomada de decisão.

Eu queria também registrar alguns dados importantes. Testes, numa pandemia de vírus respiratório, são fundamentais. Já foram realizados no Ceará mais de 2 milhões e 300 mil testes. Aqui eu quero ressaltar uma parceria importante do Todos pela Saúde, liderada pelo Banco Itaú, pela Fundação Oswaldo Cruz, pelo Governo do Ceará e pelo Ministério da Saúde, para a implantação da Central Analítica da FIOCRUZ do Ceará. Estamos fazendo testes não só para o Ceará, mas também para todos os Estados do Brasil. É uma unidade de testagem extremamente importante para o enfrentamento da pandemia.

Na vacinação temos números importantes: mais de 3 milhões e 500 mil cearenses já receberam a primeira dose, mais de 1 milhão e 200 mil cearenses já receberam a segunda dose, e mais de 120 mil cearenses receberam dose única.

O Consórcio do Nordeste é uma iniciativa importante dos Governadores. O Governador Camilo Santana tem feito um excelente trabalho no sentido de viabilizar a compra da vacina Sputnik. Já estamos preparando o Município de Limoeiro do Norte, no Ceará - e eu quero saudar o Prefeito José Maria -, para receber as vacinas Sputnik.

Outra coisa importante: o Governador não desiste, está insistindo em comprar, numa missão importante à China, a vacina Coronovac da empresa chinesa Sinovac.

Cito também outro importante esforço do Governo do Estado, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Universidade Estadual do Ceará - e quero saudar a Profa. Izabel Florindo, da UECE -, para gestar a vacina cearense batizada de HH-120-Defenser, por meio de importante parceria. Agora estamos estabelecendo com o nosso Secretário e com o Coordenador de Estratégias de Integração Nacional da FIOCRUZ, o cientista Wilson Savino, o estreitamento dessa parceria

da FIOCRUZ com a UECE, para o enfrentamento da pandemia.

Queria registrar outra iniciativa importante, esta do Secretário Inácio Arruda, junto com o Governador Camilo Santana, que é a da criação do Programa Cientista Chefe. Quero mandar um abraço para o nosso querido José Xavier Neto, o Cientista Chefe da Saúde. Essa é uma experiência singular no Ceará, que coloca pesquisadores das universidades a serviço das Secretarias do Governo do Estado, para construir políticas públicas, para produzir articulação imbricada entre a universidade e as Secretarias.

Sr. Presidente, outra coisa importante foi a interiorização das UTI. Hoje temos no enfrentamento da pandemia a presença da Secretaria de Saúde, que estrutura, com as Secretarias Municipais de Saúde - e quero mandar um abraço para a Sayonara, Presidente do COSEMS do Ceará, e para o Wilames Freire, Presidente do CONASEMS -, a implantação de leitos de UTI nos Municípios de Aquiraz, Eusébio, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Redenção, Crateús, Tianguá, Canindé, Quixadá, Quixeramobim, Tauá, Limoeiro do Norte, Crato, Brejo Santo, Icó e Iguatu.

Isso, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, é uma iniciativa articulada da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que produziu inclusive outra iniciativa importante, a do capacete Elmo - e eu quero saudar o Marcelo Alcantara, o Presidente da Escola de Saúde Pública do Ceará -, um equipamento que salvou muitas vidas.

É dessa forma, construindo o enfrentamento da pandemia com as medidas necessárias, que o Governador Camilo Santana, juntamente com o Secretário Cabeto e o Secretário de Ciência e Tecnologia, e com o apoio de todos os outros Secretários, está construindo no Ceará um exemplo para o Brasil e para o mundo. Frente ao negacionismo nacional, o Ceará não negou a ciência, não negou o SUS, não negou a vida.

Parabéns, Governador Camilo Santana!

Parabéns, Secretário Cabeto!

Parabéns, Secretário Inácio Arruda!

Obrigado, Presidente.

Publ.: DCD - 16/07/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Omissão do Governo Federal na implementação de ações de proteção às empregadas gestantes durante a epidemia de Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção da Câmara dos Deputados neste momento, em especial da bancada feminina. É muito grave o que está acontecendo, Presidente. Houve o discurso da bancada feminina inteira; depois, no Senado, o discurso de todos os Senadores e da bancada feminina, assim como da Liderança do Governo no Senado. Portanto, as duas Casas aprovaram, por unanimidade, um projeto de lei que protege as grávidas, as puérperas e, ao mesmo tempo, os seus bebês durante esta pandemia, afastando-as do trabalho presencial. Por quê? Porque de todas as grávidas que morreram no mundo, 77% delas são brasileiras. Olhem o que aconteceu com as grávidas no Brasil e o que ainda pode acontecer.

Por mais que se tenha boa vontade de se resolver a situação das pequenas e médias empresas, e eu disse isso na mesa de negociação com o Governo, o Governo cruzou os braços, não fez absolutamente nada. Mas agora o Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 199/200

79.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021-
CD 00:28

Publ.: DCD - 16/07/2021 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio às proposições governamentais. Distribuição, pelo Governo Federal, de vacinas contra a Covid-19 aos Estados brasileiros. Reaquecimento da economia brasileira. Importância do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Resultados positivos alcançados pela agricultura brasileira. Destinação, pelo



projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020, de recursos aos hospitais filantrópicos, às Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e às Associações Pestalozzi. Agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde. Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Transformação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE em instrumento de crédito permanente. Excelência da gestão do Presidente Arthur Lira. Realização das reformas administrativa e tributária.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, naturalmente, pelo estendido da hora, muitas vezes as pessoas podem imaginar nisso um problema. Eu vejo nisso uma demonstração de responsabilidade do Parlamento brasileiro com as entregas, naturalmente, que são importantes, umas pontuais, outras mais estratégicas. Acho que nós temos, sim, que ter orgulho.

Eu quero agradecer aqui, na condição de Vice-Líder do Governo, aos Parlamentares que nos acompanharam nas votações muito importantes durante todo este primeiro semestre. O Governo sempre deu condições para que pudéssemos enfrentar, primeiro, os desafios das mentiras, das calúnias, das difamações, das *fake news*, mas as respostas são extraordinárias. Nesta noite mesmo, milhares de novas doses de vacinas estão chegando aos Estados brasileiros. No meu Espírito Santo - eu postei inclusive nas redes sociais agora - está chegando mais um lote de vacinas importantes para que possamos continuar imunizando as pessoas de todo o País.

Lembro que todas as vacinas que chegaram e que estão chegando aos braços dos brasileiros foram adquiridas por decisão do Governo Federal, que teve competência e mobilizou toda a sua equipe. Todas as vacinas que chegam aos nossos braços são adquiridas e financiadas com recursos públicos - e quero lembrar muito bem disso -, foram gerenciadas e adquiridas com muita responsabilidade pelo Governo Federal.

Outra parte já reconhecida inclusive por organismos internacionais é a importância dos programas estratégicos do Governo para que pudéssemos começar o reaquecimento da nossa economia. E os números estão aí e são inquestionáveis. É preciso fazer um debate importante.

As pessoas se remetem aos desempregados, mas nós temos que lembrar que no pré-pandemia números falsos foram apresentados aos brasileiros quando se falava em desemprego zero. Cerca de 40 milhões de brasileiros eram invisíveis, mas se prestou contas de quem era visível. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no pré-

pandemia, 15 milhões não tinham CPF, eram invisíveis. Impossível saber se essas pessoas estavam trabalhando ou não.

E foi feito um trabalho extraordinário há mais de 1 ano, com o auxílio emergencial, foi feito um cadastramento em massa no País. O Brasil deu um *show*. Podem criticar, podem tentar achar problema, mas toda a equipe do Ministério da Cidadania, o Ministério do Planejamento e os órgãos de Governo fizeram o cadastramento dos brasileiros, e isso trouxe a legalidade. Vejam o esforço que foi feito.

Presidente, hoje percebemos um crescimento da nossa economia em V, aberto. A agricultura brasileira mais uma vez dando um *show*, dado o ambiente econômico que foi criado. Isso é muito importante, e o mundo tem orgulho. Os países queriam ter um Roberto Campos no seu Banco Central, um Paulo Guedes, com o seu jeito peculiar de ser, autêntico, coerente, mas de muita responsabilidade, com decisões inteligentíssimas. Enfrentar essa pandemia, segurando a questão fiscal, a questão financeira, não caindo no discurso fácil, mostrou realmente a grandeza de um Governo preparado.

Quanto aos nossos hospitais, devo dizer que sou muito ligado aos hospitais filantrópicos e quero fazer uma observação muito importante: na LDO que votamos hoje, Presidente Marcelo, há uma previsão que deve ser comemorada; aprovamos uma redação que permite que os recursos das emendas parlamentares possam ser usados para obras em nossos hospitais filantrópicos, em nossas APAES e em nossos Pestalozzis.

Era sempre um desafio ficarmos, às vezes, limitados em utilizar os recursos com equipamentos e custeio básico. Mas sabemos que as nossas Santas Casas, os nossos hospitais filantrópicos, as nossas Pestalozzis e APAES sempre precisam ampliar uma sala de tratamento, um centro cirúrgico, uma sala de recepção. E nós aprovamos na nossa LDO uma emenda de redação, da qual tive a oportunidade de ser o autor, permitindo que, a partir de agora, os recursos possam ser utilizados para obras e investimentos estruturantes nos nossos hospitais filantrópicos, nas nossas APAES e em nossas Pestalozzis.

Então, realmente, temos que comemorar um semestre de conquistas importantes. O Governo está fazendo um esforço extraordinário em todos os Ministérios para que possamos dar esse atendimento na área da saúde e socorrer os nossos hospitais.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para fazer um agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde, que efetivamente são a turma que está vacinando. Cada vacina que chega em nossos braços - talvez, 99% delas - foi aplicada

por esses agentes de vacinação das unidades de saúde dos Municípios.

E nós trouxemos também uma coisa muito importante para a nossa LDO, Presidente Marcelo Ramos, que deve ser valorizada, mas, às vezes, dela nos esquecemos: trouxemos uma valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias. Isso é algo estratégico, porque são esses os profissionais que fazem o primeiro atendimento. Isso mostra, naturalmente, a sensibilidade e o comprometimento do Parlamento e também do Governo, que tem criado condições para que isso possa chegar às pessoas.

Claro que existe um debate ideológico, um debate político. Eu estive presente todas as semanas, desde o início da pandemia, aqui neste plenário e conheço os debates e as posições. Mas quero relatar que o Governo tem uma base organizada, com partidos com muita responsabilidade. Mesmo alguns partidos, Presidente Marcelo, que às vezes não têm alinhamento direto com esse Governo reconhecem o mérito das propostas aqui apresentadas.

Portanto, estamos encerrando mais um semestre, diante de uma pandemia, com a recuperação da economia. E é claro que os pessimistas estão desesperados quando olham para a janela de agosto, setembro ou, no máximo, outubro e imaginam que estaremos com 100% da população brasileira vacinada e a pandemia resolvida. Estamos fazendo esse enfrentamento.

É claro que, naturalmente, precisamos respeitar o desespero dos pessimistas que torciam contra e achavam que o Brasil não iria dar essa resposta. Quando se olha para o cenário de vacinação, vemos que Estados Unidos, China, Índia e outros países vacinaram mais do que o Brasil. Mas isso ocorre porque governos anteriores investiram em fábricas de vacina para dar respostas à população. E o Brasil cumpre com o seu papel e mostra eficiência logística extraordinária.

Naturalmente, vou respeitar os pessimistas, mas preciso compreender a dor que está no coração deles porque estão acabando os argumentos para justificar esse não enfrentamento.

Quando fizemos o PRONAMPE, que foi um programa emergencial, talvez tenhamos deixado um dos grandes legados dessa pandemia. O Parlamento autorizou e, agora, o Governo transformou o PRONAMPE em um programa definitivo, reconhecendo a importância das pequenas e microempresas para todo o País. Vai ser um programa extraordinário.

Tivemos votações importantíssimas, de forma que vamos encerrar este semestre de 2021 com grandeza nos resultados, com a economia se recuperando e dando respostas à nossa saúde, respostas do tamanho

necessário à nossa importância.

Eu quero enaltecer, naturalmente, o nosso Líder, mas também agradecer a todos os partidos que cederam nomes para Vice-Líderes, que trabalharam com os Líderes dos nossos partidos da base, sempre no consenso.

Naturalmente, Presidente Marcelo Ramos, quero destacar, na pessoa de V.Exa., que nós somos liderados pelo Presidente Arthur Lira. O Deputado Arthur Lira tem mostrado grandeza nas suas decisões. A sua serenidade mostrou que ele realmente se preparou para poder chegar ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que é notória a capacidade dele de ouvir, a capacidade dele de não interferir, de determinar e construir com os Presidentes da nossa base e com os Relatores competentes extraordinários relatórios.

Dentro desse contexto, acho que o Parlamento brasileiro está cumprindo o seu papel, está dando resposta para toda a sociedade, permitindo que os nossos Ministros façam políticas realmente estruturantes em todas as suas frentes. Todos os seus Ministros estão cumprindo o seu papel brilhantemente - o Governo está dando essa condição. E o Parlamento está com uma base sólida e organizada.

E aqui, seguido pelo nosso Líder Cacá Leão, do Partido Progressista, quero reconhecer que nesses próximos 15 dias vamos poder respirar, porque nós temos um segundo semestre de muitos desafios. Entre eles, vai tramitar nesta Casa a tão necessária reforma administrativa para que possamos repensar, reavaliar e reconsiderar o Estado brasileiro - é um desafio de todos nós - e também a reforma tributária. O sistema tributário brasileiro é ultrapassado e precisa de modernização.

Muito obrigado a todos que nos ajudaram até aqui.

Documento 200/200

79.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021- CD	00:36
Publ.: DCD - 16/07/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa de proposições de interesse da bancada feminina. Inconformismo com a não votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Contrariedade à exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação

da Lei nº 12.651, 2012, (Código Florestal Brasileiro), em áreas urbanas, inclusive em áreas consolidadas. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, acerca de alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à regulamentação de áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Retomada das atividades comerciais e da geração de emprego e renda no País. Votação pela Casa de relevantes proposições destinadas à retomada do crescimento da economia brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os Deputados, em especial V.Exa., que está substituindo o nosso Presidente Arthur Lira neste momento, até esta hora, aprovando projetos importantes, como o da primeira infância e os projetos fundamentais da bancada feminina.

Sr. Presidente, lamentei o fato de não termos conseguido votar o projeto de regularização fundiária porque esse projeto é fundamental para o Brasil. E eu consegui apoio para uma emenda que derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana do Brasil. O Brasil está parado. A construção civil, fundamental para a geração de emprego e renda, está parada, neste momento de dificuldade do nosso País. E, pior do que isso, essa decisão do STJ dá a entender que isso vale para as áreas consolidadas. Ora, se isso for verdade, nós teremos que derrubar parte das edificações do Brasil.

Essa emenda é de minha autoria, e, se ela for aprovada - eu peço o apoio de todos no reinício dos trabalhos -, passamos essa definição do recuo nos rios para o parcelamento do solo e para o plano diretor dos Municípios do nosso País.

Sr. Presidente, eu também quero comungar da posição de alguns Parlamentares que se pronunciaram há pouco dizendo que estamos todos animados porque estamos vencendo a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. O povo está sendo vacinado; as atividades comercial, turística, cultural, esportiva e outras atividades começam a ser definitivamente reaquecidas; e, com isso, volta a geração de emprego e renda no nosso País.

Paralelamente a esse trabalho de combate à pandemia, e não poderia ser diferente, com o apoio do Congresso Nacional, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, temos apoiado o nosso Governo, a Presidência da República, no sentido de promovermos a retomada da economia do País.



Vejam quantos projetos importantes votamos este ano: nós votamos a autonomia do Banco Central, que era um sonho de 30 anos; nós votamos o marco regulatório do saneamento básico; nós votamos a lei do gás; nós votamos a PEC Emergencial, que promove efetivamente o equilíbrio fiscal no Brasil; nós votamos a lei do licenciamento ambiental, uma lei fundamental, porque o Brasil está engessado, bilhões de recursos estão paralisados, porque os órgãos ambientais não dão o licenciamento ambiental, e essa lei ambiental, que vai para o Senado, dá autonomia aos Municípios e, dependendo da natureza, da localização do empreendimento, se o impacto ambiental não é grande, possibilita que alguns tipos de empreendimentos sejam realizados inclusive sem licenciamento.

Então, nós fizemos votações fundamentais, que efetivamente promovem o desengessamento da economia do País e, como resultado, associadas às privatizações, temos as reformas, que começam a andar na Câmara dos Deputados, como a reforma tributária, necessária e fundamental.

Nós temos que promover uma reforma tributária, sonhada há muitas décadas e que não acontece, que venha a simplificar o recolhimento dos impostos, porque se gasta muito para promover o recolhimento - o setor produtivo sabe disso que eu estou dizendo -, que venha a dar transparência, para que o contribuinte saiba o que ele está pagando, e, sobretudo, que seja mais justa, porque hoje nós tributamos em 49% o consumo e em 22% a renda, exatamente o contrário do que os países desenvolvidos fazem, ou seja, o trabalhador ganha dois, consome dois e é tributado, portanto, na sua totalidade, o que não acontece com a renda, com aqueles que ganham muito.

E temos a reforma administrativa, de que eu tive a honra de ser o Relator na CCJ, da admissibilidade, e que agora está em curso na Comissão Especial, de que é Presidente o Deputado Fernando Monteiro e Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia, muito experiente, muito dedicado, e as audiências públicas estão acontecendo. Essa é uma reforma fundamental porque não tira nenhum direito dos servidores atuais, promove uma economia de aproximadamente 300 bilhões em 10 anos e cria, é claro, outro modelo de servidor público, a partir do ano que vem, o que se faz necessário, porque lamentavelmente o serviço público no Brasil é muito lento e muito caro, com algumas exceções.

Nós precisamos modernizar o serviço público, nós precisamos adequar o serviço público aos novos tempos, nós precisamos oferecer um serviço público com melhor qualidade.

Portanto, com todas essas ações do Governo, e respeitando a Oposição, mas discordando muitas vezes, é claro, da posição da

Oposição... Em alguns momentos até aprendemos com a Oposição. Ela é fundamental quando é feita com racionalidade e com inteligência. Eu estou acompanhando a fala o Deputado Molon, que é um opositor muito racional, muito preparado. O debate e as divergências é que fazem com que possamos crescer na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Enfim, com essas ações, Presidente Marcelo, o que está acontecendo? Nós estamos percebendo a retomada econômica do Brasil. No primeiro trimestre deste ano, em comparação ao último do ano passado, nós crescemos 1,2% do PIB. Os organismos internacionais, os bancos internacionais, as agências econômicas, enfim, os estudiosos estão...
